

IMAGENS DE NEGROS:

A Imprensa Paulistana no Final do Séclo XIX, e Como Através de
suas Páginas, os Brancos Viam os Negros

Este exemplar corresponde à
revisão final de tese defendida
por Lilia Katri Moritz Schwarcz e
aprovada pela Comissão
Julgadora

LILIA KATRI MORITZ SCHWARCZ

18/03/86

Antônio O. Moura

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Antropologia So-
cial da UNICAMP.

Fevereiro de 1986.

"Não fosse isso
e era menos
não fosse tanto
e era quase"

P. Leminski

AGRADECIMENTOS

Depois de alguns anos, muitas passagens, certas marcas, parece difícil tentar procurar abarcar esse tempo todo com a mão, e disso retirar um agradecimento que seja ao mesmo tempo sincero e justo.

No entanto, e com o risco de quem sabe não conseguir tocar a todos que de alguma forma me ajudaram nesta tese, aí vai:

A Antonio Augusto Arantes, orientador e amigo, obrigada pelas inúmeras leituras críticas e atentas e pelo incentivo, para que essa dissertação se concretizasse.

Ao Departamento de Antropologia da UNICAMP e em especial a Manoela C. da Cunha, Mariza Correa, Carlos Brandão, Peter Fry, Bella F. Bianco, agradeço por todo apoio e pelas críticas e sugestões, que sem dúvida enriqueceram muito a essa tese.

Agradeço ainda ao Professor Fernando Novaes pela leitura criteriosa que realizou ainda na época da elaboração do projeto de tese, assim como a Carlos Vogt que com suas opiniões contribuíram para um melhor andamento dessa dissertação.

Um abraço especialmente carinhoso para Heloisa Pontes e para a "velha turma do Panorama Azul": Cláudio Novaes, Júlio Simões e as "sócias-honorárias" Marina Cardoso e Maria Gregori (Bibia), que sem dúvida, através das inúmeras idas e voltas no "monóto

no" trajeto que liga São Paulo a Campinas, ou das sempre críticas (e não menos divertidas) reuniões de estudo, contribuíram demais para que essa fosse sem dúvida uma tese escrita a várias mãos.

Obrigada também Nádia Farage e Vanessa Lea que acompanharam com carinho as dificuldades típicas de todo final de tese.

Muito obrigada ainda aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo, do Arquivo do Jornal O Estado de São Paulo, e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que me ajudaram a procurar e encontrar, em boa parte, jornais, revistas e livros de difícil acesso.

Foi também básico o apoio oferecido pela CAPES durante os anos em que realizei os cursos da pós-graduação e pela FAPESP, que através das bolsas de estudos concedidas, fizeram com que essa pesquisa se tornasse viável.

À minha família: Lelê, Beto, Noca, Ju, Sérgio, Vova, Omi, Vovô, Baba e Deda um grande beijo e obrigada pelo apoio de sempre.

Um beijinho estalado para a Julinha e o Pedrôca, que na da tem a ver diretamente com essa tese, mas que de qualquer forma ao mesmo tempo que amassavam papéis e interrompiam reflexões, ajudaram muito para que fosse possível realizar uma tese "bem-humorada".

Por fim resta o mais difícil. Agradecer ao Luiz, companheiro, amigo e o maior crítico de todos os momentos dessa tese. Obrigada pelas infindáveis leituras, pelos desabafos, discussões, pelo cuidado, carinho e por muito mais, já que se isso tudo "não fosse tanto era quase".

A ele dedico essa tese, como se fosse uma declaração, com a certeza que essa dissertação se concretizou também, enquanto um projeto a dois.

ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO - O CASO DO "CREOULLO DE BIGODE, PINCE-NEZ E CAVAGNAC"	9
<u>PARTE I - A "METRÓPOLE DO CAFÉ" COM SEUS SÍMBOLOS DE CIVILIZAÇÃO</u>	20
CAPÍTULO I - O ESTADO DA QUESTÃO.....	21
CAPÍTULO II - O CONTEXTO: "UM BANDO DE IDÉIAS NOVAS" (S. Romero).....	34
1 - São Paulo (Século XIX): do "Burgo Estudante" à "Racionalidade Urbana".....	43
CAPÍTULO III - A IMPRENSA PAULISTANA.....	60
1 - Um breve Histórico (Tão Breve como Sua História).....	60
2 - Os jornais da Época: Características Gerais, Remédios, Amores e Outros Mais	63
3 - <u>O Correio Paulistano</u> : Um Jornal ao Sabor dos Bons Ventos.....	71
4 - <u>A Província de São Paulo</u> : o Belo Plano de um Jornal Não Comprometido	80
5 - <u>A Redenção</u> e os Limites do Pensamento Abolicionista Brasileiro.....	95
<u>PARTE II - IMAGENS, PERSONAGENS E REPRESENTAÇÕES: O "NEGRO" NOS JORNAIS</u>	108
CAPÍTULO IV - O NEGRO NAS DIFERENTES SEÇÕES DOS JORNAIS: UMA VISÃO SINCRÔNICA	109
INTRODUÇÃO	109
1 - Os Editoriais e Seções "Scientíficas".....	110
1.1 - A "sciência" e o grande mito do século XIX.....	111
1.2 - Nós a braços com a civilização.....	121

Pág.

1.3 - A questão racial e a fazenda democrática.....	123
1.4 - África: O Exemplo da Barbárie.....	126
2 - As Notícias: "Uma Fala Escolhida".....	132
2.1 - A Violência.....	133
2.2 - O Negro Dependente.....	137
2.3 - O Bruxeiro, O Feiticeiro.....	139
2.4 - O Negro Suicida e as Mortes Mal Explicadas.....	143
2.5 - O Negro Degenerado.....	148
3 - Anúncios.....	148
3.1 - Anúncios de Negros	149
3.2 - Anúncios de Fugas de Escravos	153
4 - O Negro nos Contos: Quem Conta um Conto, Ganha um Ponto	169
5 - Outras Seções.....	174
5.1 - "Ocorrências Policiais"	174
5.2 - "Obituário"	178
Apêndice - Quadro Geral dos Assuntos Pesquisados e Cataloga dos	185
CAPÍTULO V - IMAGENS DE "NEGROS" EM DIFERENTES MOMENTOS: UMA ANÁLISE DIACRÔNICA.....	188
1 - 1875 - 1885 - Do Negro Violento ao Negro Fiel e Amigo dos Brancos: Entre a Bela e a Fera	188
1.1 - O Negro Fera ou Quando a Exceção confirma a re- gra.....	189
2 - 1885 - 1888 - O Quilombola e o Escravismo: "Quando o Preto Vira Negro".....	202
2.1 - A Abolição Enquanto Tema	202
2.2 - O Negro Fugido	220

	Pág.
2.3 - Notícias de Libertação: Comícios, Festas e desfiles ou "Ao Meu Senhor de Hontem"/ Ao Patrão de Hoje.....	230
2.4 - As Mudanças na Opinião Pública.....	239
3 - 1888 - 1900 - Os Novos Personagens: "O Negro Degenerado".....	257
3.1 - "O Carrasco Immoral"/O Negro com seus Lúbricos Desejos.....	261
3.2 - O "Preto Êbrio"/Os Efeitos da Embriaguez.....	262
3.3 - O "Preto Alienado"/E os Maus Hábitos.....	264
3.4 - O Negro Desleal - "A Boa Paga" O Ladrão.....	265
3.5 - As Práticas Bárbaras - "Dos Sambahas, às Capieiras e Bruxarias"	266
3.6 - A Família Negra - Entre a Violência e a Barganha.....	270
3.7 - Uma Nova Polêmica: A Guarda Negra ou os Defensores da Rainha.....	279
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	287
BIBLIOGRAFIA.....	299

INTRODUÇÃO

O CASO DO "CREOULLO DE BIGODE, PINCE-NEZ E CAVAGNAC"

"Esses gritos medonhos ao nosso redor, é o que vocês chamam de silêncio." (Frase do filme O Enigma de Kasper Hauser, de Werner Herzog.)

Em um belo e corriqueiro dia de julho de 1878 um pacato cidadão da não menos pacata cidade que era São Paulo percorre um pequeno trajeto marcado por ruas escuras e esburacadas, cobertas por casebres pobres e cercados de matagais, a fim de comprar um jornal local. Ao fazê-lo se depara em meio a tantas outras notícias, anúncios, classificados ou declarações de política com a seguinte chamada:

"Como eles são"

Para nós, leitores do século XX, o contraste e a estrita delimitação da existência de um "outro", implícito na manchete acima, sem dúvida chamaria a atenção. Porém, para nosso hipotético personagem do fim do século XIX, ela poderia ou não despertar interesse, já que talvez seu sentido lhe fosse bastante familiar e sua decodificação clara.

"COMO ELLES SÃO

O folhetinista da Gazeta narra na viagem a Maceió e entre outros narrou um caso ocorrido a bordo. O Presidente de PE que estava a bordo trazia consigo um criado bonito, creoulo, de bigode e cavagnacs, pisar forte amante dos versos de Varella cujos hinos sobraçava em POSE e lia com atenção de se fazer notar...

Ao fim do jantar do primeiro dia da viagem um dos passageiros ao voltar ao camarote deu denúncia ao comandante que lhe faltava um relógio, um PINCE-NEZ e uma corrente de ouro. No salão nobre o qual

subia os camarotes só tinham ficado duas pessoas, um alquebrado de enjoo e o criado de fazer VIDA LITERÁRIA. Houve pesquisa e epilogou-se pela prisão do LITERATO que obteve a posição de criado presidencial mediante valiosas cartas de recomendação segundo ouvi dizer... Para cúmulo da desgraça do gatuno completamente descoberto ao saltar na Bahia, aparece-lhe um espírito: o seu senhor que havia muito tempo o procurava em vão" (Correio Paulistano, 3 de julho de 1978).

A notícia poderia ser lida e interpretada de maneiras absolutamente diversas.

Por um lado, o texto permitiria uma interpretação mais textual, ou digamos pragmática, ⁽¹⁾ isto é, o autor estaria nos relatando uma história talvez comum de um escravo que, para tentar livrar-se de sua condição, utilizava-se de artifícios variados, tais como fingir-se de "literato" para de tal forma escapar do cativeiro. Dessa maneira, o relato poderia comover mais ou menos ao leitor, mas de toda maneira não deixaria de se constituir em mais um dos infindáveis relatos de fuga de escravos, tão frequentes na época.

Por outro lado, uma leitura mais atenta em relação à postura política do jornal, poderia fazer notar que a notícia tinha sido por sua vez retirada de um outro periódico (A Gazeta) e dizia respeito a um fato ocorrido em outra província. Nesse sentido então quem sabe talvez se atentasse para o fato de que o jornal que havia selecionado e publicado tal artigo, O Correio Paulistano, não era absolutamente "isento" e neutro na maneira como mencionava as notícias que publicava. Assim, tal relato poderia ser interpretado tendo como pano de fundo a postura política conservadora que,

(1) É necessário explicitar que este termo e as interpretações seguintes estão basificadas na idéia de que toda linguagem encerra em seu interior funções diferentes e simultâneas, conforme demonstrou R. Jakobson. A diversidade residiria porém, não no monopólio e exclusividade de algumas dessas funções, mas antes numa diferente ordem hierárquica, verificando-se assim qual a função predominante (mas não monolítica) no interior de determinado discurso (Jakobson, R., 1974, p.129).

como veremos, era uma marca característica desse jornal. Nesse sentido, a notícia poderia estar de alguma maneira associada a uma idéia constantemente veiculada por esse periódico, que não se cansava de afirmar a necessária ordem que deveria reinar entre senhores e escravos, e o direito daqueles conservarem e manterem o controle sob sua propriedade.

O leitor que levasse ainda mais a fundo essa perspectiva, poderia talvez supor que a notícia marcava uma certa diversidade, no que tange à postura política, com relação a um outro grande jornal da época, A Província de São Paulo, que, enquanto órgão republicano adepto das "novas idéias da época", talvez não desse tanta ênfase a uma notícia desse porte e que tivesse acontecido em outra localidade.

Mas, por outro lado, o relato parece trazer ainda outras "pistas" e "sinais" que indicam também outras interpretações que não sejam a verificação de uma "evasão frustrada" ou a mera postura política do jornal.

Esse relato poderia dizer respeito, tanto pelo clima irônico que estabelece, como pelo texto em si, a um certo contexto social, ou melhor, a um consenso social anterior e já compartilhado que, ao mesmo tempo que cria o "creoulo de cavagnac, leitor de Varella", duvida dele. Ou seja, através de uma série de recursos de pontuação, grifos e expressões, o texto encaminha ironicamente a reflexão do leitor, contra a aparente verdade que começa a enunciar.

Parece estabelecer então nesta notícia um evidente clima de contraposição entre o "creoulo" em si e a sociedade branca que aparece colocada como uma espécie de "panorama de fundo" no decorrer de todo o texto. A começar pelo título, "como elles são", fica claro como o "elles" marca uma oposição a um "nós" implícito no texto e que por sua vez corresponderia logicamente ao jornalista que redigiu a matéria e aos leitores do jornal na época. Além disso, vai-se criando todo um "clima" de ironia com relação ao "creoulo",

que é dado primeiramente pela forma pouco direta com que esse sujeito da ação é descrito. Ou seja, ao invés de ser nomeado em sua singularidade, o "leitor de Varella" é antes descrito por suas atribuições, que parecem inclusive pouco corresponder às características normalmente associadas a elementos de cor. Assim, a imagem que vamos elaborando mentalmente de um "creoulo de bigode, cavagnac e leitor de Varella" parece tornar-se absolutamente descabida no interior desse universo que vai aos poucos se criando e sendo silenciosamente compartilhado entre "nós", jornalistas e leitores. Todo esse ambiente que vai cada vez mais como que definindo o "creoulo" como o "outro", o "estranho à ação", e a ironia subjacente são reforçados também a partir das palavras que o jornalista vai destacando em maiúscula, em momentos específicos da leitura. Dessa forma os vocábulos POSE, destacado quando o jornalista relata que o sujeito "insistia" em ler com tal atitude as obras de Varella (o que poderia irritar os observadores da ação), ou as palavras PINCENEZ e VIDA LITERÁRIA parecem que são destacadas como que para orientar a leitura no sentido da compreensão do enorme abismo existente entre tais atitudes e objetos e o "creoulo". Nesse sentido, parece-nos relevante a insistência do autor em grifar por duas vezes a palavra LITERATO, como se estivesse a ironizar e mostrar a própria incongruência da situação, oferecendo inclusive sinais para que comecemos a desvendar o possível desfecho da história que parece encaminhar-se para um final já previamente esperado. Por fim então, a história termina como todos nós, agora "leitores cúmplices", esperávamos que acabasse: "o creoulo" (cujo nome até o final não ficamos sabendo) não era, por suposto, um literato, mas antes um simples e "tão comum" "negro fujão". O artigo termina como normalmente acabavam as demais notícias da época: o senhor, na figura irônica de um "espírito", recaptura o que lhe era de direito e o "creoulo" retorna a sua antiga e "verdadeira" condição. O "elles" presente no título do artigo adquire então cada vez mais concretude ao demonstrar o abismo existente entre o "elles" escravos - fujões, obrigatoriamente analfabetos e mantidos à distância da "cultura" branca - e o "nós", leitores e jornalistas: cidadãos, leitores de Varella e que podemos portar bigode, cavanhaque e pincenê, símbolos de nosso lugar e condição.

Mas não é tudo. O texto aponta ainda para outras "pistas e sinais". Não se trata de um mero "negro fujão", mas sobretudo de um "creoulo" que logo se transforma em "um suspeito em potencial", e depois, "comprovadamente", em um ladrão e "mau-caráter", o que como veremos é também uma representação tão comumente associada ao elemento negro cativo ou liberto.

Como essas existem ainda outras interpretações e muito mais se poderia dizer, mas parece-nos que o que já foi destacado serve para nossos objetivos iniciais, na medida em que o que pretendemos mostrar é antes a possibilidade da coexistência de diversas leituras, mesmo em uma só notícia encontrada no interior de um jornal. Ou seja, a partir de um só artigo, parece-nos possível apreender dimensões diversas, diferentes imagens que nos falam sobre a condição e a situação negra neste momento. Por vezes, uma visão mais fatural, às vezes uma imagem que só ganha coerência no interior de uma ótica que privilegie o embate entre brancos e mesmo uma interpretação que busque captar sinais subentendidos, e que nos apontam para a polaridade e o contraste existente entre brancos, que redigem o jornal ou compartilham a leitura da notícia, e negros colocados tão longe desses locais onde "se produz e reproduz a cultura" do momento. (2)

Essa mesma diversidade ganha ainda mais complexidade quando pode ser apreendida não só no interior de um só jornal mas, antes, na comparação de alguns periódicos. Nestes pode-se notar que a escolha das notícias não era idêntica (dado esse, como veremos, já relevante em si mesmo), embora todos tivessem como uma das questões centrais de suas páginas, o problema negro em meio a um momen

(2) O conceito de representação social, entendido aqui enquanto um fenômeno dinâmico, em um processo permanente de reorganização, sendo simultaneamente condição e produto da prática social, foi nesta tese utilizado no sentido que lhe foi dado por E. Durkheim (1978, p.211) e revisto por E. Durhan (1977, p.34; 1981, p.7). (Uma discussão mais aprofundada acerca desse conceito será desenvolvida mais adiante).

to marcado pela eminente abolição da escravidão e mudanças no regime político.

Reconhecendo então a importância da imprensa paulista de finais do século, como fórum de debates centrais da época, o objetivo desse trabalho é buscar recuperar e entender a dinâmica que se estabelece de construção e manipulação de representações sobre o negro cativo ou liberto quando se intensificavam as rebeliões negras, no período final do processo abolicionista, e toma volume a própria campanha em prol da Abolição.

Efetivamente, no interior desse período de crise intenso debate ideológico que nós delimitamos entre 1870/1900, é possível enxergar com maior nitidez "ação e representação" operando conjuntamente.⁽³⁾ Particularmente neste momento então, o negro passa a frequentar constantemente as diferentes seções dos grandes jornais da época (aparecendo tanto nas notícias de maior destaque como nos pequenos e abundantes anúncios classificados de aluguel, venda ou captura de escravos). Através então desses fragmentos de textos da imprensa, desses "pedaços de significação" - que incluem desde as seções tidas como as "mais nobres" dos jornais (como as notícias e editoriais), até as de aparente valor secundário (como os obituários, "ocorrências policiais" e anúncios -, procuraremos reconstituir as várias visões com que se falou sobre a condição negra.

Nesse sentido então buscamos entender este material primeiramente enquanto um "produto social", isto é, como resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido constituindo-se como um objeto de expectativas, posições e representações específicas. Por outro lado, procuraremos apreendê-lo enquanto "grupo de variantes" (Arantes, 1982, p.9), ou seja, como leituras passíveis de restabelecer a diversidade de concepções e interpretações, sem que

(3) Segundo P. Fry, períodos de crise são particularmente relevantes para que se possa enxergar ação e representação operando conjuntamente (Fry, P. 1982, p.67).

se busque sempre uma versão "definitiva" e por isso a mais "verdadeira".

As notícias, os fatos selecionados serão entendidos e recuperados, então, não enquanto situações que "realmente" aconteceram e cuja veracidade iremos comprovar, mas antes enquanto situação "plenas" de significação, sendo nesse sentido mais relevante apreender como se produziram, difundiram e repercutiram às vezes diversas interpretações de um mesmo fato, do que buscar uma concepção única, onde se operaria uma síntese empobrecedora das diferentes visões.

Sem buscar portanto um conceito único, amplo e definidor, a nossa intenção é antes registrar e interpretar a própria diversidade de concepções reconstituindo não a condição negra em si, mas antes os modos como brancos falavam sobre o negro e o representavam em um momento de mudanças e transformação nos atributos que formalmente definiam a esses elementos.

Na busca de entender as representações dos brancos desse período sobre os negros, tanto a cidade de São Paulo como seus jornais foram-se mostrando essenciais no desenvolvimento deste trabalho, na medida em que passavam por um momento de grande transformação e redefinição em suas funções e papéis: São Paulo, como veremos, transformava-se aos poucos, de pequena aldeia desimportante, no grande centro nacional do café, para onde convergiam interesses políticos e econômicos que sem dúvida se farão presentes nos discursos e debates da imprensa.

Por outro lado, a seleção do jornal enquanto documento básico se mostrou significativa. Em primeiro lugar por se constituir em uma fonte histórica bastante completa e complexa, já que nele convergiam posições e opiniões diversas e representativas e devido ao momento histórico recortado. Ou seja, como procuraremos demonstrar em capítulos mais específicos, esse parece ser um período relevante no que tange também à história do jornal no Brasil. Esses momentos finais do século corresponderiam então ao período

de formação da grande imprensa nacional, isto é, da transformação de jornais que passavam de "experiências isoladas, aventuras passageiras", a grandes e estáveis empresas constituídas e mantidas através da verba de grupos que estavam sem dúvida envolvidos nesse debate, enquanto segmentos da sociedade que se organizavam, veiculando, refletindo e produzindo novas representações.

Assim, e sem querer entender as versões e representações sobre a condição negra apenas como um reflexo do contexto que marca a transformação por que passa a cidade de São Paulo e a própria imprensa no Brasil, acreditamos que o "creoullo leitor de Varella" era sem dúvida um "produto" desse momento, mas que ao mesmo tempo reproduz os consensos sociais que reflete.

Portanto, se por um lado nesta dissertação nos deteremos na análise do surgimento da grande imprensa em São Paulo, em função das próprias necessidades que o material e o período nos impuseram, por outro é necessário destacar que nosso principal objetivo é antes compreender, a partir dessa fonte específica e relevante, diferentes visões e representações que se produzem neste momento em que o negro ganha, ao menos formalmente, o direito à cidadania.

Para tanto, dividimos essa dissertação em duas partes:

. Na Parte I buscamos elaborar uma espécie de panorama geral sobre o período e mesmo sobre o problema teórico central trabalhado nesta tese, da seguinte maneira: no Capítulo I analisamos como a questão que nos propusemos a estudar foi trabalhada a nível do debate acadêmico histórico e antropológico, visando inclusive melhor especificar também os nossos objetivos. Já no Capítulo II contextualizamos e justificamos o recorte temporal selecionado (1870-1900), buscando caracterizar o período não só em termos nacionais como especialmente com relação à cidade de São Paulo. No Capítulo III, por sua vez, passamos a caracterizar a imprensa no Brasil, fazendo um pequeno mapeamento sobre a formação e desenvolvimento desse tipo de veículo e depois buscando analisar de forma

mais detida e cuidadosa os três jornais selecionados e trabalhados de forma mais sistemática nessa dissertação. Primeiramente o Correio Paulistano (jornal de linha conservadora), depois A Província de São Paulo (órgão republicano e adepto "das novas idéias do momento") e, por fim, A Redenção (folha noticiosa abolicionista).

Na Parte II, por sua vez, trabalhamos mais especificamente com as representações e diferentes visões sobre a condição negra que foram retiradas dos diversos jornais. Nesse sentido analisamos essas representações tendo em vista que existem diferentes níveis de compreensão e leitura desse tipo de material. Assim, percebemos que as representações variavam na medida em que ocupavam diferentes locais ou seções do mesmo jornal (sendo que, por exemplo, o negro da seção de "ocorrências policiais" não parecia ser o mesmo que aparecia nas "notícias" ou anúncios). Nesse sentido, então, o Capítulo IV visa justamente fazer uma leitura sincrônica do material, analisando não só como "o negro" aparece nas diferentes seções de um mesmo jornal, bem como a lógica e a dinâmica de cada um dos jornais em seu encaminhamento político, na forma como selecionavam as notícias e nas visões de mundo que traziam em suas páginas. Por outro lado, notamos que o material não se esgotava apenas com uma leitura sincrônica. É possível e necessário analisá-lo tendo em vista uma perspectiva diacrônica que privilegie não um único momento, mas antes a percepção e apreensão de que existem ao longo do período trajetórias heterogêneas de transformação de atributos característicos do negro. Só através desta visão é que é possível recuperar a passagem do negro da condição de escravo a liberto com todas as suas nuances, sendo esse justamente o objetivo do Capítulo V dessa segunda parte da dissertação.

Por fim, nas Considerações Finais, não só retomamos as diferentes leituras sincrônicas e diacrônicas (buscando não a anulação ou a exclusão de uma ou de outra, mas antes a manutenção da diversidade de visões), como nos detivemos sobre uma grande questão que parece perpassar todos os momentos dessa tese: qual seja, a questão da constituição de uma "jovem nação" tão "condicionada", por um lado, por todas as teorias científicas da época que viam

com pessimismo a nossa realidade social e especificamente "racial" e, por outro, pelos próprios problemas estruturais por que se passava nesse momento.

É fundamental destacar, por fim, que pretendemos entender os diversos enunciados não enquanto meros relatos jornalísticos que nada mais teriam a dizer, além do que já está circunscrito na objetividade da notícia. Buscamos antes a "sobrecarga" de sentido (4) presente nas inúmeras lacunas deixadas por textos muitas vezes cifrados ou de difícil compreensão ao menos aos olhos do pesquisador e dos leitores do Século XX, que mal sabem "COMO ELLES SÃO". Procuramos, portanto, entender esses relatos não apenas na sua dimensão pragmática como meras informações onde a linguagem seria a tradução de algum sentido, mas também como "linguagem de silêncio" (Merleau Ponty, 1980, p.143), onde a linguagem diz por si mesmo, mesmo que renuncie a fazê-lo. Portanto, e tendo como suposto que o "ato de descrever não se limita a simplesmente revelar um conhecimento", (Osakabe, 1979, p.176), a nossa postura diante dos jornais será a de apreendê-los não enquanto "expressão verdadeira" de uma época, ou como um veículo imparcial de "transmissão de informações", mas antes como uma das maneiras como segmentos localizados e relevantes da sociedade produziam, refletiam e representavam percepções e valores da época.

Por fim, um aviso técnico e de orientação: no interior dos diversos textos que serão apresentados, introduzimos palavras em maiúscula quando a intenção de destacar era do próprio jornal ou redator; sendo que em contrapartida grifamos as palavras ou expressões quando o objetivo de ressaltar era nosso.

(4) Expressão utilizada por Merleau Ponty, ao explicar que a "linguagem diz por remptoriamente, mesmo quando renuncia a dizer a coisa mesmo" (1980, p.144).

PARTE I - A METRÓPOLE DO CAFÉ COM SEUS SÍMBOLOS DE CIVILIZAÇÃO

CAPÍTULO I - O ESTADO DA QUESTÃO

Para que possamos então entender melhor o "Cercoulo Feitor de Varella", é necessário que busquemos também situá-lo, não só no interior do contexto em que viveu, mas também em relação ao debate acadêmico que se trava em diferentes disciplinas, e que de certa forma trará mais elementos para que possamos delimitar e esclarecer melhor nossos objetivos centrais.

Nesse sentido, podemos dizer que os estudos sobre escravismo no Brasil durante um bom tempo se caracterizavam por um discurso que representava o senhor de escravos como amigo e benevolente, ao lado de um cativo submisso e fiel. Tais representações vinculavam-se, por sua vez, a uma idéia mais ampla na qual reconhecia-se na história do Brasil uma tradição não-violenta, ressaltando-se o caráter pacífico e harmonioso do brasileiro. É o próprio Gilberto Freyre que, referindo-se ao sistema escravocrata brasileiro, afirma: "O Brasil nunca foi o país do extremismo, tudo aqui tende a amolecer-se em contemporizações, adocicar-se em transigências pelo senhor de engenho em geral gordo, um tanto mole com rompantes apenas de crueldade, pela mulher também gorda, às vezes obesa e pelo filho e filha, pelo capelão, pelo coronel do mato e pelo feitor" (Freyre, 1979, p.7).

Esse tipo de abordagem é encontrado tanto nos relatos dos viajantes estrangeiros que vieram ao Brasil no século XIX, como Saint Hilaire (1953, p.15), Jean Baptista Debret (1949, vol.11, p.392) e outros, como em vários historiadores: Oliveira Viana (1952, vol.2, p.392), R. Varnhagen (1956) e Gilberto Freyre (1979, p.XII), que procuraram traçar um quadro idílico da escravidão negra no Brasil com seus senhores severos mas paternais, e escravos serviços "bárbaros" e doces.

No entanto, tais conceitos tem sido criticados, revisados severamente. Já na década de 40 alguns autores procuravam mostrar os sofrimentos por que passava o negro cativo, bem como sua revolta com relação à sua condição. Clóvis Moura (1959, p.251), por

sua vez, faz a primeira tentativa no sentido de entender os movimentos de rebeliões negras. Por fim, mais recentemente, encontramos uma série de pesquisadores que procuram desqualificar o mito do "escravo submisso" e do "senhor paternal", traçando os imperativos econômicos que definiram a instituição escravista (entre outros destacamos os trabalhos dos sociólogos Florestan Fernandes / (1972), Roger Bastide (1979), Octávio Ianni (1966), Fernando Henrique Cardoso (1962), Jacob Gorender (1978), e os historiadores Emília Viotti da Costa (1966), Suely Robles Reis de Queiróz (1977) e José Alípio Goulart (1972), Fernando Novais (1979).

Porém, se ao que tudo indica chegou-se a um consenso quanto à inconsistência do paternalismo do senhor de escravos, entendido enquanto agente em um sistema capitalista e mesmo com relação a uma discussão valorativa sobre a escravidão ("já que como qualquer sistema hierárquico ele tem contido em si a violência e opressão") (Cunha, 1985, p. 17), permanece polêmica na historiografia a questão da atitude do cativo frente à sua condição escrava. Nesse sentido, as opiniões divergem radicalmente, existindo basicamente duas tendências opostas na produção historiográfica brasileira: a primeira, que acentua o caráter passivo e dócil do negro, e a segunda, que, ao tentar refutar a primeira, termina por cair no outro extremo, fazendo do escravo negro um verdadeiro herói.

No interior da primeira e anteriormente predominante corrente encontramos argumentos que buscam justificar a utilização do negro, devido à sua "inquestionável" inferioridade e submissão. Assim, o índio preguiçoso e indolente teria sido substituído pelo negro dócil e já habituado à escravidão, na medida em que era anteriormente escravizado na África (Freitas, 1954, p. 10). A partir desse raciocínio, tais autores chegam à conclusão, então, de que a escravidão seria um benefício para o negro, pois esse foi resgatado de um local cruel e do jugo de senhores "bárbaros" e trazido para uma terra harmoniosa e para uma escravidão mais humana, já que cristã.

A segunda corrente historiográfica, opondo-se a esta visão, destaca a atuação rebelde do escravo. No entanto, ao buscar negar esse primeiro tipo de história, que elide de seu relato, a rebelião acabou por cair no extremo oposto, apresentando uma visão romântica da contestação negra. O negro é então descrito como um herói, de caráter impecável, bravura extrema e grande sentimento de solidariedade grupal (Luna, 1968, p.231). Assim, "o negro é idealizado como o foi o Índio de José de Alencar, sendo que o debate permanece ainda no nível ideológico" (Lima, 1981, p.8).

Além disso, persiste também problemático o debate sobre a participação escrava no interior do processo de abolição. A questão é polêmica: por um lado temos, por exemplo, a posição de Octávio Ianni (1978, p.54), que procura provar que a abolição da escravidão foi antes de tudo um "negócio de brancos". Segundo o autor, os escravos, inseridos em condições econômicas, jurídicas, políticas e sócio-culturais específicas, não tinham qualquer possibilidade "de elaboração como coletividade e compreensão crítica da própria situação". Logo, segundo Ianni, a escravidão foi abolida devido a controvérsias entre facções da camada dominante branca, na medida em que os escravos não tinham possibilidades de vislumbrar a própria situação em que se encontravam.

Por outro lado, não são poucos os historiadores que procuram mostrar que as revoltas de escravos sempre existiram, e que principalmente no período precedente ao movimento abolicionista (e com auxílio dos brancos) tornam-se um fator influente de pressão a favor da liberação. Suely R. R. de Queiróz (1977, pp.202-3), por exemplo, procura mostrar através de vasta documentação que o escravo teve uma participação ativa, através de fugas, assassinatos, suicídios e insurreições, constituindo-se em um fator de pressão em prol da abolição. Warren Dean (1977, p.113), por seu turno, ao analisar o processo de libertação dos escravos em Rio Claro, também chega à conclusão de que "é inaceitável considerar os escravos como seres inertes e passivos no decorrer do século XIX". Ao contrário, mostra como nessa cidade os escravos, através de fugas e rebeliões, promoveram a sua emancipação "de fato", não restando aos

proprietários qualquer outra opção.

Tal questão, porém, longe de encontrar-se resolvida, é ainda plena de questionamentos e dúvidas, polarizando as pesquisas nas posições que procuramos exemplificar através dos autores citados.

No entanto, pelo menos no interior deste trabalho, como vimos, o que importa não é tanto discutir e optar pela qualificação do escravo como "dócil" ou "rebelde", como elemento ativo ou passivo no interior do movimento abolicionista, mas antes pensar a rebeldia, ou melhor, a forma como "se fala e representa" a condição negra e a rebeldia.

Nesse sentido, e tendo em mente esse tipo de preocupação, a antropologia brasileira teria também uma importante contribuição a oferecer já que de Nina Rodrigues a Gilberto Freyre a antropologia abrigou importantes reflexões dos mais diversos matizes sobre a condição negra. Nesse sentido, pode-se verificar que só a partir do século XIX é que o elemento negro passou a constituir-se em tema de reflexão nesta disciplina e mesmo assim de forma reticente. Assim, antes de 1900 (e, portanto, antes de uma série de acontecimentos ligados à abolição da escravidão e à Proclamação da República), o negro só aparecia de forma fragmentada e dispersa através da literatura, das fugidias impressões dos viajantes estrangeiros, ou mesmo dos polêmicos debates que, a partir de 1870, giravam em torno da questão do regime escravocrata (Pereira, 1981, p.2). A partir do final do século é que encontramos uma produção e uma reflexão um pouco mais constante, mas que, assim como notávamos com relação à produção histórica, passou também por diferentes abordagens e concepções. Ou seja, paralelamente ao próprio movimento da ciência antropológica como um todo (que nasceu em um contexto marcado pelo colonialismo e pela "conformação de saber" no que se refere ao entendimento de outros povos) (Corrêa, 1983, p.9), no Brasil, os estudos centraram-se também em torno da questão racial e da explicitação das características que marcavam as diferentes nações.

Particularmente no Brasil, então, o negro apareceu caracterizado antes de tudo enquanto "expressão de sua raça" (Pereira, 1981, p.4). Assim, tendo em mente supostos atributos biológicos, interpretados à luz da "prepotente" ciência do período, os teóricos da época impunham, como veremos com mais vagar à frente, uma imagem absolutamente negativa do homem de cor, perante os outros tipos raciais que compunham a população brasileira. A imagem absolutamente estereotipada e romantizada veiculada pelos abolicionistas, os assim chamados antropólogos brasileiros, entre eles Nina Rodrigues e outros, impunham a representação de um elemento negro totalmente delimitado pela ciência evolutiva, então empregada largamente, e pelas teorias raciais vigentes. Em suma o que se impunha, tomando as palavras de João Batista B. Pereira, era uma "imagem de homem adjetivada, negativa e patologicamente, pelos seus atributos raciais" (Pereira, 1981, p.5).

Assim, se durante muito tempo o problema parecia camuflado, substituído por preocupações mais imediatas, neste momento retornava a questão do elemento negro agora sob o ponto de vista da "sciência", que emergia então enquanto autoridade crescente frente ao social, especialmente no que tangia aos problemas raciais. A partir de então, o negro será entendido enquanto um problema não só social, na medida em que considerava-se que sua herança étnica poderia inferir negativamente nos destinos de nosso povo.

A questão da constituição de uma "identidade racial" brasileira foi reforçada então primeiramente pelas interpretações raciais de teóricos vindos de fora do país. O fator "raça" era então entendido como um tipo de influência vital "no potencial civilizatório" de uma nação, sendo que as teorias raciais publicadas na Europa, e em especial em Paris, causavam aqui um grande impacto. O Brasil aparecia nestes relatos retratado como primeiro grande exemplo de "degeneração em um país tropical" de raças mistas. Buckle, Kidd, Le Bon, Gobineau, Lapouge e vários outros darwinistas sociais eram então muito cotados no Brasil, devido a suas teorias sobre a inferioridade negra, a degeneração mulata e a decadência tropical. Gobineau, por exemplo, que veio ao Brasil em 1869, concluía

na época que a corrupção no sangue negro levaria sem dúvida alguma à decadência dos povos mestiços (1853). Lapouge, por seu turno, acreditava que o Brasil se constituiria em um século em um imenso "Estado negro" que retornaria indubitavelmente à barbárie (Skidmore, 1976, p.72). De acordo então com estes intelectuais, a "promiscuidade" que ocorrera em épocas coloniais, produzira elementos degenerados, instáveis e portanto incapazes de acompanhar um desenvolvimento progressivo.

Neste momento, então, parecia ser necessária a criação de um saber específico a respeito de nossas próprias circunstâncias ainda que ele se legitimasse a partir de teorias européias. Não foram poucos portanto os intelectuais que acreditaram e utilizaram em suas teorias as "máximas" do evolucionismo social europeu. Nesse sentido, um bom exemplo é o de Nina Rodrigues, considerado como o fundador da antropologia científica no Brasil e, segundo Mariza Corrêa, como o intelectual que pela primeira vez no Brasil criou um nexo comum entre a perícia médico-legal e a pesquisa antropológica das relações raciais (1983). Ou seja, Nina Rodrigues, aliando a antropologia criminal (cujo criador foi C. Lombroso, da Escola Italiana), com a pesquisa médico-legal, entendia a sociedade como um corpo que podia ser conhecido, assim como o próprio corpo humano (vide Corrêa, 1982). Com relação à raça negra, acreditava Nina Rodrigues que a sua inferioridade poderia ser estabelecida fora de qualquer dúvida científica, considerando ainda como impossível e desprezível a idéia de que "representantes das raças inferiores" pudessem atingir através da inteligência "o elevado grau a que chegaram as raças superiores" (Nina, 1957).

Nesse primeiro período, então, se por um lado a ciência imperava, com seu "realismo", por outro o extremo pessimismo tomava conta dos estudos e ensaios que versavam sobre a raça negra, e mesmo a respeito da questão da miscigenação. Nesse sentido, Nina Rodrigues, por exemplo, pensava que a região tropical estava condenada, o que o levava ainda a temer a possibilidade de um Brasil racialmente dividido entre o Sul branco e um Norte mestiço e degenerado (Skidmore, 1976, p.78).

Da mesma maneira, outros autores nacionais, de Silvio Romero a Euclides da Cunha, eram unânimes quanto ao temor que nosso "futuro racial" parecia inspirar. Ênfases e interpretações podiam até variar, mas em todos um grande "medo" estava presente, principalmente em Euclides da Cunha, que, interessado em entender a resistência do homem do sertão, concluía que o mestiço era antes de tudo um desequilibrado incapaz de conviver com a civilização (Cunha, 1973).

Essa escola, como nos diz Mariza Correa, retomava ainda o problema da definição do negro como pessoa ou como coisa, dilema retórico que remontava aos tempos da escravidão, reolocando-o porém sob o ponto de vista científico (Correa, 1983, p.130). Desde então o negro passava a ser considerado antes de tudo como "objeto de ciência", como afirmava Silvio Romero já na época, e para quem a única saída nacional seria a perspectiva de um futuro branco, que por sua vez salvaria o país da degeneração.

Por outro lado ainda, nesse período de inícios do século, foi desenvolvida e difundida no Brasil uma outra "tese", que buscava traçar novas soluções para o já "desacreditado" panorama racial nacional que, como vimos, causava grande apreensão. Essa nova tese, chamada na própria época de "teoria do branqueamento" das raças, estava claramente calcada, por sua vez, nas concepções deterministas raciais desenvolvidas na Europa. Segundo Giralda Seyferth, essa teoria tinha como principal peculiaridade a sua ambigüidade: "via a mestiçagem ao mesmo tempo como um mal que deveria ser extirpado, e como uma solução para a questão racial brasileira" (Seyferth, 1984, p.16). Essa concepção de branqueamento implicava, por um lado, a crença na desigualdade das raças humanas (no caso, na inferioridade e na incapacidade dos negros e mestiços se civilizarem), e, por outro e principalmente, uma seleção natural e social que conduziria a um povo brasileiro branco, em um futuro não muito remoto. Utilizavam-se ainda do jargão então popular da eugenia, sendo que alguns autores nacionais sugeriam inclusive a possibilidade da depuração das características dos negros e dos mestiços após algumas gerações (Lacerda, 1911).

A conclusão otimista a que chegavam os autores que advogavam a "tese do branqueamento" repousava, por sua vez, em algumas constatações-chaves: "a de que a miscigenação não produziria inevitavelmente 'degenerados', mas uma população mestiça sadia, capaz de tornar-se sempre mais branca tanto cultural como fisicamente" (Skidmore, 1984, p.81).

Esse tipo de posição recebeu o "aval" da "ciência nacional" através de vários autores, entre eles o do então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, João Baptista Lacerda, que inclusive representou o Brasil no Primeiro Congresso Universal das Raças, que se realizou em Londres em 1911. Lacerda, como médico e especialista em "antropologia física", como a maior parte dos antropólogos da época, conhecia bem os métodos e técnicas da ciência desenvolvida na Europa, assim como as teorias raciais deterministas (Skidmore, 1976, p.81). Segundo esse último autor, a situação poderia ser observada com otimismo já que "no Brasil já se viram filhos de MÉTIS apresentando na terceira geração todos os caracteres físicos da raça branca" (Skidmore, 1975, p.82). Assim, na opinião de Lacerda não havia motivos para maiores preocupações, já que com a abolição e a dispersão dos negros em mais ou menos um século, esta raça, segundo o autor, tenderia a desaparecer.

Análise bastante semelhante à acima exposta foi elaborada na década de 20 por Oliveira Viana, para quem ocorreria no Brasil uma arianização progressiva não só devido à imigração branca, mas também por causa dos cruzamentos e da mortalidade de negros e mestiços.

Essa insistente visão de um Brasil "branqueado" apareceria por outro lado também na ficção literária. Assim, por exemplo, a novela "A Esfinge" (1911), de Afrânio Peixoto, que teve grande repercussão na época, refletia em seus diálogos as preocupações raciais da elite carioca (Skidmore, 1983, p.90), sendo que o próprio romancista concedia três séculos para a transformação da sociedade de negra em branca. Da mesma forma, Graça Aranha em seu ro

mance Canãa (1901) reproduzia também "a expressão da política oficial do governo concernente ao incentivo à imigração européia, a fim de que o Brasil pudesse evoluir rumo a uma nação predominantemente branca em termos culturais e raciais" (Skidmore, 1985, p.92).

Assim, em meio a esse panorama, onde conviviam "teóricos do branqueamento" com pensadores mais deterministas e pessimistas, é claro que não havia homogeneidades consensualmente aceitas. Mas, de toda forma, e a despeito das diferentes linhas, o negro era considerado por esses analistas, em seu conjunto, como um elemento que, apesar de "mais" ou "menos" assimilável segundo os diferentes vieses, denegria sempre a "civilização".

A partir da década de 20 e 30, no entanto, e ligada também a fatores de ordem social, política e econômica que marcavam e alteravam a vida brasileira neste momento, uma nova fase de estudos e reflexão parece ter se aberto. Talvez nesse período um dos exemplos mais marcantes tenha sido Artur Ramos, que, apesar de bastante influenciado por Nina Rodrigues e pela concepção de evolução social, retomou o tema criticando antigas convicções e preocupando-se em trazer novas bases de estudo (Leite, 1983, p.232). Artur Ramos buscou então inspiração e recursos na antropologia cultural largamente praticada em centros científicos do exterior na época (principalmente nos Estados Unidos, com a escola de Franz Boas). Elaborou a partir da visão culturalista novas imagens a respeito da questão negra, criticando ou trazendo saídas diversas às concepções "biologistas" que predominaram até basicamente a década de 30. Ao conceito de raça é agregado então o conceito de cultura, "libertando-se dessa maneira o destino da raça negra de seu aprisionamento biológico inevitável" (Pereira, 1981, p.7). Além disso quebrava-se o consenso pessimista que pairava sobre a nossa "realidade étnica", abrindo-se perspectivas mais otimistas para o "futuro da nação". Assim, o elemento negro passava, de presença exclusivamente patológica e negativa, a figurar como um fator de contribuição positiva para a cultura brasileira e para a constituição de nossa nacionalidade.

Esse mesmo otimismo caracterizou também a obra de Gilberto Freyre (talvez até hoje um dos intelectuais nacionais mais divulgados e conhecidos no exterior), tão marcado por sua vez pela influência conservadora e regional do Nordeste açucareiro, como afirma J. B. Borges Pereira (1981). Assim, como dissemos anteriormente, com G. Freyre consagrou-se a representação de uma situação racial amena e "democrática", com as imagens de senhores e escravos dóceis e passivos, caracterização esta que se tornava ainda mais marcante quando o autor a contrastava com a situação norte-americana. A obra de Gilberto Freyre trouxe, por outro lado, novos elementos para que se analisasse de uma maneira diversa a "herança africana" e de outras raças, contribuindo inclusive para a formação de uma espécie de "nova rationale" para essa sociedade multiracial, já que a partir desse momento as raças componentes - européia, africana e índia - podiam ser vistas e entendidas como igualmente valorizadas (Skidmore, 1983, p.211).

Gilberto Freyre, com sua análise, não pretendia promover no entanto uma espécie de igualitarismo racial (mesmo porque em seu livros a concepção evolucionista, que hierarquizava rigidamente as raças, estava sempre presente); ao invés disto acabava principalmente reforçando o ideal de branqueamento, mostrando de maneira vivida como a elite branca adquiria traços culturais do mútuo contato com o africano e com o índio, em menor escala (Skidmore, 1983, p.211).

De toda forma, a partir da década de 30, retomava-se a questão racial de forma menos negativa e agressiva, sendo os temas reelaborados, mesmo na literatura, de forma ao mesmo tempo irônica e crítica. Os assim chamados modernistas, por exemplo, e em especial Mário de Andrade, em Macunaíma, ao misturarem folclore nacional com temas regionais, tiveram como resultado obras pulsantes que contrastaram inclusive com o pesado sentimentalismo literário até então dominante.

Essa geração parecia então expressar uma nova visão sobre a identidade e mesmo com relação "aos destinos" do Brasil, fa-

zendo-o de várias maneiras: com Sérgio Buarque de Holanda, através da caracterização do "homem cordial" (1979) brasileiro; ou mesmo com Monteiro Lobato, que "reabilitava", depois de longo debate, o "caboclo nacional", retirando do imobilismo a até então figura negativa do Jeca Tatu; ou com Roquete Pinto, para quem o problema nacional e doméstico se remetia em última instância a uma questão de educação (Skidmore, 1983, p.207).

De toda forma, a posição pessimista, ao determinismo científico, opunha-se neste momento uma visão que entendia de forma otimista e até original a nossa "realidade racial".

Por outro lado, após um período de relativo esquecimento, nos anos 50, a questão racial volta a ser centro de interesses intelectuais no Brasil, tendo como ponto de convergência inicial uma pesquisa patrocinada pela UNESCO. Desta vez, e a partir do estudo de vários cientistas sociais (entre eles Florestan Fernandes, R. Bastide, Oracy Nogueira e outros), o negro é analisado e entendido enquanto minoria e como grupo que encontra obstáculos em sua participação na sociedade brasileira (Pereira, 1981, p.10), distanciando-se desta maneira do modelo de democracia racial que nosso país parecia até então representar.

Os resultados desta pesquisa demonstravam por fim as profundas diferenças reinantes no país, que levavam por sua vez não só à desigualdade, como também a inúmeros obstáculos no que se refere ao acesso à educação e ao livre concurso em empregos especializados ou não.

A essa produção mais acadêmica e que em sua maior parte associou o conceito de raça ao de classe social, vêm somando-se mais recentemente várias pesquisas que abordam a condição e situação desta população, tendo em vista os mais diferentes vieses e preocupações. Assim, por um lado, existem vários estudos que têm se preocupado em analisar a participação e representação negra nos mais diversos meios de comunicação e expressão, tal como fizeram por exemplo J. B. Borges Pereira em relação ao rádio (1967), Mi-

riam G. Mendes quanto à produção teatral (1982), e mesmo Teofilo de Queiroz Júnior, com sua análise referente à representação da mulata na literatura nacional (1982).

Por outro lado, conceitos e teorias que pareciam estar já bastante assimilados, têm sido, a partir de vários trabalhos, continuamente questionados. Este é o caso, por exemplo, da relevante pesquisa realizada por Bob Slenes, que, tendo em vista os dados obtidos na cidade de Campinas, acabou por descaracterizar a assertiva que determinava a absoluta instabilidade dos casamentos entre escravos (1984). Nesse sentido ainda, M. Carneiro da Cunha, em seu mais recente trabalho, em que lidou de uma forma inovadora com a questão teórica da identidade étnica, trouxe também muitos novos dados ao debate historiográfico e antropológico, ao acompanhar e analisar o percurso e os destinos de um grupo de libertos que voltou à África e constituiu-se em Lagos, voluntariamente, em uma comunidade de estrangeiros (1985). Retoma-se assim, através deste e de outros estudos, o já antigo debate sobre a manutenção de comunidades ou laços de relações entre africanos no Brasil e mesmo a questão da identidade escrava.

Com relação às religiões negras, vários trabalhos continuam a repensar o tema já tão tradicionalmente debatido de Edison Carneiro a Roger Bastide. Citamos neste sentido, entre outros, os estimulantes ensaios de Peter Fry sobre a umbanda e outros (1982) e mesmo R. Ortiz, que buscou correlacionar a formação da religião umbandista com a emergência e consolidação da sociedade de classes no Brasil.

Ligando antropologia com lingüística e história, outra importante pesquisa conjunta ainda em curso é a que Carlos Vogt, Peter Fry e Bob Slenes vêm realizando com a pequena e até então bastante isolada comunidade do Cafundó, buscando retirar elementos concernentes ao sistema lógico da linguagem local, bem como repensar os costumes e práticas de um grupo de ex-escravos que se manteve relativamente unido e isolado no desenrolar de todos estes anos.

Portanto (e sem pretender esgotar o tema, ou mesmo a lista de autores que lidaram com o assunto no interior da produção histórica e mesmo na antropologia), podemos perceber que a questão negra continua ainda, e a despeito de certo desinteresse atual, plena de debates e controvérsias, sendo que antigas imagens e teorias, se são de alguma forma ultrapassadas, não estão de maneira alguma totalmente absorvidas ou eliminadas. Assim, representações, outrora hegemônicas que traçavam cientificamente a inferioridade negra, se não são mais predominantes, ao menos ao nível da produção acadêmica, fazem de alguma forma ainda parte do senso comum, assim como imagens diversas e conflitivas que vão do mais "ardoroso pessimismo" ao "otimismo desenfreado" de "afirmação de nossa democracia racial".

Nesse sentido, então, é necessário destacar que a "ênfase" desta dissertação está dirigida não para a delimitação ou opção entre uma das disciplinas, mas sim para um problema que dirige toda a reflexão: a preocupação em buscar reconstituir os diversos modos como, através da imprensa, os brancos representaram o negro e sua condição, como veremos a seguir, em um contexto e local relevantes: São Paulo, em fins do século XIX.

CAPÍTULO II - O CONTEXTO: "UM BANDO DE IDÉIAS NOVAS"

(S. ROMERO)

Como apontávamos anteriormente, é necessário entender, então, toda essa diversidade discursiva não de forma absolutamente isolada, mas também no interior do contexto brasileiro da época, que é rico em contrastes e debates internos. Ou seja, dentro do período que delimitamos (1870-1900), existem basicamente duas questões centrais, ao menos no que tange aos interesses deste trabalho, e que servem como gancho de análise para esse estudo: por um lado, a questão da abolição da escravidão, que trazia consigo embates práticos e políticos entre os diferentes grupos dirigentes; e, de outro, a "jovem República", que contava com problemas cruciais, quais sejam: a raça, a formação de uma nação, a cidadania e a busca de um modelo civilizatório europeu.

Assim, a partir da segunda metade do século XIX ocorre uma série de mudanças econômicas e sociais, ligadas também ao processo de desenvolvimento do capitalismo industrial a nível internacional e à superação da escravidão como sistema de trabalho, que passaremos a analisar sumariamente a seguir, tendo em vista o momento e local selecionados, quais sejam, São Paulo nos períodos finais do Império.

Desde o começo do século é frequente a pressão inglesa no sentido da abolição da escravidão. Isto é, se até boa parte do século XVIII a Inglaterra havia incentivado a vinda de escravos, a partir de 1807 extingue o tráfico para si e suas colônias e passa a pressionar outras nações, já que para ela era nesse momento mais importante garantir a existência de mercados consumidores, do que apoiar as restrições criadas pelo capitalismo comercial. Ou seja, o desenvolvimento crescente do capitalismo industrial tornara inoperantes os mecanismos de comércio e produção vigentes. Os monopólios e privilégios que haviam caracterizado o sistema colonial tradicional e toda política mercantilista apareceram então como obstáculo aos grupos interessados na produção em grande escala e na generalização e intensificação das relações comerciais.

Porém, apesar da constante pressão inglesa, o tráfico de escravos só é extinto no Brasil a partir de 1850, sendo que deste momento em diante, apesar da existência de um tráfico interno de escravos, e de uma série de leis claramente contemporizadoras, a tendência será no sentido do esgotamento do braço negro cativo e do incremento a novas saídas para a questão da mão-de-obra (principalmente na região do Oeste Paulista, já que nesse local começava a se desenvolver a cultura do café em um momento em que o braço escravo já era extremamente caro).

Assim, já na década de 1840 (antes mesmo do problema agudizar-se), o senador Vergueiro, fazendeiro da região de Limeira, cria em sua fazenda as conhecidas colônias de parceria, que contavam com trabalho imigrante. A experiência fracassa, devido em parte às condições rudimentares a que os imigrantes foram submetidos,⁽¹⁾ porém a emigração européia será de fato a solução encontrada quando o contínuo encarecimento, o escasseamento do braço negro e a constante expansão do café exigirem uma alternativa para o trabalho compulsório.⁽²⁾

Assim, desde os anos 1870, correntes migratórias dirigem-se especialmente para São Paulo. No entanto, é de 1886 em diante que a imigração intensificar-se-á ainda mais, sendo que, a partir da segunda metade do século XIX, e principalmente nas novas regiões cafeeiras, imigrantes e escravos passam a viver lado a lado. A abolição do regime escravista, porém, não se fará sem debates e mesmo sem o inevitável abalo de um Império já tão enfraquecido nes

(1) Nesse sentido é básico o relato de T. Davatz, emigrante suíço que veio para o Brasil a fim de trabalhar na fazenda do senador Vergueiro. Davatz relata tanto a difícil situação em que ficavam submetidos os imigrantes, como a revolta dos colonos (Davatz, 1980).

(2) Entre 1870 e 1880 existiram debates sobre as "vantagens" da introdução da mão-de-obra chinesa no Brasil. Esta era considerada mais barata, mais facilmente dirigível, não se mestiçava com a população e permanecia só temporariamente no país. No entanto, foi grande a oposição à introdução desse tipo de mão-de-obra, devido a motivos basicamente raciais.

te momento. Assim, juntamente com esta questão, apareciam novos temas e embates, já que, como afirma Sílvia Romero, a partir de 1870 surge "um bando de idéias novas", sendo que a monarquia é atacada, a Igreja sofre forte reação e a campanha abolicionista toma volume questionando cada vez mais fortemente a instituição servil.

Primeiramente é em 1870 que termina a desastrosa Guerra do Paraguai (quando três quartos da população paraguaia é morta). No entanto, não é tanto a guerra em si que pretendemos ressaltar neste momento, mas antes alguns de seus efeitos, quais sejam: a elevação política e social do exército e o fortalecimento da campanha abolicionista. A força militar do Império era até então a Guarda Nacional, formada por grandes latifundiários, comerciantes e políticos voltados para o controle da ordem e a manutenção do poder da aristocracia agrária. O exército não possuía então qualquer significado social, sendo formado por homens livres, não-proprietários, recrutados mais por castigo ou desemprego. É só com a Guerra do Paraguai então que o exército passa a ter uma posição política e social de destaque, negando-se depois a capturar escravos fugitivos e dando dessa forma um importante apoio à campanha em favor da abolição. (3)

Por outro lado, quando estourou a Guerra do Paraguai, todos os interesses voltaram-se, ao menos momentaneamente, para a "defesa nacional", sendo que o problema servil foi mantido praticamente em suspenso. No entanto, com o final da guerra as atenções centram-se novamente em torno da situação interna, sendo que a luta em favor da abolição da escravidão toma novo impulso.

(3) O exército opunha-se neste momento a perseguir escravos fugitivos principalmente porque identificavam-se com aqueles indivíduos com os quais haviam combatido lado a lado e sob a mesma condição. Além disso começavam a questionar a própria função de perseguidores de escravos anteriormente a eles destinadas, e agora considerada como pouco digna aos "salvadores da nação".

Nesse sentido, segundo Caio Prado Jr. (1979, p.176), já desde 1865 a posição internacional do Brasil com relação ao problema da escravidão tornara-se difícil (já que com a libertação nos Estados Unidos da América, o Brasil seria como Cuba o único país da civilização ocidental a admitir a escravidão). Entretanto, com a Guerra do Paraguai, o debate é adiado, só sendo retomado com o seu final (1870), quando, segundo esse mesmo autor: "A abolição do regime servil se tornará daí por diante um ponto de honra nacional". No entanto, em torno dessa questão, não havia posições unitárias, isto é, se de um lado as regiões do Norte tinham poucas razões para defender a escravidão (mesmo porque boa parte dessas províncias haviam vendido grande número de escravos com o tráfico interno), em contraposição, as zonas cafeeiras do Sul seriam o baluarte da reação pró-escravidão.⁽⁴⁾ Porém, mesmo dentre elas vão existir diferenças no grau de compromisso com a instituição escravista. Assim, enquanto no Vale do Paraíba o cativo tinha ainda raízes profundas, a lavoura do Oeste Paulista possuía condições privilegiadas para adotar o trabalho assalariado (devido inclusive às suas melhores condições financeiras).

Devido então às pressões não só externas como internas, o movimento tendeu a radicalizar-se, promulgando-se inclusive nessa época "as famosas" leis emancipadoras. A Lei do Ventre Livre, por exemplo, lavrada em 1871, significou no entanto apenas uma pequena concessão, já que consagrava a opção entre o direito da propriedade ou a indenização ao senhor lesado (sendo que este normalmente optava por conservar o liberto até 21 anos utilizando seus serviços). Assim, os resultados mais imediatos dessa lei, como de outras, foi antes o esfriamento da campanha, já que os abolicionistas acredita-

(4) É necessário destacar que algumas províncias do Norte do país, como Ceará e Amazonas, mostraram tal autonomia com relação à questão da abolição da escravidão, que inclusive libertaram seus cativos já em 1884.

vam ter dado um grande passo para o término da escravidão. (5)

Tal tipo de atitude revelava por sua vez a característica básica do pensamento anti-escravista no Brasil: o seu caráter moderado. Em geral, ao mesmo tempo em que se exaltava a libertação, temia-se por uma revolução fatal ao país, afirmando-se neste sentido a necessidade de uma abolição lenta e gradual. Não havia nesse sentido um maior entrosamento entre os rebeldes negros e os abolicionistas, sendo que a própria propaganda abolicionista não se dirigia aos escravos, que tendiam a ser considerados como bárbaros, incapazes de exercer ações políticas (ver Moura, 1981, p.80; Conrad, 1978).

Porém, o abolicionismo brasileiro não foi só moderado. Principalmente na década de 1880 surgem grupos radicais que, não podendo atuar no parlamento, acabam agindo por meios ilegais. Assim, neste momento, em diversas regiões, diferentes grupos estimulam as fugas de cativos, que ocorrem com maior intensidade em São Paulo. Antônio Bento, por exemplo, juntamente com seu grupo, os caifazes, como veremos com mais vagar adiante, a partir da análise do jornal deste grupo, começa a atuar com grande frequência, incentivando fugas e criando todo um sistema de proteção ao escravo fugitivo.

(5) A lei dos nascituros aprovada na administração conservadora de Rio Branco, além de lidar com a questão dos recém-nascidos, possuía ainda outras medidas: criou o fundo de emancipação, para ser utilizado na manumissão de escravos em todas as províncias (fundo esse que teve escassos efeitos, já que as províncias retardavam sempre o andamento dos processos); facultou a possibilidade da formação de um pecúlio, por parte do escravo, e estabeleceu a obrigatoriedade do registro nacional de todos os escravos. Além disso, também a lei dos sexagenários, promulgada posteriormente, exemplifica o caráter moderado das medidas abolicionistas brasileiras. Essa lei concedeu liberdade às pessoas que tivessem mais de sessenta anos, que deveriam no entanto trabalhar de graça por mais três anos. Essa lei gerou reações, mesmo na época em que foi promulgada, pois os poucos escravos que conseguiam alcançar tal idade na sua grande maioria estavam inválidos e inaptos para o trabalho. Nesse sentido, significavam inclusive uma despesa para os seus proprietários, sendo então vantajoso conceder liberdade a esses escravos, já que dessa maneira os proprietários descomprometiam-se de qualquer obrigação para com eles.

Avolumam-se então nesse momento as fugas e movimentos de rebeldes negros, sendo que a questão da suspensão do trabalho servil passa a constituir-se em um ponto básico de debate, agitando todo o já precário equilíbrio do país.

Isto é, até a década de 1870, apesar das pressões, os escravos continuavam a ser a mão-de-obra fundamental para a lavoura brasileira, sendo que nessa época todos 643 municípios do Império dos quais havia estatutos, ainda continham escravos (Conrad, 1978, p.6). No entanto, a partir desse período começam a ocorrer fugas em massa que acabam por desorganizar o trabalho agrícola, forçando aos poucos os fazendeiros (basicamente os da região do Oeste Paulista) a aceitarem a abolição como fato inevitável e até mesmo desejável para o estabelecimento da ordem e continuidade da produção.

O protesto escravo é então "um gesto antigo que assume um novo significado" (Costa, 1966, p.XXXVIII). Ou seja, desde os primeiros tempos da Colônia, existiam tensões entre senhores e escravos, sendo que assassinatos, levantes, quilombos e fugas eram episódios constantes. No entanto, tais atos constituíram-se em protestos isolados que se dirigiam aos representantes visíveis do sistema: o capataz ou o senhor. A partir do final da década de 1870, a rebelião adquire então um novo significado, na medida em que a instituição escravocrata encontrava-se em declínio. Assim, conjugadas à ação abolicionista, a contestação e as fugas de cativos adquirem uma dimensão diferente, sendo que são vários os proprietários de terra do Oeste Paulista que, visando garantir a estabilidade da mão-de-obra, concedem a liberdade a seus escravos mediante contratos de trabalho.

Por outro lado, nas cidades, a partir da segunda metade do século XIX, tomam maior importância as confrarias e irmandades onde se reuniam negros livres e escravos. A atuação dessas associações, por sua vez, não era exclusivamente religiosa, pois organizavam caixas de auxílio, de empréstimos e também juntas de alforria.

É também na década de 1870 que, com a mudança do eixo do café (do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista), o novo grupo que ascende economicamente busca modificar o cenário político do Império. A partir dessa época, o movimento republicano toma maior força e, ao mesmo tempo que se acumulavam as críticas a D. Pedro II, cresciam também os questionamentos aos dois partidos da monarquia (Liberal e conservador), que perdiam a pouca importância que possuíam (já que não representavam mais nem os interesses dos grupos dominantes e se transformaram em máquinas sem conteúdo social).⁽⁶⁾

Assim, a imagem da República tomava volume e, aliada a ela, surgia uma série de idéias "liberais" que traziam críticas aos privilégios, às ligações entre Estado e Igreja, à escravidão e à falta de igualdade. No entanto, mais uma vez a igualdade e liberdade pregadas estavam limitadas pelos interesses dos cafeicultores, que permaneciam ligados ao Partido Republicano. Assim, tomando palavras de Cruz Costa (1967, p.62), tratava-se mais uma vez de "reforçar conservando", ou seja, esvaziar parte das idéias liberais de seu conteúdo original, mas adaptando-as às práticas e condições locais (Costa, 1967, pp.109-19).

A escravidão terminava então em 1888, carregando consigo quase que simultaneamente um Império, que caía perante os esforços conjuntos do Partido Republicano (que representava, por sua vez, os novos e ascendentes cafeicultores da região do Oeste Paulista) e do exército. A questão estava então lançada: por um lado, a República surgia realçando os valores "liberais" da época e fincada em toda uma "imagem civilizatória"; e, ao mesmo tempo, com o final da escravidão era jogada no mercado uma grande massa que agora tinha

(6) Paula Beiguelman (1977, p.49) dá um claro exemplo de como os partidos conservador e liberal pouco diferiam em termos de idéias políticas mais de limitadas: "No processo geral do encaminhamento do problema escravista verificava-se que cada um dos passos - extinção do tráfico, libertação dos nascituros, abolição - é sancionado por ambos os partidos imperiais; sendo um deles responsável pela iniciativa de inscrever a medida em sua bandeira partidária e cabendo ao outro executá-la..."

direito à cidadania (já que, segundo a antiga Constituição de 1824, índios e escravos não eram considerados cidadãos). Como então pensar na formação dessa "nação" brasileira, já que nesse momento os conceitos de raça e nação pareciam estar profundamente associados? Como entender a questão da igualdade, da cidadania e da "civilização" perante essa massa de ex-escravos? As teorias e representações parecem florescer neste sentido: ao lado da explicação religiosa (antes totalmente absoluta), o discurso científico procurará dar conta também da condição negra, já que a partir deste momento esse elemento será, na visão da época, antes de tudo "um objeto de ciência" (conforme Sílvio Romero, 1950).

Nesse sentido, parece-nos que não é aleatório o fato de que vários autores demarcuem o final do século XIX como o período do surgimento do racismo no Brasil. Segundo Thomas Skidmore, por exemplo, antes do clímax da abolição da escravidão no Brasil, a maior parte da elite pouca atenção dava ao problema da raça em si. Para esse autor, o pensamento racial teve seu auge no Brasil entre 1890 e 1920, quando as idéias de hierarquização das raças e da superioridade da raça branca adquirem foros de legitimidade científica (Skidmore, 1976, pp.12,63).

Roberto DaMatta também aponta o final do século XIX como o período de florescimento das teorias raciais no Brasil. Para esse antropólogo, a elite intelectual brasileira absorveu as teorias deterministas européias tomando-as como doutrinas explicativas acabadas para a realidade do país. Nelas obviamente nosso futuro surgia como incerto, já que a união de raças era totalmente condenada. Segundo ele, tais teorias possuíam pressupostos básicos que relacionavam a biologia à história, determinando e hierarquizando de forma fixa as diferentes posições e condições de cada raça: "A cada raça correspondia uma determinada tendência, havendo na base dessas uma equação entre RAÇA = CULTURA = NAÇÃO = TRIBO" (DaMatta, 1981, p.172).

Segundo Carlos Brandão, por sua vez, surgem novos atributos de identificação após a libertação dos escravos, quando destaca-se a etnia como forma de classificação. Isto é, "enquanto era escravo, o estigma dessa identidade radical encobria a da 'cor da pele' que por sua vez surge como atributo e atualização de diferenças quando a liberdade desfaz a primeira" (Brandão, 1977, p.67).

Assim, com o advento da igualdade formal, com a passagem do escravo a cidadão parecem surgir novas concepções e estereótipos.⁽⁷⁾ Nessas circunstâncias elaboram-se discursos diferentes, visto que "era necessário criar mecanismos sociais que em nome de uma desigualdade natural permitissem a acomodação dos negros a um sistema assimétrico de posições e privilégios" (Hasenbalg, 1979, p.77).

Esse tipo de discurso científico determinista que surge no final do século XIX, por sua vez prolifera também na imprensa da época. Nesta, a afirmação da inferioridade negra aparece não só nos grandes debates como também nas pequenas seções e nos diversos anúncios que compõem parte básica e cotidiana desses jornais, sendo que não foi por mero acaso, por exemplo, que em 1888 Euclides da Cunha, intelectual que como vimos aplicava em suas análises as teorias deterministas européias da época, era acolhido pela Província de São Paulo como colaborador da seção intitulada "Questão Social".⁽⁸⁾ É necessário destacar, no entanto, que essa questão da "formação de uma nação" será retomada com mais detalhes na conclusão, cabendo aqui a exposição apenas de algumas reflexões prévias.

Por fim, é necessário ressaltar que trabalhamos no interior de um período em que, como veremos a seguir, a própria cidade

(7) No século XIX visitaram o Brasil uma série de teóricos estrangeiros (Cobineau, Louis Agassiz, Louis Couty e José Ingenieros) que, implicados nas teorias deterministas raciais, elaboram análises sobre a "realidade brasileira". (Nesse sentido, vide T. Skidmore, 1976, p.43-8).

(8) Euclides da Cunha foi um dos grande divulgadores das teorias científicas em voga na Europa na época. Em seus artigos no Estado de São Paulo citava Darwin, Spencer, Huxley, Comte e, em sua obra principal, Os Sertões, analisou o episódio de Canudos levando em conta dois fatores determinantes: a raça e a influência do meio. Acreditava na idéia da superioridade natural da raça branca, considerando a miscigenação prejudicial e o mestiço um desequilibrado (Cunha, Os Sertões, pp.96-7).

de São Paulo começa a se constituir enquanto "metrópole do café"⁽⁹⁾ e enquanto centro político e social do ascendente grupo de cafeicultores do Oeste Paulista (tomando neste sentido um novo destaque no interior do panorama nacional). Mais especificamente, é também o momento da constituição de um novo tipo de jornalismo, talvez mais adaptado às novas configurações locais, mais próximo do que hoje conhecemos e denominamos como grande imprensa.

Assim, antes de entrarmos propriamente na análise de nosso material específico de estudo, acreditamos ser necessário contextualizar e caracterizar a cidade de São Paulo em meados do século XIX e bem como compreender e dimensionar a importância da imprensa paulistana no interior deste momento específico.

1 - SÃO PAULO (SÉCULO XIX): DO "BURGO ESTUDANTE" À "RACIONALIDADE URBANA"

São Paulo, em meados do século XIX, pouco tinha a ver com a metrópole de hoje. Na verdade, neste século em que o período áureo do bandeirantismo havia acabado sem deixar opulência, São Paulo não passava ainda de uma pequena aldeia colonial. Cerca de três séculos desde a sua fundação, a cidade pouco se modificara, estendendo-se pouco além dos estreitos limites assinalados pelo Tamanduateí e Anhagabaú.

A área urbana central da cidade era formada pelo Convento de São Bento ao Campo da Forca (mais tarde chamado de Liberdade), de um lado, e a Capela dos Aflitos, próxima ao cemitério do mesmo nome, à Chácara dos Ingleses, de outro. Ao redor desse pequeno núcleo de ruas escuras e esburacadas, alternavam-se casebres mais pobres, cercados por matagais, que eram onde os escravos fugidos normalmente se escondiam (Dias, 1984, p.15).

(9) Expressão utilizada por Ernani da Silva Bruno.

O círculo da pequena cidade fechava-se com chácaras, que mais tarde se transformariam nos bairros dos Campos Elíseos, Bom Retiro e adjacências. Naquele pacato local, plantava-se chá no via duto do morro (hoje Barão de Itapetininga), e colhiam-se maçãs de agrião no atual parque do Anhangabaú, onde também se caçavam tatus e lagartos (Freitas, 1978, pp.21 e 22).

Boa parte da cidade, principalmente na confluência do Tamanduateí com o Tietê, continuava alagada e inaproveitada. A sua pequena população de no máximo 20 mil pessoas em 1840, dormia cedo, já que as ruas não eram iluminadas, e vivia em um local de pouco movimento e comércio. A pequena agitação que poderia ser sentida era advinda da passagem das tropas que desciam carregadas em direção a Santos ou a alguma fazenda, ou então do movimento de tropas locais que abasteciam Santos de gado e farinha (Silva, 1984, p. 53).

Não havia "elegância" nos 4 017 prédios (em 1870) e as casas eram feitas de taipa e branqueadas com tabatinga, o que tornava trabalhosa a conservação das moradias e levava à presença constante de um "telheiro" profissional (Silva, 1984, p.36). Segundo a visão de alguns viajantes (Saint-Hilaire, por exemplo), a cidade parecia de barro, já que com esse material cobriam-se as casas, calçadas e igrejas.

Os costumes por sua vez eram sóbrios: as damas vestiam-se de preto, tratavam-se polidamente por "vós", e as procissões e romarias eram uma constante.

Não havia muitos médicos naquela época, mas em compensação não faltavam os farmacêuticos e curandeiros, sendo que a política da terra e os jogos eram realizados nas próprias farmácias. Em contrapartida, a educação era feita por professores régios, sendo que quem quisesse seguir os estudos superiores tinha que seguir para Coimbra.⁽¹⁰⁾ Essa situação permaneceu inalterada até 1827, quan

(10) Theorodo Sampaio, "São Paulo no século XIX", Suplemento Centenário, nº 23, p. 2.

do da instalação da Faculdade de Direito de São Paulo, de acordo com o Decreto Imperial de 27 de agosto (Santos, 1980, p.22). A proposta da fundação de uma faculdade com sede em São Paulo, no entanto, foi por várias vezes impugnada, sendo que os mais diversos motivos eram então destacados nos debates: a posição geográfica da cidade (pouco acessível aos estudantes do Norte do Império); a escassez de recursos, já que faltavam casas para os alunos recém-egressos alugarem; a dificuldade dos caminhos da "horrível Serra do Cubatão"; a alegada má pronúncia ou dialeto do paulista, que poderia viciar a "fala dos moços" que fossem estudar em São Paulo; e, finalmente, a injustiça em se aquinhoar sempre esta cidade, melhor do que outras províncias do Império (Vampré, 1924, p.19).

Porém, ao final desse embate todo, acabam sendo escolhidas duas sedes: uma em São Paulo e outra em Olinda. A preferência pela cidade paulista acabou prevalecendo devido a inúmeros fatores favoráveis, tais como: a proximidade com a cidade de Santos, o baixo custo de vida, o clima saudável e moderado, o bom abastecimento de gêneros de primeira necessidade, e por ser um local que concentrava os estudantes das províncias do Sul e do interior de Minas (Olinda, por sua vez, possuía características semelhantes e podia atender aos estudantes das províncias do Norte).

Assim, logo que se aprovou o decreto que determinava a criação de dois cursos jurídicos no Brasil, tanto São Paulo como Olinda voltaram suas vistas para a formação do pessoal que iria dirigir as instituições, e para possíveis edifícios (sendo que neste sentido a atenção centrou-se principalmente nos grandes conventos pouco habitados).

Em São Paulo o edifício escolhido, devido a seu tamanho e condição, foi o Convento de São Francisco, construído em 1624, sendo que os frades foram obrigados pelo governo a abandonar boa parte do prédio (Rezende, 1977, p.11).

A partir de então, frades e estudantes só se encontravam quando desciam à igreja, já que até as escadas eram separadas.

Apesar dos poucos relatos a que se tem acesso, ao que parece as relações entre franciscanos e a academia não era das mais "cordatas". Assim, por exemplo, conta-se que os primeiros alunos tinham que entrar na faculdade pela igreja, porque a extensa propriedade agrícola dos frades era demarcada por um muro que passava bem em frente à escola. Por outro lado, existiam controvérsias com os franciscanos sobre o badalar do sino, que estava a serviço tanto da igreja como das atividades educacionais: o sinoeiro, ao que parece, entusiasmava-se tanto com a profissão que acabava muitas vezes por aborrecer os professores cujas aulas eram constantemente interrompidas (Dulles, 1984, p.21).

O cargo de diretor da faculdade coube por fim a José Arouche de Toledo Rendon, general brasileiro, abastado, de 71 anos. Segundo Almeida Nogueira, Rendon parecia entender mais de armas do que de letras (Dulles, 1984, p.20), pois doutorara-se em leis em Coimbra (fora advogado e juiz) e depois "abraçara a carreira militar", a que se dedicava na época de sua contratação (Dulles, 1984, p.19).

Mesmo contanto com certos problemas administrativos e políticos, a faculdade foi inaugurada no dia 19 de março de 1928, sendo que a partir de então o movimento das diferentes turmas que entram a cada ano foi modificando totalmente o ambiente da até então tão calma cidade.

Segundo Nelson Werneck Sodré, foi a academia que principalmente "arrancou a capital da província de seu sono colonial" (Sodré, 1968, p.115). Daí em diante, ou seja, de 1828 até 1870, São Paulo foi sobretudo um "burgo de estudantes" (Bruno, 1954).

Com a nova escola de Direito, alteravam-se então as estruturas e os costumes: os estudantes, na sua maioria filhos dos grandes cafeicultores do Centro-Sul, ou de agricultores do Norte

do país, ao mesmo tempo que eram introduzidos nas obras dos grandes pensadores da época e iniciavam-se na política local, começavam a alterar o pacato cotidiano da aldeia que era São Paulo.

Divididos em grupos, os estudantes moravam em cubículos no mosteiro ou derramavam-se por todos os bairros da cidade, encontrando acomodações em casas particulares (que chamavam de república (Almeida, 1972). Nessa época também eram realizados os primeiros flertes nos "passeios" da cidade, e as discussões e reuniões sociais começavam a ser temperadas com bebidas.

De tal maneira o "entusiasmo" estudantil contaminava a cidade que, quando os estudantes deixavam o local em férias, dizia-se que a província recaía em sua habitual sonolência (Bruno, 1954, p.459), já que muitos daqueles rapazes pertencentes a famílias ricas do Império e contribuindo com dinheiro graúdo para o movimento do comércio local retornavam nesses períodos a seus locais de origem (Rezende, 1977, p.67).

No entanto, não só o movimento estudantil foi o responsável pelas grandes modificações que ocorreriam em São Paulo: desde a década de 1850, e principalmente a partir de 1870, São Paulo entra em uma nova fase, já que se transforma em uma espécie de "centro" do comércio cafeeiro, ou então, nos termos de Ernani do S. Bruno, na "metrópole do café. Isto é, com a contínua e acelerada decadência das plantações do Vale do Paraíba e a ascensão paralela do Oeste Paulista, São Paulo começava a conhecer a riqueza e o brilho do café. A capital da província beneficiava-se então com as mudanças econômicas que ocorriam no país e ia aos poucos se transformando na "sede" principal desse lucrativo tipo de produção agrícola.

Assim, em questão de décadas, as duas grandes regiões de café alteravam radicalmente sua posição em relação à produção:

ANO	ARROBAS DE CAFÉ	%	
1854	V. Paraíba	2 757 639	77,5
	O. Paulista	796 617	22,5
1886	V. Paraíba	2 074 267	20,0
	O. Paulista	8 300 063	80,0

(11)

A partir desse momento e com o constante predomínio da região do Oeste Paulista, a cidade aos poucos foi perdendo seu caráter secundário em termos de economia nacional e transformando-se em um centro dinâmico: no último quartel do século, São Paulo passava de décimo para o segundo lugar em tamanho no país.

Junto com o café, vinham também outras modificações de relevo. Segundo Janice Theodoro da Silva, a partir de inícios do século XIX passou-se a organizar e favorecer construções que dessem a São Paulo um perfil nitidamente urbano (Silva, 1984, p.174). Padronizaram-se então critérios para a construção de prédios, com partimentou-se (através de uma nova política de doação de terras) a cidade, e separaram-se com maior rigidez as áreas públicas das privadas, o que favoreceu também uma melhor definição das propriedades

(11) É importante destacar a elevação em termos de produção do café da província de São Paulo.

Café-SP ANO	Exportação pelo Porto de Santos (50/89)		% SOBRE TOTAL DA EXPORTAÇÃO
	PRODUÇÃO ARROBAS	EXPORT. ARROBAS	
1849-50	1,34 milhões	-	11%
1850-60	3,62 milhões	1,48 milhões	41%
1869-70	4,17 milhões	-	55%
1870-71	-	2,27 milhões	-
1879-80	6,59 milhões	4,22 milhões	64%
1889-90	10,680 milhões	8,17 milhões	76%

FONTE: Daniel E. Levi, A Família Prado (Cultura 90). p.59.

des particulares. Em meados desse século, portanto, aos poucos "a cidade representaria a negação do rural, transformando-se em monumento dessa nova urbanidade" (Silva, 1984, p.138). Segundo essa mesma autora ainda, essa recente política urbana estava embasada em toda uma nova estrutura na qual o Estado apresentava-se como legítimo defensor dos interesses públicos, o único capaz de estabelecer critérios "objetivos" para solucionar os problemas "reais" da "coletividade".

Assim, por um lado, é a partir da década de 1870 que essa nova aristocracia do café passa a embelezar a cidade: levanta verdadeiros palácios pelos subúrbios da cidade (como a pioneira Dona Veridiana Prado), instala lojas de tecidos, destilarias, charutarias, lojas de crédito e escolas, trazendo um pouco de luxo a esse grupo que ascendia economicamente com muita rapidez. Nesse sentido e de acordo com Gilberto Freyre, essa nova aristocracia também buscava se aproximar dos luxos da civilização européia através dos hábitos e costumes: substituíam-se violões por pianos ingleses, modinhas pela música francesa, o rapé da Bahia ou Rio de Janeiro pelo charuto Manilha ou Havana, como também os quitutes caseiros eram substituídos por doces às vezes importados da Europa, e adquiridos em luxuosas confeitarias (Freyre, 1951, p.393).

Porém, nem só de luxo vivia essa nova aristocracia do café, mesmo porque é também neste momento que a "ciência" e a "racionalidade" são incorporadas à ação do Estado. Com ela viriam não só as melhorias em si (já que, por exemplo, a iluminação pública tradicional feita à base de azeite, e mais tarde a querosene, é finalmente substituída por um sistema de iluminação a gás, sendo que o gás Co. instala cerca de 606 lâmpadas pela cidade), como também os novos "técnicos", "cientistas" ou especialistas.

Janice Silva nos fala nesse sentido primeiramente da figura do engenheiro, que, segundo ela, através do domínio da técnica, será utilizado como "elemento neutro" capaz de fornecer critérios "objetivos" para a urbanização da cidade (Silva, 1984, p.134).

Mas se a figura do engenheiro é característica da "racionalidade do século XIX", ela não é única. Ou seja, desde inícios desse século, segundo Jurandir Freire Costa, a medicina deu um largo passo no sentido de romper com a tutela jurídico-administrativa a que estava sujeita. Este progresso fez-se através da "higiene", que incorporou a cidade e a população ao campo do saber médico (Costa, 1979, p.28). Assim, "administrando antigas técnicas de submissão, formulando novos conceitos científicos, criando táticas de intervenção, a higiene congregou harmoniosamente interesses da corporação médica e objetivos dessa elite agrária" (Costa, 1979, p.28. Ver também Machado, 1977).

O conceito-chave, neste sentido, foi o de "salubridade", questão essa que se ligava de imediato aos interesses de um país constantemente grassado por epidemias, febres ou focos de infecção.

Entre os triunfos dessa nova "superioridade médica", um dos mais importantes referiu-se às técnicas de higienização das populações. A medicina apossava-se então do espaço urbano interferindo em locais públicos e privados: matos, pântanos, rios, almerijos, esgotos, água, ar, cemitérios, quartéis, escolas, prostíbulos, fábricas, matadouros e casas (Costa, 1979, p.30).

Portanto, os higienistas do século XIX "criavam" de fato "o corpo saudável, e robusto", oposto ao "corpo doente do indivíduo colonial" (Costa, 1979, p.13). Mas se esse movimento higienizava, ao mesmo tempo disciplinarizava, hierarquizava e levava à submissão.

Nessa época em que a "ciência" passa a ocupar então o trono do saber, comanda também mais de perto uma série de submissões: a do negro escravo ou recém-liberto, a da mulher sem direitos e a da miséria que não pode ocupar nenhum lugar: tem que ficar à margem. Ou seja, enquanto a elite voltava-se basicamente para a exportação, todo o espetáculo da pobreza e do trabalho parece que deveria ser incessantemente isolado, marginalizado e disciplinado.

Assim, ao mesmo tempo em que a cidade era dotada (com a contratação de serviços de engenheiros ingleses) de água e esgoto em 1872, iniciavam-se também campanhas de vacinação, visando erradicar os diferentes tipos de moléstias, como varíola, cólera etc., que afetavam largamente a população.

No interior desse processo, várias instituições vão sendo reestruturadas no sentido de "separar" o mais rapidamente possível os "doentes" do convívio com a população urbana; na década de 1870, o hospital da cidade é reformado, a cadeia em 1887 é remodelada e em 1897 surgia o manicômio de Franco da Rocha, experiência-modelo que, ao mesmo tempo em que marginalizava e separava os "loucos" em locais distantes do centro, os submetia à ideologia do trabalho (já que o manicômio a princípio era auto-suficiente com relação à sua alimentação).

Logo, à medida que a capital crescia, cada vez mais a sociedade se dividia entre sãos e doentes, pois o mesmo movimento que trazia os amplos palacetes dos proprietários de café para São Paulo, era o que expulsava para os limites periféricos da cidade os doentes e loucos.

Neste sentido, Maria Odila Leite da Silva Dias demonstra também como o processo de urbanização da cidade provocou tensão permanente entre "lavadeiras e saúde pública", sendo que as posturas municipais reiteravam proibições de lavar em chafarizes públicos (Dias, 1984, p.176). A autora acrescenta que, como todo o comércio ambulante até então era feito pelas mulheres pobres, cativas ou não, ele foi aos poucos "recuando das ruas do centro da cidade para os novos limites da pobreza urbana" (Dias, 1984, p.185).

Portanto, todo esse luxo e riqueza propiciada pelo café não beneficiava todos os habitantes, ao contrário, a nova elite, que agora deixava suas fazendas para viver e desfrutar do conforto da cidade, o fazia sempre em detrimento da população pobre do local, que pouco desfrutava dessas novas "melhorias".

As medidas que se tomavam visavam até controlar o assim chamado "crescimento desgovernado" da cidade, como indicava o "novo código de posturas" que saía em 1886. Através desse código, determinava-se por exemplo que os vasos de flores não poderiam mais ficar sob as janelas, os cavalos não deveriam galopar pelas ruas (exceto a cavalaria e em casos urgentes), as mascaradas públicas só poderiam se exibir nos carnavais, as tabernas deveriam fechar às 10 horas, além de criar "urinadores" públicos, que serviam como uma espécie de garantia de que ninguém poderia mais urinar nas ruas e praças da cidade.

Além de todas essas medidas, e visando sempre a melhor articulação e mesmo "apresentação" da produção cafeeira (e nem tanto o bem-estar social geral), todo um sistema de transporte era montado, tanto no interior da cidade como principalmente ao longo de toda a província. Assim, em 1872, a cidade de São Paulo ganhava novos bondes de tração animal. A primeira linha ligava a Sé à Estação da Luz, sendo que já em 1887 existiam sete linhas com 25 quilômetros, 319 animais e 43 carros transportando um milhão e meio de pessoas por ano (Morse, 1970).

No entanto, a maior preocupação concentrava-se na questão do escoamento do café do interior da província até o porto de Santos, já que o antigo transporte feito em lombo de burro tornava-se cada vez mais antieconômico. Por isso mesmo, com o excedente de capital obtido com o final do tráfico de escravos em 1850, os grandes proprietários paulistas passaram a investir também em estradas de ferro. As ferrovias multiplicaram-se a partir de então: além da linha Santos-Jundiaí, outras surgiram, como a Cia. Paulista (Jundiaí/Rio Claro/ Capital, 1872); Cia. Ituana (trajeto Jundiaí/Itu, 1873 e Piracicaba, 1879); Cia. Sorocabana (São Paulo a Sorocaba, 1875); Tietê (1883); Cia. Mogiana (Campinas a Mogi-Mirim); Amparo (1875); Ribeirão Preto (1883); Poços de Caldas (1886) e Cia. São Paulo/Rio de Janeiro (mais tarde Central do Brasil).⁽¹²⁾

(12) Morse, 1970, p. 234. É interessante notar ainda a extensão dos trilhos na província de São Paulo no decorrer de diferentes anos:

1870 - 159 km	1883 - 1 640 km
1875 - 655 km	1890 - 2 425 km
1888 - 1 212 km	

Fonte: Morse, 1970, p.229.

As estradas de ferro contavam sempre com o capital advindo da produção de café para a sua construção e ampliação, tanto que muitas vezes suas linhas passavam diretamente pelas fazendas dos proprietários empreendedores e interessados. Bom exemplo nesse sentido é o de Antônio Prado (futuro proprietário do jornal Correio Paulistano), que financiou a Cia. Paulista, e que por isso mesmo providenciou para que um ramo de sua linha fosse construído ligando Pirassununga à sua fazenda (Levi, 1940, pp. 130, 137).

Essas novas ferrovias, além de agilizarem a exportação do café, deram uma feição diferente à cidade de São Paulo, já que esta passou a constituir-se em uma espécie de entroncamento das diversas linhas. Além disso, com a facilidade do transporte, também os fazendeiros e suas famílias passaram a frequentar com maior assiduidade a cidade, sendo que muitos deles inclusive ingressaram nesse momento em atividades econômicas urbanas.

Aos poucos, também a industrialização, que contava em boa parte com o capital da agricultura, impelia São Paulo a um papel econômico e político diferente. Assim, em 1901 existiam 94 estabelecimentos relacionados, sendo que destes 41 foram abertos de 1870 a 1890, entre fábricas de fiação e tecelagem, cerâmicas, fábricas de móveis e artefatos de madeira, chapéus, fósforos e outros.

Por outro lado, o próprio crescimento da população urbana refletia por sua vez a expansão comercial que apontávamos, sendo que neste sentido os números em si são muito relevantes:

1836	-	12 256
1855	-	15 471
1872	-	23 243
1875	-	25 000
1886	-	44 030
1890	-	64 934
1893	-	192 409

É impossível entender esses números, porém, sem pensar mos na população imigrante que começava a afluir para o Brasil de vido ao financiamento direto dos cafeicultores do Oeste Paulista (que recorriam ao trabalhador estrangeiro devido ao escassamento da mão-de-obra escrava, que se acentuara desde o final do tráfico, em 1850).

No entanto, devido aos inúmeros motivos que levaram ao fracasso do sistema de parceria, e à péssima situação de vida nas fazendas, os imigrantes pouco se detiveram nelas e, ao contrário, começaram a sair em massa das grandes propriedades.⁽¹³⁾ As cidades, por sua vez, funcionavam como uma espécie de fã, sendo que nelas essa população desempenhava as mais diferentes ocupações: os alemães realizavam serviços de pedreiros, os portugueses de carpintaria, os italianos os serviços de mascates e, por fim, os escravos e ex-escravos cobriam as ocupações pouco desejadas, como a coleta de lixo. Neste sentido, Maria Odila Leite da Silva Dias, que analisou especificamente o papel da mulher pobre em São Paulo neste período, acrescenta que "um forte preconceito envolvia o desempenho de atividades consideradas mais aviltantes como: a disposição do lixo, o carregamento de água das fontes, serviços de lavanderia, cozinha, caixeiros de venda, serviços ambulantes etc., que na época eram funções geralmente realizadas por negras e mulatas forras". Homens e mulheres de cor, livres ou ainda cativos, cumpriam por sua vez nas cidades as mais diferentes funções, em especial as preteridas pelo resto da população nativa ou imigrante.

A participação negra em São Paulo tornava-se particularmente significativa a partir do momento em que a região se transformava no maior centro produtor de café, dividindo com os imigrantes o trabalho básico da produção de café. Desde então, os números

(13) Maiores informações neste sentido vide Buarque de Holanda, Sérgio - Prefácio in: "Lawatz, T. Memória de um colono no Brasil", 1850. S.P. Edusp, 1980.

tenderão a se inverter pois São Paulo passaria de uma das províncias com menor número de cativos a uma região de destaque neste sentido. Podemos verificar então que, no recenseamento feito em 1872, São Paulo já aparecia como a terceira província em termos de população "captiva":

19) Minas Gerais	-	570 479
29) Rio de Janeiro	-	272 637
39) São Paulo	-	156 612
49) Espírito Santo	-	22 669
		822 397

FONTE: Taunay, 1939, p.450.

O que chama a atenção ainda é que as quatro províncias acima destacadas correspondem também às quatro principais regiões de produção de café (sendo que as províncias açucareiras, como Bahia, Pernambuco, Maranhão, Alagoas, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte, juntas, contariam só com 424 432 escravos).

Na província de São Paulo, ainda em 1872, a população escrava correspondia a 19% do total da população, sobressaindo-se o seu elevado número (principalmente se pensarmos que a maior parte era proveniente do tráfico interno).⁽¹⁴⁾

Portanto, a cidade já na década de 1870 chamava a atenção devido à mistura e às diferentes origens de sua população local. A elevação de sua população, por sua vez, como vimos, se fez a partir do tráfico interno de escravos (que saíam das lavouras de cana-de-açúcar e eram vendidos para os grandes proprie

(14) Taunay, 1939, p. 450.

Total da população servil em São Paulo:

1875 -	174 662
1874 -	169 964
1880 -	168 950
1887 -	107 829

tários de café), e também devido ao grande incentivo à entrada da população imigrante:

População Imigrante em São Paulo

1871 - 1884 :	1 959
1885 :	6 500
1886 :	9 536
1887 :	52 112
1888 :	92 086
1889 :	27 893
1890 :	28 291
1891 :	108 736

FONTE: Morse, 1970, p.256.

Esse novo centro de atividade era também o palco de novas e polêmicas idéias. De um lado, o positivismo era nessa época o único conjunto formal de princípios reconhecidos e, por outro, o evolucionismo social de Spencer penetrava de maneira forte, como que justificando toda a estrutura social vigente. Além disso, a partir da década de 1870/80 o abolicionismo toma força, sendo que inúmeros clubes, sociedades e jornais (como a Redenção, que analisaremos a seguir), vão sendo criados e passam a difundir esse novo ideal.

Segundo Francisco de Assis Barbosa, "a confeitaria e a academia simbolizavam então o nosso panorama". De um lado, a consagração da anedota, do outro, o apogeu do saber e do convencionalismo". A cidade era povoada então pelos "doutores", de que tanto nos fala Lima Barreto, que, cientes de seu saber e com a ciência em suas mãos, desfilavam pela cidade com suas casacas (Barreto, 1980, pp. 8-86), ou então frequentavam as famosas livrarias como a Garroux que, repletas de obras estrangeiras, pareciam querer representar em si a "cultura e a civilização".

A penetração estrangeira fazia-se sentir não só neste setor. Ou seja, ao findar do século XIX a cidade organizava-se não apenas pela intervenção do Estado. Companhias privadas, obtendo a concessão do Estado, passariam a sistematizar prioritariamente a distribuição de água, a coleta de esgotos etc., como também controlariam os transportes coletivos da cidade. Essas companhias traziam por sua vez a marca do capital estrangeiro que, é claro, era aqui investido visando um lucro bastante imediato (Silva, 1984, p. 169). Assim, companhias como The São Paulo Tramway, Light and Power Co., Cia. Água e Luz, Pucci & Micheli, São Paulo Railway Company, Companhia City de Desenvolvimento, ao mesmo tempo que introduziam novos componentes para a ordenação do "novo" espaço urbano, representavam também a constante compartimentação social e funcional dentro da urbe.

Com isso, à chegada dos anos 1890, se por um lado a cidade perdia muito de sua antiga aparência colonial, transformando-se em um centro dinâmico e básico para a economia do país (principalmente em 1889, com a instalação do regime republicano e a concomitante mudança no eixo econômico, político e geográfico do país), por outro, e juntamente com a "racionalização urbana" e o brilho das melhorias, destacavam-se a desigualdade crescente, a pobreza e a submissão de boa parte da população, que pouco absorvia desse conjunto de novas introduções.

Como reflexo, mas também como produção de valores e posturas, a imprensa paulista cumprirá neste local um papel de grande importância. Os jornais acompanharão inclusive o crescimento da cidade, pois, tomando as palavras de Nelson Werneck Sodré, "a passagem do século assinala no Brasil a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar então à imprensa jornalística, com estruturas específicas e dotadas de equipamentos gráficos necessários à sua função" (Sodré, 1968, p. 315).

Nessa trajetória, como veremos, os periódicos e os próprios jornalistas vão ganhando cada vez mais destaque até constituírem-se (nos termos irônicos de Lima Barreto), na "Onipotente imprensa, o quarto poder fora da Constituição" (Barreto, 1980, p. 115). A própria imprensa se transformava cada vez mais nesse "engenhoso aparelho de aparições e eclipses, espécie complicada de tablado de mágica e espelho de prestidigitador, provocando ilusões fantasmagóricas, ressurgimentos, glorificações e apoteoses com pedacinhos de chumbo, uma máquina e a estupidez das multidões" (Barreto, 1980, p.115).

O jornal era então aquele famoso escultor ou "fabricador de boatos", nos termos de Balzac, pois, caso os fatos não existissem, deveriam ser obrigatoriamente inventados (Barreto, 1980, p. 144). Por isso mesmo o jornalista, nas palavras do triste personagem de Lima Barreto, o escrivão Isaiás Caminha, era sempre um homem importante e respeitado até mesmo pela polícia, pois ele tinha o poder de "tudo publicar e a todos ferir" (Barreto, 1980, p. 81).

Logo, não é fato accidental, mas antes digno de nota, como descreve Alfredo Moreira Pinto (1949, p.726), que na principal rua de São Paulo, a 15 de novembro "onde trafegam bondes e faustos trens, e onde estão localizadas as sedes de London and River Plate Bank, do Banco Alemão, do Club Internacional, do Jockey Club, da importante livraria Garroux ..." estejam funcionando também as redações dos principais jornais paulistanos: o Correio Paulistano, o decano da imprensa paulista, e O Estado de São Paulo.

Analisaremos a seguir, então, o que foi a imprensa em São Paulo desde seus primórdios até o período em que esta pesquisa se detém (1900). Este trajeto, em nosso entender, é relevante pois demonstra o quão recente é a prática do jornalismo no Brasil e a dimensão de sua força no final do século XIX e início do século XX.

Acreditamos, portanto, que é impossível captar as representações dos negros veiculadas pela imprensa sem que nos detenhamos sobre a cidade de onde partem esses periódicos e especificamente sobre o tipo de imprensa com que se está lidando. Determinando e analisando melhor os próprios jornais e os diferentes públicos a que se destinam, acreditamos que poderemos trabalhar de forma mais segura com as diversas imagens e representações que encontramos nos periódicos selecionados.

CAPÍTULO III - A IMPRENSA PAULISTANA

1 - UM BREVE HISTÓRICO (TÃO BREVE COMO SUA HISTÓRIA)

Para compreendermos melhor a imprensa desse período, nos so principal material de estudo, é necessário frisar algumas de suas características peculiares, destacando principalmente o seu caráter recente e rudimentar.

Foi na Holanda que se imprimiu o primeiro jornal ou fo lhetim, que apareceu em Pernambuco em 1647 (Santos, 1980). A partir de então, e principalmente nos primeiros anos do século XVII, várias tentativas foram feitas por particulares, visando a fundação de tipografias e publicação de periódicos. Todas elas, porém, viam-se frustradas, face a expressa e irrevogável proibição do governo metropolitano, cujo rigor chegava ao extremo de enviar ao reino o material recolhido (Freitas, 1919).

Só a partir de 24 de julho de 1808 é que se pode falar em uma imprensa local. Assim com a vinda da Corte para o Brasil, e junto com todos os luxos e melhorias então introduzidos, D. João VI criava também a Imprensa Régia, que passava a publicar um jornal sob a forma de bissemanário, totalmente sujeito ao arbítrio e censura da corte. Logo, o primeiro periódico de que temos conhecimento, era, antes de tudo, um órgão oficial (Santos, 1980).

No entanto, se a imprensa foi introduzida tardiamente aqui no Brasil, São Paulo, por sua vez, teve que esperar ainda mais para ver a fundação de um estabelecimento desse tipo. Ou seja, até antes da independência, o paulistano não podia ler os jornais editados no estrangeiro, e nem tinha o direito de receber livros que não trouxessem o beneplácito das cortes.

Acontecimentos políticos, financeiros ou religiosos eram introduzidos nos serões das residências, dos clubes recreativos ou

ainda nos estabelecimentos comerciais e farmácias, destinando-se os sinos da igreja para anunciar os fatos de muita relevância. Além disso, os atos administrativos eram geralmente divulgados com "bate-caixas" pelas ruas da cidade ou afixados na porta da residência do próprio presidente da província (Nobre, 1950, pp.19-23).

A primeira tentativa em São Paulo deu-se em agosto de 1823, com o lançamento de um jornal bissemanário denominado O Paulista, periódico esse que contava com o apoio do governo da província. Era copiado em folhas de papel comum a bico de pena e então distribuído a grupos de cinco assinantes que se revezavam na leitura do periódico. Por sua vez, só quando se constituíam mais cinco assinaturas é que se copiava mais um número do jornal. Era portanto o único veículo noticioso de São Paulo, e apesar do interesse que despertou o jornal foi fechado em outubro de 1823 (devido às dificuldades de se encontrar uma tipografia para a sua publicação, aliadas ainda a outros problemas financeiros).

Funda-se então, em fevereiro de 1827 (mesmo ano da fundação da Faculdade de Direito), o primeiro jornal impresso em São Paulo, o Farol Paulistano, de tendência conservadora e que durará até 1833, sendo adquirido pelo governo em 1835.

Outras tentativas foram feitas ainda na primeira metade do século XIX. Em 23 de outubro de 1829 era fundado, por Líbero Badaró, o Observador Constitucional; em 1835, surgia o primeiro jornal diário de São Paulo, O Constitucional, que contava com quatro páginas, e em 1831 começava a circular uma espécie de primeira versão do Correio Paulistano. Esse jornal bissemanário era propriedade do negociante José Gomes Segurado (sogro do capitão Joaquim Roberto de Azevedo Marques, fundador, em 1854, do segundo e definitivo Correio Paulistano). No momento em que surgia, ele combatia os restauradores que pretendiam a volta do domínio português. O periódico era impresso na tipografia do Farol Paulistano e vendido na loja de seu proprietário e editor à rua Direita, nº 32, ao custo de 1\$440 por trimestre (Freitas, 1915).

Sem nos determos nesses jornais, vale destacar ainda que, em 1840, existiam seis jornais na capital, sendo que já haviam aparecido até então, 22 periódicos. Esses números tenderam a elevar-se, já que em 1850 existiam 47 jornais, e de 1851 a 1860 apareceram 55 novos periódicos. Esses números tornam-se ainda mais relevantes se destacarmos que de 1861 a 1870 existiram 60 novos jornais; de 1871 a 1880, 80 periódicos novos e de 1881-1890, 273 (Freitas, 1915).

Só no ano de 1860, a cidade de São Paulo presenciou o aparecimento de nada menos que 12 periódicos, para uma população de mais ou menos 20 mil almas.

Esses jornais, como é fácil imaginar, na sua grande maioria, tiveram uma vida efêmera e curta. Boa parte deles ficavam no seu primeiro número (às vezes referentes exclusivamente a determinadas ocasiões comemorativas) não conseguindo desta maneira sobreviver durante um período relativamente longo de tempo.

Desse aluvião de jornais que apareceram na capital de São Paulo durante o Império, apenas os fundados durante o Segundo Império sobreviveram, como o Correio Paulistano (1854); A Província de São Paulo (1875) e o Diário Popular (1884).

Resta dizer ainda que, apesar de incipiente, a imprensa no Brasil naquela época era o único veículo eficiente de comunicação de massa, cumprindo neste período um importante papel, o que explica também em parte a existência deste grande número de jornais.

O jornal perderá então com o tempo essa sua exclusividade em termos de veículo de comunicação, mas ganhará também novas características. Como diz Nelson Werneck Sodré (1968, p.316): "o jornal se transformará em uma empresa capitalista de maior ou menor porte".

O periódico, enquanto empresa individual, como aventura isolada desaparecerá então das grandes cidades, sendo que uma das conseqüências imediatas é a própria redução do número de jornais, e a manutenção de apenas algumas folhas de porte e características como veremos a seguir, mais estáveis e consolidadas.

2 - OS JORNAIS DA ÉPOCA: CARACTERÍSTICAS GERAIS: REMÉDIOS, AMORES E OUTROS MAIS

Ao trabalhar com esse tipo de material, dois elementos chamam a atenção do leitor de hoje: primeiro que os grandes jornais da época são fisicamente muito semelhantes entre si e, em segundo lugar, que são basicamente diferentes dos jornais que atualmente estamos acostumados a manusear.

Quanto ao aspecto visual, normalmente os periódicos do século XIX eram compostos por duas folhas de formato bastante grande e de difícil manuseio. Estas folhas eram preenchidas em geral por artigos e anúncios, sendo que os primeiros vinham localizados em estreitas colunas que iniciavam-se logo abaixo do cabeçalho, só terminando no final da página, o que obrigava o leitor a fazer um verdadeiro esforço de leitura. Além disso, quase não existiam ilustrações, sendo que os poucos desenhos encontrados normalmente referiam-se a remédios miraculosos ou lojas com seus preços especiais.

Apresentavam geralmente estes jornais uma clara divisão na sua distribuição interna de matérias. A primeira página era racionalmente a mais organizada e constante, pois era composta pela parte editorial, onde relatava-se de forma a princípio bastante fria e direta as atas, leis e discursos dos "letrados do Império", e por folhetins românticos escritos muitas vezes por autores de renome internacional.

O leitor que se detivesse, então, só nesta primeira pági

na que abre o jornal, teria a impressão de estar lidando com um material muito sistemático e bem diagramado.

No entanto, esta primeira impressão é logo desfeita quando mudamos de página. A partir principalmente da segunda página e no decorrer das demais parece que o material desnuda-se, sendo que a grande característica parece ser a inexistência de uma diagramação mais lógica e racional, já que o conteúdo aparece disposto em geral em quatro colunas, de formas bastante aleatórias. Encontramos então, lado a lado e sem qualquer separação mais rigorosa, matérias diversas que vão sendo introduzidas aparentemente sem qualquer ordem ou homogeneidade.

Misturam-se assim notícias relevantes com os inúmeros anúncios que variavam tanto em seus tamanhos, como nos produtos que ofereciam.

Primeiramente em diversos anúncios o tema recorrente eram "os efeitos miraculosos" dos remédios da época:

"Ferro Rabouveau (laureado do instituto da França - Prêmio Terapêutico) - o emprego em medicina de Ferro Rabouveau é baseado na Sciência - Recomendado para: Chlorose, Anemia, Palidos Cora, Corrimento, Debilidades, Esgotamento, Convalescência, Fraqueza das crianças, Depauperamento e Alterações no Sangue. Nem constipação, nem Diarréia. Assimilação completa" (C. Paulistano, 19 de janeiro de 1874).

Outros anúncios por sua vez descreviam maravilhosos chapeus, liquidações inesperadas, ou mesmo novos produtos, de confiabilidade ainda não comprovada, como é o caso da Farinha Láctea Nestlé, que ao final da década de 1870 inicia uma grande campanha a favor do leite em pó:

"A escassez da ama sadia e baba o seu preço elevado tem tornado a introdução da farinha lactea Nestle um verdadeiro benefício para o Brasil. Hoje uma mãe pode ter a satisfação de criar seu filho com o leite se tiver pouco, sem risco de enfraquecer nem de sofrer na sua

saúde (...)" (C. Paulistano, 4 de abril de 1876).

A presença de produtos estrangeiros era na maioria dos jornais uma constante: os anúncios, alguns grandes e atraentes, outros com imensas ilustrações, oferecem então, a um público ávido por novidades vindas das "nações civilizadas", variadas mercadorias. Figuram então desde os "famosos fogões americanos Uncle Sam" (28 de dezembro de 1879), chapéus e licores franceses, remédios de inúmeras procedências, e até as modernas e fiéis "fotografias Americanas" tão em moda na época. Ilustrações imensas, detalhadas, buscavam atrair a atenção de novos fregueses para invenções inéditas como o arame farpado (Província de São Paulo - 3 de outubro de 1879), ou então para refrigerantes ingleses que pareciam representar em si "provas de civilização". Nesse sentido, em 13 de junho de 1890 saía um anúncio imenso na Província de São Paulo, cujo desenho retratava uma cena que se passava entre um indivíduo branco confortavelmente sentado em uma poltrona com os pés sobre a pele de um tigre, e um homem de cor que usava uma espécie de chapéu (que poderia ser definido como "indiano") e que lhe oferecia uma bebida na bandeja. O texto que acompanhava o desenho não era, por sua vez, menos revelador:

"Salt Regal, Rei dos Salinos effervecentes, refrigerante aperitivo, regularizador, vivificante... Esse refrigerante foi privilegiado por Decreto Real da Inglaterra e Registrado em todos os países civilizados."

Por outro lado, nestes periódicos tudo virava notícia; ou seja, transformavam-se sempre pequenos fatos, incidentes particulares e mesmo brigas pessoais em notícias de importância geral. Dessa maneira era fato digno de nota, tanto as novas medidas do gabinete imperial como por exemplo a aflição de uma esposa preocupada com a fidelidade do seu marido envolvido na maçonaria:

"Uma esposa afflicta. Depois que o Alcatraz abriu suas portas, não enxergo mais o meu Juca. Não sei que diabo o maldito homem encontra nesta folia que não perde espetáculo. Senhores redactores, o meu Ju

ca foi sempre público como cura da aldeia. Não sahia de casa sem mim e quanto a espetáculos, só frequentava os cavallinhos. Agora é uma desgraça, estamos juntos poucas vezes e nunca toma chá em minha companhia. Volta sempre tarde para casa cantarolando umas coisas esquisitas e soltando baforadas que até fico com dores de cabeça. Anda entusiasmado de uma vez. Não é mais o aquelle Juca pacífico e caseiro que o tornava invejável às minhas amigas. E depois o que eu acho maroteiro é o patife não querer levar-me também ao Alcatraz. Pois porque é que eu não hei de poder ir ver isso que elle e os outros senhores homens tanto gabam? Senhores redactores, são também homens sérios ao que me dizem e por isso que assim como publicam telegramas me digam também a razão porque o meu Juca e os Jucas de outras senhoras não nos levam a esse divertimento. Se aqui llo é maçonaria então faço-me beata e não saio mais do confissãoário. Prudência da Purificação (Província de São Paulo, 20 de março de 1887).

Mas se o jornal servia muitas vezes como uma espécie de "Correio sentimental", em alguns casos também era palco de brigas ou litígios atrozes, alguns dos quais, pelo menos para o leitor mais distanciado no tempo, totalmente incompreensíveis.

"Então Sr. Fal... Arlin...Pi... como tem passado? hem? estimo, estimo ...

Digam-me como vaç sua contenda, terminou? ainda bem porque seus amigos devem concordar que a roupa suja lava-se em família. Não acham meus senhores? Voltem logo ouviu? Um que deu seu nome para os meus e collocavam-lhe nas lutas de seus ingraticidos" (Província de São Paulo, 20 de abril de 1879).

As desavenças que apareciam envolviam não só cidadãos livres, mas muitas vezes escravos, sendo que, nesses casos, as queixas eram variadas. Referiam-se desde a questões legais que envolviam a propriedade do escravo (13 de setembro de 1877) até a acusações de publicação de anúncios falsos (21 de julho de 1877, Província de São Paulo).

ou agradecimentos por curas milagrosas.

Por outro lado, se em alguns casos a grande característica dos artigos é a de possuírem texto seco e direto, em outros percebemos um tom mais passional e mesmo ressentido:

"Secção livre. Ingratidão de mulheres malvadas (Província de São Paulo)".

Maria das Dôres, mulata que outrora foi de um cidadão lizo que muito a estimou a ponto de lhe dar a carta de liberdade no tempo dos escravos caros, estava em companhia de seu benfeitor ha couse de 12 e 14 annos, tendo 4 filhinhos deste. Havendo necessidade do cidadão ir à Europa ha perto de 3 annos pela estima que consagrava a Maria e os 4 filhinhos, sujeitou-se a levar essa desalmada mulher em sua companhia assim junto à sua família e todos que a conheciam. De volta do Império trouxe mais em sua companhia um parente vagabundo que por lá errava, prestando a esse bilhete bastante auxílios como muitos meses de tratamento enquanto não encontrava emprego pois a sua profissão é de barbeiro. Ele abusou da bondade de seu parente benfeitor e teve o atrevimento de metter-se com a sua pessoa de tirar da casa Maria, a qual teve a coragem de abandonar os 4 filhinhos sendo uma menina ainda de peito. Que coração de mulher malvada! Causa pena ver a menina durante toda a noite chorar e chamando pela mãe. Que injustiça! Que crueldade! Vejam os que a conhecem como não estará o coração do pae dos 4 innocentes. Elle não seria capaz de fazer isso. E a malvada morando no largo Municipal bom socegada com o seu seductor!!" (Província de São Paulo, 2 de setembro de 1884).

Assim, se em algumas matérias a discórdia envolvia a mulher negra com a sua recorrente imagem "sedutora" e "imoral", em outras a briga surgia devido a acordos mal realizados, como no dia 28 de setembro de 1877, quanto Antônio A. de Almeida protestava por ter pago a soma de 5:000\$000 por um escravo que depois de efetuada a compra "mostrou-se além de aleijado do dedo polegar da mão direita, completamente cego de um dos olhos..." (Província de São Paulo).

Portanto nestes periódicos tudo parecia pequeno e familiar: assim como as desfeitas eram públicas, pequenos desastres ou detalhes pessoais tinham sempre espaço nestes jornais.

Além disso, como afirmávamos anteriormente, tudo levava a crer que São Paulo, nesse momento, assemelhava-se a um "burgo de estudantes": listas de chamada e faltas da Faculdade de Direito São Francisco eram publicadas todo final de mês (durante boa parte da década de 70) e noticiava-se com grande pompa exames ou defesas de tese.

Tudo parecia então bastante "conhecido", sendo que, para o leitor mais distante, uma das dificuldades é justamente a de conseguir penetrar por esses valores às vezes silenciosamente compartilhados nessas notícias pretensamente irrelevantes, mas que ganham outro colorido quando inseridos em todo esse contexto.

No interior dos jornais também não poderiam faltar seções humorísticas para "distencionar" até os leitores mais severos. No entanto, a maior característica deste tipo de seção parece ser a de que boa parte das histórias são sem dúvida menos engraçadas, pelo menos aos olhos do leitor atual, do que as outras notícias cuja função primeira ao menos não é a de serem hilariantes:

"Entre credor e devedor. O senhor F. é todos os dias incomodado por um complacente exactor de seus rendimentos.

- Não lhe faz diferença vir amanhã - diz-lhe um dia o devedor.

- A que horas?

- Às 10 horas mais ou menos.

- Não é cedo demais?

- Qual! Venha que eu desejo me habituar a acordar à essa hora".

(Província de São Paulo, 28 de fevereiro de 1877).

Além disso, nestes mesmos espaços, divulgavam-se apelos incessantes à nação (apelos esses que não perdem por sua vez a atualidade ...).

"É triste a sorte dos professores paulistas, são olhados com indiferença e até se lhes nega justiça! A Assembléia nega aposentadoria e professores distinctíssimos que adoccerem no emprego e contam muitos anos de serviço. Os paes da Pátria, são paes de família e estão de precisar de votos. Ainda há professores que há de sacrificar pelos tais cá pelos sertões? Os republicanos e alguns liberaes precisam de uma prova de gratidão da desgraçada classe! Os ingratos da Pátria" (Correio Paulistano, 15 de março de 1887).

... ou mesmo accusava-se sem cerimônias maiores a immoralidade de determinados elementos.

"Aos srs. paes de família - O sr. Martin Francisco

Este senhor está ficando célebre por suas idéias heterodoxas e heteroditas. Acaba de apresentar na assembléia geral uma representação pedindo o casamento civil. Representará neste assunto a provincia de São Paulo eminentemente católica?

Não, e mil vezes não.

Os paes de família não querem suas filhas emasiadas. O sr. Francisco representará só assi.

E se elle que quer uma prova que consulte o eleitorado.

Como combina s. exc. o juramento que custou de defender a religião catholica com a doutrina do concubinato civil?

É homem das Arábias" (Correio Paulistano, 12 de janeiro de 1886).

Portanto, ao mesmo tempo em que se vendiam produtos (que iam de escravos a calças), descobriram-se novas maravilhas da "Sciência médica", chorava-se por causa de um folhetim mais emocionante e até resolviam-se ou criavam-se problemas. Assim publicavam-se diariamente as "ocorrências policiais" da cidade, as listas de óbitos, notícias nacionais (em que se reproduziam e comentavam os factos ocorridos em diferentes localidades de provincia) e por fim os noticiários internacionais (em que em poucas linhas e sem qualquer destaques relatavam-se esparsas notícias do estrangeiro).

O predomínio numérico dos anúncios e classificados pode ser entendido, por sua vez, se lembrarmos que os jornais viviam principalmente da publicidade, organizando-se antes de tudo enquanto empresas comerciais (Galvão, 1975, p.2). Os anúncios pareciam, quando em abundância, constituir-se então em "Índices de prosperidade de um jornal", sendo que, como nos diz Lima Barreto, se não existissem "forjava-se anúncios, calhaus, calhaus de precisasse, de aluga-se e de pequenos anúncios" (Barreto, 1980, p.125).

Estabelecia-se em geral uma política que vinculava anúncios e assinantes, pois estes teriam direito de publicar anúncios "gratuitamente" em jornais que fizessem assinaturas (logo, como melhor analisaremos a frente, parecia haver uma clara correspondência entre público e leitor e anúncios classificados). Segundo F. Galvão (1975, p.2), os jornais de partido inclusive, longe de serem bons negócios, viviam da subvenção desses partidos e só eram lidos se o grupo político ou homens que o subvencionassem estivessem em evidência.

Nos jornais mais lidos, por sua vez, os anúncios invadiam até a primeira página deixando um espaço restrito à redação e às notícias, ou mesmo aos acontecimentos relevantes que, em geral, eram pouco destacados.

Porém, se visualmente falando os grandes jornais da época guardavam muitas lembranças, variavam demais em relação a outros aspectos relevantes: em suas tendências políticas (existindo desde periódicos conservadores, até republicanos ou abolicionistas, como veremos); em seu preço, tamanho e tiragem; bem como na linguagem utilizada, ora mais coloquial e séria, ora satírica (como nos diversos pasquins) e às vezes até pornográficos, como é o caso do jornal que saiu em 1839 escandalizando a população local (Freitas, 1915).

Muitos destes jornais afirmavam-se inclusive enquanto defensores exclusivos de uma idéia e de um partido, marcando assim sua especificidade e condição de sobrevivência como veremos mais

detidamente nas páginas posteriores).

Aos poucos, no entanto, os periódicos foram diluindo esse seu caráter explícito da vinculação partidária, ganhando as sutilezas e refinamentos da imprensa atual e perdendo lentamente seu aspecto mais rudimentar e artesanal.

Portanto, enquanto veículo de comunicação mais eficiente da época, a imprensa aos poucos foi ganhando uma capacidade maior de penetração no interior da população alfabetizada da cidade, refletindo e produzindo valores e representações. Como diz Nicolau Sevcenko, o jornal, juntamente com a ciência, dividirá nesse momento as convicções da época transformando-se em uma "grande fábrica de novidades, que promovia escândalos, mesmo que fosse preciso criá-los" (Sevcenko, 1985, p.53).

Passaremos então a caracterizar os três periódicos que foram mais sistematicamente pesquisados. Analisaremos portanto a história de dois grandes jornais da época: O Correio Paulistano (fundado em 1845), e A Província de São Paulo (criada em 1875), onde o elemento negro aparece representado de forma constante (a partir de imagens e situações diversas); bem como de um terceiro periódico de menor porte chamado A Redenção (1887) (devido não só às características peculiares dessa folha, como também pelo contraste que oferece, tanto em termos de estilo, como das posturas políticas que assume).

3 - O "CORREIO PAULISTANO": UM JORNAL AO SABOR DOS BONS VENTOS

O Correio Paulistano apareceu pela primeira vez em 1831, constituindo-se numa folha que basicamente difundia as idéias do governo da época.

No entanto, assim como os outros periódicos do período, acabou desaparecendo rapidamente já no ano seguinte, mais precisamente, em 17 de outubro de 1832 (Freitas, 1915).

No ano de 1854, porém, e sob a direção de Joaquim Roberto de Azevedo Marques (genro do antigo proprietário do Correio Paulistano), esse jornal ressurgiu, contando ainda com grandes dificuldades econômicas.

Segundo Lafayette de Toledo, Joaquim Roberto teve que andar de porta em porta nas casas de comércio, buscando possíveis anúncios para serem publicados de graça, o que só com grande relutância obtinha (Toledo, 1898).

A partir de 1856, no entanto, o Correio já caminhava em situação mais segura, sendo que seu formato, preço e tiragem aumentavam, a sua técnica aos poucos aprimorava-se, passando inclusive, em 1863, do velho prelo de pau movido à mão, à primeira máquina de aço Alauzet, e, por fim, em 1869 a ser movido a vapor.

Nesse período, como diz Alberto Souza, o Correio refletirá as indecisões do meio em que surgia.⁽¹⁾ Ele o fará, no entanto, de forma particularmente contraditória, ou seja, para o leitor (principalmente o atual) é tremendamente difícil estabelecer com precisão a que grupo político o Correio se ligava, já que primeiro foi conciliador, depois sucessivamente conservador, liberal, republicano, outra vez liberal, novamente conservador e, por fim, definitivamente republicano.

Neste sentido, segundo Alberto Souza, o Correio, que era órgão do partido conservador em 1889, apoiou a República na medida em que os liberais é que estavam no poder. Essa afirmação só vem a confirmar por sua vez o que Paula Beiguelman constatava sobre os partidos Liberal e Conservador do Segundo Império, isto é, quando os conservadores estavam no poder, cabia aos liberais as propostas mais

(1) Souza, 1909, p.4. É importante destacar que esse autor, que foi convidado para elaborar as "memórias" do Correio, fazia ele próprio parte da redação do jornal e contava com outras obras que revelavam seu "apego" às idéias e convicções da época: obras do autor: Espiritismo e Positivismo (carta a um cicadão positivista); Espiritismo e Positivismo (polemica filosófica).

radicais, sendo que o inverso era igualmente válido (Beiguelman, 1977).

UMA NOVA ERA: O "SANTO MINISTÉRIO" DO JORNALISTA

O Correio aparecia então, em sua forma mais definitiva, em 24 de junho de 1850, apoiando a conciliação (governo que unia simultaneamente liberais e conservadores).

O jornal funcionava nesta época na Rua Nova São José (hoje Líbero Badaró), e tinha como primeiro redator Pedro Taques de Almeida Alvim (Souza, 1975, p.25-6). Assim como os outros jornais da época, o Correio dependia dos anúncios para a sobrevivência, e estes eram conseguidos basicamente através de assinantes. Neste sentido, logo no seu primeiro número o jornal declarava explicitamente:

"Publica-se gratuitamente todos os artigos de interesse geral. As correspondências de interesse particular pagarão o que se convencionar. Os anúncios dos assinantes terão inserção gratuita não excedendo 10 linhas.

Além disso, em seu primeiro número, o jornal declarava já as suas grandes pretensões, enquanto representante de uma "nova era na imprensa paulista". Essa nova era marcava-se não só devido ao novo formato e dimensão do jornal, como também por sua perspectiva diferente:

"Entre nós é formoso confessar-o a imprensa não tem correspondido, por um modo satisfatório a sua sublime missão. Os jornais que se que exclusivamente ocupam-se de interesses de sua parcialidade política e o que é mais de questões muitas vezes pessoais, tem transviado a nossa imprensa de seu santo ministério ... O Correio Paulistano pois aspira nesta província o caráter de publicação imparcial".

Dessa maneira, o Correio declarava o que seria o novo credo, ou o "santo ministério", tomando suas palavras, do jornalismo, ou seja, a pretensa negação das questões pessoais e a busca da imparcialidade.

No entanto, como em outros jornais (que analisaremos a seguir), essa aspiração foi rapidamente esquecida, mesmo porque depois de um ano o periódico já começava a ter problemas financeiros (passando a ser publicado só duas vezes por semana). Os anos que vão de 1855 a 1858 marcam para o Correio então um período de decadência, quando o jornal adere publicamente às idéias conservadoras, perdendo com essa atitude o prestígio que conseguira partindo de sua pretensa política independente. Esse momento de crise só foi controlado em termos financeiros quando em 1858 o jornal passa a receber subvenção do governo para a publicação do expediente oficial.

A partir de então, essa folha transforma-se em um órgão do governo, onde prioritariamente publicam-se os debates da Assembleia legislativa Provincial. Nessa fase, toda a primeira página era tomada por um discurso oficial e nada polêmico, sendo que o restante era preenchido com anúncios e notícias pequenas e de pouca importância.

No entanto, bem ou mal, o Correio ganhava aos poucos maior estabilidade. Em 1868, a tiragem do jornal já era de 450 exemplares, subindo a 700 nesse ano, e a 850 exemplares em 1869. Por outro lado, é também nesse ano que, sob influência de Américo de Campos e de José Maria Lisboa (administrador do jornal), o Correio fica ao lado dos liberais. Nesse momento, porém, em termos de política interna, tudo parecia bastante calmo, já que todas as atenções estavam voltadas para a Guerra do Paraguai. Contudo, com o seu final, em 1870, vários problemas penderes voltam a se manifestar, e é claro que o Correio não passa ileso por eles, sendo que duas questões o tocam basicamente: a questão da abolição da escravidão e a da República.

Em janeiro de 1872, o Correio assume a bandeira do Partido Republicano, já que Américo de Campos e José Roberto A. Marques ligam-se de maneira decisiva a essa causa. No entanto, essa adesão foi bastante curta pois, em 1874, quando Américo de Campos retira-se do jornal para formar a Província de São Paulo, e o Correio é adquirido por Leôncio de Carvalho (de tendências monarquistas), o jornal transforma-se em mero transmissor de informações e curiosidades.

Nessa sucessiva história de idas e voltas ... o Correio dá novas guinadas, isto é, ainda em 1874 o jornal volta às mãos de José Roberto que, sem condições de arcar com as despesas, faz um contrato, só que desta vez com o Partido Conservador.

Aos poucos, o jornal transforma-se em um órgão desse partido, dedicando a ele não só os editoriais, mas cabeçalhos e largas chamadas para as "questões do partido".

Assim, de 1850 a 1882 o Correio passou por diferentes mãos modificando o seu ideário político conforme os interesses e "paixões" de seus proprietários.

Sua vinculação só ficou mais estável quando a partir de 1882 o periódico foi adquirido pelo sr. Antônio da Silva Prado, chefe da União Conservadora, e mais tarde prefeito municipal de São Paulo, passando então a fazer ferrenha oposição aos liberais.

Antônio Prado era na época uma das figuras mais destacadas, tanto por suas atividades na área econômica (já que estava ligado à cafeicultura, à ferrovia e à política de imigração), como por sua atuação na política. Diferente de seu irmão Martinico Prado, que atuou ao lado do PRP, Antônio Prado era um dos elementos mais importantes do Partido Conservador. Elegeu-se vereador em 1866, deputado federal de 1869 a 1875, de 1885 a 1889 foi ministro de Agricultura, senador em 1887 e ministro das Relações Exteriores

em 1888. (2)

Nas mãos de Antônio Prado, o jornal prosseguiu sua campanha oposicionista à situação liberal (intercalando artigos mais elaborados com outros onde a técnica restringia-se ao conflito direto e às agressões pessoais), até agosto de 1885, quando passou a acompanhar a situação conservadora então no poder.

Quanto à questão da abolição da escravidão o Correio passa de "defensor discreto" da escravidão à "advogado" da questão da abolição do cativo. É justamente em 1887 que o jornal inaugura a seção "Movimento Emancipador", passando a relacionar em tom sempre emotivo e paternal, como analisaremos em outro momento, listas de proprietários do Partido Conservador que libertavam "desinteressadamente" e com salários fixos, seus trabalhadores cativos.

O tom e o propósito desse jornal parecem claros, e poderiam ser nomeados (tomando as palavras de R. Conrad), como o fenômeno dos "fazendeiros abolicionistas" (Conrad, 1978), quando na eminência de perder toda a sua escravaria através de fugas ou da própria lei, os senhores se adiantam optando por conservá-los em suas fazendas a partir de salários e condições fixas. (3)

Em 7 de junho de 1889, porém, em meio a todas as agitações que claramente explicitavam o crescente isolamento da monarquia, sobem novamente os liberais ao poder. No mesmo instante, o Correio passa a fazer clara oposição ao governo, destacando a desorganização dos liberais e a iminência da República.

(2) Sobre a figura de Antônio Prado, maiores referências podem ser encontradas no livro de Daniel Levi (já citado) sobre a família Prado.

(3) Esse tipo de afirmação explicaria também a própria figura de Antonio Prado que, de autor dos "regulamentos negros" (que impunham a prisão não só do cativo fugido como de quem lhe desse cobertura), passa a defensor "ferrenho" da escravidão.

Segundo alguns autores, o Correio chega até a apoiar os republicanos, já que eram liberais que estavam no poder. Foi então que se deu a última e definitiva mudança no jornal, ou seja, o Correio, como em um "passe de mágica", passa de monarquista conservador e escravocrata até 1887, a abolicionista e republicano em 1889, ganhando os louvores e principalmente postos destacados na nova configuração política que se montava.

Assim, nas palavras de Alberto Souza (a quem coube a incumbência de elaborar um livro comemorativo por ocasião do centenário do Correio)...

"Coube ao Correio em tão delicada emergência, a honra de ser a primeira folha monarquista que interpretou elevadamente os sentimentos gerais considerados como definitivos e irrevogável a proclamação provisória de 15 de Novembro e conclamando os antigos partidos a que facilitassem a remodelação constitucional do país" (Souza, 1904, p.70).

Dessa maneira, como um bom camaleão, na edição de 17 de novembro de 1889, o Correio hasteava novamente a bandeira da República, convertendo-se aos poucos, por mais estranho que pareça, em órgão oficial do Partido Republicano, agora partido único no poder.

Antônio Prado foi então aclamado como um dos líderes históricos desse partido (por mais paradoxal que pareça) e mais tarde foi nomeado prefeito da cidade.

Finalmente, em junho de 1890, o jornal foi adquirido "por um grupo seleta de republicanos históricos", entre os quais o sr. Manoel Gonçalves Camilho e o capitão Manoel Lopes de Oliveira, tornando-se depois propriedade de uma sociedade anônima da "Fundação da República".

A história do Correio sem dúvida elucida bem o percurso da maioria das folhas noticiosas da época (principalmente as de longa duração), que estavam sempre sujeitas a flutuações e arranjos.

Particularmente, o Correio deslizou constantemente em suas orientações políticas, provando também o quão tênues eram as distinções e especificidades entre os partidos da época. Mesmo no livro comemorativo ao jornal que antes nos referíamos, o autor (em claro tom apologético) cantava louvores a esse jornal que "soube ceder"...

"Quando as vagas voraginosas da paixão dos tempos se aproximam re moinhando e ullulando elle cederá tolerante bandeira aos ímpetos das novas correntes avassaladoras e curvará a cabeça sobre a qual as águas escuarão desfeitas"...(Souza, 1904, p.70).

A isso tudo acrescentaríamos, tomando o refrão de Chico Buarque, que "vence na vida quem diz sim", e, ao que parece, essa foi a marca da trajetória desse jornal, ao adotar sempre, como um "bom camaleão", as cores dos partidos e posições hegemônicas de cada um dos períodos.

É importante destacar ainda que o Correio trazia também como marca distintiva seu estilo sensacionalista, caracterizado como veremos, pelas notícias minuciosas e descritivas e um discurso bastante apegado aos valores mais conservadores da época.

O Correio sem dúvida representou os anseios e interesses de uma aristocracia rural, que relutou sempre em aceitar as novas configurações aliando-se a elas sempre tardiamente, ou quando o conflito tornava-se inevitável e evidente.

Enquanto veículo noticioso, pareceu levar adiante os interesses dos grandes proprietários paulistas, a princípio escravocratas, e, na última hora, favoráveis à libertação e à introdução de imigrantes. Esses mesmos elementos, por sua vez, foram denomi

dos como "republicanos da lavoura", ou seja, ligados ao mundo rural, e que aderiram ao Partido Republicano só quando foi promulgada a lei do Ventre-Livre. A partir desse momento, o partido, segundo vários autores, começa a se desfigurar como, por exemplo, na reunião do dia 17 de janeiro de 1872, quando se eximem de tratar da questão da abolição. Esse é o momento em que vence a ala chamada de evolucionista (ligada à lavoura) e os republicanos mais radicais e fundadores do partido, como Luiz Gama, Américo de Campos e Antônio Bento, são afastados ou retiram-se. Em 18 de abril de 1878, quando se realizava a Convenção de Itu, considerada como ato oficial da fundação do Partido Republicano Paulista, a ala dos grandes proprietários (chamados mais tarde paradoxalmente de históricos), já é então majoritária e vitoriosa.

No Correio, portanto, a postura conservadora, antes de se constituir em uma "questão de estilo", parecia ser mesmo "uma convicção". Assim, não só em relação à política explicitamente falando destacava-se este tipo de postura, como também em relação a outros temas e questões: por exemplo, judeus, ou ciganos, eram alvos constantes de ataques, principalmente os segundos, de quem se contavam sempre histórias "inquietantes" sobre roubos e traições:

"CIGANOS"

No Município de Nova Friburgo e Cantagalo, correm aos bandos vários lotes de ciganos que vivem de especulação e de enganar o próximo ... Quando um pede acolhida o bando invade a casa ... Uma quantidade de verdadeiros enganadores vagabundos que só vivem do saque e da trapaca" (Correio Paulistano, 15 de fevereiro de 1878).

Por outro lado, com relação à mulher a posição do jornal era clara: valorizada enquanto fixa no lar e ao lado da família.

"A mulher forte"

Como definir a mulher forte? Que virtude, que qualidades deve possuir a mãe a não ser adorada por seus filhos, a esposa para ser sempre amada pelo marido, a ser para sempre venerada pelos seus familiares e ser respeitada por todos" (Correio Paulistano, 05 de maio de 1876).

A posição inferior da mulher (sua incapacidade para ou tro gênero de atividade) era no Correio Paulistano inclusive comprovada a partir de cientistas de grande renome na época. Nesse sentido, em 24 de setembro de 1893 saía um artigo assinado por Lombroso cujo título era "Gênio e Talento nas mulheres". A tese defendida pelo autor era de que não podem existir "mulheres gênios" pois "no acto da maternidade gastam toda força vital". Lombroso chegava a afirmar que "não há mulheres gênios e quando ellas o são deixam de ser mulheres".

Assim, diferentemente de outros jornais da época, que buscavam, como a Província de São Paulo, ao menos ao nível da teoria, mostrar-se apegados aos novos valores e idéias, o Correio marcou sua especificidade majoritariamente a partir de seu estilo e conteúdo absolutamente conservador.

4 - A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO: O BELO PLANO DE UM JORNAL NÃO COMPROMETIDO

A história da Província de São Paulo (futuro O Estado de São Paulo), por sua vez, é a de um jornal que foi criado em nome de um grupo e partido, com propósitos explícitos, mas que alegava durante um largo tempo a sua imparcialidade e não-comprometimento. Ou seja, a idéia de montar um órgão constituído e financiado exclusivamente por republicanos partira da própria Convenção de Itu, quando pela primeira vez republicanos paulistas de várias regiões reuniram-se para formar definitivamente um partido.

A reunião foi realizada na residência de Almeida Prado, em Itu, e contava no seu total com 133 convencionais, 78 ligados à lavoura e 55 a outras profissões (Paoro, 1977, vol.11, p.456). Esse grupo passou então (após a festa de Itu), a se organizar, visando a derrubada legal da monarquia (através da eleição), sendo que já a partir de 1876 os republicanos começavam a disputar os cargos eletivos no interior da máquina eleitoral viciada do Império.

Esses grupos refletiam, por sua vez, a situação contraditória em que a Província de São Paulo vivia desde o momento em que a produção do café tornou-se predominante nessa região. Ou seja, o declínio do Vale do Paraíba, a ascensão do Oeste Paulista e a transferência do eixo econômico não implicaram a ascensão política dos fazendeiros do Oeste Paulista e o declínio do poder político dos setores tradicionais (os chamados Barões do Vale).

Para se ter uma idéia do tamanho deste bloqueio, basta dizer que de 59 senadores, São Paulo só possuía três, além de que a província enviava ao Império 24.000\$000 réis, sendo que só recebia 5.000\$000 réis.

Com tudo isso, passa a existir uma maior articulação entre os proprietários do Oeste Paulista, visando uma melhor organização interna a partir do PRP, que congregaria os interesses específicos desse grupo.

É importante destacar que, como vimos anteriormente, o PR, enquanto representante dos interesses dos grandes proprietários, pouco ou quase nada afirmava com relação à abolição. Principalmente com a saída dos seus elementos mais radicais (como, por exemplo, Luiz Gama) e mais comprometidos com a abolição, o partido deixou de se constituir enquanto órgão que encampava esse tipo de questão ao menos durante a década de 1870.

Em sua plataforma, dos seis pontos destacados (descentralização, instituição pública, liberdade de consciência e culto, agricultura, naturalização e abolição), a questão da libertação constituía o último item, que era inclusive tratado de forma breve e superficial.

Foi justamente na Conveção de Itu que se resolveu que seria oportuna a fundação de um jornal próprio e inteiramente dedicado ao partido e à divulgação de seus programas (Santos, 1980). No entanto, a idéia não foi levada à frente pois já havia dois órgãos que divulgavam as idéias desse partido: O Rebate (folha acadê

mica) e O Correio Paulistano, dirigido por Américo de Campos e que se constituía na época em uma espécie de órgão oficial improvisado.

No entanto, a partir da segunda reunião republicana de 1874, tomou impulso a idéia de se constituir um órgão montado e financiado exclusivamente por republicanos. Pensaram então em adquirir um dos dois grandes jornais que já existiam na época: O Diário de São Paulo ou o Correio Paulistano (Santos, 1980).

A escolha recaiu sobre o segundo, devido a sua instável situação financeira e a suas claras simpatias pelo Partido Republicano (até então).

Campos Sales (futuro presidente da República) reuniu então dezoito elementos, na sua maioria republicanos, decidindo a partir daí que Rangel Pestana se encarregaria de tentar comprar a "Botica", como era vulgarmente conhecido o Correio (Nobre, 1950, p. 58).

As primeiras conversações a respeito da compra do jornal deixaram todos animados, como revela a carta de Campos a Américo Brasileiro:

"Américo

Acabo de ter uma conferência muito alta com o Joaquim Roberto sobre a nossa empresa e elle manifesta-se bem disposto a entrar em negócios. Vae para São Paulo fará seus cálculos e depois me envia resposta, creio que faremos negócios ... Parece-me que por 30 centos, o Correio será nosso e então ... que corra o marfim ..." (15 de setembro de 1874) (Nobre, 1950, p.57).

Através desta missiva, pareciam claras as certezas que Campos Sales depositava nos negócios, certezas essas que aos poucos vão como que se desfazendo e transformando-se em intrigas, até que a negociação se rompe.

Rangel declarava ainda em cartas a Azevedo Marques que o jornal havia de "aparecer de uma forma ou de outra e ele se fundará com reais elementos de vida". Chegava a dizer que "São Paulo não comportava mais um jornal republicano", deixando claro que a vida do Correio Paulistano periclitava. Através das cartas, verificava-se ainda a preocupação em destacar o conflito que se travaria entre os dois jornais e as altas possibilidades econômicas do grupo que propunha o negócio (Nobre, 1950, p.58).

Porém, para espanto desse grupo, A. Marques não cede o jornal e responde com uma carta em que demonstrava visivelmente sua mágoa diante da pretensão dos republicanos campineiros, acabando de uma vez com as negociações e com as intenções do grupo.

Em contrapartida, Campos Sales, em carta dirigida a Américo de Campos, afirmava-se então claramente desapontado:

"O Pestana teve hontem carta de José Roberto dizendo que não vende o Correio, e está disposto a esperar para ser esmagado sob o peso da empresa colossal".

Frente à recusa, partiu-se então para a idéia de criar um estabelecimento próprio. Era esse sem dúvida um dos primeiros entraves práticos que essa nova aristocracia rural, ciente de sua força e riqueza, sentia diretamente - Azevedo Marques não mudara de posição e preferiria inclusive vender o Correio a Antônio Prado (como já vimos anteriormente, líder do Partido Conservador), do que a esse grupo que parecia não ver qualquer obstáculo a sua frente.

Foi então que Américo de Campos e Campos Sales reuniram um grande número de acionistas, fazendo com isso tomar impulso a idéia de se constituir um órgão financiado por republicanos. Entre os 21 sócios, só dois eram liberais, sendo que esses se constituíam em figuras importantes enquanto forma de resguardar uma aparência neutra (o que publicamente permitiu a afirmação da imparcialidade e descompromisso que o jornal fazia questão de declarar em

seu primeiro número).

Relação de subscritores de A Província de S. Paulo

1. Dr. Américo Brasília de Campos	5:000\$000
Jornalista de São Paulo	
2. Sr. Américo Brasiliense d'Almeida	2:000\$000
Advogado de São Paulo	
3. Antônio Pompeo de Camargo	3:000\$000
Fazendeiro em Campinas	
4. Antônio Carlos de Salles	1:000\$000
Fazendeiro em Campinas	
5. Dr. Franco Carlos Rangel Pestana	5:000\$000
Advogado em São Paulo	
6. Franco Glycerio C. Leite	2:500\$000
Advogado em Campinas	
7. Dr. Mel. Ferraz de Campos Salles	2:500\$000
Advogado em São Paulo	
8. Cândido Valle	1:500\$000
9. Dr. José Alves de Cerqueira César	1:500\$000
Advogado em Rio Claro	
10. João Franco d'Almeida Barbosa	2:500\$000
Fazendeiro em Campinas	
11. Dr. João Paula Souza	2:000\$000
Capitalista em São Paulo	
12. Dr. João Tobias de Aguiar	1:000\$000
Fazendeiro em Itu	
13. Major Diogo Antônio de Barros	2:000\$000
Capitalista em São Paulo	
14. João Tibiriça Piratininga	1:000\$000
Fazendeiro em Itu	
15. Almeida Prado	1:000\$000
16. Mal. Elpidio Pereira de Queiros	1:000\$000
Fazendeiro em Campinas	
17. De. Pedroso de Moraes Salles	1:000\$000
Capitalista em São Paulo	

18. Dr. Martinho da Silva Prado 1:000\$000
Fazendeiro em Patrocínio dos Araras
19. Franco de Salles 1:000\$000
Fazendeiro em Campinas
20. Raphael Paes de Barros 2:000\$000
Fazendeiro em São Paulo

Os acionistas eram, na sua maioria fazendeiros ou profissionais liberais, e pode-se notar rapidamente que representavam a nova região produtora de café, que principiava a se constituir no maior e mais eficiente foco de oposição ao Império.

No interior dessa relação temos sem dúvida grandes representantes da lavoura, sendo que uma figura exemplar nesse sentido é Martinho Prado, que pertencia a uma família tradicionalmente vinculada à agricultura e ao café. Martinho rompe com as tendências conservadoras dos Prado quando ingressa no PRP e ajuda a fundar o novo jornal. Esse exemplo da família Prado representaria inclusive a cisão que havia no interior da aristocracia rural, já que enquanto seu irmão Antônio Prado era eleito senador pelo Partido Conservador e comprava o Correio Paulistano (transformando-o em um órgão a serviço de seu partido), Martinho (que já havia optado por ir combater na Guerra do Paraguai, quando a maioria dos grandes proprietários tinha como prática enviar escravos em seu lugar), era eleito de 1878 a 1889 como representante do PRP.

Para a formação da empresa, cada qual entrou com elevadas somas, o que já revelava a proporção e pretensão da grande empresa que se constituíra a partir de então.

A sociedade organizou-se sob a forma de comandita e os dois maiores acionistas, Rangel Pestana e Américo de Campos (que já haviam trabalhado em outros jornais), assumiram a sua direção.

O primeiro número, que saiu com atraso no dia 4 de janeiro de 1875 (devido à falta de material humano e às constantes sabo

tagens praticadas pelo Correio), declarava, conforme o planejado, tratar-se de um órgão independente, sem deixar transparecer seus entusiasmos e vínculos com os ideais republicanos (sendo que, em pouco tempo, a Província seria o seu mais eficiente arauto).

Logo no número inicial, assim se apresentava o novo periódico:

"A província de São Paulo

Propriedade de uma associação commanditária: Am. de Campos e F.

Rangel Pestana

Mais uma folha diária vem offerecer a província de São Paulo, campo livre aos debates tão necessários ... Criada pelo concurso de capitães fornecidos por agricultores, comerciantes, homens de letras e capitalistas, esta ella no caso de satisfazer as mais legítimas aspirações da rica e briosa província ...

... Não sendo órgão de partido algum nem estando em seus intentos pertencê-lo..."

Os primeiros anos foram marcados por sérias dificuldades econômicas, sendo que só um grupo economicamente forte é que poderia arcar com todos esses contratempos.

A Província a princípio não se comprometeu politicamente de maneira acintosa, sendo que, apesar das recorrentes afirmações de simpatia, só em 1884 é que assume uma postura oficialmente republicana (já que até então o periódico claramente encobria-se, evitando um choque direto e fatal com outros setores e buscando ainda uma maior aceitação por parte do público leitor).

Assim, é interessante verificar que, se por um lado em 2 de outubro de 1874, Campos Salles enfaticamente declarava o descomprometimento do jornal: "A Província não é órgão de partido e nem advoga interesses de nenhum deles..."; por outro, no programa do periódico nesta mesma época, basicamente repetia as diretrizes do PR, inclusive no que se refere à "disposição das propostas" (sendo

que a questão servil continuava a aparecer como último item de relação):

1. Descentralização completa
2. Ensino livre e aprendizagem obrigatória.
3. Senado temporário e eletivo.
4. Eleições diretas sob bases democráticas.
5. Presidentes das províncias eleitos por elas próprias.
6. Manifestações independentes.
7. Liberdade de culto.
8. Ensino secular separado do religioso.
9. Instituição do casamento civil.
10. Secularização dos cemitérios.
11. Instituição do regulamento civil, de nascimento e casamento e óbitos
12. A reforma relativa do elemento servil ou a sua substituição pelo trabalho livre se fará na medida geral, mas pelas províncias conforme seus interesses peculiares, tendo por base a indenização e o resgate.

Porém se durante um longo período a Província insistiu na fórmula da imparcialidade e da mera afirmação do apoio ou simpatias ao Partido Republicano, a partir de meados da década de 1880 a vinculação torna-se explícita. Introduzem-se então novas seções ligadas às causas do partido (entre elas o "Boletim Republicano", que tratava exclusivamente das novas adesões do partido); elementos como Silva Jardim fazem por merecer largas páginas com comentários elogiosos; e na seção intitulada "crescendo", comentava-se, com o mesmo entusiasmo, o crescimento numérico dos republicanos.

Para a Província, portanto, a República parecia ser então "a questão maior" (mesmo diante do iminente problema da abolição da escravidão). Assim, por exemplo, no dia 31 de agosto o periódico esclarecia como abolição e República eram duas questões diferentes, sendo o abolicionismo um problema mais fácil pois "visa atacar uma instituição decadente", e a República "mais difícil pois implica em várias mudanças concomitantemente".

Com relação à escravatura, por sua vez, o jornal claramente assumia uma posição de contemporização, ou seja, sem declarar-se contrário à abolição (o que não poderia fazê-lo de forma alguma devido à toda postura de adesão a "novas idéias" que assumia), nada de mais avançado propunha ou acrescentava, defendendo inclusive a possibilidade de indenização aos grandes proprietários.

Só em 1884, já em plena campanha, é que a Província declara seu apoio, sendo que até então o vínculo que mantinha com a agricultura parece que impossibilitava tal medida.

Decretada finalmente a abolição, realmente a "vindoura República" toma boa parte dos espaços do jornal. Nesse momento em que se exaltava, por um lado, a necessidade do regime republicano, por outro, a ironia e a crítica sagaz concentravam-se na figura do Imperador D. Pedro II e sua família. Vários artigos insistiam então em comentar o caráter corrupto e pouco inteligente do Conde D'Eu e sua esposa, enquanto outros nos falavam sobre a "degeneração visível do monarca..."

"A Motomania

A Motomania ou mania do movimento, é uma das formas mórbidas das affecções do systema nervoso, um dos caracteres dos hereditarios de generados e desde ha muito para o observador insuspeito um dos symptomas mais salientes da Imperial degeneração de sua magestade o Imperador ... É geralmente sabido em todos os cantos da Nação brasileira e mesmo no estrangeiro, até onde chega o delírio do movimento em que D. Pedro de Bragança, tanto que sem o menor exagero pode-se perfeitamente trocar a phrase à vol d'oiseau por esta à vol d l'empereur du Brésil. Uma triste verdade. Estas considerações vieram a propósito da notícia de que S. Magestade pretende daqui a algum tempo visitar as províncias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e talvez a República do Prata. Note-se que Magestade não teve tempo ainda de sacudir a poeira da Europa".

... ou insistem em comentar sobre sua "inabilidade política".

"!!!

Scena de hontem na galcota que trazia S. Majestade. O Imperador abre um jornal de manham, fita-se-lhe a vista sobre a lista do novo ministério. Ao ler-a Majestade empallide-se cae-lhe das mãos a folha e diz: - Mas isto não é o que estava combinado!" (Província de São Paulo, 27 de agosto de 1888).

Fazia assim não só críticas à monarquia, como inclusive ataques diretos a Antônio Prado que, como vimos, era proprietário do Correio Paulistano e político conservador influente na época. As divergências entre os dois jornais pareciam ser inclusive bastante constantes, aparecendo ora em artigos sérios e detalhados, e às vezes através do mero deboche. Por exemplo, em 6 de julho de 1880, um grande artigo comentava com sarcasmo sobre a diminuição do formato (e consequentemente do preço) do Correio Paulistano:

"... esse facto antes revela o quanto é ainda precário o jornalismo entre nós, maxime quando colloca-se na dependência dos partidos. O Correio conta 27 annos de existência e isto bastava para que occupasse na imprensa mais segura posição".

No entanto, no dia 8, a Província lançava um novo artigo sobre o tema onde parece ter sido obrigada a retratar-se frente às "meias-verdades" que veiculara:

"... Nossas mal vistas observações foram feitas na plena sinceridade da real estima que votamos... uma coisa que não dizemos porque não podemos adivinhar e só agora soubemos é que a redução do formato visava em vantagem do público, poder receber anúncios e notícias a noute... Se preponderou então este motivo, então nossos parabéns ao público e collega".

Ataques e críticas a parte..., com o tempo o periódico pareceu afirmar-se. Em seus primeiros momentos, as características técnicas da empresa eram extremamente rudimentares pois possuía somente um prelo Alauzet, que necessitava ser movido a mão, o que era feito por pretos livres, recrutados em frente ao largo da Misericórdia onde circulavam (Nobre, 1950, p.60-1). Dizia-se inclusive que à noite, quando se rodava o jornal, a iluminação era produzida por

velas de sebo, tanto para a composição como para a sua impressão, sendo que José Maria Lisboa não confiava a ninguém o controle do consumo de velas. Por isso, independente da hora marcada para o início da impressão, um dos empregados acordava o gerente que, por sua vez, lhe entregava as suas velas necessárias à iluminação.

Porém, aos poucos e com as melhorias técnicas que foram sendo introduzidas, o jornal chegou até a suplantar os outros dois grandes periódicos da época: o Diário de São Paulo desapareceria em 1876, e em junho de 1875 a Província chegaria a 2.200 exemplares.

Além disso, já no seu segundo ano de existência, esse jornal republicano seria, para espanto e indignação de todos, vendido na rua (a partir de 23 de janeiro de 1876). Até essa data, a venda avulsa era feita apenas nas redações e oficinas dos periódicos, sendo que foi justamente um trabalhador da oficina (Bernard Gregoire) quem teve a idéia. Dizem os relatos que como o jornal era de oposição e tinha um caráter republicano, o dinheiro ali era escasso; assim, Bernard (francês de nascimento), que já conhecia esse gênero de venda (e que objetivava um aumento de seus rendimentos), saiu à rua de touca e com uma buzina para chamar a atenção.⁽⁴⁾

Nem todos viram com agrado essa nova forma de venda, formando-se mesmo um movimento contra esse tipo de "mercantilização" da empresa (já que se afirmava na época que a Província vendia jornais como se vende "batatas e cebolas"). Algum tempo depois, no entanto, todos os jornais eram vendidos nas ruas da capital, sendo que aos poucos foram surgindo os primeiros pontos e bancas, hoje tão comuns no panorama das diversas cidades.

A Província sofreu também alguns reveses e mudanças. O primeiro veio com a falência do barão de Mauá, que levou consigo

(4) (Nobre, 1950, pp. 62-63).

Até hoje o símbolo de O Estado de São Paulo é o vendedor ambulante B. Gregoire, que saía pelas ruas anunciando o jornal.

boa parte dos fundos do jornal, tendo Rangel Pestana que arcar particularmente com os prejuízos.

Por outro lado, em 1884 Alberto Sales (irmão de Campos Sales) assumiu a direção do jornal. Alberto Sales já era conhecido como jornalista e escritor e um dos maiores adeptos dos ideais positivistas e do evolucionismo social no Brasil, tendo sido apelidado de "O Filósofo da República".

A primeira consequência imediata de seu ingresso no jornal foi que suas idéias chocaram-se com as de José Maria Lisboa e Américo de Campos, sendo que esses foram despedidos em 9 de outubro de 1884. A saída desses dois elementos resultou, por sua vez, na subsequente fundação de um novo jornal, o Diário Popular.

Com Alberto Sales no jornal, a Província viveu seu momento de maior apego e "crença" nas leis rígidas da "ciência moderna". Alberto Sales, que redigia prioritariamente os editoriais e seções científicas, sistematizava tudo através da ciência, e, sempre em nome dela, passava de "paixão democrática às atitudes racistas com relação à população negra ou imigrantes".

Sales acreditava a fundo nas teorias da época que definiam os aspectos prejudiciais da mestiçagem e o caráter atrasado do elemento de cor, sendo que através desse tipo de idéias Sales claramente valorizava o predomínio da raça branca o que combinava perfeitamente com a situação política do momento. Nesse sentido, como nos diz S. B. de Holanda, "de fato o positivismo veio reforçar uma tendência comum ao pensamento brasileiro para acreditar no poder mágico das idéias" (...). Acrescenta ele: "(...) é possível compreender o sucesso do positivismo entre nós justamente por esse repouso que permite ao espírito as definições irresistíveis e imperativas do sistema de Comte (...). Para seus adeptos, a grandeza desse sistema prendia-se exatamente à sua capacidade para resistir à fluidez e mobilidade da vida (...). É realmente edificante a certeza que punham aqueles homens no triunfo ao final de novas idéias (...). E nossa história e tradição eram recuadas de acordo

com esses princípios inflexíveis" (Buarque de Holanda, 1979, pp. 294-5).

Alberto Sales forma-se, portanto, à semelhança da maior parte dos filhos da aristocracia cafeeira e membros de grupos economicamente dominantes, dentro desse universo em que a sociedade era analisada a partir de uma só ótica e através dos filtros de leis de progresso e evolução rígidas.

Apesar do positivismo ter feito em São Paulo poucos adeptos (já que a Academia de Direito manteve sempre sua tradição humanista, fazendo questão de destacar sua heterodoxia), Alberto Sales foi em São Paulo um de seus principais defensores e difusores, aliando essa filosofia às idéias evolucionistas de Spencer. De Spencer a Darwin, retirou as noções de que a evolução das espécies era um princípio universal e que se aplicava a todas as coisas: ao universo, ao mundo orgânico e celular, ao mundo social e político. O biologismo social de Spencer (que identificava o mundo social ao biológico), foi incorporado por Sales, para quem "o progresso social, assim como o biológico dá-se por vias da desagregação e agregação" (Pinheiro, 1975, p.3).

Logo, neste período, a Província acentuava ainda mais uma característica que já era sua desde os primeiros números, qual seja, o apego "às novas idéias da época". Nas mãos de Sales, os editoriais e seções científicas passaram a ser orientados pela "trilogia do momento": Comte, Darwin e Spencer, que pareciam dar conta de todas as questões relevantes.

No entanto, o radicalismo das idéias de Alberto Sales (que não se furtava inclusive a redigir textos irados contra os "lusitanos"), acabou por ser prejudicial à Província, não só porque o jornal perdia elementos importantes, como também porque grande parte dos assinantes começou a deixar de ler o jornal (Freitas, 1915, p.221).

O "filósofo da República" afasta-se então da Província em 1885, quando o jornal sofre uma grande crise financeira, sendo que foi justamente nesse período que Júlio Mesquita assumiu a direção do periódico.

A partir de então, a empresa ganha um estabilidade maior, tornando-se claramente o maior jornal da época. Nesse sentido, em 1886, a relação de periódicos de São Paulo era a seguinte:

<u>Correio Paulistano</u> (conservador)	2.500 exemplares
<u>Província de São Paulo</u> (republicano)	3.500 exemplares
<u>Diário Mercantil</u> (imparcial)	3.000 exemplares
<u>Gazeta do Povo</u> (republicano)	1.300 exemplares
<u>Diário Popular</u> (republicano)	2.200 exemplares

O periódico encampa, como suas, tanto a questão da abolição como a da República, sendo que, um mês depois de proclamada a República, muda seu nome para O Estado de São Paulo.

Porém, logo depois de instaurado o novo regime, Júlio de Mesquita e principalmente Rangel Pestana não se conformam com o governo militar e em especial com os difíceis momentos políticos e de claro litígio e decepção que marcaram o início da República Velha.

Em 1891, Rangel Pestana, já desiludido com a política e mesmo abalado em sua saúde, cede a propriedade do jornal à Companhia Impressora, ficando Júlio de Mesquita como diretor político. Por fim, em 1895, a empresa passa para as mãos de uma firma da qual fazia parte Júlio de Mesquita.

Porém, nesse momento, o papel de órgão oficial já não estaria mais nas mãos de O Estado de São Paulo e sim, paradoxalmente, nas do Correio Paulistano e sob a chefia de Antônio Prado.

Quanto ao seu "estilo" e discurso, como analisaremos, a Província buscou marcar sua especificidade desde o início, caracterizando-se enquanto um jornal vinculado às "novas teorias da época".

Para esse jornal os grandes valores do momento eram sem dúvida, "o progresso, a civilização", sendo que a Província não se cansava de tratar a todo momento destes temas.

"Índices de civilização" eram nesse sentido todos os artigos que se referiam ao avanço e tamanho da cidade de São Paulo. Assim, neste jornal insistia-se em noticiar sobre o alto grau de progresso da nossa cidade, progresso esse que inclusive gerava alguns incidentes, similares aos apresentados nos jornais atuais.

6 de junho de 1878. Encontro de veículos

Ontem na rua da Constituição o tilbury nº 103 soffreu tão grande pancada de uma carroça, que ficou estragado em diversos logares... O sr. chefe de polícia tem dado ordens para que cesse o abuso de se confiar o governo de carroças velozes a indivíduos imprudentes e sem a precisa experiência. O perigo não está só na pouca idade do conductor ... Os mesmos inconvenientes se dão quando o carroceiro não sabe guiar o animal em ruas onde há grande transito de veículos ..."

Além disso, compunham também o cotidiano desta folha inenúmeras listas de livros (boa parte em língua francesa) adquiridos pela livraria A. L. Garraux, centro e ponto de encontro dos elementos "ilustrados" da cidade.

Por outro lado, o outro grande tema para a Província era sem dúvida a "sciência" com suas novas teorias positivistas, deterministas e evolucionistas. Tais idéias vão ser largamente utilizadas por esse jornal na análise de toda e qualquer questão do momento, servindo para justificar, desde o problema racial como o momento político ou mesmo as relações com o "belo sexo". Neste último ca-

so, e apesar de sua postura pretensamente avançada, a Província parecia assumir as posições mais tradicionais. Assim os artigos traçavam comparações muitas vezes "nada edificantes"...

"Variedades. A mulher e o tabaco

... A mulher como o charuto pode ter um exterior lindo e tentador e um interior pessimamente depravado. A capa de hypocrisia que oculta a perversidade da mulher, corresponde á folha que envolve o charuto e sua ruindade. O amor da mulher como fumo de charuto pode evaporar-se. É questão de recipiente..."(A Província de São Paulo, 19 de setembro de 1884).

... E em geral acabavam por cair nas definições mais cotidianas apresentando a "verdadeira mulher" como o "anjo do lar".

"... A mulher dentro de casa deve saber e entender de tudo o que é útil e preciso á família para assim corresponder á missão de prudência e ternura que fazem com que se chama do anjo do lar..."(A Província de São Paulo, 2 de março de 1885).

Portanto, esse novo periódico, que trazia constantemente as teorias e pensamentos científicos, que "encantavam" o "civilizado" mundo europeu, parecia oferecer neste momento uma nova opção aos grupos que, tomando como bandeira essas novas idéias, viam na monarquia um entrave para o "desenvolvimento" da nação e da civilização.

5 - A REDEMPCÃO E OS LIMITES DO PENSAMENTO ABOLICIONISTA BRASILEIRO

Por fim, a Redempção, o terceiro jornal que optamos por analisar, é um periódico, pelo menos em tese, bastante diverso dos anteriores.

As suas especificidades estariam não só nas características formais (já que se tratava de uma folha bissemanal, de formato e preços e extensão menores), mas principalmente na sua proposta

política. Isto é, tratava-se de um jornal ligado ao grupo dos caifazes, que praticavam o que na época era denominado como "abolição ilegal", já que seus membros não se apoiavam só nos "benefícios da lei", mas antes buscavam através de formas mais diretas, como o incitamento à fuga, chegar à libertação total de grupos de escravos.

Além disso, a Redenção representava uma opção diferente em termos de folha noticiosa em São Paulo, não só devido à sua nova postura partidária, mas também por seu cunho manifestamente popular, com sua linguagem ainda mais acessível e muitas vezes até "vulgar" (principalmente se levarmos em conta os padrões da época).

Assim, a análise de a Redenção é particularmente relevante não só devido ao tipo de jornal que representava, como também por desvendar contradições reveladoras e instigantes da época.

5.1 - A Redenção - "Seu Mito de Origem"

A história desse jornal está totalmente vinculada à trajetória do grupo que foi responsável por sua fundação: os caifazes, grupo liderado por Antônio Bento e que procurava chegar à abolição através de ações mais imediatas.

Para entendermos a postura dos caifazes, por sua vez, é relevante caracterizar a maneira como se moldou esse grupo amplamente criticado pela grande imprensa e pelos partidos da época.

Antônio Bento fazia parte do grupo denominado "republicanos radicais" que como vimos compunha a ala mais avançada do PRP nos primórdios de sua fundação (Suplemento Centenário, nº 22, 31-5-1975). Ou seja, os irmãos Campos, Luiz Gama e Antônio Bento, além de lutarem no interior do partido pelo regime republicano e federalista, atuavam também com relação à questão da abolição da escravidão.

Nesse sentido, Luiz Gama, ele próprio um ex-escravo, representava, enquanto líder e advogado, a figura mais eminente no interior dessa causa, contando inclusive com o apoio dos maçons da Casa América.

Em 3 de maio de 1871, no entanto, com a emissão da Lei Rio Branco (Lei do Ventre-Livre), vários conservadores e grandes proprietários, já desgastados com o Império, voltaram-se contra ele engrossando as fileiras do novo partido (como uma forma de contestação direta ao regime). Com a adesão desse novo grupo, o PR começou claramente a desfigurar, pois o motivo que marcava a entrada desses elementos no partido era justamente a não-concordância com essa lei (apesar de seu caráter claramente paliativo), que vinha no sentido de reativar a "já inerte" questão da escravidão. A partir de então, o PRP começaria a adotar atitudes de total comtemporização, fazendo inclusive colocações inteiramente simplistas quanto ao problema da escravidão, afirmando na imprensa, por exemplo, que "a questão não nos pertence exclusivamente porque é social e não política" (Suplemento Centenário, nº 22, 31-5-1975).

A reação interna não poderia ser outra, ou seja, os republicanos radicais retiravam-se para atuar diretamente enquanto abolicionistas: Bernardo de Campos foi para Amparo, Luiz Gama voltou-se somente para a questão da libertação dos escravos, e Antônio Bento, que durante um pequeno período ficou desaparecido perante a opinião pública, em 1883, com a morte de Luiz Gama (24 de agosto de 1882), tornou-se o principal "ativista" da causa dos escravos. (Na verdade, Américo de Campos foi o único que se conservou com atividades ligadas ao Clube Republicano, sendo que todos os outros romperam radicalmente com o partido).

Antônio Bento, juntamente com o seu grupo, começou a atuar então com grande frequência, incentivando fugas e criando todo um sistema de proteção aos escravos evadidos. Havia inclusive uma hierarquia montada, já que alguns elementos eram os responsáveis pela fuga dos escravos das fazendas, patrocinando as pró-

prias evasões, e outros incumbiam-se de colocá-los em abrigos seguros.

A maioria dos escravos eram levados então para Santos ou São Paulo, sendo recolhidos também no Quilombo Jabaquara, que se localizava em Santos, e que resultava da ação e organização de elementos brancos (Queiróz, 1981, p.77).

Antônio Bento, filho de grandes proprietários e bacharel pela Academia de Direito, com o tempo passou a ser odiado pelos elementos ligados à lavoura, que redigiam artigos irados a seu respeito, como os que saíam nas páginas do Correio.

Assim, na seção livre desse jornal, por exemplo, Ramos Nogueira em 24 de julho de 1887 atacava veementemente Antônio Bento, a quem chamava de Bento Sapo e propunha inclusive que todos "tratassem de por na cadeia os larâpios dos senhores de escravos como Antônio Bento. A evolução abolicionista não precisa de saltedores".

Em São Paulo, a drogaria Baruel (da propriedade de Antônio Bento) e a confraria de Nossa Senhora dos Remédios funcionavam como espécies de sedes dos caifazes, que já no próprio nome traziam a marca da grande religiosidade que os caracterizava. (5)

A força desse grupo estava também no fato de que a associação se ramificava por diferentes camadas sociais, cujos representantes pertenciam a vários departamentos públicos e instituições particulares (na capital, cocheiros e ferroviários serviam de comunicação entre a cidade e o campo).

(5) Caifáz. (na Bíblia) - príncipe dos Sacerdotes que tinha aconselhado aos judeus - "de que convinha que um homem morresse pelo povo". Novo Testamento - Evangelho de São João - cap. XVIII Versic. 13 e 14.

Dessa maneira, conseguiam informações e auxílio, sendo que aos poucos o grupo parece que acabou se transformando num dos instrumentos mais poderosos para apressar a extinção do trabalho servil.

Com tudo isso, o jornal acabou cumprindo um papel importante na propaganda abolicionista, sendo que, como veremos, lançava mão de todos os meios, até da ironia, para desmoralizar a causa dos escravocratas.

O periódico, por sua vez, sintetizava as idéias desse grupo e, como nos diz Alice Aguiar, "expressava a doutrina que serviu de sustentação a essa mesma ação" (1976, p.12).

Apesar de formalmente secreto, a Redenção conseguiu circular livremente pelas ruas da capital, tendo, ao que tudo indica, uma boa aceitação.

5.2 - O Jornal se Apresenta: por um Abolicionismo Diferente

Em 2 de janeiro de 1887, num momento em que a questão da emancipação da escravidão claramente se acirrava, aparecia em São Paulo a Redenção: "folha abolicionista, commercial e noticiosa". Já no seu discurso inaugural o novo jornal buscava marcar sua especificidade a partir de sua postura com relação a diferentes posições políticas então existentes:

"(...) O título de nosso jornal já indica nossa missão na imprensa. Divergimos completamente tanto dos liberais RESISTENTES como dos escravocratas, não concordando com as idéias conservadoras e detestando aqueles que trazendo o capacete phrygio na cabeça, trazem na mão o bacalhau com que cotidianamente surram seus míseros escravos.

(...) Nós queremos a liberação imediata sem prazo para conseguila aceitamos a revolução (...). Também trataremos do progresso moral e material de nossa província. De passagem dizemos que para nós todos os homens são iguais (...). contudo procuraremos que nossa lingua-

gem se bem que severa e enérgica seja polida e conveniente (...). A escravidão é um cancro que corroe o Brasil, o pallativo da lei Sa raiva Cotegipe prolonga a enfermidade (...). Contamos com o povo e nada mais".

Logo, a nova folha surgia diferentemente dos outros jor nais, como a Província, que escondia ou amenizava suas posições pa ra ganhar público, firmando sua diferença e o radicalismo de sua postura.

5.3 - A Redenção: seu Aspecto Formal

Antônio Bento, antes de publicar esse jornal, já havia fundado um outro, denominado O Arado, que circulou somente de 1882 a 1883, sendo que se dedicou à Redenção a partir de 1887.

A Redenção pertencia a uma associação e circulava aos domingos e quintas-feiras. O jornal possuía quatro páginas e tinha um formato bem menor que o dos grandes jornais da época, sendo que as notícias, poesias e folhetins, que ocupavam três páginas do jor nal, eram dispostas também de forma bastante anárquica e sem uma diagramação mais coerente. A escassa propaganda, que indicava, como vimos, a pouca prosperidade de um jornal, ocupava folgadoamente (devido ao pequeno número de anúncios) a quarta página do periôdi co.

O jornal possuía uma disposição interna bastante regular, com seus folhetins e diferentes seções de conteúdo sempre seme lhantes, já que todos se remetiam, apesar dos diferentes "gêneros e estilos", à questão da abolição.

Até os folhetins pareciam estar vinculados à "causa", pois enquanto no Correio Paulistano abundavam os textos românticos e "melados", na Redenção optava-se, por exemplo, por publicar em ca pítulos diários o conhecido romance norte-americano de Beecher Sto ne, A Cabana do Pai Tomás, que inclusive já havia sido encenada no Teatro Modelo de São Paulo.

Além de Antônio Bento de Souza e Castro (responsável pelos artigos de maior popularidade) escreviam também na Redenção o padre Francisco Barbosa (vice-presidente da associação abolicionista) e o tenente-coronel Macedo Pimenta (tesoureiro da associação abolicionista, cujo presidente era o próprio Antônio Bento).

O jornal marcava a sua especificidade também a partir da manutenção de um estilo particular, já que aliava a uma linguagem popular uma clara despreocupação gramatical:

"Não fazemos questão da gramática e tão pouco da pontuação de nossos artigos (...) não se incomodem por que nós não nos incomodamos e damos desde já por desculpados porque pretendemos afirmar quando fomos censurados por tais erros que são esses tyngra-pleicos mesmo porque os nossos leitores são quasi todos pertencentes ao Zé Povinho e pouco se importam com a gramática. Si nosso jornal for lido por gramáticos pedimos a esses que ponham a pontuação onde lhes convier e que leiam gramaticamente. Estebelecendo a questão nesse pé, não pretendemos para o futuro discutir qualquer questão grammatical que se apresente" (Redenção, 13 de janeiro de 1887).

A Redenção circulou em São Paulo desde 1887 até a promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, quando passou a ser publicado só anualmente, por ocasião da comemoração desta data. Pouco antes dela, Antônio Bento já havia se retirado da redação (Freitas, 1915). A partir de então, Antônio Bento passa a publicar o jornal A Liberdade, retornando logo após novamente à Redenção.

5.4 - A Arte de Bem Criticar

Outra característica marcante deste jornal estava ligada ao tipo de discurso por ele veiculado. A sua linguagem, ao menos comparativamente, era mais acessível e seus artigos eram dirigidos diretamente à população, como se informava por exemplo na edição do dia 27 de junho de 1897:

"A Redenção de hoje é o mesmo de outrora, linguagem vulgar ao alcance da massa popular, porque temos certeza que nosso jornal só seria lido pelo povo".

Os textos irônicos de linguagem "vulgar", como veremos, eram principalmente utilizados quando a Redenção buscava atacar elementos, instituições ou qualquer tipo de autoridade constituída, como afirmavam na edição de junho de 1887. "Diabos carreguem a todas as autoridades".

Nesse sentido o jornal parecia ter como principal interesse enfrentar os grandes e já consolidados periódicos da época, em especial o Correio Paulistano, o mais antigo de todos. Contra esse jornal, valia qualquer tipo de qualificação, desde "pobre égua velha de beico cahido" (18 de julho de 1897), até "espécie de mulher grávida que assusta com tudo", sendo que não se furtavam também a desqualificar a integridade desse jornal, vinculando-o diretamente ao governo:

"Nabos de Cacapava

O Correio Paulistano como órgão de governo, tem sempre dinheiro para viver a TRIPA FORRA, abriu agora uma secção só para fazer fosquinhas e outros jornais andam com a sella na barriga, seção sobre petiscos; um dia é dobradinha a Campinas picadindo a Araraquara, linguça a Bananal. Ora senhor Correo! Nesses tempos bicudos já se deve dar por feliz, quem houver caldo de feijão e farinha ..."

(A Redenção, maio de 1898).

Assim, como um dos temas prediletos era justamente a crítica à vinculação do Correio com o governo, logo não poderiam faltar referências pejorativas ao proprietário desse jornal Antônio Prado, que participava ativamente das articulações políticas da época.

"É bom que toque para todos

Inegavelmente, o Dr. Antônio Prado tem feito serviços importantes à União conservadora. Sabemos quanto custa sustentar-se um partido. Sabemos que um jornal de formato do Correio Paulistano não pode sustentar-se com assinantes porque os políticos entendem que devem ter jornal de graça e os negociantes que os jornais políticos que não são próprios para anúncios (...). Logo, o Correio precisa de não poucos recursos que são todos obtidos pelo Dr. Antônio Prado". (O artigo continua acusando Antônio Prado em sua política de "compra" de políticos e cargos.) (A Redenção, 19 de maio de 1887).

A figura de Antônio Prado estava sempre em foco na Redenção, sendo que às vezes os artigos eram mais violentos e agressivos:

"Este estadista que mereceu até a honra de ter uma rua com o seu nome infeliz, a rua que dá para elle o melhor gramado (...) é uma espécie de Narcisosinho Caboclado (...) O que tem feito? Nada ... infelizmente a Província de São Paulo está entre Scilas e Caribides se sobe o partido liberal esbarramos com a família Queirós se o conservador cahimos na família Prado e depressões..." (A Redenção, 6 de janeiro de 1887).

A Redenção não deixava inclusive de responder às provocações dos grandes jornais que os acusavam de "abolicionistas anarquistas", fazendo-o com o mesmo estilo irônico e mordaz. Por exemplo, citam um artigo do Correio em que os caifazes e a Redenção são acusados e respondem da seguinte maneira:

"(...) é melhor que o rabujento Correio não nos provoque com sandices. Um conselho de amigo: lemos em uma folhinha que o uso de pintar os cabelos e barbas traz como consequência o amolecimento cerebral e faz com que os que usam dentes ridicularizam... Talvez seja por essa a causa do Correio provocar-nos, pois não pintem mais esses cabelos e barbas amigos que ficará amável e bom como era quando não pintava. Se continuar a provocar-nos voltaremos a história de certos cavaleiros MUITO CONHECIDOS" (A Redenção, janeiro de 1887).

As críticas contra o Correio concentravam-se principalmente na sua "[falsa] política com relação à abolição da escravidão:

"Promessas de liberdade

Continuam os fazendeiros a lançar mal rosado ao beijo dos abolicionistas como se nós sofressemos de sapinho. Prometem a liberdade a seus escravos, outros libertam condicionalmente mas não constam que tenham dado baixa nas collectorias (...). Todos os dias, com o título de Movimento Abolicionista (alusão à seção do Correio) noticiam esses jornais que o barão de tal, o visconde não sabemos de que o coronel fulano, o comendador sicrano prometteram libertar seus escravos. Sabemos que todas essas pessoas são muito honradas, basta ser fazendeiros e ter dinheiro para se qualificar deste modo. No entanto, deveriam dar baixa na collectoria (...) porque de outro modo não podemos saber si a Província de São Paulo está se libertando de verdade o é FAÇA DE CONTA" (A Redempção, 7 de agosto de 1887).

O Correio era inclusive caracterizado como um "jornal escravocrata" (2 de janeiro de 1887), sendo que suas seções eram constantemente desmontadas, verificando-se o caráter ilusório dos artigos que "festejavam" as libertações que seus partidários anunciavam, mas que pouco realizavam:

"O Correio como todos sabem, tem a sua alma apenas de ser inimiga da raça negra, gosta tanto de pintar-se de preto e é por isso que tem subido tanto ao ponto de estar ameaçado com o título de conselho ou com uma cadeira no senado (...)" (A Redempção, 13 de janeiro de 1887).

Contudo, o Correio Paulistano não era o único alvo dos ataques. A Província de São Paulo, por sua vez, não saía ileso das páginas da Redempção. A princípio o tom geral era de um "relativo elogio"...

"No dia 4, fez 14 annos que surgiu um jornalismo que veio a dar com-
bate ao jornalismo até então decadente. Falamos do aparecimento do
jornal Província de São Paulo órgão republicano (...) dirigido por
três grandes homens (...). Mas como não podemos fazer elogios per-
feitos, pois isso vai contra a índole de nossa folha dizemos que a
Província não tem descrito como devia e podia fazê-lo a questão do
elemento servil. A Província poderia convencer aos fazendeiros espe-
cialmente republicanos que a escravidão é um roubo, um furto. Pelo
contrário, tem falado sobre os quilombos aos quais tem reclamado
providências" (A Redempção, 6 de janeiro de 1887).

No entanto, a posição da Redempção iria mudar, sendo que
a Província (e depois O Estado de São Paulo) passaria a ser repre-
sentada da mesma maneira pejorativa que os outros grandes jornais
do período.

Não faltarão críticas a seu elevado preço (3 de maio de
1888), a seu conteúdo ou à sua característica burocrática.

"(...) O Estado de São Paulo levou muito tempo publicando anúncios
de pretos fugidos, fazendo disso uma safra. Hoje, o Estado é um re-
clame para a advocacia administrativa" (A Redempção, 18 de julho de
1897).

Portanto, conforme vamos chegando à década de 1890, O
Estado de São Paulo assim como os outros dois grandes jornais da
época (o Correio Paulistano e a Platéia) conterão a mesma caracte-
rística, segundo A Redempção, a de serem

.. "3 jornais que vivem marombando para poderem abocanhar editaes e
anúncios das repartições públicas e câmaras municipais e por isso
incapazes de sancionar os demandos que passem nessas repartições"...
(A Redempção, julho de 1897).

Todas essas críticas revelavam também no seu conjunto a "fragilidade" da política abolicionista adotada pelos periódicos. Assim, aquilo que chamávamos anteriormente de abolicionismo de "última hora" ou de fenômeno dos "fazendeiros abolicionistas", ficava totalmente descoberto por esses artigos. Nesse sentido, o maior alvo de ataque era o Correio; que representava, enquanto órgão de situação, o símbolo do poder e da estrutura reinante.

Porém, essa postura crítica da Redenção não se limitava só à imprensa. Existiam outros elementos que também estavam constantemente na sua "mira". Assim, os policiais eram corriqueiramente atacados devido à sua violência ou incompetência, ou os capitães-de-mato, enquanto figuras "brutas", "infames" e "incivilizados" (sendo que neste sentido o Correio era acusado de ser conivente com esses elementos).

"Também seria de grande valor perante o progresso universal a exibição de um capitão-do-matto que seria classificado na seção de cães, como espécie nova de cão vagabundo alimentado pelos fazendeiros e destinados à perseguição da espécie humana. É uma descoberta que nos honra e que será por certo premiada pelo jury da exposição" (A Redenção, 11 de março de 1888).

Por fim, um dos alvos de ataque preferido da Redenção eram os "republicanos". Este conflito estava provavelmente vinculado diretamente à cisão que ocorrera no PRP quando os "republicanos radicais" afastaram-se do partido. Antônio Bento não poderia deixar então de externar a sua ironia contra o grupo a quem tanto se opunha e com o qual havia rompido politicamente.

"Se tivéssemos a mais tempo estudado ou limitado a forma pela qual os republicanos fazem a sua propaganda então ha mais de 10 anos estaria resolvido completamente. O meio de fazer-se propaganda republicana é tratar de amontoar capitaes e enriquecer abandonando os companheiros quando cahem na miséria fugir mesmo delles para que não contem as suas mágoas, percorrer as ruas, os mais ricos e dizer:

cidadão como vai? Então és também separatista? É preciso emancipar-nos dessa monarquia de Bragança. Sabe que morreu o imperador da Alemanha? um a menos(...) Na questão do elemento servil fizeram os republicanos dessa província o mais tristíssimo papel que é possível imaginar-se como o ilustre republicano José Vergueiro que falou que se continuarem as invasões de escravos collocaria guardas e vigias" (A Redempção, 3 de maio de 1888).

Contra os republicanos, a Redempção colocava principalmente duas questões: primeiramente questionava a sua postura política e sua composição interna híbrida, e, segundo (e o que tocava mais ao jornal), criticava a maneira como o partido agia com relação ao problema da escravidão. Acusavam os republicanos nesse sentido por sua "política de fachada" e sua "dupla postura".

"Quilombos

Achamos tocante as narrações feitas nos jornais sobre o ajuntamento de negros fugidos a que os jornaes, mesmo os republicanos denominavam de Quilombos. Infelizes escravos, cercados de trabalho de graça, procuram nas mattas a liberdade ... Estudam os republicanos o que é o sacrifício pela liberdade e deixar vender por pomada de cheiro" (A Redempção, 13 de janeiro de 1887).

Portanto, com seu discurso crítico, sua linguagem mais direta e coloquial, seu preço mais acessível e sua postura política mais avançada para a época, a Redempção parecia constituir uma opção diferente, principalmente se levármos em conta os parâmetros que os outros jornais ofereciam. No entanto, como veremos à frente, também a Redempção não manteve uma postura tão coerente e direta durante todos os seus anos de publicação. Assim como os demais periódicos, que "viviam" em uma época particularmente conturbada e cheia de contradições, também a Redempção oscilou em suas idéias ou propostas de ação.

PARTÉ II - IMAGENS, PERSONAGENS E REPRESENTAÇÕES: O "NEGRO" NOS
JORNAIS

CAPÍTULO IV - O NEGRO NAS DIFERENTES SEÇÕES DOS JORNAIS: UMA VISÃO SINCÔNICA

INTRODUÇÃO

Antes de passarmos para uma análise das representações sobre o negro presentes nestes jornais no decorrer do período por nós delimitado, seria importante, para a própria compreensão do material em si e das representações neles presentes, que caracterizássemos as diferentes seções que compunham os periódicos da época. Nelas, o negro aparece representado com grande frequência, sendo que podemos encontrá-lo envolvido em vários e diferentes espaços que vão como que definindo e redefinindo a figura e condição negra e escrava: existe o negro das "ocorrências policiais", o negro violento que avadiu-se, o negro que é centro de notícias escandalosas, o negro dependente e servil que é oferecido enquanto "peça de bom funcionamento", ou mesmo o negro que é "objeto" de discurso dos editoriais científicos.

Cada uma dessas seções, por sua vez, parece que oferece como que pedaços de significação, que amoldam-se uns aos outros ou não, reafirmando-se ou negando-se, mas que de toda forma parecem construir uma espécie de caleidoscópio onde, com um único jogo, e com os mesmos elementos, formam-se múltiplas imagens.

Assim, esses jornais, que pareciam ser à primeira vista totalmente fragmentados e compostos por seções isoladas, ganham no decorrer da análise outras características, já que as várias seções formam uma espécie de "um todo difuso" contradizendo-se ou interligando-se em alguns momentos de maneira, às vezes, até funcional.

Desse conjunto de locais e espaços, não buscaremos retirar no entanto uma imagem só e dominante, mas antes a própria diversidade de representações com que o elemento negro era então apresentado.

Vejamos então as diferentes seções dos jornais com suas especificidades internas, para depois compor um quadro um pouco mais abrangente sobre o material. É importante ressaltar também que no próprio decorrer do trabalho acabamos estabelecendo uma certa hierarquia ao lidar com as seções, pois algumas delas eram particularmente mais significativas no que tangia às questões que escolhemos (como as notícias, editoriais, anúncios de fuga e contos). No entanto, acreditamos ser básico não perder a visão de conjunto, buscando atentar para as possíveis correlações entre as diferentes seções, e verificando como na verdade cada seção só se define a partir da comparação e da diferença com relação às demais.

Por fim é necessário destacar que para a elaboração deste primeiro capítulo foram utilizados principalmente os dados retirados dos jornais Correio Paulistano e Província de São Paulo, já que eles possuíam uma distribuição interna bastante semelhante que, por sua vez, parecia corresponder às características gerais dos grandes periódicos da época.

1 - OS EDITORIAIS E SEÇÕES SCIENTÍFICAS

Os jornais do século XIX não se resumiam, como poderia parecer a partir de nossa primeira descrição, a uma colorida mistura entre curiosidades, remédios e debates partidários. Neles, as questões mais polêmicas do momento pareciam ser debatidas de forma recorrente, em um local bastante reservado: os editoriais e seções "científicas".

Assim, principalmente a partir da década de 1880, essa seção vai ganhando novas funções no interior da dinâmica interna dos jornais, transformando-se aos poucos, de parte fria e desimportante (já que nesta seção transcreviam-se atas, leis e discursos dos "letrados do império"), no local "sério e teórico" dessas folhas noticiosas, onde se reproduziam discursos de autores estrangeiros, mais distanciados da realidade imediata e cotidiana que preenchia a maior parte dos jornais.

1.1 - A "Ciência - O Grande Mito do Século XIX"

. Ciência X Religião

É nos editoriais, como dizíamos, que poderemos encontrar com maior frequência referências às novas teorias científicas que "iluminavam" o pensamento europeu da época.

A "ciência", conjuntamente com todo um ideário evolutivo e positivista, parecia então neste momento dar conta, de forma absoluta, das diferentes questões que assolavam o país, questionando e disputando espaços inclusive com a religião e a Igreja, que eram até então as grandes "fontes" dos discursos "fechados" e "competentes" da época.

"A Ciência e a religião

(...) ora a religião que para triunfar derrama tanto sangue e leva tudo a ferro e fogo deve estar em completo antagonismo com a ciência que sempre calma e imponente vai criando adeptos como evangelio da paz, do amor e do trabalho" (Correio Paulistano, 19 de janeiro de 1893).

Segundo Eric Hobsbawn, a importância da ciência era tão global e completa nesse momento, que "a descrença em Deus tornou-se relativamente fácil (...) já que o progresso e a emancipação da tradição pareciam implicar numa ruptura com as antigas crenças" (Hobsbawn, 1977, p.279).

Para esses homens que se "embeveciam" com as idéias de Spencer e Darwin, toda religião era considerada então uma "explicação a-priori do universo" (Província, 24 de dezembro de 1882), já que como tal "crê-se não se discute. O dogma é implacável" (Província, 19 de março de 1884).

Nessa "batalha o grande vencedor final parecia ser então esse novo discurso científico, "detidamente comprovado".

Assim, mais uma vez formulava-se um tipo de discurso radical, que à semelhança do "falar religioso" não pressupunha o diálogo e sim a mera afirmação, com certeza aquilo que Cruz Costa definia como a "idolatria pela ciência" (1956).

. O Positivismo e a "Triologia" da Época: Comte/Darwin e Spencer

Era principalmente na Província de São Paulo que todo esse novo discurso científico poderia ser mais facilmente encontrado. Esse jornal buscava então não só questionar a religião como também adotar largamente esta nova filosofia positiva, sendo que Augusto Comte, como seu principal expoente, era incessantemente elogiado. Definido ora como "aristóteles moderno" (5 de setembro de 1883) ou como "o maior imortal de nosso século" (2 de setembro de 1883), era sem dúvida considerado pelos redatores desta folha como um dos grandes pensadores do momento. Vários textos continuamente explicavam para um público leigo a importância e abrangência desta filosofia e a cada ano comemorava-se a morte do filósofo com longos e inflamados discursos; como este, por exemplo, do dia 5 de setembro de 1884:

"Augusto Comte

Completa hoje 27 annos que morreu Augusto Comte ... (elogios) ... parente intellectual de Hobbes considera como fim de sciência o conhecimento das leis que regem os phenomenos.

Ver para prever, procurar o que é para concluir o que será é objeto de todas as suas pesquisas.

Prova que o estado definitivo do espirito humano é o estado positivo. A razão não sobre princípios apriorísticos mas sobre dados experimentares..."

Essa corrente filosófica por sua vez subordinava-se ela mesma à ciência, já que o suposto da imutabilidade das leis da natureza e toda a teoria "constituíam-se em uma justificação filosófica

fica das ciências experimentais" e baseavam-se na visão histórica do progresso evolutivo, sendo o método positivo, ou científico, o triunfo do último dos estágios (Hobsbawn, 1977, p.262).

Essa filosofia tão adotada na Europa parecia adaptar-se também à nossa realidade, pois, como diz S. B. de Holanda, "condizia com a mentalidade das elites brasileiras: Amor de forma definitiva, do definitivo das leis geraes que circunscrevem a realidade complexa e difícil" (Buarque de Holanda, 1979, p.56).

Esses periódicos, porém, não podiam enaltecer o positivismo sem se referirem largamente às ciências naturais e em especial à teoria que parecia representar o avanço da ciência: a teoria da evolução.

Esta claramente excedia os limites da biologia e nisto residia a sua importância. Através então de uma terminologia acessível e que permitia a sua fácil popularização, reduziam-se as mudanças na sociedade humana a regras de evolução biológica, adaptadas perfeitamente às conjunturas política e ideológica daquele momento. Para o Brasil, por sua vez, esta teoria parecia ser igualmente oportuna e assimilável, pois dava subsídios a um grupo dirigente confiante e orgulhoso de "sua sabedoria" e que nesses momentos de fim de século definia seus conceitos de nação e cidadania.

Assim, também Darwin, o grande "teórico da evolução", merecia louvores por parte dos jornais. Considerado como "um dos maiores homens do século XIX", como um "immortal", Darwin, ao lado de Comte, parecia dividir as atenções dos leitores ávidos por novas idéias.

A teoria de Darwin era então transmitida em uma linguagem que permitia a qualquer leitor inteirar-se dos conceitos de evolução:

"(...) o resultado de descoberta da lei da evolução foi a derrota completa do theologismo (...). Evaporam-se como emblemas diante do sol nascente. Esse sol nascente é o evolucionismo que surge na alvorada da consciência moderna. A concepção theologica foi brutalmente substituída. O universo inteiro explica-se cabalmente pela lei da evolução. Até o espírito humano, até a humanidade aquella lei geral. Tudo é evolutivo" (Província de São Paulo, 29 de abril de 1882).

As leis invariáveis de Darwin serviam até de tema para poemas, que tocariam sem dúvida aqueles leitores que não se adaptavam à análise de discursos mais elaborados.

"Letras e Artes

Darwinismo em acção.

Na lucta pela vida o forte vence o fraco é a lei.

Quem não trabalha não tem direito à vida.

Máximas Darwinianas

Lei de applicar-te oh rei a lei darwiniana

A ti que és darwinista a ti que és soberano

A lucta pela vida é para o ser humano,

o que é para o animal a raça simiana

Mas p'ra lucta mister ser forte, a força emana

Do sangue e do trabalho, e tu sabio sigano

Pela lei do atavismo és fraco: és feniano

Por tua educação catholica romana.

Pois bem! Agora vê. Si ao fraco vence o forte

Si a lei da selecção se estende até a morte

Quando o rijo operário o povo o antigo Scynther

Souber que o throno é o altar de um maripanço abjecto

Hã de quebral-o como um insecto

Ou como de um festem se expelle" - Genérico dos Santos

(Província de São Paulo, 22 de janeiro de 1877)

Assim, enquanto na Província reproduziam-se as "Máximas Darwinianas", no Correio grandes listas de livros da famosa livraria A. L. Garraux (que incluía as obras recentes de Charcot, Darwin e Spencer), passavam a fazer parte do cotidiano do jornal.

Não faltavam também nesses jornais os contínuos exemplos de gorilas brancos (Província de São Paulo, 25 de fevereiro de 1886) ou homens-macacos com caudas e pelos, que serviam para confirmar os pressupostos e teorias de Darwin.

"Menino de Rabo

Um menino recolhido actualmente em uma casa de caridade apresentava um phenomeno significativo. O menino Francisco Beodo com 10 a 12 annos de idade, cabloco, mulato e aparentemente regular em suas funções tem anomalias. Diga-se a causa pelo seu nome, o menino tem no final do espinhaço um rabo de mais ou menos 7 cm como se fora um cão. Como não se fora um MACACO e a enrola-se e tende a crescer. Agora os DARWINISTAS devem bater palmas de contentes e evultar de prazer vendo no rabo do menino um ponto de apoio a sua doutrina científica" (Correio Paulistano, 2 de setembro de 1890).

Por fim Spencer, talvez o maior teórico da evolução vivo na época, era também citado com grande frequência nos editoriais de diversos jornais, em especial na Província. Os artigos referiam-se à sua vida, seus discursos eram transcritos, e inclusive lançavam-se boatos talvez para comover os leitores. Nesse sentido, no dia 4 de junho de 1887, a Província lançava uma grande e triste nota divulgando a "precipitada" morte de Spencer.

"Herbert Spencer

Falleceu hontem com 67 annos em Londres o mais considerado dos philosophos contemporâneos. Manifestamos em poucas palavras o pesar que experimentamos ao ter notícia da morte do espírito mais culto e poderoso que actualmente possuia o mundo civilizado.

(...) A idéia de evolução, do desenvolvimento, do progresso necessário, é a idéia que preside a philosophia de Spencer. O progresso, diz elle, é accidental mas necessário. Incontestavelmente depois de

Littre e Comte, ninguém contribuiu mais para a civilização do século. Diante dessa triandade o mundo civilizado deve curvar-se agra-
decido".

Porém tanta "tristeza e pesar" logo se desfaziam quando no dia 16 de julho era publicado um outro telegrama que se contra-
punha ao primeiro, divulgando que Spencer estava vivo (sua morte só viria a ocorrer em 1903).

Assim, nesses periódicos e principalmente na Província de
São Paulo, parece que uma verdadeira trilogia afirmava-se, sendo que as idéias dos novos "deuses", Comte, Darwin e Spencer, pareciam ofertar novas e variadas saídas para as diversas questões que como veremos assolavam a nação.

. Suicídios, Crimes, Vagabundagens, Loucuras e Problemas Afins: a Antropologia Criminal

As questões de maior relevância presentes nas outras seções passarão então a ser trabalhadas, não mais predominantemente pela religião, mas agora através do suposto método "imparcial e racional" da ciência, que lidava a partir dos editoriais com os problemas mais diários e cotidianos como, por exemplo, as causas da embriaguez, os sintomas da loucura, o problema da vagabundagem e mesmo a questão do suicídio:

"O Congresso Médico de Pisa

(...) D'aquí a conclusão de não ter o suicídio por causa a grande riqueza de caráter: mas sim o enfraquecimento das faculdades mentaes sendo o suicídio pelo álcool o mais frequente entre os povos" (Correio Paulistano, 16 de outubro de 1889).

Pretensamente "acima" das questões objetivas, a ciência e os editoriais acabavam falando sobre tudo, interferindo também, por exemplo, em questões imediatas de polícia:

"A responsabilidade dos criminosos

Quaes são as relações entre criminosos e loucura

(...) Sentimos que alguns homens não são semelhantes, que faltam atributos essenciais e sympathy e a moral. Sentimo-lo mais quando no juiz revelam uma instabilidade completa diante do cadáver de suas victimas, ou não dahan menor sinal de emoção ou pesar. SÃO MONSTROS. Dahi para se dizer que elles são loucos não há mais de um passo e tem sido dado de uma vez. Vê-se por isso que elles não são como os OUTROS que não basta considerá-los como homens, é necessário considerá-los em uma palavra como CASOS PATHOLÓGICOS.

Os homens não nascem iguaes absolutamente. SUPPOE-SE uma igualdade presumida pela lei sem o que não haveria lei. Não há excepção senão para os casos pathológicos bem constatados" (Correio Paulistano, 17, 18, 19, 20, 21 de dezembro de 1890).

É interessante notar que esse como outros artigos parecem falar alusivamente sobre as notícias de violência que percorrem os jornais diariamente, já que em outras seções, como veremos, é justamente o "negro" que insistentemente aparece envolvido nesses casos de "assassinatos monstros". Assim, no mesmo dia em que saía esse artigo no Correio aparecia também e logo abaixo uma notícia que retratava um caso de um negro que cometia exatamente esse mesmo tipo de "crime" considerado, na época, como um caso patológico.

Logo, enquanto a República" surgia aos poucos, proclamando a igualdade e o direito de cidadania, a "sciência" e o jornal buscavam desmentir o que acusavam de "utopia". Como dizia o artigo acima: "os homens não nascem iguais" e parecia caber também à ciência e à imprensa comprová-lo.

Esses temas tão dispersos que iam do crime ao suicídio passarão inclusive a ser aglutinados e tratados em seu conjunto pela antropologia criminal, teoria nova e de prestígio na época que aos poucos foi se fazendo cada vez mais presente nos vários artigos dos jornais. Segundo Hobsbawm, a antropologia criminal cumpria

também uma importante função, já que provava que o "criminoso, o anti-social, o desprivilegiado social pertenciam a uma linhagem humana diferente e inferior da respeitável" (Hobsbawn, 1977, p.276).

Através então da "secção científica", por exemplo, a Província divulgava as principais inovações desta área. Relatava nesse sentido com destaque as conclusões do "Congresso Antropológico de Roma" (3 de janeiro de 1886), congresso esse que tinha por fim "remir o homem do vício e do crime" e que, para tanto, determinava que o criminoso era antes de tudo um retardado, podendo ser subdivididos em cinco categorias: "criminoso nato, criminoso alienado, criminoso por acesso, criminoso por hábito e criminoso por impulso ou paixão".

Os "mestres" nestas matérias estavam sempre presentes nesses jornais através do relato de seus depoimentos ou ações. Lombroso (da escola italiana), por exemplo, era citado na Província, tendo inclusive publicadas suas conclusões sobre os "homens de gênio":

"(...) Os homens de gênio apresentam algumas das características de degeneração. Alexandre Magno, Platão, Epicuro eram radicalmente pequenos; outros eram magríssimos como Cícero, Voltaire, Napoleão I. Muitos outros eram rachíticos, corcundas, coxos, Pope, Talleyrand, Byron, Leonardo da Vinci... Cuvier hidrocephalo, Cambetta tinha o cérebro dos mais pequenos debaixo da média dos cérebros das mulheres. Quase todos morriam novos" (Província de São Paulo, 5 de fevereiro de 1890).

Estatísticas sobre o peso dos cérebros humanos eram constantemente veiculadas, tecendo-se nesse sentido comparações entre os cérebros encontrados em diferentes países:

"Pesam mais os cérebros dos alemães, seguem-se ingleses, suíços, italianos, sucos. O cérebro francez entra apenas de muitos outros povos como japões, chineses, japoneses etc." (Província de São Paulo, 28 de janeiro de 1878).

Outro "perigo" com que também lidava a antropologia criminal e que parecia perturbar os leitores desses jornais era o alcoolismo. Estatísticas revelavam aterradores números sobre os efeitos desse vício "até nos países civilizados" (Província, 27 de janeiro de 1883), sendo que os temores não eram menores quando referiam-se a países como o Brasil, que segundo os jornais possuíam milhares de escravos e libertos de "vício inveterado". O uso do álcool era reprovado não só pelos danos pessoais que poderia gerar, mas também porque as teorias científicas da época pareciam comprovar a sua ligação com a criminalidade:

"Dos crimes por herança e por alcoolismo

(...) É hoje supérfluo estabelecer que os criminosos têm escrito no seu cérebro e no seu organismo os vícios hereditários ou adquiridos, as paixões bestiais ou a degeneração de que estão feridos (...). Os motivos são hereditários mas também a dipsomania, a paixão das bebidas alcoólicas ... (oferecem vários exemplos que ligam dipsomania ao uso do álcool e concluem) ... O alcoolismo é pois a grande chaga dos povos civilizados" (Província de São Paulo, 29 de novembro de 1883).

Assim, a ciência e todo um discurso médico legal apareciam neste momento como "discursos da verdade" e davam conta dos mais variados problemas.

Nesse sentido, no Brasil a partir do início do século XX principalmente, o grupo denominado como "escola Nina Rodrigues" foi importante na constituição do que hoje conhecemos como medicina legal e na definição dessa nova ciência: a antropologia. Segundo Mariza Correa, todos os discípulos dessa "escola" "compartilhavam com maior ou menor ênfase da convicção de que o conhecimento do corpo humano e das determinações que o sujeitavam eram fundamentais para a compreensão das relações sociais" (Corrêa, 1982. p.54). Este conhecimento deteve-se a princípio na discussão dos aspectos exteriores do corpo humano, passando depois para o interior, quando "as pessoas já não eram definidas apenas pelo ângulo facial ou pela cor da pele, embora essas determinações continuassem a ser utiliza

das, mas a partir de testes cada vez mais refinados (...)" (Corrêa, 1982, p.55).

Assim, através dos editoriais e principalmente a partir de inúmeros casos que aparecem na seção de notícias, transformam-se em "dramas públicos" (Fry, 1982, p.67) as idéias dos legistas, dos médicos e dos jornalistas que atingem o cotidiano dos cidadãos. Como nos diz Peter Fry, é "seguramente através desse tipo de situação pública e dramática que o cidadão comum toma conhecimento das teorias eruditas da época traduzidas num vocabulário não só mais acessível, mas também mais empolgante" (1982, p.68), e que permite ao leitor não só captar a teoria como "aplicá-la" à realidade que observa.

No interior desse conjunto todo em que a medicina legal cada vez mais se impunha por sua "cientificidade e precisão", os ataques não poderiam ter sido menores contra um grupo que de certa maneira solapava toda a hierarquia médica: os curandeiros ou feiticeiros. Em nome dessa ciência "imparcial e eugênica", vários regulamentos eram então publicados pela Província e outros jornais, sendo que todos eles tinham como característica comum a afirmação de que o curandeiro constituía uma "chaga social". Nesse sentido, apresentamos um dos vários exemplos encontrados:

"Secção Scientífica

Do exercício da medicina e o novo regulamento da junta de hygiene

... Contra os curandeiros

Para que os regulamentos possam ser postos em execussão sem injustiça a probidade scientífica exige que previamente se prove que os curandeiros erram sempre e que os médicos diplomados sempre acertam (...).

Dos tempos immemoráveis o povo, os curandeiros, os CHARLATÔES sustentavam a contagiosidade da phisica. Nesse momento todas as classes de nossa sociedade protestam com a mesma cívica aspiração: a eliminação geral dessa chaga social.

(...) Os indígenas já foram substituídos pelos europeus, estes são os representantes da civilização..." (Província de São Paulo, junho de 1884).

Como veremos adiante, no entanto, nos casos de feitiçaria, como em outros, o que os editoriais comprovavam, as notícias veiculavam e transformavam em espetáculo.

1.2 - Nós a Braços com a Civilização

Os diversos jornais, no entanto, não só se utilizavam das teorias evolucionistas para informar os diferentes artigos, como buscavam mostrar que na verdade compactuavam com essas novas idéias. Ou seja, principalmente a Província de São Paulo, que como vimos parecia representar a ascendente elite paulista vinculada ao café, parecia manipular cotidianamente com esses conceitos que a "aproximavam dos países mais desenvolvidos". Nesse sentido, a noção de civilização transformava-se aos poucos em um dos valores mais "caros", sendo que São Paulo parecia ter nesse ponto uma de suas grandes metas a ser alcançada.

"Nós a braços com a civilização

Decididamente a velha capital dos paulistas civiliza-se!" (Província de São Paulo, 12 de janeiro de 1883).

O conceito de civilização era então constantemente utilizado servindo tanto para qualificar fatos positivos como para denegrir acontecimentos considerados ruins. Assim, por exemplo, em 8 de maio de 1879, quando se noticiava na Província que em uma manifestação republicana deram-se sérios conflitos sem que a polícia interferisse, o comentário final era o seguinte: "É vergonhoso e tristíssimo e altamente compromettedor aos nossos créditos de povos civilizados o que se deu hontem as 8 1/2h. da noite".

. Nós os Republicanos: A Difícil Meta de ser Cidadão

Pertencer ao "club dos civilizados" parecia ser então nesse momento um alvo difícil de ser atingido, sendo que um dos requisitos necessários para entrar de "sócio" era sem dúvida, pelo menos na Província e mais tarde em outros jornais, a adesão às idéias e valores da sociedade européia, incluindo neste caso os próprios rumos políticos desta. Aqueles que aderiam à "República" julgavam-se portanto os únicos e verdadeiros seguidores dessa grande e nova sabedoria.

Por outro lado, atrelado às idéias de civilização e de republicanismo, surgiria também neste momento um terceiro conceito que parecia ser bastante "precioso", principalmente para a elite paulista deste momento. Nos momentos finais da escravidão, o conceito de civilização assume então uma nova importância, já que parecia revelar a linha divisória que permitiria que os homens reconhecessem a si e a "seus pares".

A cidadania por princípio era aparentemente um atributo dos brancos, mas que os negros recém-libertos poderiam "alcançar" (não sem esforço).

"Club dos Escravos

Na população escrava da cidade de Bragança, nota-se tendências manifestas para a instrução, indício de que não se preocupam exclusivamente com a submissão ao trabalho. Começam a compreender que não é só a machina subserviente mas que é também dotada de cérebro suscetível de desenvolvimento e que o saber não é privilégio de homens livres.

Alguns escravos empreenderam a fundação de uma associação literária que tem por fim o desenvolvimento dos sócios por meio de leitura e discussões. (...) Esse club onde o maior sábio é o que melhor se exprime, lendo ou escrevendo, não tem nem pode ter bases científicas, é um embrião literário. O escravo para se tornar digno de pertencer a essa sociedade que se pode dizer o primeiro degrau na escala da civilização regenerará seus costumes, sacrificará suas paixões para atingir o alvo que pretende e nas horas vagas em vez

de se entregar ao ócio e ao vício procurará estudar" (Província de São Paulo, 4 de setembro de 1881).

Os princípios evolucionistas e o tom paternalista estavam então mais do que presentes: era do branco que partia a civilização e o saber, e era destes que o negro devia aproximar-se a fim de "regenerar-se", alcançando a cidadania através do "empenho" ou mesmo do "mérito" ...

"Escravos premiados com a liberdade

É notório o serviço relevantíssimo que por ocasião do motim levantado na casa de detenção a 12 de dezembro último por grande número que tentaram evadir-se prestaram a ordem pública os escravos ali reclusos em número superior a 100 ... Estes homens apesar de sua humilde condição de escravos procederam então como procederiam bons cidadãos, adquiriram portanto o direito de serem levados até a altura de verdadeiros cidadãos ..." (Província de São Paulo, 20 de janeiro de 1884).

1.3 - A Questão Racial e a Fazenda Democrática

É claro que, paralelamente e muitas vezes lançando mão da ciência, um novo tema começava a surgir nestes jornais, ora de forma mais explícita e ora de maneira mais desfocada: o problema das diferenças raciais. Nesse sentido, como veremos no capítulo seguinte, com a aproximação do final da escravidão e da "futura" república, novas questões surgiam, sendo que falar em cidadania e civilização implicava também "resvalar" nas noções de liberdade e igualdade a ela intrínsecas. Ou seja, a "entrada na civilização" pressupunha também o direito à igualdade, sendo que frente a isso as posições oscilavam demais.

Para a Província, pelo menos a princípio e nos edito-
riais, a situação parecia ser idílica e pacífica.

"Ódio entre Raças

O espírito público preocupa-se actualmente com o ódio entre raças. Em alguns senão em todos os pontos do paiz pioram-se as probabilidades desta catástrophe ... Para os homens mais providentes, não é de modo algum certo mais é possível e provável mesmo que as lutas entre liberaes e conservadores, abolicionistas e emancipadores, republicanos e monarchistas, suceda a luta social e não mais política entre brancos e pretos (...). A escravidão não foi obra da convicção mas de força. Todavia por efeito de um natural espírito democrático que relaxou os preconceitos por influência cumulativa do hábito não se constituiu um regime de castas ...

Na fazenda acabaram os conflictos. A família tomou a forma do patriarchado cedendo ao chefe a maioria de seus direitos e ao escravo uma parcela de sua afeição (...) a fazenda fez de numerosas tribos africanas uma tribo única e integrou-a na massa ainda informe do povo brasileiro ... 'Na fazenda formou-se um espírito democrático'. Agora é fácil responder a questão inicial. Onde está o ódio das raças. No Brazil não há duas raças, não há mesmo uma... Da primitiva heterogeneidade resta apenas ao alcance do observador a multiplicidade de epidermes ... No Brazil os interesses e os typos são tão difíceis de descrever que a própria sciência nem sempre é competente para analisar todas as raças..." (Província de São Paulo, 6 de fevereiro de 1889).

Logo, segundo os editoriais da Província, brancos e negros pareciam conviver no Brasil de maneira pacífica e harmoniosa, "construindo juntos a pátria". A questão do "ódio racial" nesse artigo por sua vez seguia uma trajetória exemplar, pois da verificação do ódio passava-se à constatação da própria ausência ou do devaneio. Nesse sentido, esse mesmo artigo terminava concluindo de forma apoteótica que: "temer excessivamente um acontecimento é o melhor meio de produzi-lo". Assim, através da Província, o conhecido "mito da democracia racial"⁽¹⁾ e já neste momento presente,

(1) Esse conceito foi continuamente questionado e analisado por vários sociólogos, entre eles Florestan Fernandes, que nos fala também "do preconceito de ter preconceito" presente nas relações raciais do Brasil

sendo que esse jornal preocupava-se explicitamente em caracterizar a convivência racial pacífica existente em nosso país.

Por outro lado, os editoriais do Correio possuíam uma preocupação mais explícita em determinar diferenças e hierarquias entre as raças. Nesse jornal os temores com relação ao nosso "futuro racial" eram mais destacados, sendo que parecia ser necessária a demarcação de "comparações" rígidas e fixas entre os povos.

Nesse sentido, o Correio não só buscava estabelecer hierarquias entre as raças negra e branca, como também entre outros povos. Assim, por exemplo, num artigo que tratava da questão da introdução dos chineses, primeiramente falava-se dos negros, para depois afirmar o caráter ainda mais degenerado dos chineses.

"O que são os chineses

(...) os escravos com todos os horrores e vícios não foram tão perniciosos como a contratação dos chineses (...). O negro só sabia ser sensual, idiota, sem a menor idéia de religião, de outra vida moral e nem sequer de justiça humana. Dançar no domingo, embriagar-se, era sua única atividade ... Já os chineses são gente lasciva ao último grau, escoria acumulada de países de relachadíssimos costumes... São todos ladrões, jogadores a um grau incompreensível ... Admittindo a possibilidade de introduzir esses leprosos de alma e corpo quanto gastarão o Estado de São Paulo em cárceres com o aumento da criminalidade que resultará imediata" (Correio Paulistano, 19 de julho de 1892).

Sobre a raça negra, os discursos do Correio eram diversos, mas basicamente convergentes, pois explicavam desde a inferioridade dessa raça com relação à branca, até as suas características de "humildade e servilismo".

"A raça negra progride

(...) Em virtude da acirrada observação anthropologica de sabido valor affirma a iminente autoridade affectiva dessa raça a séculos tão cruelmente explorada em razão mesmo de seus dotes naturaes de brandura e submissão. Por certo servilismo, bem conhecemos, não é virtude mas característica amorável nós brasileiros bem conhecemos, essa fria sensibilidade, desinteressado apego de coração da raça negra" (Correio Paulistano, 7 de julho de 1892).

Além disso, para melhor caracterização da raça negra comentava-se insistentemente no Correio sobre seu continente de origem, com seus "costumes primitivos" e espécimes exóticos.

"Getway

É um bello espécime de selvagem nobre perfeitamente negro com uma estatura de cerca de seis pés, parece contar com 50 annos e tem uma fisionomia simples e benévola. Não dá trabalho, só come um boi inteiro por dia" (Correio Paulistano, 3 de dezembro de 1883).

1.4 - África: o Exemplo da Barbárie

A África, segundo os editoriais o "continente dos "negros", era sem dúvida um tema constante não só no Correio, como nos diversos jornais do período.

O assunto "África" torna-se então relevante, já que, segundo David Brookshaw, ao menos na literatura brasileira, grande parte das qualidades positivas do negro estariam ligadas a seu contato com a civilização brasileira, enquanto que, por outro lado, tudo o que havia de pior em seu comportamento estaria vinculado ã sua origem primeira: a África (Brookshaw, 1983, pp.32-4).

A Província ilustraria bem a afirmação do autor acima, já que constantemente trazia notícias e textos sobre esse "continente negro", que era descrito a partir de seus aspectos "pitorescos", que revelavam antes de tudo a "inferioridade" e o "barbarismo" reinantes em tal civilização.

"Crenças religiosas e africanas

Os negros quando passam para a América conservam as suas monstruosas superstições. O nome da seita dos Vandou no Haiti tem adquirido uma triste imagem em consequência das atrocidades que ella pratica. O Vandou é uma espécie de grande suspeito do qual os negros fazem o seu Deus. Incertas ocasiões e não obstante a maior vigilância de parte das autoridades haitianas, nada tem podido impedir que elles vão secretamente ao interior das profundas florestas celebrar os seus ritos incríveis e depois de desregradas orgias alimentadas pela aguardente e pelo sangue humano, até se ter dado a morte de algum deles em volta da jaula em que descansa a serpente sagrada! Em 30 de dezembro, Joana Pellet, tia de Clairame, em uma das sanguinolentas festas, estrangulou esta pobre criança ... Joana cortou a ca beça da victima depois da morte, raspando-lhe o corpo. Em seguida distribuiu pedaços de carne aos seus companheiros e estes cahiram sobre o resto devorando-os. Depois a cabeça foi cozida com inhames e colocada em um altar. Os canibae ebrios de sangue cantaram uma canção misteriosa terminada a cerimônia ... Concluindo o horrível banquete. os VANDOU separaram-se satisfeitos com o RÉNDEZ-VOUS..." (Província de São Paulo, março de 1875).

Dessa forma, nesses artigos que combinavam a ironia com um grande "mau gosto", as práticas africanas eram descritas - assim como nos diz Roger Bastide com relação ao negro na literatura brasileira (1953) - ressaltando-se antes de tudo os estereótipos negativos comumente empregados em relação ao negro: a feitiçaria, a violência, a degeneração e a imoralidade.

Porém nem tudo era pitoresco, ou seja, o perigo maior, como podemos notar no artigo acima, parecia centrar-se no fato de que esses elementos penetravam em nosso continente conservando as suas "monstruosas superstições":

"Uma ceia africana

Haveria cinco meses Sr. Baltre se perdeu n'uma selva da África. So breveio a noite ... e descobriu uma espécie de casebre que entrou. Havia alli uma preta velha a qual por signaes fez comprehender que queria comer. Aterrada a velha tirou uns ovos ... e já ia preparal-os quando avistou pendurados no tecto e enfiados n'uma vara umas cousas pretas que lhe pareciam comestíveis. Apesar dos supplícios da velha, tomou-lhe e acrescentou com elles a fritada. Acabada a suculenta refeição, entrou o dono da choça.

- Miserável estrangeiro, gritou elle em mao inglez, devorastez os meus trophes de guerra!

- Que trophes?

- Os que alli tinha dependurado no tecto e que eram as orelhas dos guerreiros que tinha vencido e morto!..." (Província de São Paulo).

A attitude imperialista dos "civilizados europeus" estava sempre subjacente a estes artigos, mas não era nunca destacada ou questionada, já que o que se queria ressaltar nesses editoriais era o "barbarismo africano" que se revelava não só nos "súditos" como nos próprios reis e dirigentes, que eram considerados violentos e cruéis.

"O Rei Dahomey

Como a magestade negra anda em guerra com a imperatriz das Índias, vamos descrever o rei Greie, que é mais ou menos o tal preto em carne e osso. É um bello homem de elevada estatura e feições regulares, cor mais clara que a de um negro ordinário, aparência menos brutal que seus actos. É digno e cortez principalmente com os brancos mas debaixo dessa máscara, esconde uma crueldade tigrina, uma sede de sangue, uma linhagem monstruosa..." (Província de São Paulo, 24 de outubro de 1876).

Naquelle continente, segundo os jornais, matava-se tanto por motivos frívolos, como por determinações rituais como é o caso do rei Kamras, no reino de Ounyoró, que ao morrer, segundo o Cor-

reio, sacrificou centenas de súditos que foram enterrados vivos em sua cova.

Porém como "é a exceção que confirma a regra", não poderiam faltar também artigos que afirmavam a existência de africanos que, "apesar da origem", acompanhavam "o progresso das nações civilizadas". Por exemplo, em 11 de maio de 1886, no Correio saía um artigo intitulado "Africano Ilustre", que fazia louvores ao "viajante africano Payne" que por seus méritos recebeu do governo inglês um quadro com a seguinte dedicatória:

"Homenagem a John A. Payne. Salve o primeiro homem preto que soube ao tocar em nosso paiz, gravar em nosso espírito admiração e respeito pela sua pessoa. Esse homem ilustre natural das regiões africanas acompanha o progresso evolutivo das nações mais adiantadas e resolvemos oferecer-lhe esse quadro como prova de apreço".

Ao mesmo tempo em que se falava na África, implicitamente defendia-se os conceitos de evolução, como vimos largamente veiculados na época. À África não restava então outra opção (e era a "sciência" que o provava) senão submeter-se ao domínio dos "mais capacitados" e chegar "perto da civilização".

"O rei da Uganca

Mtesa, rei da Uganca, a quem Spike o explorador africano encontrou no estado de perfeita selvageria e a quem Satanley deixou quase christão, está aprendendo a ler e escrever ingles e com muitos desejos de estudar geographia, botânica e mineralogia..." (Província de São Paulo, 8 de junho de 1878).

A tarefa não era no entanto "fácil", pois mesmo que arrependidos e submetidos aos que "traziam o progresso", esses povos, segundo os jornais, insistiam em manter seus "costumes bárbaros":

"O rei dos Zulus

O Times publicou uma correspondência de Capatomo que assim se expressa a respeito de Citiwayo ... Reconhece que fez mal em comprometer o seu povo n'uma guerra contra a Inglaterra: 'já não sou rei, vejo porém que os ingleses são um grande povo, não matam seus inimigos. Sinto-me contente por estar em seu poder ...' Quando lhe disseram que o governo tencionava tratá-lo com toda consideração e dar-lhe tudo que necessitava, manifestou viva gratidão e pediu que trouxessem algumas de suas mulheres favoritas. Citou mais 10 além das que já tinha consigo..." (Província de São Paulo, 6 de novembro de 1879).

A África era portanto um tema importante e recorrente não só porque era objeto das mais destacadas pesquisas antropológicas desse momento, mas também porque informava sobre a própria população negra aqui residente.⁽²⁾

No caso desses artigos, a intenção parecia clara e as oposições presentes bastante fixas. Ou seja, enquanto a África ia sendo interpretada como "berço do barbarismo, da violência, da superstição e da magia", a Europa (bem como os jornais que divulgavam essas notícias) representava por sua vez a civilização, o progresso e a paz. Esses contrastes e todo o preconceito a eles subjacente estavam presentes não só nos textos, mas em alguns títulos de artigos (tais como, por exemplo, o Pretinho feliz, Província de São Paulo, 14 de dezembro de 1879, que tratava do caso de um rei da Abissínia que com dezenove anos foi estudar na Inglaterra), e nas expressões já corriqueiramente divulgadas em que a África aparece como sinônimo de tudo que indicasse inferioridade ou decadência.

(2) No Brasil alguns pesquisadores também viram no continente africano um objeto de estudo importante para se conhecer a realidade do país. N. Rodrigues, por exemplo, em Africanos no Brasil faz uma importante pesquisa sobre os diferentes locais de origem dos escravos aqui residentes.

"Escândalo

Existe nesta cidade quasi moribundo Ignácio Bicudo de Godoy que, por espaço de 30 annos mais ou menos offereceu o triste espetáculo de sua ruína ... Em que país estamos? Na Costa da África" (Província de São Paulo).

"África" transforma-se inclusive numa expressão que qualificava por si só situações violentas.

"Barbárie policial

(Artigo que critica a atuação da policia...) Ainda que se tratasse de um grande criminoso, não há explicação possível para esbordoar-se assim tão AFRICANAMENTE a quem quer que seja ... tais scenas sem dúvida deshonram a sociedade e a civilização" (Província de São Paulo, 24 de setembro de 1881).

A referência a países do exterior era em geral na Província muito maior do que a que pudemos observar no Correio (não que nesse jornal não aparecessem, mesmo que com menor frequência, referências a outros países). Notícias sobre Índia e China principalmente apareciam vez por outra, sendo que a tônica central era normalmente a mesma: o Barbarismo dos costumes, o atraso da civilização.

Outro país também citado pelos jornais, só que nesse caso como exemplo a ser seguido já nesse momento, eram os Estados Unidos. As notícias neste caso em geral enalteciam as atitudes desse país, e em especial a forma como lá se deu a abolição da escravidão:

"Notícias dos Estados Unidos

(...) No sul dos E.U.A. o final da escravidão levou à dinamização da economia... O mesmo deveria ocorrer no Brasil onde o café não perderia a sua alta posição e exploraríamos a indústria abandonada" (Província de São Paulo, 19 de fevereiro de 1884).

Nos periódicos da época, no entanto, a grande maioria dos artigos referentes à Europa ou a outros continentes tratavam e comentavam sobre meras curiosidades locais, ou então funcionavam com verdadeiros elogios das práticas imperialistas dos países europeus que, representando "o progresso", deveriam instruir os continentes atrasados que pareciam ser representados como se fossem "povos-crianças", "adormecidos" em seu desenvolvimento, e que não possuíam "diário de infância e de adolescência".⁽³⁾

Portanto, à medida que nos aproximamos dos momentos finais do Império todo um discurso "científico positivo" parece que vai cumprindo um papel cada vez mais importante nesses jornais de penetração na população alfabetizada de São Paulo. Principalmente na Província de São Paulo, que fazia questão de destacar sua adesão às "novas idéias", os editoriais e seções "científicas" aparecerão de forma muito destacada (logo na primeira página), constituindo uma espécie de espaço isolado teórico e pretensamente desvinculado do cotidiano mais imediato.

Mas enquanto os editoriais apresentavam discursos mais "distantes" do cotidiano imediato da cidade, já as notícias que a seguir, como que exemplificavam e traziam novos dados ainda mais acessíveis ao grande público leitor.

2 - AS NOTÍCIAS: UMA FALA ESCOLHIDA

Ocupando a segunda e boa parte da terceira página, a seção intitulada "Notícias" compunha parte essencial destes jornais. A ela era reservada parte destacada, sendo que diariamente "passavam" pelos periódicos várias notícias procedentes dos mais diversos locais do país (do Rio Grande do Sul ao Amazonas) e versando

(3) LÉVI-STRAUSS, C. - Raça e História - p.35 (Lévi-Strauss ironiza desta maneira, a teoria evolucionista que reduz outras culturas a meras réplicas de sinalmente atrasadas da civilização ocidental).

sobre os mais diferentes temas. Nessa seção, a presença do "negro" era uma constante, sendo retratado de diferentes maneiras: ora como um assassino, frio e cínico, ora como humilde e até serviçal.

No entanto, para nós essa seção ganhou especial destaque devido ao "caráter exemplar" que parecia cumprir. Ou seja, as notícias enquanto conjunto assemelhavam-se a "falas escolhidas", sendo que a própria repetição de certos temas parece ser preciosa de ser retida, pois como nos diz Roland Barthes (1982, p.36) "é a insistência em um comportamento que revela a sua intenção". Nesse sentido, o que chama a atenção nessa seção é que, apesar da quantidade e variedade de notícias encontradas existe uma grande regularidade subjacente de temas que podem ser organizados de forma sistêmica, como veremos a seguir. Ou seja, as notícias (apesar dos locais ou agentes serem diversos) apresentavam semelhanças marcantes a nível do discurso, na forma como eram redigidas ou mesmo nos temas, podendo ser então facilmente agrupadas.

Por outro lado ainda, é interessante ressaltar que não conseguimos encontrar notícias e situações idênticas nos jornais analisados: apesar dos enredos serem semelhantes os sujeitos e locais variavam sempre, o que a nosso ver destaca ainda mais o caráter "exemplar" e selecionado deste material.

As notícias aparecem então, segundo o nosso ponto de vista, como "discursos selecionados", sendo que o relevante é tentar captar "o acontecimento que se escolhe e o sentido que se dá a ele" (Arantes, 1982, p.12).

2.1 - A Violência

Das notícias sobre negros que classificamos, a grande maioria trazem temas que de alguma forma ligam-se a ações violentas (vide gráficos anexos). Essa violência, no entanto, parece não possuir um único fluxo: existe a violência do negro contra o branco

mas também do negro contra o negro. Além disso, parecem existir diferentes tipos e níveis de violência que variam também conforme o período. (Ou seja, o tipo de ação negra que é predominantemente noticiada em 1874 não é exatamente igual ao de 1888, sendo que esse será porém o tema de nosso próximo capítulo).

. Dos Motivos Frívolos aos Planos Premeditados

As formas e os motivos que levavam a atos violentos entre negros eram realmente inúmeros.

Motivos frívolos como um "simples gracejo" (Província de São Paulo, 22 de setembro de 1887), podiam levar a graves desavenças e assassinatos, e mesmo problemas passionais provocavam consequências funestas:

"Silveira

(...) Dois escravos do Sr. João Gonçalves foram feridos por Joaquim Clemente com o pretexto frívolo de UMA QUESTÃO AMOROSA ... só a malvadez de Clemente é que levaria a praticar tal crime" (Província de São Paulo, 2 de dezembro de 1875).

Se alguns crimes eram descritos como "imediatos" ou como frutos de uma "fúria repentina", boa parte deles indicavam uma preparação e planejamento anteriores:

"(Campinas) Rapto extraordinário

(notícia sobre o rapto de uma moça por um escravo)

(...) A moça era filha de um abastado fazendeiro em Minas. O negro estava fugido e o rapto deu-se nestas circunstâncias. Toda manhã a moça tinha o costume de lavar o rosto em uma bica próxima da casa da fazenda. O negro que já formara o seu plano muito antes e que se achava próximo ao lugar ... amordaçou-a e carregou-a para o matto" (Província de São Paulo, 8 de junho de 1887).

Por outro lado, percebe-se através dessas notícias que quando a "ira" do negro dirigia-se contra o branco, em geral os maiores atingidos naturalmente eram aqueles que possuíam um contato mais direto com os escravos. Capitães do mato (17 de janeiro de 1875), traficantes (23 de novembro de 1875) e sobretudo feitores e ram portanto constantes vítimas dos assassinatos e rebeliões:

"Feitor assassinado"

Ao amanhecer do dia 11 foi morto na fazenda da Cachoeira nas imediações da estrada da Rocinha o feitor da mesma fazenda por seis escravos que se evadiram. O infeliz feitor servia apenas há 12 dias na fazenda" (Província de São Paulo, 15 de novembro de 1881).

No entanto, desse conjunto todo, as maiores vítimas eram sem dúvida os senhores. Neste tipo de artigo a tônica central era então sempre a mesma, já que, como veremos com maiores detalhes no capítulo seguinte, estabeleciam-se oposições fixas entre sujeito e objeto da ação: o senhor surgia representado como a vítima absoluta, como o indivíduo estimado, civilizado e conhecido, em oposição ao negro, que aparecia sempre enquanto o "culpado da ação", como bárbaro, violento, traçoeiro e "desconhecido".

"Mais um lamentável assassinato, mais um daqueles casos que registramos com profunda mágoa e sentimento. O sr. Manoel Ignácio de Camargo, conhecido e muito estimado fazendeiro desde município de Campinas foi victima de seus próprios escravos sendo barbaramente morto hontem á traição, com 12 ferimentos de enxada e foice, cinco dos quais cada um determinava por sí só a morte" (Província de São Paulo, 2 de maio de 1876).

Já o início de vários desses artigos (como o que destacamos acima) indicava como essas práticas eram recorrentes e cotidianas, sendo que aguçavam-se ainda mais as diferenças existentes na medida em que as notícias ressaltavam recorrentemente o bom tratamento que os senhores dispensavam aos cativos.

"Taubaté

(...) O fazendeiro José Antonio Nogueira assassinado por seu escravo tinha 30 annos de idade. Era eleitor conservador e muito estimado. O seu enterro foi um dos mais concorridos que aqui tem havido. Barros Nogueira não era rigoroso no modo de tratar seus escravos, ao contrário gozava diante da população de conceito justamente merecido de homem desinteressado, muito honesto e brando para com os seus escravos" (Província de São Paulo, 15 de maio de 1877).

Não só os homens eram afetados pela violência dos negros. Senhoras de escravos, apesar de "seus instintos maternos", eram assassinadas violentamente por seus cativos que, segundo as notícias, eram muitas vezes criados como filhos:

"Facto horroroso

(sobre a morte de D. Gertrudes e seu filho por 3 ou 4 escravos)

(...) D. Gertrudes era mãe de numerosa família, possuía só 8 ou 10 escravos de serviços. Carlo (o filho) era moço de 20 e poucos annos casado há três ou quatro annos. Não eram maus senhores. Os principais autores do crime, dois escravos irmãos foram amamentados pela victima que os estimava desveladamente" (Província de São Paulo, 11 de junho de 1878).

As notícias nos falavam também, e com frequência, de conflitos entre os próprios negros (livres ou cativos), sendo que nestes a violência deixava de ser encarada como um fenômeno isolado e passava a ser entendida como se fosse um atributo próprio aos homens de cor.

A associação entre o elemento de cor e a noção de violência era tão imediata nas notícias que a própria palavra "negro" em si já indicava fatos infames, violentos e reprováveis: expressões como "páginas negras", "negro crime" ... eram então comumente utilizadas para caracterizar fatos violentos. Essa associação ficava ainda mais evidente quando o preto, mesmo que não envolvido diretamente na ação, servia como exemplo:

"Mulher fraticida por ciúmes

Em Pernambuco no lugar denominado Poças deu-se um assassinato entre dois irmãos. Maria e Jovina, de 16 e 19 anos saíam de casa a buscar água (...) sendo que Jovina foi encontrada com o corpo curvado com 24 canivetadas. Maria contara que Jovina fora esfaqueada por um preto mas logo que Jovina recobrou a fôlha revelou que fora a própria irmã que a ferira (...). O motivo era o ciúme do casamento que ella Jovina ia contrahir" (Província de São Paulo, janeiro de 1879).

Por outro lado ainda, se o homem de cor não se encontrava ligado diretamente a cenas violentas, muitas vezes estava presente nas notícias, enquanto personagem secundário da ação, aparecendo envolvido de forma indireta.

Assim introduzido de modo vago, o negro tomava parte muitas vezes nestes casos enquanto mero integrante acessório da cena em questão.

"Acto brutal

Hontem de manham foi raptada por Manoel Ignácio a menor Florisbella que representa ter 6 annos de idade da casa de sua mãe na rua da Constituição e levada para uma casa de prostituição pertencente a uma preta livre..." (Correio Paulistano, 10 de novembro de 1877).

2.2 - O Negro Dependente

A seção de notícias trazia, no entanto, não só textos que se referiam a cenas violentas, ou seja, apareciam também, e de forma constante, artigos que relatavam a "natural" dependência do negro, que nada podia fazer frente ao abandono ou à falta de tutela de seu senhor.

Em muitos artigos exaltava-se a absoluta incapacidade desses elementos:

"Lamentável

Uma preta matou inconscientemente o filho por lhe ter dado mais comida e como o visse afflicto ministrou-lhe o suadouro..." (Correio Paulistano, Casa Branca, 17 de novembro de 1888).

Em outros, de maneira semelhante às notícias de violência, procurava-se agregar à pessoa do negro a qualificação de "em briagado", e enquanto tal este era considerado como absolutamente incapaz de sobreviver.

"MORTO DE FRIO

Sexta-feira última foi encontrado na estrada que vai de Sorocaba ao banco da Árvore Grande um indivíduo de cor preta de nome Sebastião. Pelas observações feitas, verificou-se que Sebastião morrera enregelado talvez devido a achar-se sob effeito do ÁLCOOL." (Correio Paulistano, 13 de agosto de 1890).

Várias outras notícias contavam-nos sobre casos de pessoas de cor, de diferentes idades que eram continuamente apanhadas por trens quando se encontravam desatentas na linha.

Mas se em alguns casos era a inconseqüência de atitudes que explicava a dependência, em outros era mais uma vez a "loucura" ou o uso do álcool que a determinava.

"DESASTRE DE TREM

Pelo trem da linha Bananal foi apanhado perto daquela cidade um indivíduo deitado, de cor preta, que se entregava ao vício da embriaguez" (Correio Paulistano, 18 de setembro de 1894).

Era constante inclusive a tentativa de comprovar que o negro liberto se encontrava em pior situação que o escravo, insistindo-se assim na sua "natural dependência" em relação ao branco.

"O delegado, a pedido de fazendeiros, no dia 12 mandou busca na Orla de Felisberto de tal onde se dizia haver escravos acoutados(...) Foram todos apreendidos (...). No interrogatório afirmaram que o trabalho era pesado e só recebiam o sustento e alguma roupa, sendo que um delles chegou a dizer que a vida na casa de seu senhor era preferível à que alli onde estava, desamparado, que estava arrependido de ter dado ouvidos a pessoas que o desencaminharam (...). Por todos modos exploram-se a natural ignorância" (Correio Paulistano, novembro de 1886).

Muitas vezes o elemento de cor não apparecia como o sujeito principal da ação, mas, apesar disso, tomava sempre atitudes passivas e que denotavam, segundo os jornais, a sua pequena capacidade de ação frente a situações inusitadas:

"A uma hora de noite um gatuno bateu à porta da casa nº 17 da rua das Flores, cujo senhor estava ausente. Vindo uma preta, Custódia, abriu a porta, o sujeito entrou (...) e intimou a preta a que mostrasse tudo sob pena de ser assassinada. Como é fácil imaginar a pobre criada sentir o medo apoderar-se de si, tremendo como vara verde (...). Depois sahiu sem a menor cerimônia, deixando a preta testemunha assombrada" (Campinas, 2 de outubro de 1885).

2.3 - O Bruxeiro, o Feiticeiro

Se algumas notícias caracterizavam o negro a partir de sua violência ou mesmo dependência, em outras a sua grande marca parecia ser as suas atitudes e práticas bárbaras. Era representado então enquanto um indivíduo supersticioso que se dedicava a bruxaria, segundo os periódicos "pouco legítimas" e degradantes.

"Mystério (sob esse título lê-se no correio de Santos): No lugar denominado do Pae Carã onde reside um casal de velhos pretos appareceu há dias um canoeiro levando consigo um feto que disse ter encontrado no mar. A preta velhota mandigueira de força ao que parece, tomada pela mais extravagante das superstições desejou que o canoei

ro lhe entregasse o pequeno cadáver para enterrá-lo no quintal, ENTERRO QUE LHE DARIA FORTUNA À CASA. Acendendo o canoeiro preto BAPTISTOU o feto e foi esse sepultado no quintal ... (no final a autoridade local retirou o cadáver)... "Mais um mystério, mais uma miséria humana" (Correio Paulistano).

A atitude com relação a esses casos era ambígua. De um lado o feiticeiro era sempre considerado como um elemento que deveria ser temido, já que suas práticas eram desconhecidas e pouco controladas.

"Feiticeiro. Bragança

Para o lado das pedras mora um preto velho tido e havido como tal. Sua casa é frequentemente procurada por forros ou cativos que vão consultar ou receber lições de bruxaria havendo mesmo reuniões em certas noites com caráter de sessões fatídicas. Admira que nessa epocha haja quem ainda acredite em feitiçarias que quando muito podem ser sob certas fórmulas e aparatos a aprendizagem de saber conhecer drogas nocivas ou plantas venenosas com o fim de fazer mal à vida dos senhores ou desaffectedos. Esse foco em que se alimenta a crueldade estúpida de pessoas ignorantes e mal intencionadas devem ser banidos d'entre nós (...). Deve cair sobre eles o rigor da lei" (Província de São Paulo, 4 de março de 1879).

Porém, por outro lado, buscava-se sempre ironizar as suas ações:

"Lovelace e Charlatão

O subdelegado de Merity no estado do R.J. acompanhado de seus subordinados, deu cerco à casa de um célebre curandeiro feiticeiro. Deu causa a esta diligência um crime de peor espécie praticado poraquele bandido que se chama Termodano Severino de Freitas. Entre as suas clientes havia duas mulheres, duas mães que entregando-se aos cuidados de tal negro Juca Rosa deixava de ser vigillantes sentinelas da honra das suas filhas cuja belleza de posso mal razonado seduziu o patife (...). A diligência teve bom êxito e o curandeiro deflorador foi preso e só restá que a lei o puna" (Correio Paulistano, 3 de outubro de 1893).

Assim, nestes últimos casos, se por um lado o culto era ridicularizado, por outro seus próprios seguidores transformavam-se facilmente em alvo de chacota. No artigo abaixo, por exemplo, o jornalista, através dos grifos, direcionará a leitura desqualificando totalmente aos agentes da ação:

"Os feiticeiros do R.S. - Grande Caçada

A política tomou hontem em uma casa 42 pretos livres e escravos, e 11 pretos minas. A CAÇADA deu-se às 10 1/2 da noite no momento em que o preto João celebrava uma sessão de FEITICARIA. Foi uma surpresa e um despontamento que aquelles FIEIS CRENTES jamais perdoarão á polícia. O CELEBRANTE no acto em que foi preso (...) era escutado com religiosa attenção pelo PIEIXOSO auditório. A polícia apreheu deu cabeças de galo e outros MANIPANÇOS. Os principais actores da indecente comédia foram recolhidos á cadeia e os escravos castigados" (Correio Paulistano, 30 de novembro de 1879).

Sem dúvida a Província que, como víamos nos editoriais, seguia de maneira tão fiel os ensinamentos científicos dos principais intellectuais da época, era quem formulava as críticas mais violentas aos feiticeiros. Ou seja, diferentemente do Correio Paulistano, que muitas vezes através dos artigos revelava um certo temor e despreparo frente à situação, a Província de São Paulo buscava sempre dar um tom irônico e ao mesmo tempo crítico a esses artigos, já que esses elementos, segundo as notícias, pareciam na da entender "do corpo", realizando somente o mal. Eram então constantemente citados neste jornal os casos em que esses curandeiros provocavam a morte, ou pioravam as doenças, sendo os exemplos inúmeros: uma criança em que um "curandeiro" pardo aplicou um "collyrio" perdeu um dos olhos (4 de abril de 1884); um remédio venenoso ministrado por "uma curandeira creoulla lavadeira Antonia de tal" que acabou envenenando Francisco Chicoro (6 de maio de 1885), ou mesmo a morte de uma jovem esposa que foi amarrada a conselho de um curandeiro para lhe "sahir do corpo um espírito obsceno".

A maioria absoluta desses casos envolvia pessoas de cor, sendo que a ironia era cruel já que a Província parecia simplesmente desconsiderar esses elementos, bem como suas práticas:

"Desacata a realeza

Na longa e por vezes triste história das monarchias não se encontrou um facto que possa de longe ser comparado ao que hontem se deu na cidade (...). Já não há preconceito, já não há distincções, só a igualdade. O sr. Possolo, segundo delegado da polícia acaba de por em prática uma ameaça terrível. S. Majestade a rainha mandigueira assignou hontem termo de bem viver na polícia. Uma rainha! exclamara o leitor. Uma rainha sim senhor! E não foi só a rainha, foram os seus ministros. A rainha é Leopoldina Maria da Conceição que também diz chamar-se Leopoldina Jacomé da Costa preta fula da nação Mina Gegi 45 annos presumíveis. É a dona da casa e de todos os objectos nella encontrados como ministra de culto denominada: Mae de Santo Gahade Feliciona de Jesus tem como principal ajudante, casada com um parido cocheiro do qual se acha separada ha 23 annos. É denominada Vodance ... (segue descrição dos outros participantes, todos negros. O texto está repleto de ironias como por exemplo...) Eva Maria Creoulla, filha de uma preta, 16 annos, muita estúpida e ignorante parecendo até idiota (...). Estas mulheres (...). Estavam mal alimentadas" (Província de São Paulo, 30 de setembro de 1879).

Em alguns artigos da Província a ironia dirigia-se directamente sobre o ponto que mais parecia irritar os redatores dessa folha. Isto é, ao facto de os feiticeiros não atuarem segundo a racionalidade e "comprovadas experiências" da medicina e da ciência:

"(Bragança) Feiticeiro

Andou por aqui um sujeito preto ainda moço (...). Será doutor? A esta pergunta respondiam uns que sim e outros que não. É doutor efectivamente mas formado por acclamação dos similunios pascacios. Doutor de lesma e caramujo dos parvos. Chama-se Luiz de tal e tem fama de excellente feiticeiro. Foi pena que as autoridades não ti-

vessem conhecimento da presença da personalidade entre nós para o mandarem ensinar fazer mandinga aos presos da cadeia" (Província de São Paulo, 16 de setembro de 1884).

Em geral não se nomeavam os curandeiros, que nenhuma atitude de respeito pareciam merecer por parte da Província. Ao contrário, se não eram considerados como "charlatões" ou enganadores, seriam no máximo "tolos", imorais ou criminosos:

"Rapto por um escravo

No bairro do Rio Abaixo um escravo fugido roubou uma moça de nome Candida a conduziu-a para algum quilombo (...). Este escravo intitula-se Santo Emygídio curandeiro e milagroso, anda em companhia de mais 5 ou 6 todos além de fugitivos são criminosos..." (Província de São Paulo, 16 de janeiro de 1883).

Logo, se no Correio a atitude era ambígua, já na Província os artigos como um todo demonstravam uma boa dose de sarcasmo, e de condenação absoluta aos elementos que se dedicavam a atividades de feitiçaria (que eram constantemente acusados não só por suas práticas, como por crimes e atitudes violentas) e que portanto pareciam não merecer melhores descrições ou denominações.

2.4 - O Negro Suicida e as Mortes Mal Explicadas

O caráter vago e pouco detalhado que as notícias possuem muitas vezes pode ser particularmente exemplificado a partir da descrição de um dos assuntos mais recorrentes desta seção: o negro suicida.

A principal característica dos artigos arrolados neste item é justamente a imprecisão das descrições, já que em geral pouco se especificava sobre a situação ou o elemento em questão:

"Uma folha de São Carlos de 15 do corrente refere-se que sábado ao meio dia mais ou menos, n'uma venda um liberto recebeu um tiro na cabeça, morrendo imediatamente. Conta a folha que o tiro foi casual" (Correio Paulistano, 17 de julho de 1888).

Além disso outro aspecto comum a esses artigos é que em geral buscava-se negar absolutamente a participação do senhor em tais eventos e mesmo descaracterizar todas as suspeitas que pudessem recair sobre a origem da morte. Assim, muitas vezes, apesar de não se saber ao certo a causa do falecimento, buscava-se intuir ou explicá-la a partir das atitudes da vítima, de seus vícios e maus costumes:

"Cadáver encontrado

Foi encontrado o pardo Maximiliano, de 70 a 80 annos. Este individuo usava de bebidas alcoólicas, atribui-se a isso a causa da morte".

Por outro lado, é importante notar que o número de notícias que se referiam a suicídios era muito elevado, chegando no final da década de 1870 a aparecer diariamente notícias deste tipo que envolviam diferentes situações. Em alguns casos, por exemplo, os suicídios eram, segundo as notícias, provocados por situações passionais:

"Enforcado

Há dias, na fazenda Timotheo, Bairro de Cravinho, appareceu enforcado n'uma árvore um preto que, depois de assassinar com um tiro de garrucha uma preta com a qual tencionava casar-se, havia desaparecido. O que motivou o crime foi o ciúme" (Correio Paulistano, 2 de setembro de 1888).

Em outros era o "desespero" que parecia motivar tais ações:

"Suicídio

"Na semana passada, tendo desaparecido da fazenda do Sr. Luiz Gonzaga um negro que se supunha ser escravo fugido, foram ao encalço delte dous escravos. Sentindo-se perseguido, o negro atirou-se no rio e desapareceu, sendo encontrado já cadáver...

Ignora-se quem elle seja, sabendo-se apenas que era escravo por ter sido achado com ferros no pescoço" (Correio Paulistano, julho de 1876).

Através dos próprios títulos das notícias - "MAIS UM SUICÍDIO" ficava evidente como o suicídio de negro era uma prática constante neste período, sendo que somente em poucos casos os artigos deixavam margem a dúvidas sobre a "veracidade" de tais fatos:

"Suicídio?

Há 12 dias desapareceu a escrava Benedita. No dia 4 foi encontrado o cadáver (...). Suppõe-se que a morte foi por suicídio" (Correio Paulistano, maio de 1874).

Assim como em outras seções, os casos de suicídios pareciam também ser globalmente explicados senão pela atitude das vítimas ao menos pela "sciência" e por todo um discurso que explicava a loucura.

"Cadáver

Junto ao Rio Tietê, já desfigurado, foi encontrado o escravo de nome Anastácio, a quem atribui-se a desarranjos mentaes o fato de ter elle se atirado ao rio" (Correio Paulistano, 17 de fevereiro de 1877).

Há 12 dias desapareceu a escrava Benedita. No dia 4 foi encontrado o cadáver (...). Suppõe-se que a morte foi por suicídio" (Correio Paulistano, maio de 1874).

Na grande maioria das notícias, no entanto, ao mesmo tempo em que se buscava explicar o ato (pela loucura, embriaguez...), tentava-se também retirar, como dizíamos, a possível culpa que pu

desse pairar sobre o senhor branco. Nesse sentido, em geral os artigos revelavam "um ar de espanto" frente ao acontecimento, buscando mostrar a perplexidade do senhor afetado pela situação.

"Desgraça

Lê-se no Arenense. Na manhã do dia 7 amanheceu enforcado em casa de nosso amigo o sr. Octavio Elienne um escravo do sr. Domingos Moreira. Sobre a morte nada podemos dizer porque tanto o sr. Octavio como sua exma. senhora são senhores muito humanos e piedosos pelo que a morte causou verdadeira surpresa" (Correio Paulistano, 19 de outubro de 1876).

Muitas vezes, inclusive, o senhor mostrava-se inconformado com o suicídio devido à boa e privilegiada posição que o escravo ocupava:

"Enforcado

Hontem enforcou-se o escravo Domingos (...). Ignora-se o motivo que levou a este acto de desespero, pois era pagem" (Correio Paulistano, 26 de setembro de 1880).

Assim, em várias notícias estabelecia-se logo uma espécie de cumplicidade entre leitor e o senhor branco afetado, desculpando-se sempre a este último, principalmente por ser considerado como um indivíduo conhecido e estimado por todos, em oposição ao suicida, um mero desconhecido:

"Suicídio

Ante-hontem foi lançado a um poço o negreiro José de 2 annos por sua mãe, a escrava de nosso amigo sr. Imilio Novaes, que num acto contínuo enforcou-se. Ignora-se se o suicídio teve por causa o desespero do facto consumado, o que é certo é que esse crime veio por em sobressalto o nosso amigo e sua estimável família, pois que não houve motivo algum plausível que provocasse semelhante acto" (Província de São Paulo, julho de 1879).

O negro, enquanto suicida, parecia, ao nível das representações, cumprir diferentes papéis: ora reafirmava o caráter dependente, ora a impossibilidade da convivência com a "civilização", e ora o seu caráter degenerado e pleno de vícios. Em todos os casos, no entanto, a figura do branco parecia permanecer incólume, buscando-se constantemente desvincular o branco da atitude de seu escravo e destacando-se inclusive sua verdadeira benevolência.

"Suicídio

Amanheceu enforcado por um lenço na grade da cadeia Ricardo escravo do Sr. José Mariano de Camargo Pimental. As circunstâncias que precederam foram as seguintes: o sr. Pimentel, vendo que o mesmo por embriaguês apresentava syntomas de alienação mental e temendo uma consequência fatal mandou prendê-lo no xadrez e pediu para que o guardassem vigilante..." (O escravo acabou suicidando-se e o artigo conclui elogiando a "acerba e attenta humanidade" do senhor)" (Província de São Paulo, 21 de julho de 1876).

É interessante notar também que os casos de suicídios só apareciam nos jornais na seção de notícias não estando presentes nem na seção de óbitos (onde a maior parte dos casos referiam-se a mortes naturais) e nem nas "ocorrências policiais". Parece-nos que este fato reafirma a idéia de que cada seção cumpre uma função específica e às vezes complementar no interior dos periódicos. Assim, enquanto na seção de notícias apareciam casos selecionados, referentes a diferentes regiões do país (buscando-se inclusive descharacterizar a existência de uma relação violenta entre senhores e escravos na medida em que pouco se questionava sobre o suicídio em si), em outras seções lidava-se exclusivamente com os casos mais imediatos e cotidianos da cidade de São Paulo (sem o caráter exemplar que as notícias parecem apresentar).

Por outro lado, se os suicídios segundo vários autores⁽⁴⁾ eram uma prática de resistência negra contra a situação opressi-

(4) Vários autores que estudaram as formas de rebelião escrava destacaram o papel que o suicídio cumpria neste sentido. Vide Clovis Moura, Sueli Robles Reis de Queiróz etc.

va que enfrentavam, por outro, nestes artigos, tais atos parecem querer atentar antes a incapacidade dos negros que os praticavam, do que a busca de uma afirmação de sua individualidade, ou a delação da violência intrínseca a esse sistema.

2.5 - O Negro Degenerado

Por fim, e como veremos principalmente no próximo capítulo, a partir da década de 1880 na seção de notícias o negro antes predominantemente violento ou dependente era agora também degenerado. Assim indivíduos bêbados imorais de práticas bárbaras (como os sambas e as capoeiras) e de cor negra começavam a "desfilar" cotidianamente pelos jornais, tornando-se esta uma representação inclusive dominante.

As notícias pareciam cumprir então uma "função exemplar" no interior da dinâmica dos jornais, já que transformavam situações particulares em dramas públicos e largamente veiculados. Nessa seção, várias imagens e representações sobre os elementos negros vão ser divulgadas cotidianamente, transformando em consensos sociais imagens diversas. Como veremos, com o passar do tempo representações diversas vão se tornando predominantes, sendo que nessa seção o negro parece acumular e ganhar sempre novos papéis.

3 - ANÚNCIOS

Nesses jornais, que tinham no seu total duas ou quatro páginas, basicamente pode-se dizer que se boa parte era tomada pelos editoriais e notícias pelo menos a metade ou mais da metade dessas páginas eram ocupadas por anúncios dos mais variados tipos e tamanhos. Tais anúncios constituíam a maior fonte de renda dos periódicos, sendo que além de serem abundantes apareciam totalmente misturados com os demais tipos de informação.

No entanto, o que mais se destaca neste tipo de material não é tanto seu aspecto visual, mas antes o contraste entre a linguagem utilizada no jornal como um todo e a linguagem dos anúncios. Nesses últimos aparece um discurso menos rígido, onde podemos observar mais facilmente ainda expressões e costumes da época. Como nos diz Gilberto Freyre, trata-se de uma "linguagem à vontade", já que os anúncios na maioria das vezes eram redigidos por iletrados que buscavam vender seu produto ou anunciar seu escravo evadido, dando sempre seu "tom pessoal" (Freyre, 1979, p.XIII).

Na época estudada parecia inexistir uma concepção fixa e rígida para os anúncios, sendo que cada anunciante preenchia o seu espaço da forma que melhor lhe conviesse, utilizando os recursos e argumentos que considerasse legítimos. Nesse sentido, os anúncios ganham outro tipo de destaque, já que não possuíam uma linguagem absolutamente cifrada, mas antes evidenciavam anseios e objetivos diversos.

3.1 - Anúncios de Negros

Até inícios da década de 80, grande parte dos anúncios que ocupavam os periódicos da época referiam-se a escravos. O cativo aparecia então vinculado a todo tipo de transação econômica: compra, venda, aluguel, leilão, seguro, fugas, testamentos, alienação, empréstimos, hipotecas, penhora, doação, transmissão, depósito e usufruto.

Tais anúncios encontravam-se fartamente distribuídos nos periódicos da época sendo que em um só número do jornal (que contava em média com uns vinte anúncios de diferentes produtos e tamanhos) podemos encontrar mais ou menos uns seis anúncios referentes a escravos. Esses em geral apareciam de forma bem destacada, não só através de seus títulos escritos em negrito e com grandes letras, que procuravam captar a atenção do leitor, como pela própria posição que ocupavam no jornal (aparecendo geralmente no centro da página ou no alto). No entanto, tais características dos anúncios

no final do século XIX com a proximidade da abolição vão sendo modificadas, pois aos poucos vão como que perdendo antigos espaços, escondendo-se nos cantos das páginas, encolhendo-se em tipos miúdos perdendo seu antigo luxo de pormenores e deixando de aparecer com títulos em negrito.⁽⁵⁾

. Classificados

Segundo um modelo clássico podemos verificar que os anúncios visam "estabelecer no leitor do jornal, tipos de familiaridade, associação, automatismo em torno do objeto anunciado. Procura-se atrair, prender, absorver a atenção do leitor do jornal de modo especial com objetivos práticos e imediatos e através de palavras capazes de conquistar o leitor para o anunciante ou para o objeto anunciado" (Freyre, 1979, p.XLVII).

Esse tipo de modelo acima descrito parece ser seguido pelos anúncios de venda, seguros, aluguel ou leilão de escravos, já que neles eram destacadas as qualidades e vantagens das "peças", bem como seus preços módicos e facilidades de pagamentos. Ressaltavam-se nestes casos, portanto, os atributos positivos destes cativos, tanto no que se refere às suas qualidades profissionais, como também às suas características físicas e mesmo morais:

(5) Tais anúncios estavam totalmente inseridos nas publicações cotidianas dos diferentes periódicos, constituindo-se inclusive em uma espécie de símbolo da própria instituição e repressão ao escravo. Nesse sentido é interessante notar que como veremos a partir da década de 80 começam a surgir inclusive "anúncios-caricaturais", que usavam as mesmas descrições físicas grosseiras, embora nesses anúncios fossem os escravos que procuravam seus senhores em busca de uma compensação pelo cativo injusto. R. Conrad toma o seguinte exemplo que foi publicado - 23 de fevereiro no jornal *Cruzeiro do RJ*: 100\$000. O cidadão João há 30 anos expoliado de seus direitos de homem livre presenteia com a quantia acima a quem lhe entregar o negreiro Luiz Gomes de Aguiar que residiu ou ainda reside no Campo de Grauna lugar referido por ter magníficos portos".

"Escravos bons: Vende-se 3 excellentes escravos, sendo: um moleque de 16 para 17 annos de idade, bonita figura, outro de 35 annos, habilíssimo, destro de serviço de lavoura e uma creoulla de 14 para 15 annos, bonita estampa (Correio Paulistano).

Nestes anúncios, as "peças" exibidas eram constantemente valorizadas como "robustas, fortes, sadias, inteligentes e boas para qualquer serviço...", sendo que enquanto "coisa" e objetos eram comercializados:

"Escravos

Na rua da Consolação, 72, há 38 'peças' para vender (...) todas bonitas peças. Vende-se barato para liquidar" (Correio Paulistano, 9 de maio de 1880).

Os escravos eram então descritos como objetos, recebendo nesse sentido o mesmo tratamento, ao nível da linguagem, dos "fogões", ou bebidas que ao seu lado eram anunciados. Assim, como "peças bonitas", "bonito lote", "peças em liquidação", "primeira ordem ou qualidade", "bonita estampa", os cativos eram anunciados aos senhores que queriam adquirir a sua propriedade.

Muitas vezes eram inclusive vendidos como "lote" ou como "ofertas especiais", conjuntamente com terras ou outros objetos também indispensáveis.

"Carro e Escravo

Vende-se uma Victoria em muito bom estado com arreios, e compra-se um escravo de meia idade, sadio e sem vícios para todo trabalho" (Província de São Paulo, 27 de agosto de 1880).

Nos casos de venda ou aluguel de escravos, eram ainda mais destacados os aspectos físicos da peça oferecida, sendo que desta maneira é possível inferir inclusive outras formas de utilização das cativas:

"Muita Atenção

Vende-se uma ellegante e bonita mucana recolhida e de casa particular que tem muitos préstimos com 18 annos de idade, sadia, sabe ainda engommar, fazer tuyoete, costurar e cortar figurino. O motivo da venda não desagradará o comprador" (Província de São Paulo, 25 de setembro de 1877).

Nestes "classificados" ofereciam-se negros não só através da afirmação das características físicas positivas das "peças comercializadas", como também através da própria negação das "atribuições morais" pejorativas normalmente associadas aos negros:

"Escravo. Vende-se um de 20 a 30 annos sadio, robusto, sem vícios, nem defeitos" (Província de São Paulo, 28 de fevereiro de 1879).

"Escravos: No Arouche rua do Paraíso nº 39, vende-se ou aluga-se uma preta de 24 annos de idade, perfeita costureira e com todos os préstimos para casa de família, servindo também para ama-de-leite por estar próxima a dar luz, é sadia, sem vícios e bem educada" (Província de São Paulo, 23 de fevereiro de 1879).

Assim, além da referência às características que os negros possuíam efetivamente, fazia-se questão de ressaltar também a exceção e a singularidade das "peças anunciadas", reafirmando-se o caráter do negro pela negação. Nesses casos, muitas vezes em um só anúncio aglutinavam-se várias imagens comumente dispersas:

"Excelente escravo

Vende-se um creoulo de 22 annos, sem vícios, muito fiel, bom e acaado, cozinheiro, copeiro e boliero. Faz todo o serviço da casa com presteza, e é o melhor trabalhador de roça que se pode desejar, humilde, obediente, bonita figura..." (Província de São Paulo, 19 de fevereiro de 1878).

Tal situação é particularmente clara no caso das amas-de-leite, já que estas possuíam uma relação muito próxima com seus senhores. Nesses casos lançava-se mão inclusive, em determinados momentos, das "certezas" que só a "sciência" podia oferecer.

"Ama de leite

Inspeccionada e affiançada por médicos, quem precisar e quiser pagar bem, pode dirigir-se à praça do mercado, 12" (Correio Paulistano, 15 de julho de 1880).

Nos classificados, os anunciantes possuíam portanto uma difícil tarefa: a de exaltar as características positivas dos cativos oferecidos, garantir o caráter excepcional das "mercadorias", e afastar deles todo o "estigma" da escravidão, tão presente nos anúncios de fuga que veremos a seguir.

3.2 - Anúncios de Fugas de Escravos

Vários historiadores já atentaram para a importância desse material, mas foi Gilberto Freyre quem o trabalhou de uma forma mais sistemática.

"Anunciologia" (ou "ciência dos anúncios") foi o nome adotado por G. Freyre para caracterizar o que ele mesmo se propunha a trabalhar. Através dos anúncios referentes a escravos, Freyre buscou reconstituir então as características da população negra residente no Brasil, verificando sua constituição física e psicológica. Dessa maneira e a partir desse trabalho esse autor trouxe importantes contribuições na medida em que, além de descrever os tipos de negros residentes no Brasil, reconstituiu vocábulos e mesmo costumes da época.

Para esse antropólogo, os anúncios eram como uma fotografia da época, uma fonte de "informações desinteressadas de onde podemos retirar fatos inquestionáveis e definidores do período e caracterizar ao mesmo tempo a população negra em si" (Freyre, 1979, p. XXXIV).

No entanto para nós este tipo de material ganhou importância não só devido à sua função pragmática (já que, como notou G. Freyre, a partir dele pode-se tecer considerações sobre as fugas e características da população escrava), mas também devido a outras informações subjacentes também presentes, em nossa opinião, no interior dos anúncios.

Primeiramente os aproveitamos buscando retirar dados a partir de seu lado mais fático e pragmático, ou seja, procurando dimensionar certas características das fugas no interior do processo de abolição.

Nesse sentido certas questões afirmaram-se de forma clara: a maioria dos indivíduos que recorriam à fuga nesse momento pertenciam ao sexo masculino, estavam localizados na faixa etária adulta (15 a 40 anos) e em geral trabalhavam na lavoura (vide nesse sentido para maiores informações dados anexos destacados no final da dissertação).

Quanto ao caráter da fuga, pode-se concluir a partir dos anúncios catalogados que, na maioria das vezes, a evasão dava-se isoladamente, já que normalmente se reclamava só um único escravo fugitivo (assim, por exemplo, nos dois jornais utilizados neste capítulo levantamos 540 evasões individuais, para 181 coletivas). Além disso, é necessário destacar que as fugas coletivas catalogadas tornaram-se mais frequentes só a partir da década de 1880, quando, como veremos no próximo capítulo, tomava força todo o movimento abolicionista.

Tais evasões coletivas eram consideradas como particularmente perigosas já que revelavam inclusive um certo descontrole do senhor frente à situação:

"Muita atenção das auctoridades

Fugiram da cidade de Limeira no dia 17 os seguintes escravos:

1. João Pernambuco- fula, baixo, 25 annos mais ou menos ...
2. Athanásio - preto, 22 annos, corpo fino ...
3. Caetano - preto, alto barbaro ...
4. Pedro (velho) - preto, baixo, cabelos já brancos ...
5. Faustino - preto, alto, 30 annos mais ou menos ...
6. Francisco - preto, bem alto, 30 annos mais ou menos ...
7. Pedro (moço), 22 annos mais ou menos, sem barba ...

Estes escravos tentaram contra a vida de seu senhor e descarregaram um tiro ferindo-o gravemente. Fugiram levando 3 armas de fogo, e objetos da fazenda. - Limeira. Antonio Mariano da Silva Godinho" (Província de São Paulo, 28 de fevereiro de 1879).

Mas nem todas as fugas coletivas eram perigosas ou violentas. Muitas, como dizíamos, davam-se entre familiares, já que fugiam constantemente: maridos e mulheres (Província, fevereiro de 1880), mães e filhos (Província, 26 de fevereiro de 1880), irmãos e irmãs (Província, 25 de março de 1879) e mesmo famílias inteiras (Província, 5 de outubro de 1883).

As fugas às vezes pareciam curtas (já que os anúncios não voltavam mais a aparecer) e às vezes longas, revelando como mesmo depois de anos da evasão o anunciante não acreditava na perda de sua "propriedade".

"300:000 rs

Gratifica-se com a quantia acima e paga-se as despesas a quem entregar a Antonio Carlos P. Queiroz em sua fazenda no Amparo o seu escravo Lazaro bem preto (...). Está na capital. Fugiu em fevereiro de 1871" (Província de São Paulo, 24 de outubro de 1875).

Os anúncios na maior parte provinham de outras cidades e mesmo províncias, sendo que os proprietários pareciam acreditar que São Paulo (como mostra o exemplo acima) e mesmo Santos constituíam bons refúgios para escravos fugidos. Estes fatos podem ser

explicados na medida em que, primeiramente, na cidade homens de cor podiam misturar-se, no período final da escravidão, mais normalmente à população, e principalmente porque eram nestes locais que o movimento abolicionista agia de maneira mais frequente.⁽⁶⁾

Assim, não sem motivos, os senhores insistiam nos anúncios que seus escravos se encontravam ou em Santos ou em São Paulo.

"Gratificação

Fugio da Fazenda Morro Azul, o mulato claro de nome Paulo, pertence a (...) desconfia-se de achar-se nesta cidade ou em Santos. Luiz Pinto Homem de Menezes" (Correio Paulistano, 21 de fevereiro de 1879).

. A Diferenciação Sexual - A Doçura Escrava e a Negra de Tabuleiro

No entanto, os anúncios de fuga não possuíam e veiculavam uma só imagem dominante. Ou seja, apesar da grande maioria dos anúncios se referirem a escravos do sexo masculino, podemos notar através dos menos frequentes anúncios de fugas de escravas que existem nestes claras distinções na forma como o senhor lesado registria ou revelava a evasão.

As mulheres em geral eram descritas então a partir de sua boa aparência, seu caráter meigo ou serviçal, indicando inclusive a existência de uma relação mais íntima entre senhores e cativas (semelhante a que notamos nos anúncios classificados):

"Escrava fugida

De José Antonio de Souza residente em Itú fugiu há 5 mezes a escrava Balbina, mulata de 30 annos, estatura pequena, rosto cumprido, cabelos não bem pretos, bonita figura, prosa de corpo, bons dentes, fala com doçura e em uma das faces, abaixo do olho, tem uma cavida

(6) Neste caso poderíamos citar por exemplo o quilombo Jabaquara em Santos que foi criado e organizado pelos próprios caifazes.

de mi pequena" (Correio Paulistano, 6 de janeiro de 1886).

Muitos dos casos de anúncios de escravas fugidas referiam-se, por outro lado, a "negras urbanas" e indicavam inclusive a maior autonomia que estas possuíam na cidade. Um caso interessante, e que foi descrito por Laura de Mello e Souza (1982, p.122) é o das negras quitandeiras, ou de "tabuleiro", que justamente por possuírem uma vida mais livre e circulararem pelas cidades, auxiliavam constantemente nas fugas e insurreições escravas. Deste tipo de escravas são vários os anúncios de fuga, sendo que nesses casos o próprio tabuleiro era utilizado como sinal para um futuro reconhecimento.

"Escrava fugida

Da casa nº 2 da rua das Flores nesta capital, fugiu a escrava Maria, com os signaes seguintes: alta, magra, de nação, 40 a 50 annos de idade, trajando vestido e chale cor de Havana, levando um tabuleiro de doces, visto ser quitandeira. Foi vista conversando, to mando a direção de Juquery ou a do Ó" (Correio Paulistano, 4 de setembro de 1879).

As mulheres que se evadiam em geral o faziam com seus companheiros e familiares, ou então isoladamente, o que não impedia que excepcionalmente realizassem fugas coletivas, como no dia 26 de agosto de 1881, quando fugiram da "rua Direita nº 13 em São Paulo", três escravas juntas, uma até com "princípio de gravidez" (Província de São Paulo).

As descrições das cativas que fugiam eram também diversas das referentes aos homens, já que não se mencionavam em geral sinais de tortura ou castigos, sendo que além disso a gratificação era normalmente inferior à oferecida aos escravos do sexo masculino.

. A Divisão Etária

Por outro lado, também através da verificação das diferenças etárias dos escravos que aparecem nos anúncios de fuga podemos constatar a existência de imagens diversas. Ou seja, apesar da maioria dos anúncios de fuga obviamente se referirem a elementos da faixa adulta, havia também casos que envolviam pessoas idosas e mesmo crianças.

Logicamente, a maioria das crianças que fugiram, o faziam em companhia dos familiares. No caso, porém, de evasão individual de crianças escravas, os anúncios já no título revelavam a excepcionalidade de tal acontecimento: "Moleque FUGIDO!"

"Moleque fugido

Desde quinta-feira anda fugido o escravo Silvestre, natural do Ceará, levou calça embranquecida. Costuma dar-se por livre, mudar de nome e alugar-se para qualquer serviço, outras vezes diz que é captivo de diversas pessoas sem declarar quem é o seu senhor, tendo contrahido dívidas em nome deste, anda quase sempre pelos arredores, finge de humilde para illudir quando é surpreendido torna a fugir..." (Província de São Paulo, 25 de abril de 1878).

Por outro lado, "os moleques" eram normalmente descritos como pessoas vivas e espertas, revelando inclusive a existência de uma relação mais amena e de um tratamento melhor.

Quanto aos escravos idosos, a caracterização já era bem diversa: ou seja, os anúncios destacavam sempre seus defeitos físicos ("mancos", "gagos", "mudo", "aleijado") e revelavam inclusive o envelhecimento precoce desses cativos, que já com seus quarenta anos possuíam "cabelos e sobrancelhas embranquecidas" e "andar curvado e vagaroso".

Além disso, os anúncios referentes a escravos que contavam com idade superior a quarenta anos, ressaltavam também seus "defeitos moraes", aparecendo vários casos de escravos dessa faixa etária "dados aos vícios de embriaguez" ou "a palavradas".

. A Divisão por Atividade: A Autonomia Urbana/O Contacto Doméstico/A Indiferença Rural

Além disso, também não se pode dizer que o "objeto procurado" era um só, sem qualquer nuance ou diversidade. Ao contrário, parece-nos que se "reclamava" diferentemente sobre um escravo doméstico, urbano ou rural.

Por um lado, o escravo urbano, acostumado a morar na cidade, parecia gozar de uma maior autonomia,⁽⁷⁾ sendo que os anúncios referentes a este tipo de cativo possuíam características bem singulares. Eram sempre redigidos com um tom que revelava "familiaridade" e "conhecimento", os dados eram precisos, e em geral os cativos eram descritos como indivíduos suadáveis, de boa aparência, e muitas vezes "eruditos".

"Fugio da cidade de Itapetininga o escravo de nome Luiz, cabra 22 anos, altura regular e corpulento, pés grande, cabellos grenhos, olhos vivos e pequenos, falta de dentes na frente, sabe ler e escrever regularmente, falla bem e muito explicado, muito risonho e fica sempre com papéis nas algibeiras, gosta muito de recitar versos, é pedreiro e copeiro e costuma dizer que é forro, anda descalço. É de Macahé, Rio de Janeiro" (Correio Paulistano, 18 de agosto de 1877).

Também através destes anúncios, ficava evidente como nas cidades tudo parecia ser "familiar e conhecido":

(7) Katia de Queiros Mattoso descreve a autonomia dos escravos que viviam nas cidades, explicando-a a partir das próprias funções que normalmente desempenhavam.

"Fujão

Pede-se a quem encontrar o menor Estevão, muito conhecido aqui dentro da cidade, fugido de casa há 8 dias, o favor de mandar encontrá-lo à rua da Esperança que será gratificado. Ele sahio com calça de algodão de inverno, jaqueta velha e camisa tudo sujo, desconfia-se estar pela Penha, Consolação ou pelas estradas, tem de 9 a 10 annos, é pardo. É escravo e por isso intitula-se às vezes forro. Protesta-se contra a quem o acoutar" (Correio Paulistano, 7 de setembro de 1874).

As vezes a "intimidade" era tal que o próprio apelido do cativo era suficiente enquanto caracterização, como é o caso de "Maria comprida", que fugiu em março de 1875 (Província de São Paulo).

Muitas vezes, esses anúncios de escravos urbanos revelavam a existência de cativos que se tornavam verdadeiros profissionais em seus ramos, afastando-se da imagem mais imediata e recorrente do escravo rural, rude e sem especialização alguma:

"Escravo - fugiu de Bierrenbach & Irmãos, de Campinas, no dia 2 de setembro deste anno, o mulato Rodolpho, de 24 annos, estatura mé dia para baixo, corpo reforçado, falla bem, pisar firme (...). É muito activo e inteligente, natural de Campos (R.J.), professor chapelleiro mas sabe cozer em máquina de costura, tendo trabalhado com máquina a vapor no que é prático. Sabe ler" (Correio Paulistano, 11 de setembro de 1877).

Assim, se de um lado, como vimos, as cidades facilitavam as fugas, devido a maior autonomia que lá os escravos possuíam, de outro a "familiaridade" reinante poderia dificultar e levar a uma apreensão mais fácil.

Próximos dessa imagem do negro urbano, estariam também os escravos domésticos que, vivendo ao lado dos senhores nas casas grandes, recebiam um tratamento diferenciado, afastando-se muitas

vezes de seus colegas no campo.⁽⁸⁾ Toda essa situação é claro que se evidenciava na própria forma como o senhor elaborava os anúncios de fugas desses escravos. Ou seja, diferentemente dos agrícolas, esses eram descritos em geral como indivíduos de boa figura, sem grandes defeitos físicos e com certo conhecimento e especialização:

"Juiz de Fora, Escravo fugido

Acha-se fugido desde 19 de março do corrente, o escravo Theodoro, pardo, baixo, cabelos corridos e de boa figura, bem feito de corpo, bons dentes e começando a barbar e tendo mais ou menos 22 anos, pagem de serviço doméstico acostumado a lidar com animais, copeiro, entende do ofício de carpinteiro, sabe lidar com máquinas de corte, lê números e faz conta de memória, sabe música, canta e toca flauta e violão e leva-o corpo só roupa de serviço..." (Correio Paulistano, 6 de maio de 1880).

Deste, como de outros anúncios deste tipo, podemos retirar não só as imagens dominantes sobre o cativo doméstico, como pode-se caracterizar inclusive a própria relação existente entre estes escravos e seus senhores (e mesmo seu caráter de exceção).

Muitas vezes, neste sentido, os anúncios indicavam alguns atributos que diferenciavam estes escravos daqueles normalmente presentes neste tipo de material. Assim, por exemplo, no dia 17 de novembro de 1880 anunciava-se no Correio o desaparecimento de escravo Martiniano e, após as suas descrições físicas, acrescentava-se: "serviu bem como pagem, pois que a 20 annos serve como pagem ao abaixo assignado e sempre o acompanha em viagem, levou chapéo de chile e roupa fina. Não tem sinal algum de castigo".

(8) Segundo E. U da Costa, mestiços e negros empregados no serviço pessoal do senhor formavam um mundo à parte da senzala, sendo que na época dizia-se: "Negro no eito, vira copeiro, não óia mais pra seu parceiro". (1982, p.267.)

Esses anúncios revelavam, portanto, o caráter excepcional dos escravos domésticos, sendo que estes sempre eram descritos a partir de suas singularidades: "andam calçados" (Correio, 26 de abril de 1876), "não bebe aguardente" (Correio, 15 de janeiro de 1874), "é muito experto" (Província de São Paulo, 22 de agosto de 1876).

"Fugiu no dia 8 dessa cidade (Itapetininga) um escravo Luiz, cabra, 22 annos, altura regular, cabellos grenhos, corpo regular, sabe ler, escrever e contar, falla bem e muito explicado, é copeiro, costureiro, dis que é forro" (Província de São Paulo, 12 de junho de 1877).

O "bom trato" recebido por esses escravos ficava inclusive evidente, já que vários anúncios destacavam como sinal para uma possível apreensão os belos e às vezes elegantes trajes destes cativos que fugiam com roupas alinhadas, relógios ou mesmo "guardachuvas de alpaca com cabo de marfim" (Província de São Paulo, 22 de fevereiro de 1881).

Portanto, se a grande característica da maioria dos anúncios era a de possuírem uma introdução inicial bastante similar e cifrada, nestes últimos casos a grande marca é o destaque que se dá à singularidade da situação, possuindo os artigos um certo tom até passional, mesmo que a condição de propriedade nunca fosse questionada:

"Fugiu Américo, crioulo de 38 a 39 annos, alto e bem feito de corpo, bons dentes, costuma fazer a barba, usa bigode, conversa bem, traja bem é bom carpinteiro e pedreiro, leva consigo algum dinheiro seu, é bonito, é escravo de estimação" (Província de São Paulo, 27 de março de 1887).

Nestes casos referentes a escravos domésticos os cativos descritos geralmente não apresentavam defeitos físicos relevantes e pareciam possuir uma relação próxima com seus senhores, já

que a maioria dos anúncios determinavam com exatidão o dia, a hora e o local das fugas e descreviam com rigor de detalhes a aparência desses escravos.

Radicalmente diferente era, por fim, a descrição de um escravo agrícola ou rural. Os anúncios referentes a este tipo de cativo, que constituíam a maioria absoluta dos casos, primeiramente destacavam-se por seu caráter vago e pouco detalhado, demonstrando como muitas vezes o senhor pouco conhecia os escravos que fugiam. Não se delimitava com precisão portanto a idade, o cabelo, a altura ou a cor da pele, já que estes proprietários, que às vezes possuíam centenas de cativos, pouco conviviam com eles.

Outra característica constante era a reiteração dos feitos físicos desses escravos rurais, que poderiam advir tanto de seu duro ofício, que os diferenciam de outros tipos de escravos...

"Fugiu de Bragança no dia 17 do corrente mez, o escravo Jovito de 18 annos mais ou menos, pardo, sem barba, olhos vivos, foi criado de servir na corte. Há pouco mais de um mez foi vendido nesta cidade para serviço de roça e por isso está com as mãos callosas..." (23 de maio de 1880).

... como de torturas e sevícias que pareciam constituir fato corriqueiro, e que eram inclusive destacadas nos anúncios como sinais para uma possível captura. Assim "peças e ganchos", "cicatrices", "marcas de ferro", membros mutilados ... não só testemunhavam os rigores da escravidão, como também acabavam por serem utilizados como sinais, que dificultavam a evasão do cativo, marcando em seu próprio corpo a sua condição.

"Casa Branca

Fugio da fazenda de Francisco Prudente José Correa o escravo Agostinho, de cor preta, tocado a folla (...) tem um sinal no pescoço de (ferro) e este recente (...) este escravo foi a 2 mezes submetido a julgamento no jury desta cidade e sendo condeinnado a açoute

tem sinal de castigos nas nádegas. Esteve açoitado por 10 meses. Quando preso precisa toda a cautela pois que tem conseguido saltar-se estando preso em ferro" (Correio Paulistano, 10 de fevereiro de 1880).

"Deolindo natural de Bahia, signais de castigo nas nádegas, alto e corpo regular (...) idade 40 anos mais ou menos (...) fugiu com pegas e ganchos e quando tenha tirado deve existir os sinais de ferros..." (Correio Paulistano, 28 de janeiro de 1874).

A referência aos sinais e defeitos parecia ser tão constante que o anunciante inclusive costumava desculpar-se quando por algum motivo não podia descrevê-las convenientemente:

"Escravo fugido

No dia 15 do corrente fugiu da fazenda de José Gonçalves de Araújo do município de São Carlos do Pinhal o seu escravo de nome Antao, creoulo da Bahia, 22 anos, bem preto, bons dentes ... Não se sabe se tem alguns sinais pois foi comprado no dia 14 e a 15 já fugiu" (Província de São Paulo, 22 de outubro de 1877).

As marcas e castigos eram de tal maneira comuns que o fato de não possuí-las era já em si relevante para a apreensão. Assim, por exemplo, Joaquim de Siqueira Moraes, ao anunciar a evasão de seu escravo Antonio na Província, afirmava no final: "Nunca foi castigado" (14 de abril de 1882). Em 16 de agosto de 1882 o "creoulo Jorge" era descrito neste mesmo jornal como "bem ladino" e como não tendo "signal physico e de castigos".

Além disso, se os escravos domésticos e urbanos dos anúncios eram representados como espertos e pacíficos, já os agrícolas, não só por suas características físicas mas também por seus atos, deviam inspirar medo ao leitor da época: vários deles, segundo os anúncios, fugiam deixando para trás crimes, roubos e assassinatos, enquanto que outros evadiam-se levando consigo armas e instrumentos.

"Escravo fugido

Acha-se fugido desde o dia 15 de junho o escravo de nome Quintino creoullo de 50 a 60 annos, magro, cabellos embranquiçados, pernas finas, signaes (...) levou uma espingarda de dous cannos, uma foice e uma facca comprida (...) S. Simão" (Província de São Paulo, 24 de julho de 1881).

A associação da fuga com a criminalidade e violência era tamanha nesses últimos casos, que inclusive ressaltava-se com es tranhamento, quando nos anúncios não se podia identificar nenhum crime anterior do negro fugido. Assim, por exemplo, na Província de São Paulo, no dia 19 de janeiro de 1882, um anúncio procedente de Rio Claro terminava afirmando: "desconfia-se que foi seduzido por alguém por não ter crime algum..."

. O "Enredo"

Da paixão ao ódio

O conteúdo que compunha estes anúncios de fuga obedecia normalmente a uma mesma ordem interna. Ou seja, o nome do anun ciante aparecia no início, ou destacado ao final do anúncio, sendo que seguiam-se logo após outras informações, que arrolavam desde o nome do cativo, como suas características "físicas e morais". No entanto, no interior desta distribuição mais básica, pudemos encontrar diferenças relevantes, já que enquanto alguns anúncios eram mais diretos e ligeiros, como o que saía na Província do dia 14 de março de 1880...

"Rs. 100\$000: Fugiu de José Amancio Rosa em Dous correços João - castigos..."

... outros eram por sua vez mais ricos em detalhes. Esses classificados mais descritivos podiam tanto revelar "conhecimento" e até um certo tom mais passional, como às vezes ira e raiva pelo elemento que se avadiu:

"Da chácara do Pacaembu de cima fugiu no dia 31 de março Dionísio, idade 45 annos mais ou menos ... (segue descrição) ... Tem o hábito inveterado de fugir e de roubos repetidos, é de modos humildes e insinuantes, astuto e velhaco como poucos. É muito conhecido nesta cidade ... - São Paulo" (Província de São Paulo, 4 de abril de 1882).

Essa diferença no "tom" e no texto dos anúncios, por sua vez, revelava como este material não só trazia dados pragmáticos, como também informações antes de tudo qualificativas e subjetivas, já que o senhor ao anunciar a fuga de um escravo "expunha" também a si próprio a sua visão sobre o cativo. Ou seja, tais anúncios possuíam uma característica bem específica, na medida em que eram redigidos pelos próprios senhores que se sentiam lesados. Dessa forma, ao mesmo tempo que estes últimos comunicavam um fato, nomeavam também um problema de diferentes maneiras: reclamava-se pelo objeto que se evadiu, discutia-se com os "aboliconistas", lamentava-se com paixão pelo servical que abandonou o serviço, discutia-se sobre o problema de mão-de-obra, ou mesmo temia-se por uma possível perda de status. No interior desse movimento, então, o material vai tomando uma maior importância enquanto depositário de uma série de representações sociais e perdendo de certa maneira sua função exclusivamente pragmática. Isto é, qual a eficácia de um anúncio de fuga de escravos no interior de uma sociedade em que o indivíduo negro é imediatamente identificado como escravo e preso sem qualquer maior comprovação? A quem se dirigiam esses anúncios então? Só a "capitães-do-mato" ou elementos que se dedicavam à captura de escravos, ou existia também no interior desses anúncios um outro tipo de comunicação entre os próprios senhores de escravos e entre eles e a sociedade? Quando o senhor afirmava a perda de sua propriedade expunha também a sua própria situação e condição?

Assim, a questão da eficácia desses anúncios parece atingir uma nova dimensão que é dada não pela criação de possibilidades de captura, mas antes pela difusão de representações, sensibilidades sociais e pelo estabelecimento de uma rede de relações intersubjetivas.

Ao lado dos dados objetivos (idade, cor, cabelo, altura ...) que apareciam nos anúncios de fuga buscando facilitar a captura, podemos encontrar então uma série de descrições que em nada pareciam auxiliar uma possível apreensão, mas antes evidenciavam a forma como o senhor branco representava o escravo que se evadira. Existia então nos anúncios uma série de atributos tais como: "fingido de humilde", "dado a folias e sambas", "labioso e mentiroso", "dado ao jogo dos búzios", "pernóstico", "amigo dos brancos", "escravo de estimação", "amante de conversar", "moldes humildes e insinuantes", "muito amigo do copo", "inclinação a funções", "fandanguero", "muito influido a dançar samba...", que pareciam não referir-se diretamente ao objetivo último do anúncio, remetendo-nos antes à "dimensão simbólica" do material.

Assim, através dos anúncios o senhor parece que não só comunicava um fato, como expunha também a si próprio:

"ESCRAVOS FUGIDOS

O abaixo assignado declara que há quatro mezes mais ou menos the fugiu de Mogy das Cruzes o seu escravo Caetano, mulato quase branco, há 12 dias the fugia outro de nome Francisco, mulato preto de 16 annos de idade, um outro mulato preto de 27 annos e querendo libertal-os, vem por meio da imprensa pedir aos senhores abolicionistas ou aos seus chefes que não põe dūvida em aceitar qualquer indenizaçāo, seja de justiça a fim de mostrar que não é o que dizem..."
(Correio Paulistano, 24 de março de 1887).

Mesmo que a apresentação do senhor afetado não se desse de forma tão direta e objetiva, como no anúncio acima, parece-nos que esta estava sempre presente mesmo que por contraste ou oposição.

O senhor buscava afirmar através dos anúncios a sua supremacia e propriedade, e a dependência do escravo, mesmo quando a própria situação de fuga o desmentia:

"Escravo fugido

Fugiu de Limeira (...) o escravo Luiz mulato, pouca barba, cabelos soltos, (...) muito preguiçoso, algum tanto abobado, muito obediente e humilde, foi cosinheiro hoje trabalha na roça..." (Província de São Paulo, 30 de julho de 1878).

A representação de "dependência escrava" era tão frequente que inclusive alguns anúncios insistiam em que o cativo fugia não por vontade própria, e sim por "sedução". Nesses casos, a ira voltava-se então imediatamente contra a figura do "sedutor", que era sempre caracterizado como um indivíduo perigoso. Assim, por exemplo, em 22 de dezembro de 1833, na Província, um anúncio revelava que a escrava Candida havia sido "seduzida por um camarada que supõe-se ser criminoso em São Simão", enquanto que em 13 de novembro do mesmo ano o feitor escravo Honório foi também "seduzido por Pompeu", indivíduo implicado n'um assassinato em São Carlos do Píthnal e auctor do rapto de duas menores".

O caráter "exemplar" e não só pragmático dos anúncios pode também ser verificado, mesmo porque em vários momentos os anúncios são publicados em levas que somem vez por outra dos jornais, ou aparecem coletivamente.

Ou seja, apesar da grande regularidade desse material, em determinados períodos os anúncios como que somem por completo e depois voltam novamente. Essa característica não nos pareceu no entanto acidental, mas antes motivada por certas determinações. Assim, por exemplo, no primeiro semestre de 1878, momento em que se realizavam eleições para deputados e senadores, praticamente não apareciam anúncios no Correio Paulistano, o mesmo ocorrendo com as notícias sobre negros (que retornaram quando terminada a eleição em que o Partido Conservador saiu derrotado). Nesse sentido, parece que os jornais, ou seus anunciantes e assinantes selecionavam determinados momentos em que os anúncios e mesmo as notícias não deviam constar. (Nesse último caso talvez porque os anúncios ligassem a imagem do partido associado ao jornal, ou de seus assinantes, à da instituição escravocrata que principiava a ser largamente questionada).

A partir da análise dos anúncios e da verificação de uma outra dimensão que não só a pragmática, podemos perceber também como o elemento negro parece cumprir trajetórias, já que vai passando de humilde e ainda saudável, a degenerado-primeiro física e depois moralmente. Além disso, aos poucos substituem-se e justapõem-se antigas imagens por novas, mais adaptadas talvez ao próprio momento: ao lado da imagem do preto humilde, servil, amigo dos brancos, vai surgindo a do negro traçocairo, fujão e ladrão.

Neste percurso, os anúncios, como veremos, não estarão isolados. Trajetórias similares vão se delineando em outras seções, tendo muitas vezes o discurso científico e jornalístico como pano de fundo.

O final dos anúncios de fuga (tão característicos de todo o período escravocrata) não vai significar, no entanto, a inexistência de qualquer representação sobre o negro. Nos discursos veiculados pelos jornais o elemento negro, escravo ou recentemente liberto "abandona" então os anúncios de fuga (seu antigo lugar privilegiado) e "ganha" outros espaços: é o negro das notícias violentas e sensacionalistas, misteriosas ou irônicas, o negro vagabundo, embriagado ou desordeiro das "ocorrências policiais", o negro primitivo das seções científicas, e o negro feiticeiro e dependente dos contos e pequenas histórias.

4 - O NEGRO NOS CONTOS

QUEM CONTA UM CONTO, GANHA UM PONTO

Principalmente a partir da década de 1890, nos jornais paulistanos (e com especial frequência no Correio Paulistano) começam a ser publicados contos, poemas ou pequenas histórias (muitas vezes de autoria de escritores nacionais) que passam a ocupar locais destacados no interior dos diversos periódicos.

É interessante ressaltar, no entanto, que esses contos em geral não traziam temas estranhos ou desvinculados do conjunto geral que o jornal apresentava. Ao contrário, na maioria dos casos, tratavam de maneira diversa os mesmos temas que as notícias ou anúncios de fuga já vinham relatando há mais tempo. O negro, por sua vez, era um personagem bastante freqüente nessas pequenas histórias, sendo que é possível traçar paralelos entre as representações e imagens encontradas em outras seções e as presentes nos contos.

Assim, por exemplo, a imagem constantemente veiculada nas "notícias", do negro de "instintos primitivos", mas que permanecia sempre fiel, está também bastante presente nos contos:

"Páginas volantes

Poemetos em prosa - Ao clarão dos foguetes

Badalava lentamente o toque. Ergueu-se certo no meio do terreno o enfeitado mastro de São Paulo. As crianças, tomadas de entusiasmo e alegria, romperam em vivas a percorrer o terreno, com esse nome havia na fazenda um preto velho de que muito gostavam as crianças porque lhes contava bonitas histórias de Almas de Outro Mundo, de cavallos sem cabeça que à meia-noite apareciam nas encruzilhadas dos caminhos, de feiticeiras, de mouras encontradadas etc... (As crianças foram brincar e Tio João foi à fogueira). Não tardou a romper o SAMBA (...). O preto velho, subitamente, não podendo mais resistir à contagiante alegria dos parceiros, saltou no meio do terreno e dançou, dançou sem parar um instante. As crianças applaudiram batendo palmas, o Tio João, mas este no dia seguinte foi encontrado morto na sua cabana de sapé. O preto velho inteiricado, sorria mostrando seus dentes alvíssimos. Tio João morreu de alegria, /Wenceslau de Queiroz" (Correio Paulistano, 4 de julho de 1888).

Neste conto parece existir como que uma justaposição de várias representações normalmente veiculadas através dos jornais. Por um lado destaca-se a imagem do negro bom mas "primitivo", que se dedica a práticas pitorescas mas "pouco civilizadas" como "a

feiticaria", "almas de outro mundo" e os "sambas"; por outro, a representação do negro dependente — que parece não sobreviver à liberdade e que logo após a abolição inevitavelmente (e independentemente do motivo) morre.

A questão da dependência não aparece nos contos relacionada só à libertação; em outros casos ela se refere diretamente aos elementos libertos que são também representados através da afirmação da "incapacidade", e mesmo pela desqualificação pessoal e profissional. É esse o exemplo de "Maria sem tempo" (Correio Paulistano, 8 de fevereiro de 1892), cuja história relata o caso de uma mãe negra que passara toda a sua vida em busca de seu filho que fora à guerra (e que inclusive, "perde a razão" devido a sua procura incessante e a absoluta falta de ocupação). Esse conto por sua vez é inteiramente relatado com todo um "estilo dramático", sendo que o desfecho da história é tão trágico quanto o enunciado já parecia indicar: a "pobre" mãe acha finalmente seu filho mas não resiste à emoção do momento e acaba falecendo.

Além disso, o negro degenerado, "violentador" e "sem escrúpulos" das notícias das décadas de 1880 e 1890 estava também presente nos contos. Assim, por exemplo, o conto "A última fornada", que saía em 27 de janeiro de 1895 no Correio, tratava do caso da "encantadora" menina "Mariquinha Rosa" que era filha de um "conhecido" e "distinto" lavrador da região e que se apaixonara por "Manuel Rita: "rapaz de cor morena e mulata que eram os seus feitiços" e que começou a estorvá-la "com ardentes afagos como um namorado querido a bolinar-lhe nos queixos, nas ancas das mãos...". O conto termina lamentando a sorte de Mariquinha que se deixa "seduzir" pelo mulato, o qual prontamente, após realizado seus "desejos", fugiu sem dar qualquer amparo à pobre "menina desiludida".

Assim, em "A última jornada", se por um lado o mulato parece representado antes de tudo enquanto um elemento "amoral", por outro parece personificar a imagem do indivíduo "desconhecido", nunca nomeado e pouco estável. Ou seja, novamente e de outra forma, es

tabelece-se uma absoluta dicotomia; enquanto ao "branco" cabem sempre as qualificações que indicam "familiaridade e ao mesmo tempo respeito", ao negro "cabem" só imagens que denigrem a sua pessoa e condição.

Nos contos, que inclusive tornam-se mais frequentes depois da libertação, insistia-se também em destacar a harmoniosa situação existente, já que o negro libertado permanecia "feliz" e ligado a seu senhor. Nesse sentido, por exemplo, o conto "As flores da morta" (24 de dezembro de 1893) é relevante, já que trata da história de uma "escrava muito querida e estimada por todos", chamada Joana, e que quando recebeu a notícia de sua libertação assim reagiu:

"Sim, laia, mas a gente que tem coração é livre algum dia?...Eu, por mim, acho que o amor prende mais do que qualquer outro captiveiro. Quanto mais affecto, mais captivo se fica e deste captiveiro não há esperança de liberdade e nem coração que o deseje".

O negro aparece nos contos também muitas vezes como feitiçeiro, ou ao menos como um elemento que claramente se dedica a esse tipo de atividade. Esse é o caso de "A mulher negra" (13 de janeiro de 1899), que traz a história de um maquinista que viajava com o trem cheio, em uma noite chuvosa, e que quando ia atravessar a ponte sobre o precipício, viu uma mulher negra que dançava: "Desceu, ele então assustado tentando verificar do que se tratava e não viu mais a feitiçeira negra (...) percebendo no entanto que se continuasse naquele rumo cairia num barranco". O conto termina concluindo que dessa maneira e através desse incidente evitou-se um grande desastre, ... e que a estranha mulher negra "não passava de um inseto preso na lanterna do trem".

Assim mesmo que a feitiçaria não se comprovasse e que tudo não passasse de um ledão engado, é relevante a insistência e a colocação da figura da negra e de sua associação com tudo o que lembra "misticismo ou bruxaria".

Parece-nos, nesse sentido, que a partir dessas histórias (e de outras que ainda abordaremos em outros momentos) os contos parecem cumprir uma função importante na dinâmica interna dos jornais. Ou seja, mais do que só produzir ou refletir valores e concepções correntes, os contos parecem que "aglutinam" representações dispersas espacialmente no interior do jornal, consensos sociais assumidos, agregando-os em um só discurso.

Porém, não queremos com essa afirmação reduzir todos os discursos a um único conjunto coerente e auto-afirmativo. Isto é, se por um lado existem variações e contradições de conteúdo relevantes, por outro existem também diferenças que são dadas pelo próprio caráter das seções: enquanto os noticiários e principalmente os anúncios de fuga, cada um à sua maneira, possuem um certo compromisso com a realidade imediata, os contos trazem a vantagem de se constituírem em falas totalmente desvinculadas (ao menos formalmente) e sem qualquer compromisso direto com o cotidiano. Enquanto a ficção, os contos podem manter-se com "um pé no dia-a-dia" e outro na criação, produzindo e refletindo representações com um pretense descompromisso, que as outras seções não possuem. Como nos diz R. Barthes (1978, pp.17 e 19), a verdadeira especificidade da literatura é que "ela assume muitos saberes ... mas esse saber nunca é inteiro nem derradeiro. A literatura não diz que sabe DE alguma coisa; ou melhor, diz que sabe algo das coisas - que sabe muito sobre os homens". Assim, de uma maneira menos direta e imediata, mas tão relevante quanto, o conto, enquanto discurso ficcional, muitas vezes "conclui" ou aponta para diferentes representações veiculadas, sem a pretensa "verdade" dos editoriais ou "realidade" de outras seções.

Os contos pareciam funcionar como mitos no sentido que R. Barthes dá a esse termo: "não tem como função esconder mas antes formar e normalizar" (1982, p.157). Através deles então representações dispersas são condensadas, ajudando a constituir um conjunto até mais facilmente assimilável.

5 - OUTRAS SEÇÕES

Além das notícias, dos anúncios, dos contos e do editorial, compunham os grandes jornais da época ainda outras seções. Nós as agrupamos não em função de seu tamanho ou freqüência, mas basicamente de acordo com os interesses desse trabalho. No entanto, essas seções, apesar de não fornecerem tantos dados como as demais, contribuem em muito para que possamos apresentar uma visão mais global dos jornais e das representações nele presentes.

5.1 - "Ocorrências Policiais"

Diariamente podemos encontrar nestes periódicos referências sobre o movimento da prisão da cidade de São Paulo. São relatadas então, de forma sintética, a entrada e saída de detentos, de terminando-se também os motivos sumários que levaram à captura. Nessa seção, o negro aparece (ao lado do imigrante) com grande regularidade, sendo que os comentários suscintos sobre as diferentes formas de aprisionamentos parecem compor um quadro semelhante ao explicitado anteriormente.

Em primeiro lugar, é interessante destacar que, no caso de pessoas negras, a cor parecia relatada antes mesmo do próprio nome, demarcando-se pela raça precisamente a condição social. Assim, por exemplo, só no dia 30 de janeiro de 1886 podemos encontrar as seguintes ocorrências no jornal Correio Paulistano:

- . Na Consolação foi presa a preta Infrásia Maria Joaquina por vagabundagem.
- . Na estação Santa Efigênia foi recolhido o preto Esteves escravo de Manoel Cunha por desobediente.

Além disso, o negro, antes e acima de tudo nos momentos em que a escravidão vigorava, era sempre "escravo", pois qualquer elemento de cor que transitasse na rua era capturado e até segunda

averiguação ficava detido "por suspeita de ser escravo".⁽⁹⁾

"São José dos Campos: Acha-se preso na cadeia desta cidade o preto de nome Jair que fora preso por suspeita de ser fugido e em seu in-terrogatório diz que por morte de seu senhor ficou liberto sem que nunca tivesse recebido carta de liberdade, que seu senhor chamava-se Fernando P. Pissola e que tem sua senhora de nome M. Carlota e Joana Rita moradoras na rua da Saudade da Corte, dignando-se a fa-zer chegar ao conhecimento dos interessados que acha-se preso o re-ferido escravo até que seja conhecida a sua condição" (Correio Pau-listano, 3 de janeiro de 1886).

Por "suspeita de ser escravo" não foram poucos os liber-tos então que ao vagarem pelas ruas foram presos e reconduzidos ao cativeiro.

"Foram recolhidos a cadeia por suspeita de ser escravo fugido o es-cravo Manoel Archanjo, sendo posto a disposição do conselheiro de-legado de polícia para averiguar sobre a condição do mesmo preto. O menor Cyrino escravo de Bazilho de tal por andar na rua depois do toque de recolher, e o preto José Moura por suspeita de ser es-cravo fugido" (18 de fevereiro de 1874).

"Pela secretaria de polícia se faz público que desembarcou na Bahia no dia 11 do corrente do vapor alemão 'Arquitania' procedente da cidade de Santos desta província, um crioulo preto de 25 annos de idade, baixo, corpo reforçado, que deu o nome de Antonio dos San-

(9) Durante os anos em que a escassez de mão-de-obra tornava-se mais severa, somente a pigmentação da pele negra acompanhada de um estado civil incerto podia ser uma base para a suposição da situação de escravo. Nesse sentido, R. Conrad: "foi criado um decreto imperial em 1859 que regulamentava o uso de uma classe de propriedade não reclamada conhecida como "bens de even-to", bens esses definidos como "escravos, gado, ou bestas achados sem se saber do senhor ou dono a quem pertencem". Tais homens e animais deviam ser avaliados e leiloados se seus donos não respondessem a editais públicos" (R. Conrad, op. cit, p.60).

tos o qual fora encontrado a bordo do vapor sem ter pago passagem nem dar o nome na lista. Não respondendo satisfatoriamente sobre o modo e objeto de sua viagem há quasi certeza de que seja escravo" (24 de fevereiro de 1874).

O número de ocorrências que pudemos observar parece indicar que o aprisionamento por "suspeita de escravo" era uma prática bem corriqueira, sendo que indivíduos de cor tinham sua possibilidade de locomoção muito dificultada no interior das diferentes cidades.⁽¹⁰⁾ Tal situação levava inclusive a incidentes quando confundiam-se "homens decentes" com "escravos fugidos".

"VIOLENCIA: Hontem por simples denúncia de um moço estudante, foi preso na rua do Carmo o Sr. José Cancio Borges de Araujo como escravo fugido. A pessoa que foi victima deste attentado é muito conhecida nesta corte onde exerceu por muitos annos um emprego no correio e ainda hoje ocupa o lugar de guarda da escola polytechnica. Quando chegou à estação do 5º Distrito valeu-lhe o testemunho de um seu amigo para se ver livre daquela crítica posição. É deveras para lamentar que a leviandade de um moço e ainda mais a do comandante de uma estação policial baste para por em risco qualquer homem decente de ir para o xadrez como escravo fugido" (Província de São Paulo, 12 de fevereiro de 1879).

Outro indício relevante encontrado na parte policial refere-se aos relatos dos motivos de captura. Além do motivo "por suspeita de escravo", são constantes as seguintes declarações: "por

(10) Katia Mattoso faz considerações relevantes nesse sentido, pois ao comentar sobre a condição do negro livre, demonstra que este sofre da mesma forma que a massa escrava, já que normalmente a cor é critério suficiente para determinar a condição cativa do indivíduo. Afirma ainda que ex-escravos, mulatos africanos ou crioulos tornavam-se cidadãos inteiramente à parte, permanecendo "forros" mesmo se as cartas de alforria os emancipassem. Mattoso, K., 1982, p.200.

vagabundo", "por desordeiro", "por ébrio" ou "por andar sem bilhete após o toque de recolher". Logo, quando a afirmação não está diretamente relacionada à condição escrava, parece indicar para o próprio caráter degenerado do negro livre, que é preso por não ter ocupação, ou por não estar adaptado às condições "civilizadas" da vida nas cidades.⁽¹¹⁾

Por outro lado, nas ocorrências policiais, as qualificações que determinavam as apreensões eram sempre suficientemente vagas, auxiliando na possibilidade de arbítrio da polícia local. Nesse sentido, particularmente clara é a caracterização "por vagabundagem" sendo que, tomando as palavras de Boris Fausto,⁽¹²⁾ devido ao seu grau de subjetivismo ele era capaz de comportar uma ampla gama de situações. Assim, através das "ocorrências" podemos verificar como se dava na época a utilização da expressão que Laura de Melo e Souza convencionou chamar de "teoria da vagabundagem" (1982, p.83), já que lançava-se mão desse conceito para prender ou marginalizar qualquer indivíduo sem uma ocupação diretamente verificável.

É interessante notar ainda como a "polícia", por atribuição, devia lidar só com os casos ocorridos entre os civis. Ou seja, cabia a ela capturar o escravo foragido, mas quem determinava o castigo ou a justiça sobre ele era seu proprietário. Em determi

(11) Boris Fausto chama a atenção neste sentido para o grande número de prisões contravencionais (atentadas contra a ordem, sem vítimas) em que se viam envolvidos tanto negros como imigrantes. Segundo esse autor, existiam três categorias predominantes de contravenções: por desordem, vadiagem ou embriaguez, contravenções essas que indicam uma preocupação geral com o controle social sobre a população. (Vide Fausto, Boris, 1982, pp.1-4). Emilia Viotti da Costa também atenta para o fato de que principalmente nas décadas de 70/80 começava a existir proibições que visavam "ordenar" a população negra urbana: proibiam-se aglomerações; proibiam-se a entrada em coletivos (salvo se tratando de pajens ou amas acompanhadas de patrões), proibiam-se a venda de armas e aprisionava-se qualquer negro por falta de bilhete na hora de recolher (Costa, Emilia Viotti da, op. cit., pp.217-8).

(12) Como vagabundo era definido qualquer negro que vagasse pelas ruas sem preocupação delimitada sendo que esse era logo entregue às autoridades. Nesse sentido, vide também Fausto, Boris, 1983.

nados momentos, o senhor podia inclusive recorrer aos calabouços policiais, mas era sempre a sua justiça que predominava (já que o escravo era sua propriedade), sendo que nas "ocorrências" recorria-se antes de tudo a palavra e determinação dos senhores.

Esse tipo de material, apesar de relevante, não pôde ser muito aproveitado, pois foi impossível classificá-lo de forma constante e sistemática, já que era publicado de maneira muito instável, desaparecendo totalmente vez por outra dos jornais. Além disso, devido a seu texto direto, tal seção deixava pouca margem à elaboração de textos menos cifrados, sendo que reiteradamente aparecia um número limitado de qualificações ("suspeito de escravo fugido", "por ser escravo fugido", "sem bilhete depois do toque de recolher", "por ébrio", "a pedido do senhor", "desordem") que buscavam determinar de forma absoluta a situação e o motivo da apreensão.

No entanto sua presença foi-nos muito importante, já que parecia cumprir uma determinada função no interior dos periódicos. Ou seja, enquanto, por exemplo a seção de notícias parecia ser o local privilegiado (juntamente com os contos) para a colocação de casos selecionados e exemplares, já esta última seção parecia manter muito mais "vínculos" com o cotidiano mais imediato da cidade de São Paulo. Assim era nela que um senhor poderia buscar pistas sobre o paradeiro de seu cativo, e era através dela que a população paulista poderia buscar índices mais precisos sobre a situação da cidade (mesmo porque as notícias em sua grande maioria referiam-se a outras províncias e cidades). Logo, enquanto as "notícias" poderiam provocar maiores reações ou debates, já as ocorrências limitavam-se com seu texto curto e seco a relatar o movimento diário da instituição local, oferecendo provavelmente uma imagem menos filtrada sobre o que ocorria na capital paulista.

5.2 - "Obituário"

Outra seção de menor importância na qual buscamos levantar novos dados foi a de "óbitos". Através dela, pudemos encontrar informações sobre a idade e condição de morte de indivíduos de cor

da cidade.

Um fato que primeiramente logo se destacou foi que, na seção, a grande maioria dos casos referiam-se a pessoas acima de 45 anos, ou a crianças abaixo de dez anos, aparecendo poucos casos de indivíduos na faixa intermediária (em geral as mortes de crianças concentravam-se na faixa dos recém-nascidos, tendo como motivo básico "problemas de parto", enquanto que as pessoas de mais de 45 anos, na sua grande maioria morriam, segundo os obituários, em hospitais de caridade, como "alienados", ou então devido a "malles de coração" ou infecções em geral).

Se não estivéssemos lidando com uma sociedade escravocrata, estes dados pareciam extremamente lógicos. No entanto, no interior desse contexto específico, permanecem problemáticos. Ou seja, se a média de vida de um cativo era de 20 a 25 anos e se já com quarenta anos um escravo podia ser considerado velho, por que então tais casos não apareciam nos óbitos? Além disso, a rara presença de "adultos" nos óbitos contrasta-se diretamente com o grande número de suicídios e mortes não explicadas presentes nas seções de notícias.

Por outro lado, outro fato que também chama a atenção é que as mortes nesta seção eram sempre naturais e quase nunca motivadas por acidentes ou resultado de sevícias ou maus-tratos, o que mais uma vez contradizia as informações obtidas em outras seções.

Nesse sentido, parece-nos que os "obituários" cumpriam papéis semelhantes "às ocorrências policiais", a que nos referimos. Ou seja, enquanto os "noticiários" exemplificavam e traziam casos que caracterizavam uma realidade mais global (na medida em que em geral lidavam com situações que haviam ocorrido em outros locais, mas que de toda forma, como vimos, serviam para reafirmar a isenção e a idoneidade dos senhores com relação aos suicídios praticados por seus escravos) e que pareciam antes ilustrar uma situação que com toda a certeza ocorria em todo o país, já os "óbitos" li-

mitavam-se a tratar dos casos que aconteciam na cidade de São Paulo (onde, com certeza, a presença escrava não era tão necessária e presente). Portanto em São Paulo os cativos com toda a probabilidade desfrutavam das regalias e da autonomia dos escravos que residiam em centros urbanos, sofrendo menos sevícias e possuindo uma perspectiva de vida mais longa.

Por outro lado, ainda, é interessante repensar na maneira e na necessidade que o senhor branco tinha de revelar publicamente a morte de seus cativos. Nesse sentido, o que mais uma vez fica claro é que cabia exclusivamente ao senhor decidir sobre a vida e a morte do escravo, possuindo então logicamente a opção entre "publicar" ou não a notícia da morte de um cativo. Por outro lado os casos de crianças e velhos eram sempre mais justificáveis e legítimos na medida em que, nessa seção, constava sempre o motivo da morte.

Além disso, parece que as seções se completam em determinados aspectos, pois muitas vezes a falta de mortes (verificada nos obituários) parece equilibrar-se com a abundância de falecimentos, tão presentes nas seções de notícias. Assim, nos óbitos, a violência (tão natural e cotidianamente exposta em outros espaços de jornais) parece inexistir já que os casos de morte são sempre na tuarais ou no máximo acidentais.

Existem ainda, nestes periódicos, outras seções que, de vido principalmente ao seu caráter instável e passageiro, deixamos de analisar. Assim, certas seções de moda ou humorísticas que desaparecem repentinamente não foram trabalhadas de forma sistemática. Por outro lado, as seções referentes a notícias do exterior, como o próprio título do Correio Paulistano já indicava ("telegrama"), eram muito ligeiras e diretas, não merecendo, pelo menos de acordo com os objetivos dessa tese, um maior tratamento. Por fim, os "folhetins", por mais constantes que fossem não foram trabalhados, (apesar de revelarem a grande influência cultural estrangeira, principalmente francesa), já que não lidavam diretamente com a questão negra, centro de nosso estudo.

A partir então dessa primeira descrição podemos perceber como diferentes seções cumpriam papéis diversos. Assim, enquanto nos editoriais se veiculava um discurso mais fechado e distante sobre os principais debates da época, já as outras seções pareciam constituir "efeitos de verdade", ou seja, davam verossimilhança à fala mais globalizante dos editoriais, funcionando como uma espécie de "pano de fundo" que oferecia concretude e eficácia aos sérios e "longínquos" editoriais.

Nessas seções, em que o negro neste momento muitas vezes torna-se o tema central, parece haver como que uma proliferação de discursos e representações: existe o negro "comprovadamente" inferior dos editoriais científicos; o negro degenerado e não civilizado das notícias; o negro fujão e marcado dos anúncios de fuga; o negro desordeiro ou "suspeito de escravo" das ocorrências policiais; o negro das "mortes naturais" presentes no "obituário"; o "negro alugado" dos classificados e "dependente" das notícias de libertação; ou o "feiticeiro" dos contos de suspense. Assim, vários personagens parecem que vão como que refletindo representações do momento e produzindo, ao mesmo tempo, novos papéis. Um leque de representações transparece a partir dessas seções, formando um todo cheio de nuances em que diferentes imagens compõem-se ou se chocam, às vezes em um mesmo dia.

No entanto, a nosso ver, essas representações têm significado não enquanto elementos isolados no interior de seções também fechadas e impenetráveis, mas antes em relação a um sistema que deve ser entendido em todo seu conjunto. Segundo Saussure e C. Lévi-Strauss (1975, p.48), uma categoria sozinha jamais possui significado, sendo que ela só se delimita pela diferença, pois cada um só se evidencia enquanto integrante de um sistema. Logo, o sentido e o valor de cada elemento advêm da posição que ocupam em relação aos demais.

Assim mais do que que entender isoladamente as representações sociais sobre negros que apareciam no interior de cada seção específica, buscamos verificar como estas se remetem a um todo maior e enquanto tal formam imagens mais complexas e nuancadas que parecem justapor-se às análises mais recorrentes sobre esse momento no Brasil.

Ou seja, grande parte da historiografia brasileira caracteriza o período escravocrata como um modelo de sociedade totalmente dicotômico, marcado pela presença de oposições rígidas e básicas: senhor e escravo, dominantes e dominados, brancos e negros. Nesse tipo de sociedade, então, o controle absoluto parece estar concentrado nas mãos dos senhores brancos, que têm em seus escravos mercadorias, propriedades ou coisas a seu serviço.

A condição escrava é então conceituada a partir de categorias econômicas, como por exemplo nesse texto de Clóvis Moura: "de fato as relações de produção determinam no fundamental as relações de trabalho e propriedade entre senhores e escravos" (Moura, 1982, p.88). Logo, como "peça" e "coisa", o cativo seria totalmente definido, formando-se neste sentido um conceito único e abrangente sobre a condição escrava.

Sem pretender então negar a importância dessas afirmações, queremos no entanto apontar para algumas limitações presentes, a nosso ver, nesses tipos de análise. Ou seja, ao se eleger um conceito absoluto, descarta-se qualquer nuance ou complexidade que possa estar envolvida na questão da condição escrava. Apresenta-se, ao invés disso, conceitos rígidos e universais que parecem aproximar-se da definição que Durkheim dá a esse termo, já que para ele "o conceito resiste à mudança", e é antes de tudo "uma maneira de pensar que está a cada momento de tempo fixada e cristalizada" (Durkheim, 1978, p.216). Pode-se falar então em relações de produção, exploração e representação, de maneira idêntica quando se trata de escravos ligados a tarefas domésticas, urbanas ou mesmo rurais?

É justamente neste sentido que Kátia Mattoso faz a seguinte afirmação:

"As relações de produção não bastam para definir a escravidão, elas limitam abusivamente tudo aquilo que permite situar essa massa de indivíduos não obrigatoriamente participando de um modo definido de produção, mas que ao contrário são adstritos a tarefas e funções das quais dependem para a própria existência" (1982, p.133).⁽¹³⁾

Os escravos viviam na América então uma imensa gama de situações econômicas e sociais. O contraste aparece tanto na comparação de diferentes regiões escravistas (sendo clara a diferença entre os escravos do norte que se dedicavam a uma lavoura decadente, e os cativos do sul do país que, plantando nas culturas cafeeiras conviviam com a mão-de-obra imigrante), como na análise de uma mesma área. Nesse sentido, a diversidade é muito grande: os escravos podiam ser "creoulos" (nascidos no Brasil), ladinos (nascidos na África, mas que fala bem o português) ou boçais (nascidos na África, mas que não se comunicam em português); podiam viver no campo ou na cidade (onde segundo K. Mattoso ganhavam maior autonomia); quanto à atividade, como vimos, podiam estar ligados a atividades domésticas, urbanas especializadas ou mesmo rurais; e, além de tudo, a sua própria condição sexual poderia impor-lhes especificidades.

Nesse sentido, os anúncios e notícias parecem referir-se também não a um único conceito universal, mas antes a diferentes situações e condições. Não se representava da mesma maneira o "doce e servicial escravo" e o "rude cativo do campo". Além disso era totalmente diversa a imagem de um pajem educado e solícito, da ofendida pelo escravo do campo violento e "fujão", ou do garoto negro "moleque" inofensivo.

(13) Nesse sentido, E. Canetti faz interessantes considerações buscando nuances o conceito de escravidão. Indica que o conceito jurídico-econômico que define o cativo enquanto "coisa" ou "propriedade" é enganoso, pois segundo esse último autor o escravo estaria mais próximo da noção de propriedade não enquanto coisa, mas antes enquanto "animal doméstico". Canetti, E., 1978 - pp.583-4.

Ser escravo é ser coisa e propriedade, mas é também ser bruxcoiro ou bárbaro, violento ou educável, dependente ou insubmisso, "espécie bela" ou "plena de vícios". Como nos diz Marcel Mauss, "servus non habent personam", o escravo não tem personalidade, não tem corpo, não tem antepassados, nem nome, nem cognome, nem bens próprios (Mauss, 1974, p.231). O escravo entendido como corpo sem persona é, por definição, para o branco o próprio vazio social.

Buscaremos então no próximo capítulo reconstituir como se elaboram através dos jornais diversas construções simbólicas desse "vazio" no transcorrer do tempo. Criaram-se corpos de negros, personalidades, nomes e cognomes. Essas imagens, por sua vez, não se afirmaram de maneira unívoca nos jornais: pareceram existir nesse sentido trajetórias heterogêneas de transformação ou adição de atributos característicos do negro, que passava da condição de cativo a liberto sendo que a imagem predominante do serviçal dependente, de raça pura e por vezes violento, parece compartilhar ou ceder lugar à representação dominante de finais dos anos 1880, do negro "bárbaro", "degenerado" e pleno de vícios físicos e morais.

Assim sem absolutamente buscar negar o conceito de propriedade intrínseca à própria compreensão da escravidão, pretendemos antes desvendar a diversidade e complexidade que um conceito absoluto e homogêneo parece mascarar. Nesse sentido esse "corpo sem personagem" comportou diferentes imagens e representações que podem ser percebidas não só no interior de um só momento ou em uma mesma leitura sincrônica, mas também a partir de uma perspectiva diacrônica, que privilegie o movimento e as mudanças das representações predominantes no decorrer do tempo.

APÊNDICEQUADRO GERAL DOS ASSUNTOS PESQUISADOS E CATALOGADOS
(distribuídos conforme as seções do jornal)

	<u>Província</u>	<u>Correio</u>
A - <u>NOTÍCIAS</u>		
- violência	226	237
- notícias de libertação	195	145
- suicídios	76	98
- negro degenerado	63	
- críticas ao senhor	56	12
- dependência e abandono	53	54
- insurreições	41	07
- a família escrava	30	36
- feitiçaria	23	26
- quilombo	13	29
- "práticas bárbaras"	11	05
TOTAL:	787	TOTAL: 715
B - <u>ANÚNCIOS DE FUGA</u>		
- <u>divisão sexual</u> : a) feminino (57)	13 (com defeitos físicos ou morais)	20
	46 44 saudáveis	26
TOTAL: 103		
	b) masculino (352)280 (com defeitos físicos ou morais)	213
	226 72 saudáveis	53
TOTAL: 578		
- <u>ocupação</u> : - agrícola	219	181
- urbano	95	51
- doméstico	95	60

	<u>Província</u>	<u>Correio</u>
- <u>faixa etária:</u> (utilizada nos inventários da época):		
- velhos	47 (40 anos e mais)	19
- adultos	340 (de 16 a 40 anos)	281
- crianças	32 (até 15 anos)	21
(para a delimitação das faixas etárias utilizou-se o mesmo critério dos testamentos da época).		
- <u>características:</u>		
- coletivas	116	65 = 181
- individuais	293	237 = 540
- <u>local:</u>		
- São Paulo	52	06
- interior e outras províncias	357	281
(Total: 409)		TOTAL: 302

C - "OBTUÁRIO"

- crianças	78	89
- adultos	53	50
- velhos	107	122
	TOTAL: 138	TOTAL: 261

D - CLASSIFICADOS

- aluguel	69	105
- venda	112	70
- leilão	06	12
- hipoteca	02	10
- outros (seguro, penhora, doação)	02	14
	TOTAL: 193	TOTAL: 211

	<u>Província</u>	<u>Correio</u>
E - " <u>OCURRÊNCIAS POLICIAES</u> "		
- suspeita de escravo fugido	31	65
- sem bilhete	31	30
- por escravo fugido	71	58
- por ébrio	62	60
- a pedido do senhor	40	30
- por desordem	30	27
- outros (furto, ofensa à moral, vagabundagem ...)	36	48
	TOTAL: 321	TOTAL: 328

F - EDITORIAIS (que dão ênfase geral a assuntos específicos)

- África	30	16
- Mulheres	15	14
- Ciência	42	31

(outros temas não foram catalogados devido à dificuldade de distribuí-los em subtemas precisos).

CAPÍTULO V - IMAGENS DE "NEGROS" EM DIFERENTES MOMENTOS: UMA ANÁLISE DIACRÔNICA

INTRODUÇÃO

Assim como afirmávamos anteriormente durante a leitura dos jornais, começamos a perceber que diferentes representações não apareciam de forma unívoca e estável, mas antes tornaram-se predominantes conforme o período. Ou seja, em momentos diversos, afirmavam-se e eram reafirmadas imagens também variadas, imagens essas que parecem irremediavelmente caracterizando as diversas formas de inserção do negro na sociedade branca, e que revelavam, por outro lado, como as representações eram marcadas, destacadas ou neutralizadas também temporalmente.

Tendo em vista então esses supostos, delimitamos para efeito de análise três períodos cronológicos, onde encontramos representações predominantes diversas. São eles: a) 1875 a 1885, b) 1885 a 1888, c) 1888 a 1900. É necessário esclarecer, no entanto, que essa delimitação não é estrita ou fixa (já que diferentes representações perpassam os três períodos), mas de qualquer modo ela é relevante pela insistência que revela, em representações determinadas.

1 - 1875-1885 - DO NEGRO VIOLENTO AO NEGRO FIEL E AMIGO DOS BRANCOS: ENTRE A BELA E A FERA

Neste primeiro período a grande característica em termos de contexto nacional é a de uma "ilusão de estabilidade", já que, como vimos, com o final da Guerra do Paraguai, uma série de questões que andavam suspensas são retomadas (como o problema da libertação dos escravos e da emergente idéia da formação de uma República), agitando todo o cenário nacional.

Por outro lado, nos periódicos destacavam-se basicamente neste momento duas imagens contrastantes e reveladoras. De um lado, a figura do negro violento e bárbaro, que assassina como um animal, e de outro a do negro dependente, fiel, "amigo dos brancos".

1.1 - O Negro Fera ou Quando a Exceção Confirma a Regra

Quanto à primeira imagem encontrada, o que se destaca é o fato de que ao elemento cor não se atribuíam características mais específicas ou delimitações mais precisas, limitando-se os artigos, como vimos no capítulo anterior, a destacar o "instinto feroz e animal" destes elementos.

"Rapto extraordinário

O correio de Campinas de hontem completa a notícia que há tempos demos do rapto de uma moça de boa família por um escravo preso em um matto próximo de Botucatu. A moça era filha de um abastado fazendeiro de Minas. Costumava ir todos os dias lavar o rosto em uma bica próxima da casa da fazenda. O negro, que já formara o seu plano, servindo-se de uma toalha amordaçou-a e carregou-a para matto próximo. Da triste vida da pobre moça sabe-se apenas que seu vil raptor a deixara amarrada a um tronco ... Finalmente encontraram a moça, sendo que o preto saltou armado como uma verdadeira fera. Foi acertado, cahiu mas arremeteu-se para matar a moça. Os outros conseguiram agarrar e subjugar aquella fera com face humana" (Correio Paulistano, 8 de julho de 1875.

Assim, nesta como em outras notícias do período, o negro é representado antes de tudo como um elemento bárbaro que, como um animal, assassina e se enfurece repentinamente. Além disso, é interessante também notar como a figura dos sujeitos das ações em geral permanece vaga e imprecisa, sendo que não se fornecem dados (nome, idade, condição etc.) que possam precisar a situação desses elementos.

"Mais uma lamentável consequência da escravidão

(sobre uma sublevação de escravos contra um feitor)

(...) Chegando alli foi agredido pelos mesmos que se atiraram enfurecidos como feras (...). Outros escravos demoveram os companheiros de arrombar a porta e cometer atrocidades segundo seus instintos enfurecidos e ferozes" (Correio Paulistano, 18 de setembro de 1877).

No entanto, essa notícia específica nos traz ainda outros elementos relevantes além da verificação da descaracterização do negro. Por exemplo, o seu título, "Mais uma lamentável consequência da escravidão", deixa evidente que este tipo de acontecimento não era único ou esporádico, mas sim bastante corriqueiro. Tal afirmação pode ser melhor comprovada se verificarmos como esse tipo de título é constante no interior dos jornais, por exemplo, no dia 4 de dezembro de 1878, no Correio Paulistano, aparecia uma notícia com a seguinte chamada:

"Mais um assassinato

(...) deu-se hontem às 10 horas da manhã uma scena de sangue em que foi victima um pai de família maior de 60 annos. Entre alguns escravos tinha elle um moleque de nome Manoel, de mã índole, desobediente e inimigo do trabalho. Tendo Manoel há dias saído de casa de seu senhor, a polícia prendeu-o e mandou avisar a Manoel de Mattos que o soltou. Formou elle logo o plano de assassinar seu senhor e effectivamente matou-o a cacetadas..." (Correio Paulistano).

Assim, enquanto o título nos evidencia a "familiaridade" existente entre emissor e público quanto a esse tipo de violência, o artigo indica também para representações que parecem ser comumente compartilhadas, onde o negro cumpre sempre o papel de elemento violento e ofensor e o branco de vítima absoluta.

"Dramma sanguinolento

Hontem a uma legua da cidade de Rio Claro deu-se maes uma dessas scenas tão frequentes entre negros x brancos(...)" (Correio Paulistano, 13 de outubro de 1887).

. O Ato de Delimitar Oposições Rígidas

Mas não são as expressões de "familiaridade" ou os títulos sensacionalistas e chamativos são relevantes para análise, mas também o conteúdo destas notícias, onde se elaboram oposições rígidas e estanques entre "sujeito e objeto" das ações em questão (oposições estas que parecem inclusive organizar todo o enunciado). Ou seja, nesses relatos aparecem caracterizados de forma bem demarcada os papéis de negros e brancos: o senhor é sempre destacado como a vítima absoluta, indivíduo "estimado, conhecido, nomeado e civilizado", em oposição ao negro, que surge como o único culpado da ação: "bárbaro, violento e antes de tudo, desconhecido e nunca nomeado". Além disto, enquanto ao branco cabem todos os atributos que revelam familiaridade, respeito e admiração (tais como, "pai de família", "nosso estimado amigo"), já o negro é sempre um estranho, de quem não se fica sabendo o nome, e quanto muito a quem pertence.

As situações e as referências poderiam até mudar, pois algumas vezes a ocorrência era explicada a partir da própria incapacidade negra ...

"Mais um assassinato acaba de dar-se na fazenda de Morro Grande pertencente ao nosso amigo o Sr. Segisberto Motta Paes (...). Os escravos a foiçada e de traição cruelmente assassinaram-no e vieram a cidade apresentar-se na cadeia confirmando o seu nefasto crime com o maior cynismo e no meio de risadas contaram o facto em seus pormenores" (Correio Paulistano, 12 de julho de 1879).

... Mas de toda maneira a oposição permanecia sempre: enquanto o branco era o "pai de família", "nosso amigo" ou qualquer qualificação que indicasse o seu caráter "correto", e principalmente próximo (e é importante notar que sempre nomeava-se o branco), já o negro era a sua imagem invertida: traidor, rude e "jamais nomeado".

"De Taubaté comunicam-nos que um horrível atentado revestido de to das circunstâncias de maior atrocidade de babário, o fazendeiro Sr. Antônio Nogueira de Barros, moço bem apessoado e de natureza va ronil acaba de ser assassinado hontem, por um seu escravo com uma enchadada na cabeça fazendo-lhe saltar os miolos. O assassino que é conhecido por sua 'mã índole' está na cadeia e contou tudo com sangue frio. O finado pertence a uma família importante daquela cidade" (Correio Paulistano, 12 de maio de 1877).

Nessa notícia, por exemplo, as oposições aparecem de ma neira tão distinta que podem inclusive ser separadas rigidamente:

BRANCO	PRETO
"bem apessoado"	"bárbaro"
"varonil"	"mã índole/sangue-frio"
"família importante"	"sem qualquer referência"

Assim, enquanto o branco é sempre conhecido, respeitado e admirado ...

"Assassinato em Campinas

Um horroroso acontecimento deu-se quando foi barbaramente assassi nado por seus escravos o conceituado e conhecido fazendeiro Sr. Francisco Sales de 27 anos de idade e cunhado do distinto advoga do Sr. Dr. Manoel Ferraz..." (Correio Paulistano, 1876).

... o negro é desconhecido, e pervertido:

"Assassinato

Apresentou-se ao delegado o preto escravo do finado José Manoel de Queirões e declarou que na madrugada havia desfechado uma machadada na cabeça de seu senhor que o deixara roncando. São essas as pala

vras do assassino cujas declarações são feitas com sangue frio que denota uma alma pervertida" (Correio Paulistano).

. Quando Delimitar o Ser é Também Estabelecer o "Não Ser"

Ao mesmo tempo em que essas notícias vão como que constituindo representações de negros, constituem por contraste e oposição diferentes imagens de brancos. Nesse sentido, como nos diz Ducrot, a língua tem um papel importante, "pois é o lugar da intersubjetividade onde indivíduos se confrontam ou onde encontram outrem (...)". Esse outrem, por sua vez, não é nada, é esse outro que me constitui a mim mesmo porque é somente através dele que posso me ver, e "é através de seu reconhecimento que eu posso me reconhecer" (Ducrot, 1977, p.13). Assim, ao representar o negro, o branco constituiu-se ao mesmo tempo como a imagem invertida do que normalmente se apresenta e oferece. Ora, se a língua é antes de mais nada o "terreno onde afronto outrem", então não nos surpreende, como viu Saussure, que a realidade lingüística é a de ser fundamentalmente opositiva, pois uma identidade lingüística não se define independentemente: "Sua realidade não se localiza nela mas fora dela, ou seja, nos outros enunciados cujo uso ele oferece ou proíbe a um eventual interlocutor" (Ducrot, 1977, p.13).

Todos esses enunciados parecem partir de pressupostos e concepções comuns e aceitos coletivamente, sendo que o próprio ato de noticiar parece que obriga o leitor a enviar deste ato seu reflexo, constituindo-se então um "jogo da fala" que é entendido aqui como "um nada em si mesmo", como uma alusão a outros enunciados (Ducrot, 1977, p.13), essa sombra de si mesmo e que é antes de tudo sua realidade.

Formulam-se desta maneira sistemas de representação que explicam a cada um dos elementos do conjunto social e suas inter-relações. A própria noção de identidade grupal deixa de ser entendida então em termos absolutos, mas antes em relação a um sistema

de identidades étnicas diferentemente valorizadas em contextos específicos e situações particulares, ou seja, tomando palavras de R. C. de Oliveira: "Quando uma pessoa ou grupo afirma-se como tal o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam (...). É assim uma identidade que surge por oposição e que não se afirma de forma isolada", ou seja, implica sempre na afirmação de nós diante dos outros (Oliveira, 1976,p.5).

Esse "jogo de alusões", que espelha tanto a brancos como negros, constitui-se no entanto não só a partir da afirmação do comum e do familiar, como também através da distinção ou da ironização das exceções que se referem a elementos de cor. Nesse caso, são inúmeros os exemplos de "creoullos falsos leitores de Varella como a notícia destacada na introdução, ou exemplos que através da ironia e descrédito às exceções acabam por alimentar todo um universo de representações que nos parece bastante consensual:

"Por haver cometido um roubo em Casa Branca foi capturado Dalmacio Ferraz de Oliveira de cor preta e intitulando-se dentista. Em poder do dentista foram encontrados: um par de brincos, um broche de ouro, uma concha de prata e diversas roupas finas marcadas com iniciais B.O." (Correio Paulistano, 24 de março de 1886).

O negro é então de uma nova maneira desqualificado e representado como alguém diferente do "familiar", "do elegante" e "do profissional".

Por outro lado, existem nos jornais inúmeros exemplos de negros caracterizados enquanto elementos que, por sua honestidade e correção de caráter ou por sua cultura refinada, destoam do comportamento normalmente imputado aos cativos ou libertos.

"Um captivo, homem de bem

(Casa Branca). Contam-nos que ha dias um escravo do senhor Martinho Prado, cujo nome não sabemos, foi mandado a São Paulo em serviço da fazenda (...). Chegando nesta cidade entregou intacto o dinheiro do negociante. É de admirar como se entregou 20 e tantos contos a um escravo! Não pode este cativo fugir? Não pode o sr. Martinho Prado ficar sem o'escravo modelo'? (...). Deixarei ao público que faça seu juízo quanto a honradez do escravo e falta de senso de quem entregou o dinheiro ao escravo" (Correio Paulistano, 14 de abril de 1880).

Muitos destes artigos, no entanto, como podêmos verificar a partir do exemplo acima exposto, ao invés de julgarem ou elogiarem o negro que "excepcionalmente" portou-se de forma diversa da normalmente esperada, acabam por criticar o senhor ou mesmo mostrar um certo ar de espanto frente ao fato.

Por outro lado, quando o "elogio era grande demais", o negro, segundo os artigos, parecia perder sua identidade, aproximando-se, ao invés disso, do branco, senão na aparência pelo menos na alma:

"(Recife) Deshumanidade

Informavam-nos que as 11 horas da manhã do dia 16 passava pelo beco do Espinho (...) um homem de cor preta quando ouviu choros de um recém-nascido. Percorrendo com a vista descobriu um pequeno bahu de flandres. Aproximando-se do referido bahu verificou que effectivamente se encontrava um recém-nascido do sexo feminino de cor branca, cabelos louros, olhos azuis. Despunha-se a levá-lo ao subdelegado quando uma preta moradora das imediações sabendo do facto e contanto que a criança precisava de socorros, prestou esses com o consento do preto (...) a preta que havia também ido á presença do subdelegado pediu a este que lhe fosse concedida a mesma criança e a autoridade concedeu. O coração dessa negra era com certeza mais do branco, do que a da branca mãe perversa" (Correio Paulistano, 3 de novembro de 1885).

É interessante destacar também como neste tipo de artigo muitas vezes não se revelava o nome da pessoa de cor em questão, talvez porque a razão da notícia se esgotasse na simples demonstração da exceção. Assim, ao mesmo tempo que se afirmava a exceção, também negava-se para a maioria a mesma situação.

Portanto, mesmo nestes casos, como diz o velho provérbio, a exceção só servia para confirmar a regra, já que estes indivíduos eram descritos como "objetos exóticos e pitorescos" que em nada contribuíam para alterar a imagem negativa predominante, sendo dessa maneira, como nos diz Barthes no seu livro Mitologias (quando trata de imagem veiculada sobre os "primitivos africanos"), facilmente assumidos e assimilados (1982, p.157).

. O "Rei dos Pardos" ou Quando a Exceção Confirma a Regra

"Um casamento democrático

O cidadão Jorge, aquelle bom pardo que já foi captivo do sr. desembargador Galvão, mas que não obstante isto gozou sempre de bons créditos, que ficou sendo conhecido pelo apelido de rei dos pardos, é hoje nada menos que chefe de família. Casou-se tendo por testemunhas 2 cavalheiros distintos de nossa sociedade e pode-se dizer sem medo de errar que recebeu com a maior amabilidade os parabéns das pessoas que a seu convite foram a sua casa tomar uma chávena de chá. Há quasi um anno que está liberto e para tal resultado houve até intervenção do S.M. Imperial do Brasil e por fim libertou por 1 ou 2 contos de réis (dizem) a sua dona. Hoje Jorge é geralmente estimado e goza dos foros de homem muito sério, muito honesto e muito trabalhador" (Correio Paulistano, 27 de junho de 1876).

O interessante na análise desta notícia é que ela não traz só a exceção, mas conjuntamente uma série de alusões "à regra" e à sociedade branca (que aí funciona como uma espécie de "pano de fundo"), para quem o "rei dos pardos" é uma clara e positiva exceção.

Primeiramente, o título já dá o "tom" a todo o artigo: "Um casamento democrático". Chama a curiosidade de leitores desa visados em geral, principalmente porque se refere a elemento de cor "parda" cujas famílias (como veremos à frente) são constante mente desqualificadas.

Assim, logo no começo do artigo "Jorge" é caracterizado como um elemento que se aproxima da sociedade dos brancos pois recebe o atributo de "cidadão", comumente utilizado exclusivamente por brancos, que inclusive se reconheciam como tal. Mas, além disso, o que chama a atenção é que a notícia está repleta de vocábu los que ressaltam a singularidade do caso. Assim, por exemplo, quan do jornalista afirma que "não obstante ter sido escravo (...)", ou então que "hoje é geralmente estimado como honesto trabalhador", fi ca claro como é o inverso que é comumente representado. Logo, se por um lado a expressão "não obstante" indica que em geral o escre vo não era "erudito", já a palavra "hoje" parece demonstrar que no passado o pardo não podia ser honesto e trabalhador.

Esse jogo de "ditos e não ditos" acaba por transformar a exceção em "exótico" ou em um "teatro de marionetes" sem vida e autonomia, que só se define em função de oposições alusivame nte presentes e de todo um pano de fundo que o contrasta, delimita e iden tifica.

Mas o uso da exceção não se restringe aos negros. São comuns também os artigos de críticas ao senhor, sendo que em geral estes parecem servir mais para chamar a atenção sobre o redu zido número de senhores que tomam atitudes mais violentas, ou muitas vezes para comprovar o caráter infundado das acusações que na maior parte das vezes acabam sendo críticas ao próprio negro.

"Infanticídio

fôï hontem recolhida ã cadeia desta cidade a preta Leopolda escrava do senhor Barão de Itaoca a qual apresentou-se ao sr.delegado com uma filhinha morta nos braços, declarando que a tinha asphixiado voluntariamente com as mãos, dizendo que assim procedera porque o feitor não lhe dava tempo para cuidar de sua filhinha. Examinando-a a escrava não se lhe achou signal algum de sevícias tendo também declarado a escrava que nunca fora castigada" (Correio Paulistano, 3 de abril de 1878).

A maioria dos artigos desse tipo insistiam portanto não em exaltar as exceções, mas antes em desmascará-las, buscando provar neste sentido a impossibilidade da igualdade, ou reafirmando a polaridade entre brancos e negros.

Desta maneira, a identidade étnica dos elementos demarcava-se claramente de forma contrastiva: pela mera afirmação das diferenças ou então pela descrição das raras, ou mesmo falsas exceções.

. O Negro: Suspeito nº 1

Nesse momento ainda pudemos verificar que a associação da violência com elementos de cor era tão imediata que frente a qualquer crime não explicado todas as observações recaíam sobre os escravos que eram logo considerados como os principais suspeitos:

"Assassinato

Na route do dia 14 fôï assassinado José Alves de Oliveira com uma machadada (...). Não tendo o fallecido indisposição com pessoa alguma suspeita-se com fundamentos que o assassino ou assassinos sejam escravos. Entretanto nada se sabe de positivo" (Província de São Paulo, 19 de março de 1878).

Assim, frente a um assassinato não explicado, as suspeitas incidiam todas sobre elementos de cor:

"Horroroso assassinato

D. Maria Sanches de Mello Queiroz, portuguesa de 56 anos que vivia de dar lições de piano residia em companhia de uma criada escrava à rua da Imperatriz nº 13, Nitheroy, onde apareceu hontem de manham assassinada, cahida no chão da sala de jantar, ainda vestida (...). Consta que possuía jóias de valor que não foram encontradas. A polícia investiga o caso e já está presa e incommunicável a criada da assassinada" (Correio Paulistano, 29 de setembro de 1880).

A grande característica deste tipo de artigo era por sua vez seu texto vago e impreciso, pois o cativo parecia ser sempre acusado como culpado, já por princípio:

"Assassinato Misterioso

Ante-hontem foi encontrado o cadáver de Martin Pauman (...) foi encontrado com um grande golpe na garganta (...) Atribuem alguns a auctoria do crime a um escravo foragido" (Província de São Paulo, 18 de novembro de 1875).

A representação da violência negra assumia no entanto contrastes e características diferentes no interior dos jornais: No Correio os artigos serão mais minuciosos, atemorizantes e sensacionalistas, enquanto que na Província os discursos e textos, secos e diretos, destacarão com a distância necessária as características "bárbaras" desta população "tão avessada à civilização".

De toda forma, através do levantamento de hipóteses ou da comprovação "empírica", o negro neste período é antes de tudo "um suspeito em potencial, já que direta ou indiretamente nos diferentes artigos a sua imagem estará sempre vinculada à idéia da "violência", da "ferocidade".

Paralelamente a esta imagem, outra representação tão arraigada e tradicionalmente veiculada sobre a escravidão brasileira parece continuar a predominar. Isto é, ao lado do "negro violento" aparece constantemente, e compartilhando dos mesmos espaços, a representação do negro "dependente", "serviçal", "fiel" e de "raça pura", que como tal é considerado como incapaz de sobreviver sem os "bons cuidados" de seus senhores. Assim, enquanto as notícias, como vimos nos capítulos anteriores, nos relatam casos de negros que morriam largados nas cidades, nos trilhos e nas florestas devido ao abandono, revelando desta maneira a necessária tutela branca, os classificados não se cansavam de oferecer "bellas peças sadias, e fiéis", e os anúncios de fuga insistiam em afirmar o caráter fiel dos cativos que se evadiram:

"Fugiu Luiz mulato (...) cabelos soltos (...) fala baixo (...) aparência muito preguiçosa e algum tanto abobado, muito obediente".

"Sahiu com licença de 4 dias a escrava de nome Ana, cor preta, altura mais que regular com o fim de procurar senhor, mas como até o presente momento não haja notícias da mesma, o abano supõe talvez estar fugida".

"Fugiu no dia 3 de julho de 1872 com 46 annos de idade um mulato escuro (cabra) altura mais que regular, mãos e dedos compridos, um pouco gago, tem falta de dentes na frente, bastante amigo dos brancos e muito humilde." (Província de São Paulo, 22 de setembro de 1878).

Reafirmava-se então constantemente a submissão, humildade e fidelidade do negro, por mais paradoxal que fosse, ou seja, justamente no momento em que o negro, pela prática de fuga, a negava.

"Escravo fugido

Ao abaixo assignado, fugiu no dia 15 o escravo Dionízio, que tem os sinais: idade 45 annos, creoulo, cor preta (...). Foi de família Barruel, é muito conhecido nesta cidade. Tem falla mansa e pausa-

da, modos que indicam humildade mas tem também mais de 30 fugidas. Ardiloso e astuto, fugio depois de haver feito um roubo de dinheiro com inteiro abuso..." (Correio Paulistano, 9 de março de 1878).

Além disso, parece que marcava-se o discurso sobre a dependência através dos nomes dos escravos (já que muitas vezes esses eram dados pelo senhor). Assim, nos anúncios encontramos vários exemplos de nomes que denotam ou a idéia de dependência (Fidelia, Clemente, Clemência, Pacífica), ou a imagem alegre, não-violenta e pacífica, que era normalmente utilizada para representar a relação entre senhores e negros (Fortunato, Felicidade, Bendita, Bem-vinda, Aprazível, Felizberto, Boaventura, Esperança, Victória, Justina, Fructuoso). Logo, através dos próprios nomes marcava-se de forma "sintética" porém "eficiente" a maneira como se entendia ou representava a situação.

Por fim, a ênfase na dependência era tal que se insistia até na incapacidade dos homens de cor sobreviverem isoladamente e longe das fazendas a que pertenciam.

"(Piracicaba) Robinson da escravidão

Ha 5 annos fugiu de uma fazenda desse município um escravo velho de nome Elesbão. Nunca mais houve notícia d'elle e seu dono suppôz-o morto. Há poucos dias um vizinho avistou de noite um pequeno clarão de fogo na matta. No dia seguinte mandou o feitor e 2 escravos verem o que era aquillo e encontrou Elesbão completamente nu e faminto. Quando viu os parceiros, Elesbão tentou resistir, mas quando viu o feitor entregou-se de cabeça baixa (...) afirmou que nunca quis furtar nem para comer. Foi recolhido e está bem tratado em casa de um genro de seu finado senhor. Chorou quando conheceu a sinha moça que deixara menina..." (Província de São Paulo, 15 de outubro de 1881).

Assim, a partir de inícios da década de 1880, torna-se particularmente presente este tipo de artigo, que pressupunha a absoluta dependência do negro, para quem a escravidão e o cativeiro pareciam representar talvez a situação mais segura e estável.

Neste momento, então duas imagens predominam: a "da bela e da fera". A violência daqueles que provam por seus atos a sua pouca capacidade de adaptação, e o outro lado (por vezes até complementar), serviçal e dependente, que revela por sua vez a forma tutelada como esse elemento de cor poderia ser "assumido" por esta "sociedade de brancos".

2 - 1885-1888 - O QUILOMBOLA E O ESCRAVISADO, "QUANDO O PRETO VIRA NEGRO"

Conforme nos aproximamos dos momentos que antecedem a libertação dos escravos, a questão negra vai se tornando cada vez mais predominante no interior dos diversos jornais paulistas, tomando todos os espaços (inclusive os editoriais, até então supostamente bastante desvinculados das questões mais cotidianas) e levando inclusive à criação de novos jornais, como a Redempção, que surge em 1887, assim como outros órgãos com o fim explícito de divulgar a questão da abolição.

2.1 - A Abolição Enquanto Tema

. O "Inseguro" Correio

A abolição neste momento se transforma então em tema central, porém é entendida de diversas formas no interior dos periódicos. Para o inseguro Correio era antes de tudo um problema a ser analisado com grande temor, sendo que esta folha foi uma das últimas a "advogar" essa causa. Só o fez em 1887, quando as fugas de escravos, individuais ou coletivas, tornavam-se uma realidade cada vez mais frequente e cotidiana, ou mesmo diante da própria eminência da lei, quando os próprios senhores se adiantaram optando por

conservar os cativos em suas fazendas a partir de salários e condições fixas.

Assim, por exemplo, no final da década de 1880, enquanto nas outras seções desse período tudo parecia correr normalmente, como se nada de diferente ocorresse, já os editoriais revelavam um clima de tensão, principalmente devido ao incontável movimento de fuga de escravos.

Conflitos diretos travavam-se inclusive através do jornal, pois na seção livre, por exemplo, Ramos Nogueira atacava veementemente Antônio Bento (líder dos caifazes e redator do jornal A Redempção), a quem chamava de Bento Sapo, devido às suas práticas de libertação.

"Aos fazendeiros e possuidores de escravos Propagandistas do espiritismo social forçado a bater de frente todos os pontos negros da sociedade. Sou abolicionista porque os escravos são meus irmãos em Cristo. Este mandou os escravos serem obedientes aos seus senhores e mandou seus senhores amarem seus escravos (...). Porém os fazendeiros não devem ser tolos. Venham o quanto antes e tratem de por na cadeia os Iarâpios dos senhores de escravos como Antonio Bento. A evolução abolicionista não precisa de saltadores" (Correio Paulistano, 24 de julho de 1887).

As dissensões entre abolicionistas eram de tal forma claras e expostas com toda a ironia, que reproduziam inclusive a velha forma dos "antigos" anúncios de fugas de escravos, que parecem nesta época acabar por se constituir em uma espécie de "símbolo" da escravidão, nesse momento tão combatida.

"Acha-se nesta cidade um abolicionista muito conhecido na capital pelas artimanhas e diabruras que alli tem praticado. Os signaes são: baixo, cheio de corpo, rosto grande e redondo, moreno, usa bigodinhos, tem 25 annos mais ou menos, é bom empinador de copo e orelhador de sota, anda procurando um casamento rico. Cuidado com o

bicho senhores fazendeiros e paes de família, olhem que elle é DAS ARÁBIAS como são todos os de 1/2 e 3/4 de sangue e que tem a cor tostada de LOMBO ASSADO. Cautela com o finório porque além de tudo é bacharel. Campinas, Papa Peculio" (Correio Paulistano, 30 de dezembro de 1887).

Esses artigos, além de revelarem preconceitos correntes quanto à cor, traziam à tona uma cumplicidade de informações explícitas entre anunciante e leitores. Mostravam por outro lado, ainda, como nessa sociedade esse tipo de conflito era presente: títulos de editoriais revelavam a presença constante do problema do negro (como no dia 30 de outubro: "AINDA A QUESTÃO DO DIA"), e por outro lado artigos informavam sempre em tom de alarde sobre o verdadeiro estado de choque em que se encontrava a cidade de Santos com um grande número de escravos evadidos que ali permaneciam sem qualquer assistência ou punição. Quanto a esta última questão, o jornal não deixava de publicar sua posição, considerando esses conflitos como um problema que deveria ser lidado exclusivamente pelos fazendeiros. (1)

"A transformação

Foi objeto de muita censura especialmente da parte dos que julgavam possível retardar o movimento emancipador nesta província, o modo pelo qual nos pronunciamos a respeito da atitude própria da autoridade perante as fugas de escravos das fazendas. Com a franqueza necessária em tão melindroso assumpto, sustentamos a inutilidade e inconveniência do emprego da força pública para a prisão de escravos fugidos salvo o caso de perturbação da ordem pública. Os fatos têm-se encarregado de demonstrar a justiça de nossa apreciação. A intervenção da autoridade num e outro caso justificada pela excepção indicada não conseguiu impedir que os escravos continuassem a abandonar as fazendas sendo certo pelo contrário que as fugas mul

(1) Podem ser encontradas no Correio notícias sobre a situação em Santos, por exemplo, nos dias 5 de dezembro de 1886 ou 16 de junho de 1887.

tiplicaram-se nos municípios onde a ordem pública ameaçada exigiu o emprego da força pública para deter o passo aos fugitivos (...).

As libertações em massa atestam a convicção que domina os fazendeiros em seu maior número. Entretanto é preciso manter os libertos nas fazendas para que a desorganização do trabalho não seja consequência da grandiosa obra da emancipação que vai sendo realizada sob os auspícios tão favoráveis à prosperidade da lavoura" (Correio Paulistano, 18 de janeiro de 1888).

Porém o debate não se limitava a esses setores, existia também nas páginas desse jornal uma polêmica entre grandes proprietários escravocratas e exército, já que essa última instituição opunha-se cada vez mais a que escravos, que haviam outrora combatido no exército, fossem reconduzidos à sua antiga condição.

"Escravos alistados no exército

Tendo-se propalado que o ministério da Guerra mandará tirar a farda ao indivíduo que sendo escravo do Conde de Cadofeito lograra illudir a vigilância da autoridade assentando praça no exército, foi contestado o facto pelo Diário Oficial que acerca as seguintes linhas:

Nenhum escravo depois de alistado e em serviço do exército é restituído a seu senhor (...) procede-se a indenização do valor arbitrado judicialmente (...). Tem sido esta com effeito a prática ininterruptamente observada desde 1872 por se haver então considerado que menor é o inconveniente de taes alforrias artificialmente alcançadas, do que o facto repugnante de revocar à escravidão indivíduos a que o acaso tenha permittido servir a pátria. A incomparável desgraça pode mesmo ser lembrada algumas vezes para honra do mesmo homem que da aviltante condição de escravo tenha conseguido erguer-se até tornar-se digno de liberdade" (Correio Paulistano, 2 de fevereiro de 1886).

O Correio, com relação a esta questão, oscilava clara-
mente, ora relatando o clima tenso que reinava....

"Distúrbios - Piracicaba

Nos dias 9 e 10 do corrente deram-se distúrbios de certa gravidade na cidade de Piracicaba. O Sr. Luiz Gonzaga fazendeiro daquele município havia dado liberdade a seus escravos, fazendo comunicação à imprensa local, a muitas pessoas. Os libertos abandonaram a fazenda tomando passagem na estrada de ferro para essa capital. Em Jundiaí foram retirados do trem pelo delegado da polícia e comandante do destacamento allí estacionado e recolhido a cadeia. Avisado o Sr. Gonzaga veio a Jundiaí e conduziu os fugitivos para Piracicaba. Tendo-se conhecido o facto naquela cidade reuniu-se grande massa do povo ao chegar o trem foram arrancados das mãos de seus condutores que foram muito maltratados.

Esse fato produziu grande excitação nos ânimos e no dia seguinte pretos em número superior a 1.000 percorreram as ruas da cidade provocando desordens. A população reagiu contra as desordens travando luta entre o povo e os pretos, da qual resultou tiros e ferimentos" (Correio Paulistano, 12 de janeiro de 1888).

... ora buscando desmentir e amenizar as situações:

"Tiete

Não tem procedência a notícia publicada pelo liberal paulista sobre uma passeata pelas ruas da cidade de 500 escravos que abandonaram as fazendas. Não há dúvidas que houve no dia 19 deste mez uma passeata pelos negros ultimamente libertados mas na melhor ordem possível, com consentimento prévio do honrado delegado de polícia. Finda a passeata, os negros retiraram-se na melhor ordem para as suas fazendas onde continuaram no serviço de seus senhores mediante salário mensal ou empreitada. O delegado tem sido infatigável no cumprimento de seu dever pois é sabido que ele não admite vagabundagem na cidade forçando uma organização do trabalho do liberto" (Correio Paulistano, 9 de janeiro de 1888).

Assim, de diferentes maneiras, a questão abolicionista neste momento estava muito presente no Correio, revelando uma certa preocupação e temor que como veremos marcava e diferenciava a postura desta folha noticiosa com relação às demais.

. A Província e a Contemporização: A Preparação para a Liberdade

Por sua vez a Província manteve-se, desde o seu início, em uma atitude de clara contemporização com relação à questão da emancipação do negro, já que oscilava entre o que pretendiam ser os "novos valores" que tanto apregoava, e as necessidades dos cafeicultores paulistas a quem estava totalmente vinculada. Assim, só em 1884 é que este jornal passa a defender a libertação dos escravos, sem deixar, no entanto, de continuar publicando anúncios de fuga de escravos, e mesmo sem introduzir grandes alternativas para o problema da mão-de-obra (na medida em que, para este jornal, claramente o problema que a escravidão oferecia era secundário com relação à questão da iminente proclamação da República).

Para esse jornal, no entanto, a libertação era um "problema de brancos", sendo que a questão deveria ser resolvida nesse sentido da melhor maneira possível.

"(...) Não se deve reagir e antes concordar que a escravidão está no fim (...). Hoje só nos resta bem dirigir os seus efeitos tornando os escravos trabalhadores úteis" (Província de São Paulo, 6 de janeiro de 1887).

A libertação deveria ser "pacífica" e "harmoniosa", e para tanto lenta, gradual e adaptada às necessidades econômicas. Logicamente o argumento predominante utilizado não era então o material (isto é, a necessidade de manutenção da mão-de-obra negra nas fazendas), mas sim o "moral", isto é, não se devia libertar homens "não preparados" para esse grande "presente" que era a liberdade:

"Não há no paiz quem não queira a emancipação da escravatura. A es
cravidão é um grande mal que somos victimas por herança, mas não
 se pode acabar com o mal produzindo outro ainda maior, porque além
 de attender grandes questões econômicas e sociais há um outro prin
 cípio ainda maior, porque além de attender grandes questões econô
 micas e sociais há um outro princípio maior: o moral. Não é possí
 vel libertar repentinamente 1.400.000 homens não preparados para a
liberdade, é necessário um PRAZO RAZOÁVEL. O Brasil não pode arras
 tar á ruína pelo arrebatamento de corações generosos" (Província
de São Paulo, 17 de maio de 1884).

Nesse ambiente idílico que a Província buscava criar, o
 negro aparecia então, não tanto como o elemento violento e feroz
 que as notícias do período relatavam, mas antes como um elemento or
 deiro e pacífico e por isso mesmo educável.

"CAPIVARY - Um benemérito

Há factos honrosos, actos tão dignos de louvor e imitação que o
 maior elogio que se lhe pode fazer é publical-o simplesmente sem
 comentários.

O exmo. Sr. Barão de Almeida Lima depois de ter feito vários bene
 fícios ao município de Capivary taes como dois altares da Igreja ma
 triz, um elegante edifício onde funciona uma das escolas públicas
 ter declarado todos os escravos livres por sua morte, acaba de fun
 dar uma escola primária para seus ingênuos escravos. Edificou uma
 casa espaçosa e com todas as comodidades precisas para a escola.

Contractou como professor o Sr. Francisco José Vaz do Amaral Júnior
 que com toda dedicação rege a escola.

No dia 4 do corrente foi inaugurada e abertas as aulas; durante o
 dia são frequentadas pelos ingênuos e à noite pelos adultos em nú
 mero superior a 40.

Reina nas aulas a boa ordem e a disciplina recomendada pelo exmo. sr. Barão e executada com todo cuidado pelo digno professor. É bonito e comovente quando a tarde os escravos voltam do trabalho, trocam as roupas e com todo aceio apresentam-se às aulas! Sente-se um grande prazer quando se entra no salão onde funciona a aula, todo iluminado e ali vê-se uns 40 homens de trabalho que tendo largado a enchada e a machada empunham a penna e o livro! Nota-se no semblante de todos um ar risonho cheio de prazer e com todo o silêncio e atenção ouvem as explicações do professor. Terminada as aulas vão fazer suas refeições e descansar até o outro dia.

Oxalá que todos os fazendeiros imitassem o exmo. sr. Barão preparando seus miseros escravos para gozarem de sua liberdade quando raia o dia da redempção. Parabéns ao exmo. Barão de Almeida Lima, parabéns a humanidade, parabéns ao município de Capivary por um grande feito.

Um admirador".

Assim os negros, enquanto elementos "inferiores", só estudando negariam que "era seu". Para a Província, portanto, os libertos deveriam passar por uma "escola de civilização" (18 de maio de 1889) para desta maneira conviver lado a lado com seus antigos senhores:

"(...) o senhor brasileiro nunca considerou seu escravo como animal nem methaphorseando-se em caçador. Os brasileiros não distinguem raças. O escravo de hoje será por seus talentos e com estudo igual ao senhor de hontem e confundido ambos na qualidade de cidadões col laboração na grande obra da prosperidade da pátria" (Província de São Paulo, 19 de janeiro de 1881).

A Província parecia inclusive compartilhar dessa "tarefa", sendo que a leitura desse jornal era comparada a uma "luz que penetrava".

"A luz penetra (Ytu)

Comunicam-nos:

Em uma fazenda do município de Itatiba, indo á roça o seu proprie-
tário examinar o serviço de seus escravos, em vez de encontrá-los
no coto, adivinhem os leitores o que estavam elles fazendo? Agru-
pados escutavam attentos a leitura do jornal A PROVÍNCIA feita por
um delles cuja leitura era nada mais nada menos do que um resumo
de um discurso do Cons. Dantas. O sr. naturalmente arrependido ca-
lou-se ... Em todo caso não havia perigo na leitura porque não se
pregava a insurreição" (Província de São Paulo, 4 de outubro de
1887).

Logo, nos anos 1880, tudo que lembrasse a escravidão de-
veria ser devidamente criticado por essa "elite ilustrada" que, ao
mesmo tempo que publicava anúncios de fuga de escravos, condenava
veementemente os proprietários escravos que de certa forma sustenta-
vam boa parte do jornal.

. "Scenas de Escravidão"

A postura da Província torna-se ainda mais clara quando,
a partir de meados da década de 1880, começa a aparecer uma série
de artigos que se referiam a fatos e locais variados, mas que eram
todos apresentados com o mesmo título: "Scenas da escravidão".

Textos curtos e diretos eram então a marca dessas noti-
cias, que apareciam com freqüência e relativo destaque. Parecia ser
essa inclusive uma preocupação constante deste jornal que talvez,
dessa forma, marcava a sua especificidade. Assim, por exemplo, em
12 de novembro de 1884, Rangel Pestana, ao comentar o caso de um
cadáver de uma mulher parda, encontrado já em "estado de putrefa-
ção" ao qual as autoridades não deram qualquer atenção, terminava
concluindo: "Expomos simplesmente o facto com a magoa que causam
esses dramas suspeitos da escravidão. Não costumamos em taes casos
romantizar".

Logo, se por um lado a Província compartilhava das idéias comuns a outros jornais e condenava a escravidão a partir da década de 1880,, pretendia fazê-lo de uma forma própria e talvez mais condizente com a postura que adotava nos editoriais: um texto mais frio e imparcial, mais próprio da sua linha que buscava aproximar-se do que seria um ideal "científico-positivo".

Em todas essas notícias o tema central era comum, ou seja, a condenação dessa instituição considerada pelo jornal como decadente e pouco digna do "grau de civilização" que havíamos alcançado.

Catalogando mais detidamente esses artigos, verificamos que vários deles referiam-se a casos de suicídios provocados pelo desespero da situação: amantes, mães e filhos ... suicidavam-se para "descansar e evitar os flagelos da NOVENA..." (10 de maio de 1882). Nesses casos, o cativo assumia ou posições "extremas", ou pouco aparecia, ou então era representado como uma espécie de herói que preferia a morte a continuar sobrevivendo nesta "desgraçada situação".

Tais tipos de descrição e explicação eram por sua vez muito diferentes das que apontávamos no capítulo anterior, quando se associavam crimes e suicídios à "loucura" ou "dependência" dos cativos e nunca à instituição escravocrata. Na seção "scenas da escravidão", a atitude dos cativos parecia estar (como o próprio título da seção revela) umbilicalmente associada ao sistema escravocrata, revelando então também dessa maneira como as posições e a opinião pública com relação a essa questão se modificavam.

Por outro lado, outros artigos dessa seção constituíam uma clara crítica aos senhores de escravos e, se não nomeavam os brancos envolvidos, ao menos exemplificavam uma atitude comum de condenação às torturas. A grande marca comum desses artigos, no entanto, é que neles a ação dos negros pouco importava, já que o que

interessava destacar era antes os abusos que a escravidão vinha promovendo. Assim, como veremos melhor mais à frente neste capítulo, o negro violento e imoral de outros momentos ganhava aos poucos uma nova representação: a de vítima que denunciava uma situação. Ou seja, culpado ou inocente, o "negro infeliz" basicamente sofria as ações ou então era uma "conseqüência" da situação.

Parece-nos portanto que estes artigos, se por um lado elucidavam um "estilo" da Província, por outro exemplificavam e dirigiam os leitores com relação às posturas do jornal. Para acabar com a escravidão, devia-se combater a atitude dos senhores, já que se tratava de uma questão entre "brancos". O negro, por sua vez, era sempre um "objeto da ação" (que podia tanto ter atitudes consideradas "legítimas", como "condenáveis"), secundário à discussão que se estabelecia.

Parece-nos que não é um fato alcatório que o "homem de cor" nestes artigos, na maioria das vezes, não fosse nomeado. Ele era sempre então um instrumento que somente exemplificava uma situação, talvez já analisada nos editoriais. Reforçava-se assim que a escravidão deveria acabar já que não se adaptava ao "progresso" e à "civilização", mas o problema racial por outro lado parecia inexistir, pois como o próprio título dos artigos esclarecia ("Scenas da escravidão"), tudo se resumia a uma questão.

A escravidão enquanto instituição parecia então permanecer quase desvinculada de qualquer categoria ou agente social. Ela era a única culpada "de todos os males", sendo que parecia que bastava a sua extinção para que todos os problemas fossem totalmente remediados. O homem de cor por sua vez não atuava enquanto "cidadão consciente" pela sua emancipação: só reagia como uma fera quando acuada, através da violência ou do sacrifício individual.

Essa seção parecia então cumprir a função de exemplificar (sendo que os exemplos eram aí ainda mais "rigorosamente sele

cionados") uma postura geral do jornal. Como nos diz Roberto Da Matta (sobre o discurso da violência), essa seção (como as outras notícias sobre violência) constituía também um "discurso escandaloso e nunca interrogativo", que "se não é denúncia é elogio" (DaMatta, 1982). Assim, em "Scenas da escravidão" ora denunciava-se a violência da instituição, ora elogiava-se algumas atitudes exemplares. Tratava-se de toda forma de um discurso nada "interrogativo", que parecia antes confirmar as conclusões do jornal, já "elegante^{mente}" expostas nos editoriais.

Para a Província, então, a questão racial no Brasil era passível de solução: bastava o fim da instituição escravista e a educação da "massa negra".

. A Redenção: Os limites da época e os Parâmetros da Civilização

Por fim, a Redenção, apesar de representar talvez o pensamento abolicionista mais radical do período, não deixava de "esbarrar" também nos limites que o próprio momento lhe impunha. Ela representava em si a própria radicalização do debate para a época, ao negar as vias legais para a abolição do trabalho servil e mesmo ao introduzir novos temas no interior desse já viciado debate. Essa folha falava então não só em libertação como em "revolução", ou diretamente em "igualdade", e mesmo em uma suposta "missão", o que realmente deveria assustar boa parte da população que se mantinha ligada à mão-de-obra escrava.

No entanto é importante destacar que, se por um lado A Redenção apontava para outras formas mais radicais de manumissão, por outro deixava claro como também para esse jornal existiam outras vias possíveis para a resolução dessa questão (formas essas, diga-se de passagem, plenamente aceitáveis segundo os padrões da época).

"Orientação abolicionista

(...) A abolição deve ser imediata para que não ocorra um cataclisma (...). É melhor e mais consentâneo que se declarem já livres todos os escravizados porém todos sujeitos a prestação de serviços por um certo número de annos e faça o governo indemnização equitativa que a questão estará resolvida" (Redempção, 9 de janeiro de 1887).

Nesse artigo a velha fórmula parecia prevalecer, qual seja, a libertação era igual à prestação de serviços mais indenizações, sendo que pouco se avançava nesse caso em termos de soluções diversas, ou mesmo na questão das condições de vida dessa população liberta.

O artigo que saía no dia 16 de janeiro só viria a confirmar essa postura de uma mediação maior, que a Redempção ora assumia:

"(...) sejam declarados livres todos os escravizados porém para o bem desses infelizes que foram nossas víctimas, não queremos para elles já a liberdade completamente absoluta. Queremos conceder-vos os serviços deles, 3, 4 ou 5 annos no máximo mas (...) é preciso um tipo de transição entre o ex-algoz e a ex-vítima e habitual-os a unirem-se sem existir o título de escravos. Transformar da noite para o dia os escravos".

Por outro lado, parece-nos que A Redempção, apesar de lutar pela abolição por vias diferentes, na sua prática discursiva permanecia de certa maneira presa aos limites que a própria época lhe oferecia. Ou seja, também este jornal parecia só entender a libertação a partir da tutela e da constante afirmação da natural inferioridade dessa população que protegia. Assim, ao mesmo tempo que em suas páginas se falava, com a maior naturalidade, sobre a possibilidade da libertação e de uma futura igualdade, se afirmava também a desigualdade entre as raças (sendo que o jornal parecia com-

partilhar nesse sentido das teorias evolucionistas tão aceitas e divulgadas neste momento, que estabeleciam o atraso da civilização negra).

"A raça negra.

A escravidão do negro proveio do atraso dos povos dessa raça habitantes da África e da ganância dos brancos. Os africanos são povos ignorantes e avesados a barbaridades e às injustiças, mas não se segue por isso que devemos escravizá-los.

A raça da civilização branca poderia estender os benefícios da civilização até as costas da África, poderia ser povoado o Brasil com negros estabelecidos sob o regime de trabalho livre..." (A Redenção, 14 de julho de 1887).

Assim, a partir desse como de outros artigos pode-se perceber que, se por um lado a postura de Antonio Bento e seus homens significava um avanço, já que não admitiam a possibilidade da escravidão, por outro ficava também evidenciado como suas idéias estavam condicionadas por teorias que hierarquizavam os povos a partir de conceitos como os de civilização e barbárie, superioridade e inferioridade.

Outro aspecto relevante era a postura tutelar que o jornal compartilhava com os demais: os "africanos mesmo que inferiores" poderiam ser introduzidos no Brasil, sob regime de trabalho livre, o que seria sem dúvida um "bem" para eles, já que "beneficiariam-se no convívio com a civilização".

Nesse sentido, a "civilização" era também uma meta a ser alcançada segundo essa folha por essa população "avessada à barbaridades".

"Os povos não alcançam repentinamente a civilização conquistam-na aos poucos lentamente; já mantendo uma fábrica, já destruindo um preconceito, hoje adquirindo uma fórmula científica amanhã perdendo um hábito tradicional, aqui fundando uma escola, além destruindo uma casa velha, porque a civilização consiste no câmbio da vida simples e patriarcal (...). Ora São Paulo é evidentemente uma cidade civilizada (...). Da civilização decorre historicamente para a sociedade democrática niveladora (...) mesmo no tempo da escravidão em que ainda co-existiam duas classes internamente desiguais perante a lei e perante os costumes os escravos sentavam-se ao lado do SENHOR no mesmo banco do bond, sem que ninguém reparasse nisso. E hoje já não há mais escravos, vemos: frequentemente um casal honestíssimo sentado em um banco do bond entre duas horizontaes da mais baixa estofa..." (A Redempção, 4 de janeiro de 1891).

Nesse texto, vemos então como que um "desfile" de diferentes valores da época compartilhados também pelos outros jornais que analisamos. Primeiramente a civilização, que "consiste no câmbio da vida simples", era também para a "Redempção" o grande fim já alcançado pelos brancos e que a população de cor devia "conquistar lentamente".

Essa "conquista" não se faria no entanto sem a destruição de elementos que eram considerados como "bens capitais" da civilização africana: "preconceitos", "hábitos tradicionais", "casas velhas", "vida simples e patriarcal". Assim, os negros, perdendo seus preconceitos ou em outros termos sua cultura e religião, ganhariam o direito ao acesso à "verdadeira civilização" marcada, segundo o artigo, por todos os símbolos de progresso da época: "fábricas", "fórmulas científicas", "escolas".

Essa "conquista" se daria é claro de forma lenta e gradual, assim como era considerado lento o acesso ao conhecimento científico ou à economia dos países civilizados.

Mas o artigo não nos remetia só à teoria do evolucionismo social de Spencer. Junto com esse tipo de idéias, o texto introduzia um mito (que começava a tomar corpo) que definia a situação brasileira como a de uma "perfeita democracia racial".

Podemos então, de outra forma, verificar como também A Redempção parecia acreditar na imagem já tradicionalmente veiculada a respeito da sociedade brasileira. Isto é, uma sociedade onde reinaria a "harmonia racial", bastando libertar o país da escravidão ("esse cancro social") para que tudo fosse sanado.

Nesse sentido, a saída era simples, já que todos os males estariam basicamente concentrados na escravidão:

"A escravidão e o caráter

Diversas são as causas que tem contribuído para a depressão do ca-ráter nacional, mas a mais culminante sem dúvida é a escravidão. A escravidão mata no homem todos os sentimentos generosos porque o senhor se constitui num tyrano (...). O Brasil é um país novo está desgraçadamente aviltado, tão rebaixado pelo caracter de seu povo que chega a nos ameaçar de morte (...) a libertação é o caminho mais seguro para a conquista da civilização" (A Redempção, 24 de julho de 1887).

Esse periódico parecia inclusive compactuar com as teorias da época, que se referiam e denegriam não só os negros como os mestiços:

"A maior parte dessa honrada gente pertence a raça cruzada dos branco e pretos. Bebados, jogadores e frequentadores de bordéis gastam neste passadio o fruto do torpe ganho ..." (9 de abril de 1887).

Para A Redempção, a questão racial era um dos grandes debates do momento, já que trazia o problema do "caráter de noso povo" e da futura formação de uma nação. Nesse sentido, as posições

do jornal eram até positivas já que o periódico, apesar de considerar o elemento de cor como inferior, acreditava na sua adaptação e na constituição de uma nação que uniria brancos e negros, não mais expostos aos "estigmas" e "degenerações" que a escravidão trazia consigo.

Com relação à adaptação dessa população, A Redempção também não possuía tantas certezas e oscilava, ora exaltando o fato do "preto livre efetivamente entregar-se ao trabalho que nobilita e liberta" (maio de 1897), ora afirmando que a raça preta "desaparecia porque abusando da liberdade entregava-se ao vício da embriaguez".

Porém, mesmo no segundo caso os motivos e explicações não estariam ligados estritamente à origem ou à cor, mas antes aos males da escravidão que de tal forma "havia corrompido a alma dessa infeliz raça".

Para esse periódico, então, muito pior do que a "raça africana" era o cativo, pois como dizia o artigo de 25 de setembro de 1887, "A ignomínia da escravidão infiltrava-se de tal forma nessa pobre gente que muitas gerações são precisas para purificar-lhes e dar sentimentos próprios daqueles que nunca tiveram sangue escravo".

Aliavam-se então a "barbárie africana" com a "ignomínia" e o resultado era também um elemento despreparado durante "gerações" para a "convivência com a civilização".

Assim, sem querer simplificar, reduzindo todo o discurso abolicionista a um só tipo, parece-nos no entanto que vários conceitos da época eram também utilizados por esse último jornal: na Redempção eram frequentes então as imagens de uma evolução rígida comandando os destinos da humanidade, e a caracterização dos países europeus como símbolos do que havia de mais avançado e progressivo.

Um bom exemplo nesse sentido é o artigo do dia 25 de setembro de 1887, elogiando ingenuamente a política inglesa com relação ao tráfico de escravos:

"sabe-se também que a Inglaterra envergonhada por essas cousas e vendo a cegueira do Brasil e que os mercadores de carne humana estavam publicamente continuando com o mesmo negócio viram-se na necessidade de cercar o trânsito (...). Não precisamos comentar o grande serviço, patriótico, caridoso, humanitário praticado pelo governo inglês".

No entanto, se A Redenção logicamente engrossava o coro das idéias correntes de sua época, guardava sua especificidade por sua postura (talvez a mais radical, com relação à população negra) e por seu estilo mordaz que parecia perturbar, como dissemos, as grandes figuras e instituições da época.

'Manicômio

É o nome que hoje cabe à vasta região. Há oito annos que não fazemos outra cousa senão jogar cabra cega e bater a cabeça na parede (...). O sistema republicano transformou-se numa bomba chata que ahi está. A opinião pública é posta de lado. Somos uma súa de loucos. Vamos à urna? para que? Vamos à imprensa? para que? Para que o governo mande empastilhar a typografia" (A Redenção, 18 de julho de 1897).

Por fim, para essa folha, em que a questão da abolição tomava todos os espaços, a libertação parecia de tal forma um fim em si mesma que logo após o "13 de maio" o jornal foi aos poucos se transformando em um órgão que ano a ano só se ocupava em comemorar ritualmente a data da libertação e traçar apologias à lei Áurea e a Isabel, a "Redemptora".

Transformava-se assim a data em marco periodizador rígido, e mais uma vez esquecia-se da população recém-liberta e com inúmeros problemas de integração na jovem e elitista República que se formava.

2.2 - O Negro Fugido

Quanto às representações e questões presentes neste segundo período, é particularmente interessante pensar em como reagiam esses jornais à realidade das fugas de escravos, que se tornavam cada vez mais constantes. Está aí sem dúvida uma questão crucial, já que coloca estes periódicos frente ao ato rebelde do cativo. Nesse sentido parece que começam a aparecer e a reaparecer (agora com maior insistência) "novos personagens", que se congregam de uma maneira ou de outra à imagem do "negro fugido". Assim, se qualquer elemento negro era considerado como potencialmente perigoso, já esse tipo de cativo parecia exigir "cuidados" particulares e destacados.

O negro fugitivo, além de "violento e bárbaro", agregava agora segundo os jornais outra qualificação, a de "vingativo", "traíçoeiro" e, particularmente, incontrolável, devido inclusive à instabilidade de sua situação.

"(Campinas). Matar para melhorar de sorte

José Mulato escravo de Antonio C. de Teixeira no dia 7 do corrente mez encontrado no caminho de Guapira deitado junto ao portão da chá cara a um indivíduo de nome Antonio Miguel o qual estava completamente embriagado decepou-lhe horivelmente o pescoço com um golpe circular... (segue descrição)... Quando o preso disse que fugira para evitar os maus tratos do feitor que, sendo homem livre não se lembrava que os escravos deviam comer e beber. Dentro de pouco tempo tem se repetido diversos assassinatos cometidos por escravos e não simplesmente contra aqueles que se dirigem e vigiam. O punhal vibra contra qualquer um, o que quer é cometer o crime e ga-

nhar a boaventurança do reino de Galles. É claro pois que não sô os proprietários de escravos que correm perigo, mas todos e a sociedade inteira que terá de precaver-se para fazer face aos ataques inesperados destes homens que para melhorar a sorte matam o primeiro que encontrem" (Província de São Paulo, 13 de outubro de 1878).

Nesse sentido, não sô as notícias alertavam para o perigo de tal situação, como também os classificados e anúncios de fuga:

"Acha-se fugido o preto Francisco pertencente ao Sr. José de Souza Teixeira. Este escravo é o que tentou contra a vida do mesmo senhor assim como quando esteve preso na cadeia desta cidade feriu gravemente João Francisco Camargo. O sr. Teixeira comprara-o do pharmaceutico sr. J. de Oliveira Barreto e mandara-o para casa de correção de S.P.; ultimamente por isto o vendeu. Francisco no mesmo dia sahio da correção evadindo-se prometendo vir à cidade no intuito de vingar-se do sr. Teixeira. Um caso desses exige vigilância, frustrando seus maléficos intentos" (Correio Paulistano, 11 de abril de 1885).

No entanto esses elementos ofereciam ainda maior perigo quando não se encontravam isolados mas em grupos:

"Informou-nos a redação da mesma folha que nas tabernas próximas à estação de Vallinhos reunia-se por vezes, grande número de escravos que praticavam desordem. Diz o informante que suppõe haver em taes reuniões fins menos lícitos" (Correio Paulistano, 16 de outubro de 1875).

Esse tipo de notícias, referente à "reuniões" ou "encontros" de negros, que já estava presente na primeira fase (1875-1885) que relatamos, nesse momento ganha nova importância, sendo tratada de uma forma bastante recorrente com discursos que oscilavam, revelando ora ironia e descaso e ora temor e reconhecimento do medo diante de situações desconhecidas e inusitadas.

. O Correio e o Negro "Quilombola"

No Correio particularmente, em vários artigos o temor e a incerteza são realmente evidentes:

"Sabemos que existe um quilombo na matta virgem que há entre os rios Jaguary e Atibaia. Actualmente residem lá 6 quilombolas. Naqueles lugares moram alguns trabalhadores que vivem em constante sobressalto naquella matta (...). Os quilombolas continuam a praticar proezas. Não há fazendeiro dali que esteja tranquilo depois que aquelles negros deram grigados nas fazendas se convertendo em malta de ladrões. Os fazendeiros estão muito aprehensivos tendo a maior vigilância (...). Ante-hontem logo que aconteceu desapareceram um pagem, um feitor e 3 escravos que suppõe-se terem sido aliciados pelos quilombolas. Não houve cousa alguma que motivasse isso..." (Campinas, 21 de agosto de 1886).

Ligava-se inclusive a imagem dos quilombolas à dos feiticeiros, sendo que dessa maneira eram desconsiderados e às vezes até ironizados:

"A requisição do fazendeiro Elias Antonio Penna, sahio uma força de destacamento de Itú afim de effectuar a captura de quilombolas alli estabelecidos. O quilombo achava-se abandonado e nas imediações foi encontrado o cadáver do liberto Elias, tendo os pés amarrados com cipó e apresentando diversas contusões que levam a suppor a existência do crime. Encontrava-se próximo ao cadáver um sacco contendo sementes, raízes, cabeças de cobra e objetos de feitiçaria" (Correio Paulistano, 14 de julho de 1886).

"No sábadó foram interrogados 5 quilombolas presos (...). Foi interrogado também o quilombola Cassiano que era chefe do quilombo que foi debelado. Este escravo exercia grande ascendência sobre seus companheiros porque DIZIA ELLES TINHA GRANDE DEVOÇÃO COM AS AIMAS e além disso FAZIA VÁRIAS FEITIÇARIAS que não impediram de ir elle dar com os ossos na cadeia" (Campinas, 22 de dezembro de 1886).

O que impressiona, entretanto, no Correio Paulistano é que o temor frente a tal situação era tal que parece que no final da década a palavra "quilombola" passa a ter um significado mais amplo. Ou seja, torna-se aos poucos em sinônimo para a expressão do "negro insubmisso":

"No sábado a 2 leguas de Campinas um mulato alto e dous negros reforçados completamente armados assaltaram o Adão Gonçalves tentando tomar-lhe a mulher de 25 annos de idade. Não obstante Adão só se viu a cavallo. Os quilombolas fugiram ..." (Correio Paulistano, 25 de agosto de 1886 - Campinas).

Este fato pode ser melhor compreendido se notarmos como o pânico era geral, pois parece que "pairava no ar" para os senhores "o fantasma da insurreição", sendo que o próprio Correio fazia alarde e mobilizava a população:

"Informam-nos os moradores que vários escravos fugidos e pessoas livres tomam parte em assaltos e muitos roubos que alli se tem da do (...). Esperamos providências. Anima-se a insurreição, tenta-se ridicularizar os agentes da administração e depois censura-se o mesmo governo. OS QUILOMBOLAS isto é os escravos que estão devastando as fazendas..." (Correio Paulistano, 5 de dezembro de 1886 - Campinas).

O medo era talvez ainda mais evidente porque as notícias deixavam claro que os escravos não se encontravam isolados, já que a população livre e mesmo escrava os ajudavam.

"(...) parece que existe algum acordo entre quilombolas e alguns escravos da fazenda em razão da pequena distância com o conjunto de fabricar farinha e o engenho..." (Correio Paulistano, 9 de maio de 1886).

Assim, se no primeiro período o negro já era representado enquanto bárbaro, potencial e objetivamente violento, neste segundo momento parece-nos que seu principal qualificativo no Correio é o de quilombola, sendo que como tal tornava-se ainda mais perigoso, já que ficava evidente o descontrole dos senhores frente à situação.

. A Província e o "Escravisado": "Perigo ao Longe"

Já a Província, coerentemente com sua postura, buscava manter um maior distanciamento com relação à questão, dando um maior destaque a essas notícias e inclusive representando esse tipo de elemento que fugia não como "quilombola" (termo esse que já revela na própria palavra um certo temor por este fenômeno pouco controlado), mas como "escravisado". Assim, diferentemente do Correio, a Província buscava "não apavorar" seus leitores e se possível inclusive pouco comentava (a não ser de forma resumida) a respeito desses tipos de acontecimento.

Assim, por exemplo, as notícias sobre "revoltas de escravos" são neste jornal todas muito "ligeiras" e sobretudo vagas:

"A requisição do delegado de polícia de Amparo seguiu antehontem uma força de 15 praças. Para saber o que havia, a redação do Diário de Campinas expediu um telegrama a um cavalheiro de Amparo, que mandou o despacho em resposta:

"Escravos Antonio Prado de Godoy revoltados. Não há por enquanto maior novidade, desconfia-se de hoje a tarde. Estão dadas as providências" (Província de São Paulo, janeiro de 1884).

Nessas notícias curtas, se por um lado ficava claro como as insurreições eram frequentes, por outro procurava-se sempre tranquilizar os leitores garantindo como os "desfechos finais" destas ações eram sempre "felizes".

"INSSURREIÇÃO DE ESCRAVOS"

Reproduzem-se em todos os pontos do Império assassinatos cometidos por negros insurtidos contra senhores. Ainda agora lemos no monitor o monitor Campista que os escravos da fazenda do sr. Julião de Castro sublevaram-se. Prevenidas felizmente as autoridades prenderam 6 escravos" (Província de São Paulo, 16 de maio de 1887).

Um fato interessante de ser destacado é que diferentemente do que constatávamos em relação ao Correio Paulistano, na Província apareciam poucas notícias sobre quilombos em si. Nesse sentido talvez a preocupação em não alarmar a população, ou mostrar como a libertação era "um assunto entre brancos", tenha direcionado o jornal no sentido de obscurecer um pouco esse fenômeno que tanto constrangia outras folhas.

A Província, nas poucas notícias que encontramos sobre esse tema, descrevia então os quilombolas como "assassinos e depredadores" (1 de dezembro de 1886), e os quilombos como agrupamentos instáveis e sem qualquer organização interna⁽²⁾ e que como tal ofereciam talvez menos perigo e mereciam pouco alarde.

"Quilombo abandonado"

(...) Quadro horroroso! Sobre um pequeno estrada de paus roliços achava-se um cadáver deitado de costas com a mão direita na nuca. O seu adiantado estado de putrefação não permitiu um exame (...) os negros abandonaram e o infeliz por enfermo lá ficou só e abandonado" (Província de São Paulo, 10 de setembro de 1885).

Assim na Província buscava-se acima de tudo amenizar esse fenômeno que parecia antagonizar-se com a postura geral do jornal. Em suas páginas as insurreições e quilombos, tão presentes no

(2) Essa caracterização vem sendo contestada por vários pesquisadores como por exemplo Clóveis Moura, que busca esclarecer como existiam quilombos que possuíam uma estável organização interna.

Correio, assemelhavam-se a "incidentes corriqueiros" e prontamente abafados.

Por fim, A Redempção limitava-se apenas a ironizar esses outros jornais que, segundo essa última folha abolicionista, deveriam tratar da libertação ao invés de ficarem se preocupando com esta questão.

"Quilombo

Achamos tocantes as narrações feitas nos jornais sobre ajuntamentos de negros fugidos que os jornais mesmo os republicanos denominam de Quilombos. Infelizes os escravos, cercados de trabalhos de graça, procuram nos mattos a liberdade (...). Estudem os republicanos o que é o sacrifício pela liberdade e deixem de vender por pomada de cheiro" (A Redempção, 13 de janeiro de 1887).

Quando o "Preto vira Negro"

É interessante notar que neste momento novos termos além dos já expostos vão sendo introduzidos. Ou seja, parece existir também uma mudança ao nível da linguagem, na forma como se apresenta o "quilombola" ou o "escravizado". Existe em nosso entender então uma distinção clara, e aos poucos consensualmente aceita pelos jornais: na grande maioria dos textos o escravo, homem de cor ou libertado, que era descrito como PRETO, quando se trata de notícias de insurreições ou quilombos passa a ser chamado de NEGRO. Esta diferenciação às vezes estava presente (e parece-nos não despropositadamente) em um único artigo:

"Assalto

Ante-hontem as 10 horas da manhã na antiga estrada de Itatiba foi assaltado por dous negros fugidos um camarada de nome Antonio de Godoy (...) foi quando apareceu outro e os dous negros evadiram-se. Há dias deu-se na estrada o seguinte facto: tendo ido catar cipó a mando de seu senhor um preto de uma fazenda foi apanhado por di

versos negros fugitivos que despediram-no e deram-lhe uma valente sova. O preto teve de esperar a noite para voltar para a fazenda" (Correio Paulistano, 12 de outubro de 1887).

Assim, enquanto o "preto" é o escravo comumente representado, violento porém de alguma maneira dependente ou vinculado à sua condição, o "negro" é antes de tudo um fugitivo, perigoso e não confiável. Por outro lado "negro" é aquele que acima de tudo perdeu sua "humildade", característica esta que parecia predominar ao menos no discurso até então oficial sobre a escravidão. Como este que transcrevemos logo abaixo:

"O que eles dizem e o que eles fazem

(...) É a boa raça africana, tão dócil, tão affectiva, tão amiga, factor de riqueza nacional, a velha raça de Chaim em cujas tetas submissas bebemos, grande parte de nossa vida nacional esta ali a nosso lado, humilde e sempre boa, honesta, moderada, serviçal, proliferando em paz entregue a si mesma sem incomodar os brancos. Que sympathia por essa velha paria da existência! Que beleza no seu feticismo, na sua aflicção primitiva no amor que tem aos filhos dos brancos! Incorporada ao povo brasileiro ella que não nos incomoda vive conosco aparte sentindo commosco as cousas que sentimos..."(Correio Paulistano, 13 de maio de 1895).

Neste segundo momento a associação do elemento de cor com esse novo tipo de violência era tão imediata, que a própria palavra "negro" já indicava em si fatos infames e reprováveis. Expressões como "páginas negras", "negros crimes", "diários negros", "dramas negros", e tantas outras, eram tão normalmente veiculadas, que o termo transformava-se aos poucos em um consenso, utilizável em qualquer tipo de situação negativa ou indigna.

Assim, se nos títulos a utilização era explícita, nas notícias, mesmo que secundariamente, o termo era claramente pejorativo:

"Quarta-feira às 8 horas da noite na cidade de Amparo foi assassinado um camarada do sr. José Joaquim por um filho desse senhor de nome José Paulino (...). Paulino conversa no bar quando entrou ali um camarada que vinha chamar José Paulino. Este sem se recusar a ir disse para que o camarada esperasse e elle esperou. Quando porém se resolveu a sair, disse-lhe o camarada: - Seu Juca paga hoje um mata bicho? Pago, e voltando-se para o dono da casa disse: - Dê 4 vintens de pinga a esses negros.

O camarada não achando bom o dito, respondeu para esses negros não! Dobre a língua, mas a isto o moço respondeu dando um tiro a queima roupa" (Correio Paulistano, 1888).

A caracterização que relaciona o elemento insubmisso ao termo "NEGRO" mantinha-se também quando as notícias se referiam a casos do exterior que, sem dúvida, também inquietavam os senhores locais:

"Revolução no Haiti

De Kingston, capital de Jamaica, há um telegrama referindo que começaram as desordens em Porto Príncipe, capital do Haiti. Os negros queimaram muitas casas e depois as saquearam. É avultado o número de mortos" (Província de São Paulo, 18 de outubro de 1883).

Logo, com todas as contradições e nuances presentes, o elemento de cor no período final da abolição é predominantemente representado como NEGRO ("quilombola" ou "escravizado"), e como tal considerado violento, infiel e perigoso, apesar dos desditos dos discursos mais oficiais.

Por outro lado ainda, é possível verificar que o "negro desleal" não estava só presente na seção de notícias. Ou seja, os últimos anúncios do período final da escravidão não falam mais de escravos humildes e obedientes, mas antes de cativos desleais, "labiosos" e com "novas estratégias" de fuga.

Essas novas formas de evasão, por sua vez, eram as mais originais e variadas possíveis: "incluam-se forros ou imigrantes", "mudam de nome e de roupa", "dão-se por livres ou cativos", "não dão seu nome de verdade", apresentam "cartas e documentos falsos" ... mas em todos os casos a ordem era sempre semelhante: "prevenir-se contra enganos e ilusões".

"Escravos fugidos

Fugio o escravo Raymundo de 18 annos de idade, fino de corpo, cor retinta, cabello mal cortado (...) finge-se humilde quando é interrogado, muda de nome, dá-se por forro, pede serviço de jornal (...). Gratifica-se a quem o entregar na rua da Constituição nº 72, advertindo-se que deverá ser bem seguro, pois costuma illudir os padrinhos e condutores e fugir novamente" (Correio Paulistano, 12 de maio de 1885).

Nesses casos então parece que qualquer estratégia por parte dos cativos era igualmente válida, inclusive "dizer-se criminoso" e passar "5 ou 6 meses" preso em São Paulo, como anunciava um classificado que foi publicado na Província de São Paulo em 21 de julho de 1887, referente ao escravo João.

Os anúncios recomendavam, nestas circunstâncias, a maior cautela afirmando explicitamente os cuidados e preocupações:

"(...) Quem aprender, não facilite na viagem pois elle é muito labioso e costuma enganar os que o acompanham" (Província de São Paulo, 15 de fevereiro de 1884).

2.3 - Notícias de Libertação: Comícios, Festas e Desfiles: "Ao nos- so Senhor de "hontem"/Ao Patrao de "Hoje"

Mas ao lado da representação do "negro", nesse momento, velhas imagens resistem, ao menos enquanto reafirmações talvez ne-
cessárias. Isto é, nas notícias que relatam as festas da liberta-
ção, e que se tornam constantes e diárias neste momento, o negro
ainda é "preto", fiel e dependente.

Assim, no Correio, a partir da seção que se chama "Movi-
mento Emancipador", e na Província, através de notícias esparsas, e
mesmo na Redempção (talvez com um caráter de menor exaltação), co-
meçam a aparecer cotidianamente libertações de escravos que ocorrem
em toda a província. Ou seja, esse mesmo senhor que oferecia tute-
la aos "negros dependentes" ou que condenava seus atos violentos e
era aquele que concedia a liberdade a seus cativos. Para tanto, qual-
quer ocasião parecia ser igualmente válida: mortes, casamentos, for-
maturas, batizados, nascimentos, novos cargos, venda de imóveis ou
qualquer outra data comemorativa. Até "por amor à arte" por exem-
plo libertava-se, sendo que em 13 de julho de 1880 (na Província)
um escravo passou a chamar-se "Francisco Camões" em homenagem ao
escritor que seu ex-senhor tanto apreciava.

Essas notícias tinham todas um estilo e enunciado muito
similar, já que a libertação era sempre entendida como um "ato",
uma "dádiva" exclusivamente ofertada pelo senhor branco, que era
quem concedia a manumissão a seus cativos. Com efeito, a liberta-
ção era no Brasil um assunto essencialmente privado e que fazia
parte dos direitos de propriedade zelosamente guardados na época
(o Estado era circunspecto em suas intervenções, só interferindo
em épocas de crise). Quanto aos escravos, por sua vez, cabia exclu-
sivamente o papel de receptores humildes, gratos e dependentes, que
na maioria das vezes contentavam-se em permanecer nas fazendas sob
praticamente as mesmas condições, ou como assalariados (ou mesmo
com a promessa de virem a ser).

"O sr. Silveriano Pedroso reuniu toda a escravaria e explicou-lhes a nova lei que se regulamentou. Separou os escravos maiores de 60 annos, declarando que os considerava como desobrigados do serviço de 5 annos e dois meses se elles se comportassem exemplarmente. O sr. Pedroso falou em seguida aos seus escravos dos emissários de revolta que tanto elle como a sua família há muitos annos viviam entre elles sem um só empregado livre e confiando unicamente na justiça com que sempre os trataram. Os escravos comovidos declararam que estavam promptos a morrerem onde morressem seus senhores" (Correio Paulistano, 10 de janeiro de 1886 - Campinas).

O tom era sempre o mesmo: a libertação era uma concessão do proprietário branco aos seus escravos, que em troca deviam fidelidade, mesmo quando a liberdade fosse comprada pelo cativo por altas somas.

"Liberdade

O sr. Manoel Joaquim da Costa e Silva concedeu carta de liberdade a sua escrava Luiz de 38 annos de idade mediante a quantia por ella offerecida de 200\$000" (Província de São Paulo, 27 de agosto de 1886).

O clima que os artigos criavam era sempre o mais paterna lista possível, ou seja, grandes discursos revelavam a boa alma do senhor e eram sempre recebidos com a resposta amiga e comovida dos escravos.

"BATATAES

No dia 11 do corrente o senhor Candido Ferreira da Rocha, agricultor do município de Batataes reuniu em sua fazenda vários amigos e em presença deles por ocasião de um jantar em que banqueteava com seus amigos ao lado de seus escravos declarou que dava liberdade a estes em número de 9 e que esperava que os novos cidadãos tivessem dessa data em diante o mesmo comportamento, a mesma dedicação ao trabalho que tinham manifestado no cativeiro. Depois fizeram mais

discursos, soltaram foguetes e a alegria era grande por parte quer dos escravos quer dos bemfeitores quer dos convidados presentes..." (Correio Paulistano, 17 de março de 1888).

A limitação aparecia então retratada ritualmente como uma grande festa de brancos, onde desfiles, comícios e festejos celebravam constantemente a "boa e meritosa" ação dos senhores brancos.

"Emancipação

Foi solenne a festa que houve em Angra dos Reis no dia 15 para entrega de carta de liberdade aos escravos. As janellas da comarca estavam ornadas de colchas, tremulavam bandeiras nacionaes e estava o chão alcatifado de folhas e flores. O juiz de orphãos, rodeado de pessoas gradas, tendo à sua frente sentados os libertos a dirigir-lhes commoventes discursos" (Correio Paulistano, 1877).

"SOROCABA

Na tarde de um do corrente teve lugar a entrega das cartas de liberdade pela comissão emancipadora. Por essa ocasião houve sinceras manifestações de regosijo por aquele acontecimento percorrendo os libertandos em seguida, as ruas, precedidos da comissão e de uma banda de música, sendo nesta ocasião levantados entusiásticos vivas" (Correio Paulistano, 5 de janeiro de 1888).

Os critérios para a libertação, por sua vez, não eram aleatórios, sendo que quanto mais "próximo do espírito branco" mais perto da libertação e do acesso à cidadania.

"Acto philantrópico

A bordo do vapor Arinos, deu-se um acto de philantropia. A 17 do corrente, logo que partiu, os passageiros sr. Artur Puigguy e Meira chamaram a atenção do sr. Mesquita para uma moça branca captiva de cabelos louros, bonita que vinha no comboio de escravos para ser vendido no Rio de Janeiro, manifestando a idéia de libertal-a. Imedia-

tamente (...) dentro de uma hora atingiram a somma de 946\$000 réis. Foi então entregue ao generoso sr. da escrava Francisca a quantia de 930\$000, passou a carta de liberdade, a quantia de 16\$500 para recibo. Para comemorar, o local foi proposto à nova cidadã passar a chamar-se Francisca de Iguape Arinos, o que todos aplaudiram(...). Um poeta fez uma poesia de improviso:

Francisca a bordo do vapor Arinos
 Das luzes que esclarecem a humanidade
 Há um raio de sol que Deus derrama
 Caridade sem fim no céu que se chama
 E chama-se na terra, liberdade ...
 Da redenção o quadro é tão humilhante
Ergue-se o pobre escravo gratibundo
 E diz-lhes Deus: Caminha! És livre! Avante!".

(Correio Paulistano, 21 de agosto de 1874).

A cor branca era portanto critério suficiente de "civilização", não importando a maneira como se "chegava" a esta cor:

"Negro branco

Está entre nós uma verdadeira novidade (...). Representa ter 20 an nos de idade, tem a cor negra bem pronunciada e a estatura bastante desenvolvida. Apparentemente é negro vulgar (...). Porém, vendo-se as costas aproxima-se ao tabiano ou oveiro. Há pouco mais de 2 an nos produziu-lhe um cambio de destino (...). Passar de negro retinto a branco perfeito é facilidade que não está reservada a todos os descendentes da Ethiopia(...). Peior seria o inverso ..." (Província de São Paulo, novembro de 1877).

As notícias de libertação foram inclusive aos poucos tornando-se tão frequentes, que ganharam nos jornais espaços determinados e estáveis. Por exemplo, o Correio Paulistano, a partir de 13 de outubro de 1887, criava uma nova seção intitulada "Movimento Emancipador", cujo único objetivo era relatar casos de pessoas do

Partido Conservador que manumitiam seus escravos.

Em vários desses artigos, no entanto, ao lado dos "festesjos e desfiles" uma questão relevante tornava-se presente: o problema da manutenção dos negros nas fazendas. Nesse sentido, buscava-se sempre dar uma "aparência natural" a esse "complicado" problema, que justamente referia-se ao assentamento dos escravos nas propriedades, agora sob o regime assalariado:

"Acção philantropica

É sabido que o nosso amigo commendador Joaquim B. do Amaral comprou uma grande fazenda aos herdeiros do finado Neto dos Santos, incluindo nas transações os serviços de 130 e tantos escravos. O prazo findava-se em abril seguinte, mas o commendador Amaral disse-lhes que se os servissem, os despacharia em dezembro, cumprindo religiosamente a palavra. No último dia do mez, findo a um toque de sino, fez saber que toda aquella porção de homens, que findava o estigma do cativo. O honrado lavrador veio a perder alguns contos de réis, mas que ficou amplamente recompensado nos gozos da consciência e nos aplausos da própria alma (...). Elle ainda fez mais: brindou aos libertos com grande e laudo jantar em que se deram scenas animadíssimas de gratidão e fervorosos sentimentos por parte daquelles rudes corações. Assim, por exemplo, um dos pretos levantou-se com este brinde, seguindo-se outros. A liberdade? Ao nosso senhor de hontem! Ao nosso patrão de hoje! Ao defundo do Sr. Neto...

À excessão de dous ou três delles que allegaram motivo justo, os outros ficaram empregados a salário" (Correio Paulistano, 8 de janeiro de 1876).

Assim, ao mesmo tempo em que tomava volume as notícias, de libertação, foram se estabelecendo lado a lado as condições e prazos para a emancipação, deixando evidente como o senhor buscava sempre controlar a "liberdade" de seu ex-escravo:

"O Sr. Elisário Alvaro de Souza veio a seus escravos dizendo que a contar de janeiro de 1891 ficarão livres. Os que se comportarem bem e derem provas de amor ao trabalho e perfeita observação do serviço começaram a ganhar 5\$000 mensaes desde janeiro de 1888" (Correio Paulistano).

Ao lado da idéia da manumissão, vinha sempre é claro "a questão da manutenção da ordem e do trabalho":

"(Rio de Janeiro) Manumissão e trabalho.

O sr. J. de Paula Cordeiro distinto capitalista e industrial que ha pouco regressou da Europa deu-nos um exemplo dos benefícios da iniciativa particular (...). Reunindo hontem seus escravos em número de 21 entregou a cada um deles carta de liberdade comunicando que continuariam empregados na sua fábrica vencendo salário de 30 mil réis (...). Os novos libertos festejaram hontem o seu dia de emancipação fazendo votos pela vida e prosperidade de seu actual patrão e protector" (Província de São Paulo, 24 de novembro de 1881).

Por outro lado, já neste momento a determinação do salário era fixada, a partir do sexo dos escravos.

"No dia 20 reuniram-se os fazendeiros da zona cafeeira servida pela estação do Laranjal, e resolveram entregar as cartas de liberdade dos seus 300 e tantos escravos, pagando-lhes o salário anual de 60\$ a 100\$ conforme as aptidões de cada um e o tempo que convier aos doadores... Para os trabalhadores do sexo feminino será a metade do marcado para o homem" (Correio Paulistano, 1º de janeiro de 1888).

O problema da mão-de-obra era então recorrente, sendo que em vários artigos não só se buscava destacar o interesse de senhores em que seus escravos se mantivessem nas fazendas, como procurava-se demonstrar como era também o desejo dos "futuros cidadãos".

"Acção louvável

(Sob a epigraphie supra refere-se a Gazeta de Campinas):

Communicam-nos que o sr. dr. Moutinho da Silva Prado ordenou a seu filho o sr. dr. Martin Prado Júnior que declarasse inteiramente livres todos seus escravos de 65 annos em nº de 17, que desistissem do serviço que deviam prestar os de 60 em número de 14, devendo trabalhar somente até o fim da colheita 13 da mesma idade, e de 46 annos, um de 57, um de 50, um de 41, sendo concedido liberdade imediata a dois de 48 a 38 annos.

Estas declarações foram feitas em presença de todos os escravos e igualmente declarando a cada um de per si o seu valor, de conformidade com a lei, podendo libertar-se desde que exhibissem quantidade determinada pela mesma lei.

Todos declararam desejar pemanecer na fazenda sendo ajustado o salário aos válidos e distribuído serviço aos escravos que o requisitaram com o fim de adquirir recursos para libertar-se" (Correio Paulistano, 13 de janeiro de 1886).

Evitando nomear ou declarar objetivamente a questão dos controles e da manutenção da mão-de-obra escrava, vários outros qualitativos eram então lançados. Assim, se por um lado parecia ser difícil falar diretamente sobre "o necessário" estabelecimento dos cativos nas fazendas, por outro parecia ser mais fácil lançar mão de outras justificativas", como a "desordem" ou a "vagabundagem", que sem dúvida cumpriam o mesmo fim: segurar o negro na fazenda.

"O sr. Capitação Pedro Alcantara enviou-nos para ser publicada a carta de liberdade que concedeu à escrava Eva, de 48 annos mais ou menos. Põe como condição unicamente que viva em qualquer uma de suas fazendas, sendo esta condição imposta para que não ande a vagabundar" (Correio Paulistano, julho de 1876).

A preocupação com a mão-de-obra expressava-se, portanto, na tentativa de guiar os libertos nas zonas agrícolas e obrigá-los ao trabalho. Manoela C. da Cunha oferece inclusive uma série de argumentos neste sentido, demonstrando primeiramente como uma grande porcentagem de alforrias era, já de partida, condicional, prevendo, como vimos, vários anos de serviço antes do gozo da liberdade. Além disso a autora explicita ainda que o liberto da zona rural que fosse:

"Alforriado pelo fundo de amancipação era obrigado a um domicílio de cinco anos no município onde houvesse sido alforriado, (...) e da mesma maneira os proprietários que se propusessem implantar trabalhos livres em seus estabelecimentos teriam incentivo do Estado e direito ao trabalho de seus libertos por cinco anos" (Cunha, 1985, p.73).

Dessa maneira, a libertação trazia consigo a retenção da mão-de-obra, que nesse momento era exercida e traduzida como uma espécie de tutela ou proteção.

A libertação de escravos parecia ser inclusive na década de 1880 uma questão tão presente e cotidiana que alguns artigos já a tratavam até com um certo tom jocoso:

"Abolição canina

Como a idéia de abolição anda na moda, a nossa municipalidade também assentou em fazer-se abolicionista, porém abolicionista de mansa espécie pois o seu propósito não passa da extinção da raça canina ou seja IMPOSTO SOBRE CÃES NA RUA" (Província de São Paulo, julho de 1884).

É interessante observar, ainda, que nesses artigos, apesar de o negro ser o objeto direto da seção, ele praticamente não aparece ou tem funções enquanto agente ou sujeito que interfere na ação. Ou seja, a partir desse tipo de notícias, o negro aparece re

presentado como uma espécie de prolongamento de seu senhor branco, só agindo em função deste: alegrando-se ou comovendo-se, permanecendo na fazenda (porque é o certo, e o senhor assim deseja) e comportando-se bem a fim de elevar seu salário.

Dessas notícias de libertação, mais uma vez é a velha imagem do negro humilde, fiel e trabalhador que se depreende, imagem essa que vem a se contrapor e complementar a tantas outras encontradas nas diferentes seções e notícias.

Aliada a essa imagem de humildade dos escravos estaria uma concepção específica da libertação, que como dizíamos concretizava-se não só como uma questão entre brancos, mas também como um presente dos senhores a quem se deveria estar para sempre agradecido.

"A Avalanche

Agora é que pode-se dizer com verdade de que a escravidão está a extinguir-se na Pátria Paulista.

O Oeste e o Sul voluntariamente, jubilosamente quebram os milheiros, a cada dia as algemas da escravidão(...). Não é só a violência da opinião pública que os move; são os sentimentos mais nobres, o reconhecimento do direito postergado, a sympathia pelos valentes trabalhadores da fazenda. A NEGRADA DO EITO. Dão-se singulares festas nas fazendas. Os fazendeiros reúnem os escravos proclamam-nos livres, o VIRAMUNDO... (outros instrumentos de tortura), então elles os pobres e generosos trabalhadores fazem de tudo aquillo uma fogueira e ao clarão das chamas n'um SAMBA phrenético esquecem dos martyrios inauguram o regime de liberdade aos gritos de VIVA SINHÓ. Sim vivam os senhores. E viva a sacrossante liberdade" (Província de São Paulo, 30 de dezembro de 1887).

Esses artigos deixavam claro portanto como se estabeleciam de imediato e logo após a libertação vínculos estreitos entre

o senhor e os ex-escravos. Estes últimos tornavam-se eternos "credores", dando origem inclusive às relações de clientelismo tão presentes em toda a República Velha. Nesse sentido, segundo Manoela C. da Cunha, as alforrias traziam consigo "fórmulas reveladoras das expectativas ideológicas", já que "supunham em particular que laços entre senhores e escravos existiam e não deveriam terminar com a manumissão" (Cunha, 1985, pp.49-50). Havia portanto toda uma expectativa de transformar o escravo num cliente, num agregado, ou de toda forma em um elemento ligado a seu senhor por laços de dependência ainda muito estreitos.

As festividades que acompanhavam tais atos de libertação, assim como os desfiles, comícios, banquetes e festas, pareciam representar enfim o outro lado da realidade, que opunha ao mesmo tempo estas celebrações pacíficas e controladas ao fenômeno do "negro quilombola e insubmisso".

Portanto, enquanto o negro revelava a sua autonomia, o preto das notícias de libertação era sempre representado como um objeto passivo da situação. A libertação era um presente dos brancos, que ofereciam ao mesmo tempo a manumissão e o trabalho. Ao preto cabia só demonstrar para sempre sua lealdade e gratidão.

2.4 - AS MUDANÇAS NA OPINIÃO PÚBLICA

. O Correio e o Debate com a Sociedade que Condena

É interessante notar que até no Correio o branco, na conjuntura do pré-abolicionismo, não podia mais castigar impunemente seus escravos, sem dever considerações a ninguém. Ou seja, a partir da década de 1880, e cada vez mais, o senhor buscava "explicar" o castigo, parecendo debater com toda uma sociedade que antes o apoiava e agora o condenava em seu papel de escravocrata. Por exemplo, nos anúncios, o senhor começava não só a noticiar como a defender seu papel social e garantir o seu poder sobre os cativos.

"Fugiu do sítio de Antonio Carlos Ferraz Sales, no dia 25 de maio, um escravo de nome José, de altura regular, barbado, olhos grandes vivos, muito prosa e humilde e muito bêbado, tem muitos signacs pelo corpo, creio de castigos antigos, é de corpo regular e tem se pés arcados para dentro..." (Correio Paulistano, 22 de julho de 1879 - Campinas).

Por outro lado, ao nível do discurso aparecem variações em partes anteriormente rígidas dos anúncios que revelam uma certa "amenização" nos textos. Os títulos (que chamam a atenção imediata do leitor) modificam-se aos poucos: ao lado dos antigos "ATENÇÃO!" e "FUGIO", surgem títulos talvez menos "agressivos" como "DEZAPARECEU" (13 de outubro de 1887, Correio, por exemplo), ou mesmo "RETIROU-SE" (Província, em 31 de julho de 1888), que parecem indicar uma certa preocupação do senhor ao redigir os artigos.

Podemos notar ainda que, na década de 1880, o senhor parecia debater com um interlocutor direto, que é o abolicionismo, para quem às vezes a fala era de respeito e às vezes de ódio. Em alguns casos, o senhor parecia "falar" com um inimigo ainda difuso:

"Escravo fugido

Fugio no dia 19 da cidade de Itú o escravo de nome Juvêncio, pertencente a D. Ana Carolina Pacheco: idade 20 annos ... lida bem com animaes. Desconfia-se que tenha sido seduzida por alguém, inculcando-se camarada" (Correio Paulistano, 31 de outubro de 1874).

Porém, em outros casos, o negro era representado como um indivíduo ainda passivo e dependente, que seguia "inocentemente" "sedutores" que começavam a delinear-se mais claramente. Nesse sentido, pudemos verificar que em vários anúncios os ataques dirigiam-se diretamente contra a figura dos libertos que, nesse momento, segundo Manoela C. da Cunha, eram considerados pelos senhores como fomentadores e organizadores de insurreições devido a sua maior liberdade de circulação (Cunha, 1985, p. 73).

"Fugio de Vianna & Irmãos, de Limeira, no dia 17 o escravo de nome José, preto, estatura regular, feição fina(...) entende alguma coisa de padeiro e foi SEDUZIDO por um mulato claro, feição redonda, forro ou livre mineiro. Julga-se deve estar em Moggy Mirim ou tomou caminho de São Paulo ou Campinas. Protesta-se contra quem o acoutar. O nome do mulato forro que fugio com elle é Martinho Jerônimo. Este mulato servia de correio, parece ter roubado um burro armado" (Correio Paulistano, 22 de junho de 1879).

Neste e em outros artigos a revolta do senhor lesado recaía normalmente sobre a figura do indivíduo que "induz" o escravo a fugir. Esta atitude pode ser particularmente exemplificada a partir de um grande e destacado anúncio que saiu no dia 25 de fevereiro de 1879, no Correio Paulistano, em que o senhor parecia mais preocupado em definir o "sedutor" do que o escravo fugido.

"ATENÇÃO. Gratificação 400\$000

Receberá quem apreender ou der notícia do escravo Manoel, pardo representando 20 e poucos annos, sem barba, baixo e corpo regular, alegre e bem fallante, bons dentes, pertencente ao comendador Domingos Theodoro de Azevedo Júnior, de cuja fazenda evadiu-se em 19 de outubro do anno passado, seduzido pelo empregado da mesma fazenda que se diz chamar Victor Chavelot, branco porém de cor morena, alto, magro, pouca barba, cabellos pretos, dentes postiços, andar activo, inculca-se administrador da fazenda. Este indivíduo foi despedido pelo mao comportamento no dia 18 e no dia 19; às ocultas, retirou-se levando consigo o dito escravo Manoel e juntando também uma besta alta, russa, marchadora. Soube-se que passaram pelo município de Parahyba do Sul acompanhado do escravo Manoel como pagem. Maiores pesquisas fizeram saber que Victor é casado em Outro Preto e também em Pedro do Rio, tendo assim praticado o crime de bigamia, além disso processado na freguesia de Cebolas por crime de roubo de animaes. As últimas informações são como entrado em São Paulo. É natural que tenha logrado empregar-se em alguma fazenda, illudindo mais uma vez a boa fé do lavrador e apresentado Manoel como homem

camarada. Pedo-se a coadjuvação dos senhores fazendeiros na captura do escravo e prisão do 'sedutor' Victor C. inculca-se grande empregado, insinua-se muito e engana a qualquer um nos primeiros tempos, por isso é possível que esteja empregado em fazenda. Rio de Janeiro, Santa Genoveva".

Assim, toda ira voltava-se agora contra o "sedutor", contra quem parecia convergir uma série de representações negativas continuamente veiculadas: traíçoeiro, ladrão, imoral (já que bigamo), "mao comportamento" e, finalmente, a cor morena que, segundo as teorias científicas da época, era prova de desequilíbrio e de pouca civilidade.

. O Apelo à Lei dos Brancos

Aos poucos, os anúncios começavam inclusive a dirigir-se diretamente aos abolicionistas, sendo que, cada vez mais contra esse inimigo que se tornava claro, os senhores buscavam apegar-se, às vantagens da lei que ainda os protegia.

"Protesto

Tendo desaparecido da fazenda das Piteiras em Mogy Mirim um casal de escravos meus de nome Pedro e Mariana, levando consigo dous ingênuos seus filhos, um de nome Francisco de 5 para 6 annos e outro de nome Anastácio de 6 meses de nascimento, todos de cor preta, a excessão da mulher, que é fula e havendo indícios vehementes de terem sido seduzidos e de se acharem acoutados por alguêm. Contra quem os acoutar, protesto usar de meus direitos judicial e criminalmente nos termos do artigo 15 do regulamento aprovado pelo decreto nº 9.602 de 13 de junho. Antonio Joaquim de Freitas Leitão" (Correio Paulistano, 19 de novembro de 1886).

Efetivamente, em vários momentos o senhor apresentava-se como aquelle que "seguia a lei" e que, portanto, podia cobrá-la de outros brancos abolicionistas, escravos ou libertos.

"Fuga de liberto

O liberto Candido cor clara, idade 28 a 30 annos, bem barbado, muito cabelhudo, com falta de um dente, seleiro, boleiro hábil e forte para todo serviço, joga e algumas vezes embriaga-se novamente, subtrahiu-se da companhia do major José Egydio da Fonseca, residente na cidade de Itú sem ter cumprido o contracto de prestação de serviço pelo adiantamento da quantia com que obteve liberdade (2.300\$000). Gratifica-se a quem der notícias. E previne-se a pe soa em cuja companhia estiver que se fará effectiva a disposição da lei, que é pagar em dobro a quantia que o dito liberto teve" (Correio Paulistano, 10 de junho de 1875).

A mudança de attitude era tal que o senhor agora começava a arrolar, junto com as características físicas do escravo, os da dos referentes aos registros da sua propriedade:

"Fugiu do abaixo assignado, no dia 16 de dezembro do anno próximo findo, o escravo de nome João, com os signaes: estatura baixa, 22 annos de idade, cor preta (...) de serviço de roça, está matriculado na collectoria de Santa Isabel com o número de 1097 da matrícula anterior e sob o nº 32 actual. Protesta-se contra quem o acou- tar. Santa Isabel, Arthur Nogueira" (Correio Paulistano, 18 de ja neiro de 1887).

Tudo isto revelava como andava em curso uma mudança de imagem quanto à escravidão. Agora era quase unânime a necessidade de declarar-se abolicionista, sendo que elementos vinham ao jornal manifestar-se pessoalmente quando alguma dúvida pairava so bre sua posição.

"Secção Livre

(...) Não somos escravagistas, queremos ao contrário a abolição com pleta mas de acordo com os princípios da lei (...). Quanto aos epithetos que nos dirigiu o devolvemos. O professor calumniado" (Correio Paulistano, 26 de junho de 1887).

Assim, até mesmo no Correio, talvez o centro das posições conservadoras paulistas da época, as posições mudavam. Francos escravagistas transformam-se em abolicionistas, em um momento em que até a República transformava-se aos poucos em uma "utopia" possível.

. A Província e as Críticas Veladas ao Senhor: O Negro Vítima

Na Província também a partir da década de 1880 nem todos os artigos "cantavam louvores" aos senhores. Em muitos, ao contrário, começavam a aparecer críticas aos proprietários de escravos.

Muitas notícias, no entanto, demonstravam que os senhores violentos constituíam exceção, procurando demonstrar a liberdade e harmonia reinantes. Assim, por exemplo, em um artigo que discutia sobre os maus-tratos que recebera a preta Eduarda, de quinze anos (13 de fevereiro de 1886), a conclusão era que: "Se desgraçadamente enquanto dura a degregada instituição é necessário conter os senhores".

Por outro lado, em outro artigo que criticava o fato de um escravo viajar amarrado, afirmava-se: "(...) contrasta em extremo com o grau de civilização que a nós mesmos nos atribuímos" (25 de setembro de 1887).

Porém, se em muitos desses artigos a crítica era feroz, em outros buscava-se desculpar a atitude do senhor mesmo que para tanto se lançasse mão de motivos "poucos edificantes" como a loucura. Dessa maneira procedeu-se quando, em 25 de novembro de 1887, Vicente do A. Campos matou dois escravos por "grande perturbação de sua faculdade intellectual", ou mesmo quando D. Francisco da Silva seviciou suas escravas por estar "sofrendo de suas faculdades mentaes".

Assim, seja pela afirmação da exceção ou da insanidade, de toda maneira e independentemente das escusas, esses artigos atestavam uma clara mudança nos valores sociais. Ou seja, brancos escravocratas já não agiam impunemente e eram claramente pressionados neste momento.

Grandes artigos com títulos chamativos indicavam uma clara mudança nos padrões de conduta. Por exemplo, em 27 de setembro de 1887 uma grande notícia intitulada "ESCANDALO" comentava sobre um fato ocorrido em Santos, quando um "escravizado ladeado de 2 capitães do matto" foi retirado de um trem pelo "povo da cidade".

O negro nestes artigos, no entanto, transmutava-se de algoz em vítima, ou passava a servir de prova da inabilidade de alguns senhores que principiavam nessa época a desonrar, pelo seu comportamento violento, a sua classe social. Essa vanguarda falava então pelos jornais como que alertando contra os perigos desse tipo de abuso, no momento em que a abolição era iminente:

"Felizmente nosso povo já não vê com bons olhos e sem um sentimento natural e espontâneo de revolta" (Província de São Paulo, abril de 1887).

Nessa conjuntura toda, ninguém que de alguma forma estivesse associado à escravidão sairia ileso. Os capitães-do-matto, por exemplo, eram constantemente destratados, como por exemplo:

"Capitão-do-matto fulano pacau indivíduo muito conhecido pois que tem termo de bem viver assignado na polícia (...). Sabemos que só a força abriga e esse tristíssimo mister de capitão do matto passou fome e teve que dormir na cana" (Província de São Paulo, 8 de novembro de 1887).

Por outro lado, a polícia, que também auxiliava na captura de escravos fugidos, era agora continuamente criticada tanto por seus métodos violentos como pelas prisões indevidas.

Nos anúncios de fugas, por outro lado, as brigas tornavam-se públicas, maculando a imagem de alguns senhores. Esse é por exemplo o caso de dois anúncios que foram publicados em dias consecutivos, um respondendo ao outro:

1. "20 de maio de 1881. Escrava fugida

Fugiu hontem 17 do corrente, a escrava Paulina creoula da Bahia, idade presumível 40 annos, alta magra, usa sempre lenço na cabeça, anda com chale e bem retinta e prosa. É sogra do camara da José Luiz Chambã. São Paulo, Margarido da Silva".

2. "21 de maio de 1881. Escrava fugida

Não fugiu no dia 17 do corrente a escrava... (segue-se texto idêntico ao do dia anterior e continua...). Ella está depositada judicialmente e trata de alforriar-se para o que tem incontável direito. José Luiz Chambã".

Em outros casos notamos alterações relevantes por parte dos próprios senhores que redigiam os anúncios, que passavam a utilizar-se de outros dispositivos legitimados pela lei. Citavam-se então números de contrato, artigos de lei e inclusive os novos recursos criados pelas próprias entidades abolicionistas:

"Atenção. Escravo fugido

Maria José Lopes, tendo mudado d'esta cidade para a de Rezende província do Rio de Janeiro, fugiu-lhe um escravo de nome Manoel de cor parda, idade 30 annos mais ou menos, estatura regular, bem feito de corpo (...). O annunciante tem justos motivos para suppor que o mesmo escravo foi seduzido por alguém da cidade de São Paulo para fugir e tratar de sua liberdade pela caixa emancipadora Luiz Gama, ao que esta foi o pretexto para prejudicar o annunciante, pelo qual

protesto solenemente propor a acção criminal de indenização contra o seductor e occultador de seu escravo..." (Província de São Paulo, 18 de setembro de 1882).

Além disso, neste jornal e como reflexo de toda essa situação já em 1884 (antes é claro do que no Correio, onde encontramos anúncios até 1887), desapareciam os conhecidos e corriqueiros anúncios de fugas de escravos.

Parecia então neste momento que difundia-se todo um universo favorável à libertação.

No carnaval carros alegóricos representavam os "horrores da escravidão":

"(...) Um outro carro atrahia attenção, era uma alusão ao episódio de Morro Alto (sublevação de escravos) satyra abolicionista em que figuravam a escravidão, o feitor e as effigias de Rio Branco e Luiz Gama. Era a nota melancólica daquelle Congresso de Gargalhadas" (Província de São Paulo, 8 de fevereiro de 1883).

Na "Secção livre" senhores pagavam para anunciar as libertações que faziam, o que com certeza lhes garantia prestígio e distinção:

"Liberdade

Declaro que de minha auto livre e espontânea vontade, concedi n'esta data liberdade a meu escravo Matheus de 44 annos de idade para que entre no goso de uma condição sem a menor clausula ou restrição... (Província de São Paulo, 18 de julho de 1883).

A própria religião (antiga defensora desse regime) servia agora para condenar a escravidão decadente.

"A Bíblia e os escravizados

Lê-se na Bíblia. Deuteronomio cap. XXIII

Não entregarás a seu senhor o escravo que tiver acolhido a ti. Elle habilitará contigo no lugar que lhe agradar e descansará em uma das tuas cidades: não o moleste.

Um abolicionista religioso" (Província de São Paulo, 27 de agosto de 1885).

O escravo rapidamente se transformava, na Província, com este movimento todo, de algoz em vítima mas nem por isso ganhava o direito à palavra. Tratava-se muitas vezes da vítima romântica que pacificamente se submetera às violências da escravidão e que como personagem de poemas e poesias "comovia" o coração dos leitores da Província.

"A escrava mãe

Ella beijava o filho, e o pobre innocentinho
sem ver o pégo immundo em que ella patinhava
Ao contemplal-a assim, tão bõa, sô carinho
Co'as pequenitas mãos o rosto affagava
'Dorme filhinho dorme' (a triste canção dizia)
Por ora a tua vida é lúcida manhã;
Depois ... o soluçar e o resto traduzia
E o filho, o innocentinho a balbuciar: 'Mãã'
Abriu-se de repente a porta da senzala
E no corpo da escrava o açoite vil estala
Pelo sr. vibrado um GRANDE coração!...
Qual o seu crime? Coitada! Era mãe adorava
Roubou tempo ao trabalho e o filho amamentava
Oh! maldita para sempre a negra escravidão

Pacheco Miranda Filho" (Província de São Paulo, 28 de novembro de 1886).

Assim, se por um lado neste momento a pobre mãe escrava simbolizava toda a opressão que o sistema impunha, por outro o termo "negro" continuava a ser empregado servindo para qualificar situações sempre negativas.

"A vítima

(Quinto acto de uma tragédia jurídica dos criminalistas brasileiros)

'Si o reu for escravo e incorrer em pena que não seja a capital ou de galês será condemnado na de açoutes. Co. Crim. Brasileiro'

Silêncio! Ei-lo que sobe ao pelourinho ... Em roda

Ondeia a multidão que tem de um modo igual

Apupos para o bem e applausos para o mal,

Que assiste a execusão, como quem vai a boda!

Era um negro. Depois o primeiro a roupa toda

Depois poz-se a chorar. O algoz como um chacal

Como rir feroz a espera do signal.

A sentença foi lida. A multidão se assoda.

E então ... começa o algoz o seu mister maldicto;

A cada açoute um talho, a cada talho um grito

... E a vítima cahiu exangue e contrafeita!

O sol dardeja a prumo as flechas assassinas...

Cessaram de fallar as linguas viperinas;

Do azourrage... e o algoz disse: "A lei está satisfeita!"

(São Paulo, 1872 - Generino dos Santos). (Província de São Paulo, março de 1877).

Portanto, na Província de São Paulo, nesse momento particularmente contraditório, por contraste ou opposição não só a imagem do senhor será "alterada" mas também a do escravo, que passava a ser descrito, como vimos, como uma vítima infeliz, ou como um instrumento nas mãos de "bons" ou "maus" senhores.

. A Redenção: Do Negro Vítima e Infeliz ao Senhor Algoz e Mau Cidadão

O jornal que mais claramente exemplificava essa mudança de atitude com relação aos senhores era sem dúvida A Redenção. Nesse periódico ocorre claramente uma inversão de papéis já que através das diferentes seções os senhores apareciam representados como "maus cidadãos" frente a seus escravos vitimizados.

Nessa folha, inclusive, todas as seções referiam-se de uma maneira ou de outra à causa abolicionista, tornando-se muitas vezes pouco originais e cansativas, já que o resultado era sempre bastante semelhante.

Assim, se a seção intitulada "Álbum Abolicionista", à semelhança de outros jornais trazia listas de manumissões e traçava louvores aos dignos proprietários que libertavam seus escravos, por sua vez, na seção denominada "Propaganda Abolicionista", publicavam-se transcrições de textos abolicionistas que apareciam na imprensa, ou poemas de autores ilustres que criticavam a escravidão de forma "solena", trazendo novas imagens sobre os senhores:

"Brado de liberdade

Dissipar a negra nuvem
que não encobre a escravidão
Ei p'ra que nos trabalhamos
Ei o fim da Redenção
Então hoje desejamos
Esse grito em frágil verso
Scerguem mas que echõe
Seguir dia no universo
Ó maldita escravidão
Ó instituição vil
Seja extinta de uma vez
Para sempre do Brasil

Ó nação dos Tiradentes, e dos Dias
 e dos Andradas
 É a que só possui escravos
 Entre os mais civilizados"

(Pelópidas de Toledo, A Redenção, 9 de
 outubro de 1887).

Nesses como em outros poemas, notamos então uma caracte-
 rística comum não só à Redenção, mas também ao discurso abolicio-
 nista brasileiro como um todo. Ou seja, a escravidão era considerada um "mal
em si", sendo que bastava sanar a nação desse "cancro" para que tu-
 do corresse bem. Mas o que mais nos interessa destacar é que nesta
 como em outras seções, fazia-se um tipo de representação bem recor-
 rente, qual seja, o negro algoz e violento de outros momentos trans-
 formava-se em uma vítima infeliz nas mãos dos senhores e capatazes
 ferozes.

"Uma escrava
 Eu ví! Uma escrava chorando
 e contra o peito apertando
 os seus infantis filhinhos
 Sem pena e sem compaixão
 Tiravam-nos da mãe
Coitadinhos tão pequenos
 já iam ser exilados
 E de sua mãe tão amada
 Já iam ser separados
 E namorava escondida
 Para não ser castigada
 A mísera o conservava
 No recanto da cozinha
 Mandou tirar-o o senhor
 e entregar ao feitor
 que a puzesse no tronco
 Que negro não tinha amor

... suas ordens foram cumpridas
 por um infame carrasco
 e seu desgraçado senhor"

Júlio Pernetta (A Redenção, 19 de setembro de 1887).

Assim também neste jornal a formação de uma identidade se dava de forma contrastiva, só que, no caso, através de uma clara inversão (principalmente se lembrarmos do exemplo de outros jornais, como o Correio Paulistano), qual seja, cabia ao senhor e ao feitor o papel da "infâmia" e da "pouca piedade", e ao escravo o da vítima indefesa (sendo que nesse sentido o apelo à figura da "mãe escrava" parece ser bastante oportuno, já que tocava mais diretamente a moral e os costumes da época).

Esse tipo de transformação do escravo em vítima estava presente em quase toda A Redenção. Na seção "Lettras" (que era composta e fundamentada por fatos cuja autenticidade o jornal não se cansava de afirmar), o negro sempre "sofria" a ação e era objeto da violência branca. Além disso, em todo o seu espaço A Redenção fazia um verdadeiro desfile de "horrores da escravidão":

"Scenas fundadas em factos verídicos

(seguem longas descrições sobre uma fazenda até se chegar na sala de torturas, quando o artigo se detém em detalhar o tronco)

(...) Nele estava acorrentado um negralhão grandêrrimo de membros desenvolvidos, de músculos e com veias dilatadas como varizes. Era incrivelmente horrenda a postura que nesse instrumento de maus tratos guardava o desventurado escravo... (seguem mais detalhes e descrições dos feridos)... Puz-me de joelhos para melhor ver o rosto do desgraçado. Supunha suas faces banhadas em lágrimas e encontrei-as secas, histas...

(...) Era um infeliz que as tormentas, a vida bruta selvática peor que das brenhas africanas havia calado... (seguem mais descrições sobre o escravo, comentando-se como esta já passara pelas mãos de

um 'bom senhor' até que foi comprado por um fazendeiro maligno, mau cidadão, mau chefe de família e opressor dos pobres'. (A história continua com seu triste desfecho final, quando o escravo morre).
 (...) Sob o furor de um bestial, sado espírito!" (A Redempção, 2 de janeiro de 1887).

Nessa história estão presentes então uma série de imagens que o jornal foi como que construindo e afirmando, como a do "mau senhor", qualificado como tal não só devido ao uso da violência, mas também por não corresponder aos valores tão prezados por essa época; a "família", a "benevolência", "a cidadania"; ou mesmo a do escravo, que apesar de ser retratado como a vítima da situação não perde antigas atribuições que o remetiam ao seu continente de origem e à sua "vida selvática" e "brutalizada".

Assim, por contraste e através da rígida delimitação entre o "bem" de um lado e o "mal" de outro, ia se construindo nesse periódico a figura e o perfil do que seria um "bom senhor e cidadão" em oposição aos "fazendeiros malignos" (como dizia o artigo), alvo dileto de ataque deste periódico.

A Redempção funcionava também nesse sentido como um arauto de divulgação das atrocidades que se cometiam contra os escravos, não se furtando inclusive em publicar relações com objetos e tipos de tortura praticados.

Nesse sentido, os exemplos eram constantes:

"Castigos imundos

É preciso que se acabe de vez com o systema antigo e bárbaro usado pelos fazendeiros estúpidos que castigam barbaramente seus escravizados carregando-os de ferros, matando-os a fome e nudez... Ainda ha poucos dias libertou-se uma preta de nome Joaquina que pertence a um fazendeiro titular e rico. Essa infeliz amamentou com seu leite a um dos filhos desse fazendeiro e conta que quando carregava

a criança a fim de amamentá-la trazia muitas vezes na boca um ferro de pau. Eis aqui o que se pode chamar de acúmulo de malvadez" (A Redenção, 14 de agosto de 1887).

A Redenção não só atacava os escravocratas através de adjetivos nada elogiosos (tais como "estúpidos", "bestiaes", "infames", "desgraçados"), como inclusive chegou a criar uma seção bastante original denominada "Seção especial ou Chronica dos Annos", onde tratava com extremo humor dos casos de senhores que de uma maneira ou de outra abusavam de seus escravos.

Ao que tudo indica, a crônica possuía uma grande penetração junto ao público, funcionando como uma espécie de local privilegiado de delação. O seu texto irônico marcava-se sempre pela introdução da frase "Fez annos...", e a partir de então relatavam-se nomes de senhores e senhoras que torturavam escravos ou negavam-se a libertá-los. Aí vão alguns exemplos:

"Faz annos na lmeira Antonio Joaquim Ferraz por chorar todas as vezes que contam que lhe fugiram nove escravos, ficando esperando para quando descobrir quem aconselhe escravos para fugirem" (A Redenção, 9 de janeiro de 1888).

"Faz annos o senhor Antonio Marcos (...) por ser muito encostado fiando-se em 1/2 dúzia de pretinhos que possui pensando que os há de ter por secula, seculorum amém..." (A Redenção, 9 de janeiro de 1888).

A ironia chegava a ponto de alguns números conterem poemas que guardavam a mesma "fórmula" terrível de "Chronica do Annos".

"Faz annos nho Dão
E seu parente frade
Por terem só uma preta
e cada um querer a metade"

(A Redenção, 22 de abril de 1888).

Essa seção, por sua vez, não era só a mais lida desse jornal, mas também aquela que provocava as maiores reações, já que os proprietários acusados prontamente se escusavam ou buscavam com provar o engano da delação.

Vejamos, neste sentido, o exemplo da matéria paga que saía em janeiro de 1887, em resposta a um texto anteriormente publicado nesta seção:

"Chronica dos Annos de número 8 da Redempção attendendo a um verdadeiro da luz não pode referir-se a mim que nunca fiz ofício de servir negros. Vivo de meu pequeno negócio exclusivamente. O redactor da Redempção foi sem dúvida iludido. Se acaso pretendeu referir-se a mim, o indivíduo que tal informou calunniou-me".

- João e Maria e o (senhor) bruxa mãe

Muitas vezes, porém, A Redempção deixava de nomear ou reconhecer mais precisamente o senhor acusado. Nesse sentido, um bom exemplo é o da história que foi publicada em 29 de janeiro de 1888, sobre dois negros chamados João e Maria (e que enquanto escravos tinham o nome de Basílio e Augusta), que permaneciam no cativeiro sob o "jugo das impiedosas mãos" de seu senhor (cujo nome não foi em nenhum momento destacado). João e Maria são descritos então como um casal perfeito, frente à "fera" que era o seu senhor:

"Alí moravam João e Maria inteligentes activos laboriosos e dirigiam com zelo e educação seus dois filhos. João mulato sabia ler assas bem suas tendências para a caridade lhe faziam procurar ditos livros como forma de ser útil aos homens. Era um homem crucialmente bom. Maria da mesma cor era cuidadosa e fiel..."

Logo, assim como no famoso conto infantil, João e Maria formavam um par perfeito em oposição a seu senhor que se aproximava da figura da "bruxa má".

Para o casal de negros, caberiam todas as imagens que exemplificavam "aos homens de bem": o gozo da cultura (na figura do livro), o trabalho, a educação e a caridade, para os homens; a fidelidade e o zelo para as mulheres.

Mas, se por um lado o "negro vítima" era na Redempção destacado e reconhecido em suas virtudes, por outro era inserido e assimilado como uma espécie de branco (ou ao menos através de qualificações criadas e exaltadas pela sociedade branca) e não a partir de suas especificações ou costumes particulares.

Nesse sentido ainda, é importante destacar que os termos em si não se alteravam, sendo que o que se modificava eram antes os sujeitos sobre quem recaíam tais atribuições. Na Redempção, os termos que normalmente se referiam aos "brancos cidadãos" (homens de bem, cultos, trabalhadores...) passavam a caracterizar os negros, sendo que o oposto era também uma realidade (já que cabiam aos brancos caracterizações e imagens predominantemente "negras"- a "ferocidade", a "bestialidade", a "malignidade").

* * * *

Estamos então em uma época em que grandes artigos escandalizavam os leitores com descrições de sevícias e torturas, enquanto que os anúncios de fuga modificavam e amenizavam seus termos, sendo que quando o senhor destacava sinais de tortura em seus escravos, ressaltava também a antigüidade de tais castigos. Porém, também nestes artigos e seções o elemento de cor é antes um exemplo que serve exclusivamente para atestar a maldade de seu senhor e para iluminar um debate que se trava obrigatoriamente entre brancos. Mesmo na Redempção, em que estes artigos são particularmente abundantes, o negro nunca figura como sujeito da ação, ou mesmo co

mo uma espécie de herói, ele é antes de tudo um objeto, que sofre com sua situação, com sua condição, e que se mostra incapaz de agir por si próprio no interior deste contexto. Nesse sentido a imagem da "vítima" é bastante elucidativa pois essa representação referia-se sempre antes ao elemento que "sofria", que era objeto da ação, do que àquele que agia e alterava por si só a sua situação.

3 - 1888-1900 - OS NOVOS PERSONAGENS: O "NEGRO DEGENERADO"

INTRODUÇÃO

Logo após a abolição da escravidão, o já enfraquecido Império caía também, e com ele toda uma maquinaria administrativa e política. A partir de 1889 então, mais do que um projeto político era necessário que se constituísse uma nação. Nação essa já condicionada, segundo as teorias da época, pelas características determinantes das raças que a compunham. Portanto, se neste momento a maior questão não se remetia mais diretamente ao problema da libertação dos escravos, tratava-se antes de dimensionar quem era e quem compunha esta nova nação, como seus cidadãos. Por outro lado, que limites a raça negra poderia trazer para essa jovem nação, tão sedenta em se igualar aos demais países considerados civilizados.

Assim, fixados os negros nas fazendas, assimilados teoricamente como cidadãos, "mesmo que inferiores", a questão racial parecia permanecer ainda latente.

Nos jornais noticiavam-se inclusive muitos fatos que causavam apreensão. Enquanto algumas notícias sobre os Estados Unidos revelavam o crescimento da raça negra (Província de São Paulo, 30 de maio de 1888), em outros artigos falava-se da violência ou dos "vícios" desses herdeiros da escravidão (Correio Paulistano, 14 de junho de 1888) que já a tinham por demais interiorizada.

Participavam também desse pessimismo alguns autores nacionais, principalmente Nina Rodrigues (e aqueles que seguiram "sua escola"), que, já no final do século XIX e inícios do XX, em seus livros hierarquizava os diversos povos, procurando demonstrar neste sentido a incapacidade da raça negra em adaptar-se à civilização. Para esse autor, a idéia de igualdade entre negros e brancos, como vimos, era uma mera utopia, já que as diferenças seriam profundamente marcantes. Nesse sentido, em As Raças Humanas (1957), propunha inclusive a criação de códigos penais diversos para negros e brancos que respeitasse as diferenças existentes, já que, segundo o autor, "a cada fase da evolução da humanidade se compararam raças antropologicamente distintas, corresponde uma criminalidade própria em harmonia e de acordo com o grau de desenvolvimento intelectual e moral". Para Nina Rodrigues, não se poderia falar em igualdade em um país onde conviviam diferenças raciais tão significativas, sendo que o negro só com grande morosidade conseguiria chegar à civilização:

"Ocorre portanto que de fato na morosidade extrema que haveremos de referir, pois se o futuro no Brasil dependesse de chegarem os negros ao mesmo grau de aperfeiçoamento que o branco, muitas vezes se poderia transformar ante os seus destinos de povos, se é que algum dia se houvesse de realizar" (1979).

A raça negra representava então para Nina Rodrigues uma influência negativa na formação da nação brasileira, pois o "que importa ao Brasil determinar é o quanto de inferioridade lhe advém da dificuldade em civilizar-se por parte da população negra" (1979 p.73).

Por outro lado, a mestiçagem da população era também analisada com temor, já que segundo esse autor o "aumento de raças antropologicamente diferentes resultou em um produto mal equilibrado e de frágil resistência física e moral, não adequado ao clima do Brasil e nem às condições da luta social das raças superiores". (1957, p.35).

Portanto, para essa "escola" a situação racial do povo brasileiro não era merecedora de otimismo, já que estava profundamente marcada por fatos desfavoráveis. Assim, se em alguns artigos dos jornais o negro era ao menos "pitoresco" e o mestiço bom, para Nina e outros intelectuais da época, esses dois elementos de nossa população são traziam marcas negativas, acentuando nossa inferioridade e degeneração (mesmo porque considerava-se pouco provável que a raça branca conseguisse fazer predominar o seu tipo em toda a população brasileira).

Esse tipo de análise não ficou restrito porém à esfera acadêmica, sendo que já no final do século XIX começava a tornar-se freqüente nos jornais paulistanos, e em especial na Província de São Paulo, onde vários artigos eram então redigidos por um dos mais "fiéis" adeptos destas novas teorias: o jornalista Euclides da Cunha. Sua colaboração na Província data de 1889, onde assinava seus artigos sob pseudônimo de "Proudhon" e tendo como base de seu trabalho jornalístico a aceitação das leis científicas sobre as características morais das raças. Para Euclides, a crença na idéia da existência de povos superiores era que legitimava a noção da "mestiçagem como um risco", já que, segundo o autor: "A mistura de raças mui diversas é na maioria dos casos prejudicial (...). A mestiçagem extremada é um retrocesso, de sorte que o mestiço é quase sempre um desequilibrado" (1973, p.132).

Tal posição tornava-se ainda mais evidente quando esse autor tratava especificamente da aldeia de Canudos, que já em 1876 parecia preocupar, ainda que levemente, os redatores deste jornal, e mesmo a culta população das cidades:

"18 de junho de 1876. Antonio Conselheiro

Conhecido com esse nome apareceu no sertão do norte da Bahia, um indivíduo que se diz chamar Antonio Maciel e que nos logares onde se tem apresentado há exercido grande influência no espírito dessas populações munindo-se para isso de um exterior mysterioso ...

Com estas armas sô tem conduzido a actos de selvageria... Se Antonio Conselheiro não é um grande hypocrita que sob sua humilde aparência oculta algum tartufo de nova espécie não passa de um fanático. Será um criminoso?"

Logo, nos editoriais e mesmo em outras partes dos jornais, a situação mostrava-se complexa. Por um lado a exaltação da igualdade e da convivência pacífica entre as raças, e de outro o medo da influência negativa das raças negra e mestiça.

A partir desse momento, então, em que ao menos formalmente o negro ganha direito à cidadania, as notícias e discursos sobre ele parecem ganhar novas características: se por um lado tornam-se menos frequentes, por outro assumem mais claramente um caráter exemplar e selecionado.

Assim, e sem tomar rigidamente a data de maio de 1888, podemos perceber que quanto mais nos aproximamos do limiar da abolição, mais vão ganhando novamente destaque representações que se referem ao caráter degenerado desses elementos (agora inclusive com novas variantes e derivações). O negro "alienado", "bêbado", "imoral" e de "práticas bárbaras" torna-se então cada vez mais frequente nas diferentes seções dos jornais, assim como nos editoriais científicos que, sem ter um caráter de vinculação explícita, como que "explicavam desde a loucura até a degeneração", através das novas teorias deterministas e positivas (com seus autores estrangeiros), ou das "máximas" da antropologia criminal (principalmente italiana), que insistiam em analisar o caráter hereditário "das taras e degenerações". Por outro lado, nos últimos anúncios de classificados de finais dos anos 1880, cada vez mais os proprietários deviam salientar o caráter "não viciado", "fiel" e "sem defeitos" de suas "peças", enquanto que as notícias de maneira crescente relatavam casos que revelavam por sua vez o "instinto depravado e degenerado desta raça", que segundo os editoriais não conseguia desvencilhar-se de seu passado "africano", que lhes trazia tantas marcas negativas.

A partir então do final da década de 1880, ao menos nos jornais, o negro não parecia perder sua "função", como indica Miriam G. Mendes com relação ao teatro (1982, p.93). Ao contrário, quanto mais nos aproximamos da data da libertação dos escravos e do conseqüente "acesso" destes à cidadania, mais vão reificando-se e tornando-se predominantes representações que se referem ao caráter degenerado destes elementos.

3.1 - O "Carrasco Immoral" O Negro com seus "Lúbricos Desejos"

Vários artigos a partir desse momento voltam então a insistir não só sobre a violência negra, como em sua conduta imoral, compartilhando desta maneira o temor que alguns intelectuais brasileiros manifestavam de que a condição anterior, a herança escrava, deixava marcas insuperáveis.

"Um carrasco

Lê-se no monitor sul mineiro: 'há nessa província uma criatura encarcerada desde 1843 (44 anos) pelo assassinato perpetrado na pessoa de sua senhora e que só deixa as trevas do cárcere para mostrar-se na sombra do patíbulo. Chama-se Fortunato o algoz cuja vida resume tudo o que de mais torvo e miserável se pode imaginar na sociedade. Nascido escravo hauriu nessa triste condição, os vícios, os infortúnios que aacampanham: embriaguez, ingratição, ignorância, corrupção precoce. Tão danosa semente não podia deixar de produzir os frutos da maldição. Assim aconteceu: Fortunato assassinou sua senhora e condenado a morte, e salva sua cabeça da forca, submetendo-se ao offício de algoz que tem exercido. Do cativo passou ... para a tarefa de carrasco. Sempre a escravidão com seus horrores cuja natureza embrutecida nada que assemelhe ao homem, nem a inteligência, nem a sensibilidade... Fortunato como algoz público realizou 8 execuções...' (Província de São Paulo, 15 de agosto de 1887).

O negro era então representado como um indivíduo que, através de suas ações distanciava-se dos padrões de comportamento da jovem República, o que se explicava perfeitamente a partir da delimitação de seu passado ou através da verificação de suas características raciais.

"Crime Nefando

Na fazenda de São Pedro um indivíduo de instintos brutais raptou uma menina de 11 annos (...) arrastando-a embrenhou-se no matto. No dia 26 foi visto (...) o monstro mas sem victima" (Província de São Paulo, 6 de junho de 1888).

Assim, atos "libidinosos e carnaes" comprovavam o caráter degenerado do negro, sendo que o liberto é neste momento constantemente representado como um "pervertido sexual" que "violentava", não se importando com a idade ou condição de suas vítimas:

"Violência bestial

No Amparo, um liberto empregado encontrou há dias na estrada uma pobre velha italiana e forçadamente a desrespeitou não lhe valendo mesmo os seus 69 annos nem os cabellos brancos que deveriam impor verdadeiro respeito ao brutal agressor" (Correio Paulistano, 4 de janeiro de 1888).

É necessário esclarecer ainda que dessa representação não participavam somente elementos do sexo masculino, ao contrário, uma das imagens predominantes era da "insaciável crioula", que levava brancos e negros à perdição "devido a seu instinto carnal indomável".

3.2 - O "Preto Ébrio" - Os Efeitos da Embriaguez

Não se podia confiar no negro livre ou cativo, não só por seu caráter "imoral", mas também por ser um elemento "pleno de vícios". Assim, quando os crimes não eram causados pelo "instinto violento" destes elementos, eles poderiam ocorrer, segundo os jornais, devido à embriaguez.

"As 10 e meia da noite de 6, o preto Hilario ex-praça achando-se em briagado, fez um sarilho de todos os diabos. Ha suspeitas de que elle a matasse depois de saciar sua paixão brutal. O monstro tem os seguintes signaes: mão direita decepada, é de cor tocando a preto, enfim um physico perfeitamente harmonisado com a moral" (Província de São Paulo, 11 de dezembro de 1888).

Sob o "efeito do álcool" esses elementos que, segundo as teorias e os jornais, eram propensos ao vício da bebida, tornavam-se particularmente violentos e agentes de atos monstruosos:

"Crime

Os jornaes de Campinas descrevem em termos horrorosos um crime comettido na fazenda do Sr. Francisco Camargo Penteado (...). A população dessa cidade acordou sobressaltada pelo horrível boato de que haviam sido assassinadas ã pedradas crianças filhas de um empregado do Sr. Francisco C. Penteado... (O subdelegado de polícia encontrou mortas as 3 crianças)... Ficou quase que esclarecido que a preta Eva fora a autora de tão bárbaro crime, tendo-o praticado em completo estado de embriaguez (...) para ser consummado o crime a miserável preta lançara mão de um paralelepípedo o qual ainda apresentava manchas de sangue (...). Eva declarou que matou a criança porque, tendo ido buscar lenha em casa, o menino mais velho protestara, que depois vendo que as outras protestavam, deu-lhes pancadas, que estava embriagada e que tem 15 annos e é escrava..." (Correio Paulistano, 27 de dezembro de 1890).

A representação do negro êbrio era constante não só quando esse envolvia-se em ações violentas fazendo papel de algoz, mas às vezes até em situações em que figurava como vítima e "objeto" de situação:

"Montem a tarde os moradores da rua Conselheiro Furtado foram testemunhas do modo brutal porque se fazem as missões nessa capital. Uma mulher preta em completo estado de embriaguês foi conduzida ã

estação de lava-pés, arrastada e ferida..." (Província de São Paulo).

Assim, mesmo quando a crítica não se dirigia diretamente contra a figura do negro, ele, como elemento secundário da ação, era também um degenerado.

Não só nas notícias afirmava-se o "vício" da embriaguez a que os negros estavam sujeitos, como também os últimos anúncios a partir da década de 1880 insistiam em descrever defeitos não só físicos como "morais".

"Fugio no dia 4 o escravo de nome Joaquim: nação, congo, idade 60 annos mais ou menos, cor preta, olhos grandes bastante baixo (...). É cozinheiro, costuma embriagar-se e não estando bêbado é muito submisso e de modos attrahentes" (Correio Paulistano, 11 de agosto de 1880).

3.3 - O "Preto Alienado" e seus Maus Hábitos

Homens de cor mostravam também seu caráter degenerado, como diziam as teorias científicas, tão em voga na época, pela maior incidência de casos de loucura e alienação, quando cometiam delitos contra as suas próprias pessoas ou contra cidadãos mais desavisados.

"Loucura e Assassinato

Em acto de loucura Maria Octaviana do Patrocínio parda e bahiana de 25 annos de idade matou a golpes de facca em S. Cristovão (...) duas escravas menores de 10 e 12 annos. A doida ahí morava com 2 escravos e 3 filhos (...). Na repartição de polícia declarou em um momento lúcido não se lembrar como perpetrara o crime, recordando a penas de encontrar-se armada com uma faca e com roupas com manchas de sangue (...). Algumas horas depois de conservar-se na cela foi acometida de um forte acesso de hira" (Província de São Paulo, 6 de novembro de 1888).

O negro era ainda representado como degenerado devido a seus maus hábitos e costumes, tão distantes dos padrões de urbanidade.

"Prisão injusta

Estava a preta Jesuína a dizer 'palavradas' na rua quando o Sr. Antônio da Silva Coelho tentanto cohibil-a a bons modos, incorreu no desagrado de um patrono de Jesuína e foi preso. Jesuína é mulher de maus costumes e tem sido presa por muitas vezes por offensa á moral. É bom informar-se quem não conhece aquela 'SENHORA' (Correio Paulistano, 27 de setembro de 1887).

3.4 - O Negro Desleal - "A Boa Paga"/O Ladrão

Além disso, nas notícias e mesmo nos derradeiros anúncios de fuga, da década de 1880 em diante o negro vai como que perdendo o que, segundo Brookshaw, era uma das suas mais antigas qualidades presentes, ao menos na literatura nacional (Brookshaw, 1983, pp.32-4). Ou seja, já poucos anos antes da abolição o negro deixa de figurar como um indivíduo obediente, leal e grato para transformar-se em elemento traiçoeiro e nada confiável.

"Boa paga

(...) voltando Antonio Palmeira do serviço a tarde encontrou (...) com um preto que disse andar fugido e pertencer ao Coronel Cintra de Mogy Mirim, e pedindo o preto que o apadrinhasse. Palmeira prometeu e disse que o acompanhasse, mas quando deu alguns passos o preto derrubou-o pelas costas e traiçoeiramente atordoando-o com uma cacetada e tirando um formão que trazia cravou-lhe no peito" (Província de São Paulo, 29 de abril de 1887).

A outrora imagem oficial do preto fiel e serviçal era então paulatinamente substituída (e cada vez com maior insistência) pela representação do elemento traiçoeiro "pouco franco" e que, segundo os últimos anúncios de fuga, parecia enganar facilmente bran

cos mais desavisados através de suas estratégias individuais.

"Fugio do abaixo assignado o escravo Elesbão, no dia 14 de março de 1886. Creoulo natural de São João do Rio Claro com os signaes: bom corpo, bons dentes, falla bem, um pouco gago, pés compridos, 25 a 26 annos, mais ou menos, toda harmonium. Costumase acoutar em lugar reconcentrado. Quem o prendeu, não facilite, a fim de não escapar, pois elle é muito labioso" (Correio Paulistano, 26 de março de 1887).

Nesse terceiro momento, no entanto, podemos perceber, que se a representação já era anterior, ao menos a insistência e a reificação constituem novidades dignas de serem destacadas.

3.5 - As Práticas Barbaras: dos Sambas, às Capoeiras e Bruxarias

Esses "novos cidadãos" eram além disso condenados e representados através de suas práticas bárbaras: "os sambas, as capoeiras, e as feitiçarias". Assim, se por um lado o samba era entendido e aceito nos editoriais, ao menos como uma exótica manifestação de negros, de outro, cada vez mais se insistia em como esta prática "pouco civilizada" gerava constantemente incidentes e conflitos graves (sendo por isso mesmo considerada indesejável, ao menos enquanto uma atividade que congregasse somente elementos negros).

"Espancamento

Foi ante-hontem barbaramente espancado um moço que assistia a um samba de pretos no largo da liberdade. Tendo o moço apitado para que o acudissem, um grupo de negros cahiu sobre elle a cacetadas deixando-o prostado e todo ensanguentado. Dois urbanos accudiram mas não conseguiram effectuar a prisão, porque dois pretos se oppuzeram" (Província de São Paulo, 4 de junho de 1889).

O "samba" era representado então como uma prática que de generava na maioria das vezes em conflitos, mesmo entre os próprios participantes.

"No dia 13 de maio, o próprio dia da libertação, deu-se um conflito entre libertos que assistiam a um samba de pretos resultando sa hirem alguns com a cabeça quebrada e um delles ferido com 3 faccadas..." (Província de São Paulo, 16 de maio de 1889).

Por outro lado, "as capoeiras", apesar de pouco frequentes em São Paulo, eram também consideradas como práticas que levavam exclusivamente à desordem.

"Os capoeiras

Fizeram mais uma victima na corte os terríveis capoeiras ... é necessário extirpar essa cafila de vagabundos e assassinos denominados capoeiras" (Província de São Paulo, 23 de maio de 1888).

Também em São Paulo parece que existia então uma verdadeira campanha contra esse "jogo" que, sempre segundo os jornais, levava a incidentes às vezes fatais:

"Ante-hontem às 7 e meia da noute, no patio de S. Bento deu-se o assassinato de um preto liberto de nome Innocência. Ao que consta os dous actores do triste drama estando a JOGAR CAPOEIRA por mero gracejo azedaram-se sendo Innocência inesperadamente assassinado" . (Província de São Paulo).

A prática da capoeira parecia ser basicamente considerada como uma arma e não "como expressão e manifestação de sentimentos" (segundo Almir das Arcias, 1983, p.26, esse jogo, que data dos primórdios da escravidão, mesclava "arte e prática de luta, era também uma forma de expressão e divertimento").

Desconhecia-se assim mais uma vez a possibilidade de expressão própria, sendo que também esta prática era radicalmente criticada, inclusive a partir do Código Penal de 1890, onde era considerada como crime: "Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem, será o autuado punido com 2 a 6 meses de prisão (...). Se nesses exercícios perpetuar homicídios (...) incorrerá cumulativamente nas penas cominadas por tais crimes (Arcias, 1983, p.43).

Os últimos anúncios de fuga, por outro lado, parece que passavam a insistir também na coordenação destas práticas:

"Rio Grande do Sul - 100\$000

Antonio Joaquim de Freitas, gratifica com a quantia acima e pagará quaisquer outras despesas a quem descobrir o lugar em que se acha acoutado o seu escravo de nome Ricardo, de cor preta, 30 e tantos annos de idade, estatura menos que regular, olhos avermelhados, pequenos e vivos, bocca um tanto grande e beiços grossos...

Muita prosa, labioso e mentiroso, dá-se muito ao jogo de búzios e a SAMBAS, tem nas nãdegas e costas antigos signaes de castigos"
(Correio Paulistano, 1º de janeiro de 1887).

Os exemplos dessas "práticas pouco civilizadas" eram então inúmeros e significativos, sendo que as diferentes caracterizações, tais como: "amantes de cateretes", de "dansa e pagodeira", "amante de pandegas, folias e sambas"... , mais do que constituírem sinais para capturas, pareciam antes difundir representações e sensibilidades sociais sobre o negro.

Assim, se por um lado essas práticas (e principalmente o samba) eram assimiladas já nesse momento enquanto atividades "pitorescas", ou como "manifestações possíveis" de alegria dos negros frente à libertação ou a outras ocasiões, por outro eram absolutamente condenadas enquanto práticas que revelassem autonomia ou especificidade.

Por fim os "feiticeiros" ou "bruxeiros", que já eram constantemente representados desde o primeiro período por nós delimitado, tomam neste momento novas características. Ou seja, se até finais da década de 1880 pairava sobre a figura do bruxeiro, como vimos no capítulo anterior, um misto de sensações que iam do temor à busca da ironização, a partir desse momento os textos parecem centrar-se em uma imagem que busca desqualificar totalmente esta figura, caracterizando-a antes de tudo por suas práticas bárbaras e distanciadas dos padrões que a ciência oferecia. Nesse momento o feiticeiro passa a ser objeto de chacota, na medida em que suas práticas claramente se contrastavam com as técnicas e aparatos "medicinais" modernos, tão aprovados por estes jornais da época.

“(Bragança) Feiticeiro

Andou por aqui um sujeito preto ainda moço (...). Será doutor? A esta pergunta respondiam uns que sim e outros que não. É doutor efectivamente mas formado por aclamação dos similunios paracios. Doutros de lesma e caramujo dos parvos. Chama-se Luiz de tal e tem fama de excellent feiticero. Foi pena que as autoridades não tivessem conhecimento da presença da personalidade entre nós para o mandarem ensinar fazer manduiga aos presos da cadeia” (Província de São Paulo, 16 de setembro de 1889).

Assim, como nos diz João Baptista B. Pereira a respeito das representações de negros no rádio, também nos jornais então "a estilização do negro é feita a base de estereótipos impregnados de sua esteticidade (...)" mas também ligados à "sua descategorização social e sua frouxidão de costumes: malandro, delinquente, amasiado, bêbado, vagabundos..." (Pereira, 1967, p.182).

Nesse momento, portanto, condenava-se o negro não só devido a seu aspecto "físico" degenerado, mas antes por causa de sua "personalidade ou caráter moral", que ia sendo caracterizado a par

tir de seus "vícios e atributos sociais considerados sempre como pouco positivos e legítimos".

5.6 - A Família Negra - entre a Violência e a Barganha

Por fim também, neste terceiro momento, outro alvo dileto desses jornais era o que convencionamos denominar como "família negra", sobre a qual recaíam insistentemente as atenções.

Primeiramente a "família negra" aparecia caracterizada nos jornais como um "palco" propício para assassinatos e cenas de violência em geral, sendo que as mais diferentes personagens pareciam participar destas ações.

A "mãe negra", nesse sentido, constituía alvo destacado de atenção, não só devido à sua "conduta amoral", como por seu "descaso" com relação a seus filhos. Nas notícias apareciam então desde as situações mais corriqueiras (que revelavam a irresponsabilidade das negras) até as mais extremas, onde a mãe era descrita (literalmente) como um monstro.

'MÃE FERA

Parece impossível que uma mãe ainda a mais embrutecida e selvagem de sentimentos cometta um crime da ordem do que se conta nas linhas abaixo. Há dias no Paraná uma preta assassinou barbaramente uma criança de 5 anos. A pobre agarrou a menina pelo pescoço, apertou-a e com uma tesoura cortou-lhe a língua, falecendo horas de pois... a polícia prendeu o monstro" (Correio Paulistano, 9 de fevereiro de 1894).

Vários artigos nos falavam do pouco apego das mães que assassinavam com calma e sangue-frio seus filhos, por motivos considerados frívolos.

"Horrível Tragédia"

(...) na freg. de S. Sebastião uma escrava de nome Justina (...) praticou um dos actos mais horrorosos que revela quanta perversidade é capaz uma mãe desnaturada. Tinha ella 3 filhos (...) e com toda calma e sangue frio (...) carregou-os um por um até o tanque onde mergulhou-os(...). Depois dirigiu-se a um moço e pediu que a matasse (o que este não fez)... Atribuimos este acto de ferocidade ao facto de seu senhor ter de mudar-se no dia seguinte, e ella não queria mudar-se talvez por alguma amorosa prisão. O seu senhor Antonio Paz é homem de bem e bom para seus escravos" (Província de São Paulo, 17 de outubro de 1887).

Pouco se analisava então sobre as condições que poderiam levar a essas atitudes já que em geral a condenação era sempre severa e radical.

As mulheres negras, segundo as notícias dos jornais, não só matavam suas crianças, como também seus maridos e amantes "por motivos passionais" (confirmando nesse sentido a velha representação da "crioulla sensual"). Assim, títulos como "o desaparecimento da crioula" (Província, 4 de agosto de 1889) ou contos como o que saía na Província, em 29 de agosto de 1890, só reafirmavam a imagem dominante da mulher negra "que expõe seus pés nus e seu corpo sem collete e entrega-se de maneira condenável".

O homem de cor por sua vez era condenado em seu contato familiar não tanto por sua infidelidade, mas antes por seus atos violentos que atingiam tanto a sua companheira como seus filhos:

"Scena de Sangue"

O creoulo livre de nome Manoel Victorino casado com 3 filhos, o mais velho dos quaes contava com idade de 4 para 5 annos depois de atirar varios golpes de fouce contra a sua mulher, assassinou um por um a seus innocentes filhinhos..." (Província de São Paulo, 7 de novembro de 1887).

Porém, se em muitos momentos os cônjuges eram representados como feras, em outros transformavam-se em vítimas de seus filhos (não menos violentos).

"O preto Sebastião, morador preto do Bosque de Jequitiba, hontem à noite ofendeu barbaramente sua mãe Delfina. Além de muito socco derubou-a (...) sendo que o único crime que cometeu foi o de sustentar o marmanjo apesar de já ser casado" (Correio Paulistano, Campinas, 11 de agosto de 1888).

Também entre irmãos os choques eram constantes e pouco explicados:

"Fratricídio

Na fazenda Morro Azul travaram-se de razões dous irmãos libertos resultando na morte de um delles. Consta que o delito foi comettido por motivo frívolo" (Correio Paulistano, 27 de outubro de 1888).

Os cônjuges eram também, por outro lado, constantemente definidos a partir de sua relação de caráter passageiro e violento.

Assim, tratava-se com ironia sobre o casamento entre negros:

"Scenas de núpcias

Na Igreja de N. Senhora do Rozario deu-se uma scena repugnante. As 5 1/2 vieram Pedro armado de cacetete e sua filha de nome Patrícia, um filho e um genro. Chegando ao conhecimento do reverendo que o noivo não contraía o matrimônio por sua livre vontade, interrogou-o que disse ter comparecido obrigado pelo paç da noiva que o conduzira armado..." (Correio Paulistano, 19 de maio de 1886).

... e com o mesmo descaso descreviam-se as "barganhas" a que eram submetidas as mulheres:

"Anti-hontem à tarde, logo que entrou a procissão ferraram-se a unha na porta da Igreja 2 pretos que há tempos haviam barganhado as respectivas mulheres. Um delles, saudoso de ter sua cara metade arrependido do negócio que fizera, exigira a anulação da barganha. O outro declarando haver já gasto bom dinheiro "aformosando" a mulher negociada, exigia ser reembolsado das despesas feitas. Palavra pucha palavra cahindo afinal um delles com a mulher trocada na polícia" (Correio Paulistano, Rio Claro, 6 de junho de 1893).

A relação entre negros era desqualificada, portanto, já que a maioria dos artigos buscava deixar claro o caráter instável e ilegal de tais uniões, marcadas por suas "amásias infiéis e levianas" e companheiros imorais.

"Horrrível

No dia 23 morreu em SE um conhecido João Maroto que se entregava à profissão de saveirista. Possuía em sua companhia uma mulher preta com quem vivia. Na véspera da noite tendo sua amásia ido divertir-se em um SAMBA, procurou o infeliz repouso aos seus sofrimentos no leito (...) onde tinha um candieiro aceso. Algum tempo depois de se ter agasalhado e quando já estavam os foliões no calor da dança, ou viram gritos agonizantes de socorro, viram um clarão e sentiram um cheiro de carne que queimava. Envolta nos prazeres da grosseira dança e do alcool ninguém procurou socorrer o infeliz" (Correio Paulistano, 23 de agosto de 1893).

Os exemplos eram muito variados mas em geral atentavam para o caráter violento das ações e a irresponsabilidade dos assassinos:

"Assassinato

Em Santos, 9 horas mais ou menos, o preto José Luiz assassinou sua amasia Eugrécia a faccadas no braço e no peito (...). Preso em flagrante, declarou que era um desgraçado. O estado da offendida é de solador, José Luiz é reconhecidamente um mau homem e mais uma vez

tem sido preso por tentar homicídio" (Correio Paulistano, março de 1894).

O casamento misto, por sua vez, e levando em conta os motivos expostos, era também profundamente condenado. A miscigenação era considerada então como um desastre (como notávamos nos editoriais) e por isso quando tais casos ocorriam eram sempre ironizados de forma contundente, mesmo em épocas anteriores.

"Enorme!

Uma viuva residente na freguesia de Santa Rita do Sapucahy se casara com um de seus escravos de nome Zacharias que por este modo se constituira SENHOR de seus antigos parceiros. O caso é curioso mais pelo facto da viuva-noiva requerer que fosse seu marido incluído no número dos ESCRAVOS que deviam ser alforriados pelo fundo de emancipação por ser casado com pessoa livre. Não produziu efeito essa especulação immoral e torpe porque a collectoria impediu-a em virtude de ser Zacharias casado segundo o costume do reino, e por isso meeiro de sua ex-senhora e actual esposa" (Província de São Paulo, 9 de julho de 1883).

Parece-nos então que neste momento em que o casamento civil é introduzido no Brasil como uma das primeiras medidas dessa jovem República, o ataque e mesmo a maior atenção que se despendia à "família negra" tornavam-se particularmente significativos, revelando talvez, e de outra maneira, a própria impossibilidade deste grupo compartilhar dos "benefícios" que o novo regime trazia.

A insistência na desqualificação das uniões entre negros torna-se ainda mais particularmente significativa se a contrastarmos com os resultados da pesquisa realizada por Bob Slenes em Campinas, já que, segundo esse autor, não só existiam um grande número de casamentos entre escravos como estes, e a despeito de toda adversidade, eram muito estáveis e duradouros (Slenes, 1984).

Assim, quando chegamos ao final da década de 1890, em um momento em que os jornais exaltavam exclusivamente as conquistas republicanas, novas e velhas imagens sobre negros delineiam-se, revelando basicamente a sua incapacidade de conviver com os "avanços" que o novo momento político trazia consigo.

. Tia Josepha e seus Pastéis

Nesse sentido, é particularmente relevante um conto que saiu no Correio Paulistano logo após a libertação dos escravos, isto é, justamente no momento em que boa parte dos editoriais não se cansavam de exaltar a libertação e o recente "acesso" dos negros à cidadania.

Intitulado "Tia Josepha", esse conto foi publicado nesse periódico em julho de 1888, em dois dias consecutivos. O leitor que se detivesse na primeira parte desse conto teria notado como a história seguia um caminho bastante claro e coerente, já que se passava de um clima de suspense e desconfiança ao de total credibilidade. O leitor seria levado ainda a concluir pelos "bons instintos" da preta Josepha e seu companheiro, e a condenar o preconceito vigente naquele local, que fazia com que "honestas e humanitárias" criaturas fossem por princípio totalmente estigmatizadas, só pelo fato de serem negros e morarem perto de um cemitério.

"Tia Josepha

Uma preta cozinheira, a tia Josepha dos pastéis e sabia fazer vender a arte. Fabricava uns pasteizinhos de carne, macios, alourados, apetitosos e vendia-os bem. Tinha certa popularidade na cidade e era parteira e preparava mezinhas. Dava-as beber na ausência dos médicos, as parturientes e fazia-lhes para a convalescência, magníficos pastéis. Uma preciosidade e uma humanitária, a tia Josepha. Morava com seu homem, um preto velho pedreiro, o Manoel Congo, em uma casa baixa, grande e fria ao lado do cemitério. Apareceram os dois um bello dia na cidade, vindos da corte. Allugaram aquelle ca-

sarão que estava há muito desabitado, porque diziam era mal assombrado, por uma ninharia. Modificaram-no um pouco, instalaram-se e começaram a trabalhar, ella nos seus pasteisinhos, e elle no seu officio de pedreiro. A princípio, o negócio não correu bem, o primeiro sortimento de pastéis voltou intacto para casa. A cara da negra, cheia de cortes feios cicatrizados, cabelludos, formando uma pele lustrosa e esticada, desenhando arabescos extravagantes e esquisitos, era um obstáculo repugnante entre as gulodices e os pastéis. Um espantalho de crianças respeitado e temido: A FEITIÇEIRA. Todas as noites, das 7 às 10 horas, a tia Josepha arrastava as chinelas, balançava os quadris pausadamente, cadenciadamente palmi-lhava as ruas da cidade, taboleiro à cabeça, cheio de pastéis bem arrumados e cobertos com toalha de linho. As crianças, ao aproximarem-se a velha, corriam para dentro de casa e com os olhos húmidos e brilhantes, arregalados de curiosidade e terror. A pastelaria as devorava com os olhinhos de gata, infectados de sangue a sorrir e lá se ia maneando as fartas ancas de africana cantando. A população da cidade, um tanto supersticiosa, receava a velha. Era bem possível, conjecturava, que os pastéis fossem manipulados pelo diabo. Açogueiro onde ela se premunisse de carne não era conhecido.

Corriam ainda versões sobre a casa onde moravam. Almas de outro mundo dansavam sobre a casa onde morava (...). Uma beata insuspeita afirmava ter visto com seus próprios olhos, familiarizados com visões do allém túmulo, um cavallo sem cabeça (...). Um dia, um cidadão menos supersticioso, um atheu - como lá o chamavam, comprou alguns pastéis, achou-os deliciosos e a carne tenra e de sabor esquisito. Começaram a ter extração os pastéis da tia Josepha. Um facto concorreu para a população desfeitiçar a velha. Livrou a Marocas, mulher de Juca sapateiro, de uma febre maligna, consequência de mau parto (...) transformado em milagre e, daquelle dia em diante, fez concorrência aos chímicos da terra. Era convidada para assistir aos partos, entrava antes dos médicos (...). Dahi a sua popularidade" (Fim da 1ª parte, 27 de julho de 1888).

Assim, apesar dos mistérios que envolvia a pessoa da "preta" e de seu companheiro, tudo parecia resolvido pois como exóticos e "diferentes" os negros começavam a ser aceitos e assumidos pela cidade.

Essa primeira parte do conto parecia, então, condizer com todo o clima de exaltação e orgulho que pairava nos jornais devido à "recente e pacífica" libertação dos escravos; apesar de "feitiço", o negro podia ser assimilado inclusive com ganhos.

No entanto, já no dia 28, a história mudava totalmente de rumo. A cidade já confiava em Tia Josepha, mas ... (assim como notávamos a partir das notícias da época) "no negro", nesse momento, não se podia confiar cegamente...

"Chamaram-na um dia para vêr um doente - a Nini, a filha de D. Eulalia, mulher do Tabelião Freitas. A filha tinha uma constipação e febre e delirava (...). A moléstia marchava rápida e assustadoramente, as beberagens de Tia Josepha não produziam o menor efeito. O médico, afinal chamado, desenganou-a dizendo que o tinham chamado muito tarde (...). Uma noite, a Nini, n'um acesso de febre, torcendo os m̃nimos bracinhos n'uma contorção de músculos, violenta e rápida, espirou nos braços de D. Eulalia ... (segue-se a descrição de enterro). No cemitério estava prompto o nicho, cavado como uma gaveta na espessa parede de tijolos que ia tapal-o(...). Meia hora depois de tudo acabado, o Manoel Congo rebocava tranquilamente a parede que fechava a Nini para sempre no seu pequeno túmulo (...). Reações violentas e esgotamentos nervosos (...) invadiram o organismo da pobre mãe. A Josepha, que a visitava a miúdo, obsequiava-lhe sempre com uns pasteisinhos de coelho, polvilhados de assucar muito saborosos. Ao assentamento da pedra, a mãe quiz ver ultimamente a filha (...).

O Freitas opoz-se energicamente, mas vencido accedeu. Ao levantar o tempo do caixão (...) lá dentro só viu-se ossos, uns ossos muito po

lidos, muito claros e uma caveira de criança a rir-se. Nada de Nini, nem sequer o travesseirinho de setim (...). O acontecimento convulsionou-se a pacífica cidade (...). A superstição criou azaz, avolumou-se e pairou sinistra e ameaçadora sobre a casa da Tia Josepha e Manoel Congo. A polícia cercou o casarão e nada ou quasi nada descobriu, fios de cabelos, caixos louros, fitas, fragmentos de roupa de crianças. O povo invadiu a casa, cōscio de que alli estava a explicação daquella transformação rápida de Nini. Encontraram de baixo de uma mesa da cozinha, artelhos e phalanges, pequenos ossos, indubitavelmente de crianças. O povo quiz esquartejar os dois negros. A Josepha, sentindo-se perdida, ria-se abominavelmente, arregando os grossos beiços vermelhos, sarcástica e medonha. A notícia voou pela cidade. D. Eulalia, ao sabel-o, ergueu-se da cama, onde gemia semi-louca. Passou-lhe uma idéia rápida pela mente, sentiu um nojo enorme, invencível, doía-lhe o estômago, apertava-o com ambas as mãos, esforçando-se para não lançar, os vômitos subiam, subiam...

Tinha comido a sua filha em pastéis" (Arthur Cortines, 28 de julho de 1888).

Portanto em um sō conto podemos perceber a presença de trajetórias semelhantes às que notávamos com relação às outras seções. Assim de "pretos feiticeiros" porêm trabalhadores e bons, tia Josepha e seu marido passavam a negros feiticeiros, assassinos, bárbaros e totalmente imorais. Além disso, todos os preconceitos reinantes ou mesmo os consensos sociais que pairavam um torno do negro parece que seguiam uma trajetória exemplar: da suspeita à aceitação e, por fim, à própria confirmação de "preconceitos".

É impossível ler esse conto então sem que nos detenhamos no momento de sua publicação e no contexto em que ele aparece envolvido. Não se falava sobre qualquer negro, mas sim daquele recém-liberto e com direito à "igualdade republicana", e que "por mais que se tentasse" (e toda a primeira parte do conto prova), não

se podia confiar ou assimilar totalmente. Ante a representação do negro humilde e servicial (de boa parte dos anúncios e notícias da década de 1870), era agora sempre a figura do elemento assassino e degenerado que se afirmava nessa longa trajetória.

Assim, neste conto que parece aglutinar representações dispersas, o homem de cor passa então de "preto" a "negro", e de figura "bondosa e humanitária" a "elemento bárbaro e de práticas pouco civilizadas".

3.7 - Uma Nova Polêmica: A Guarda Negra ou os Defensores da Rainha

Outro problema que polarizou a opinião dos diversos jornais revelando também suas posições quanto à questão negra foi o embate que se travou em torno do grupo denominado "Guarda Negra".

Essa organização criada logo após a abolição da escravidão com o apoio de representantes do Império surgiu (segundo se propalava) sob a inspiração de José do Patrocínio e com proteção das verbas secretas da polícia do Governo de João Alfredo. Era composta então por libertos, que visavam demonstrar sua gratidão para com a Princesa Isabel e a monarquia que os havia emancipado. Sua atuação centrou-se por sua vez na repressão às manifestações contrárias ao Império e em especial às atividades do Partido Republicano.

Foi justamente então a Província que primeiramente, como órgão vinculado a esse último partido, atacou mais veementemente as práticas e arbitrariedades cometidas por esse grupo (a princípio de modo ameno e mais tarde de forma bem violenta, revelando inclusive toda uma visão do jornal, que já notávamos nos editoriais).

Em fins de 1888 e inícios de 1889 aparecem então na Província artigos que simplesmente informam sobre a formação desse grupo, inclusive em outras cidades da província. O jornal levanta

então uma série de hipóteses sobre que elementos estariam incitando os libertos a se agruparem com tais fins. Assim, por exemplo, em um artigo de 14 de janeiro de 1889, Antonio Bento (conhecido líder dos caifazes) é acusado de participar de tal organização, sendo que responde prontamente da seguinte forma: "Qual Guarda Negra! isso é cousa do Patrocínio que lá tem suas razões para defender o governo. Quanto a mim, nada tenho com tal instituição e nem creio que ella se ramifique nessa Província".

No mês seguinte no entanto os artigos vão se tornando ainda mais irados, sendo que começavam a surgir comentários que questionavam inclusive a posição dos novos "cidadões libertos", bem como suas "práticas":

"(...) que elementos são esses que concitam a raça negra ao crime e á própria desgraça. Quando de futuro escrever-se a história acidentada do fim do segundo reinado, há de ser não pelas navalhadas dos CAPOEIRAS que ha de se aferir a cooperação da raça negra" (Província de São Paulo, 11 de fevereiro de 1889).

No final de fevereiro, por ocasião de uma reunião de libertos que contestavam a Guarda Negra, nova série de artigos foram então lançados:

"Em Campinas se reuniram mais de 200 libertos(...). Presidiu a reunião Alberto de Souza Aranha que foi escravo do Barão de Itapeva. Esse cidadão deu a palavra a Francisco de Andrade, também liberto, que leu o seguinte: 'Os libertos aqui reunidos vem declarar que de modo algum concordam com a organização da chamada Guarda Negra(...). A emancipação foi feita pelo povo e pelo exército brasileiro brasileiro e nós devemos gratidão a todos os abolicionistas(...). Somos gratos a todos e não queremos ódio de raças. Queremos viver como homens livres (...)'. Falou ainda o cidadão liberto Irineu Augusto da Silva" (Província de São Paulo, 20 de fevereiro de 1889).

Nesse discurso, reproduzido com grande aprovação por parte da Província, ficava claro então como o homem negro, após a abolição, não perdia suas antigas "denominações". Ao contrário, só acumulava novas: como "liberto", "ex-escravo", "cidadão" ou "cidadão liberto", sendo que a antiga condição escrava estava sempre presente. Por outro lado, esse texto, apesar de proferido por um liberto, revelava toda visão "vanguardista" que também a Província possuía sobre a abolição: uma libertação feita por brancos e que mereciam neste sentido "gratidão".

Já em abril, no entanto, as notícias referentes à Guarda Negra começavam na Província a revelar o que nos editoriais deste jornal era praticamente impronunciável: o "conflito entre raças". Os textos nesse sentido tornam-se mais radicais, sendo que os ataques contra os republicanos eram agora simplesmente denominados como conflitos "contra brancos" (25 de abril). O tom desses artigos revelava inclusive um certo pânico já que afirmava-se que "(...) com as ameaças aos brancos, a população está aterrada com este vergonhoso estado de selvageria".

Talvez o artigo mais irado neste sentido date de 25 de abril, quando, no próprio editorial, a Província revelava uma "nova" postura com relação à questão racial no Brasil. Assim, se em outros artigos o "conflito racial" parecia inexistir, nesse ficava claro como o negro era entendido como um elemento que por seus instintos selvagens era incapaz de "conviver" e "regenerar" em ambientes civilizados:

"Os defensores da rainha

(...) Não se pode admittir o assalto dos libertos aos brancos. O ex-escravo cujos sentimentos alguns levianos os maus exploram não desfiguram os partidos políticos e pelo hábito de fazer valer seus instintos selvagens não de trazer à sociedade brasileira seus perigos e grandes males (...). Não se illudam os monarchistas. Os pretos sem educação, sem conhecimento das formas de governo e dos prin

cípios políticos não exercem um direito e não manifestam uma opinião, são meros instrumentos dos brancos sem critérios, que açulam esses pobres homens tornando-os impossibilitados de regeneração no gozo da liberdade ao arbítrio da civilização. A generosidade e benevolência dos brancos que civilisam a selvageria dos assaltantes".

O texto terminava inclusive culpando mais "os conselheiros e a rainha caprichosa" do que aos "pretos", pois afirmava que a esses últimos faltavam os "rudimentos da sociologia e da ciência econômica".

A Província deixava realmente marcada dessa maneira a sua posição quanto à possível participação dos elementos de cor: "meros instrumentos nas mãos dos brancos sem critério".

O negro, definido como indivíduo incapaz de pertencer à civilização, era considerado como ainda mais despreparado para entender e atuar politicamente. Era portanto mais uma vez a velha representação do negro "instintivo" que se afirmava. Recém-egresso da "selvageria", só a ela poderia dirigir-se novamente, e quando em contato com a civilização tornava-se nocivo (quando não cuidadosamente dirigido).

Era esse mesmo elemento de cor que cometia atos violentos e imorais que revelava a sua pouca aptidão política. Aos brancos "generosos e benevolentes" só restava então lamentar a convivência com esses elementos "sem educação e princípios políticos".

Ainda no ano de 1889, os artigos sobre a Guarda Negra na Província deixavam de aparecer, revelando ou o seu desaparecimento ou o total enfraquecimento desta organização, quando em novembro é declarada a República e os representantes da família real são mandados para o exílio. Mas a "marca" permanecia presente: os libertos afirmavam por suas ações aquilo que a ciência "comprovava" - a sua inferioridade e seus costumes selvagens herdados de seu continente e condição de origem.

É importante destacar nesse momento que a questão da Guarda Negra, que realmente alcançou até os "sérios" e frios editoriais da Província, nem foi ao menos mencionada pelo jornal Correio Paulistano. Podemos comprovar então de mais outra maneira como a "criação" e a "extinção" das notícias sem dúvida estavam já bem condicionadas pelas diferentes "colaborações partidárias", já que o Correio, enquanto órgão conservador, era talvez até conivente com a existência dessa organização.

Por outro lado A Redenção (diferentemente da Província de São Paulo, que regia de forma perplexa) dava nesse momento seu apoio irrestrito tanto à "Princesa Regente" como à organização negra.

"Não há ódio de raças

Os jornais republicanos querem por força enxergar na gratidão da raça negra para com Isabel a Redemptora, uma ameaça de guerra. A abolição nessa província teve à sua frente homens pertencentes a 3 grupos políticos. Desde que a Regente tomou a si a responsabilidade de arcar com a solução do elemento servil pondo em perigo sua corte, são os abolicionistas forçosamente obrigados a ser gratos à que que esquecendo de seus próprios interesses veio em socorro dos abolicionistas sancionando a lei que deu liberdade a todos os infelizes escravos" (A Redenção, 13 de maio de 1889).

Nesse artigo, A Redenção não só mostrava seu apoio à regente e às suas atitudes e compreensão para com a Guarda Negra, como revelava que também para esse grupo a abolição era antes "um negócio entre brancos"⁽³⁾ mais ou menos "esclarecidos".

Para A Redenção, o Império era então o principal responsável pela libertação e portanto o grande "merecedor" da "clemência pública", em oposição aos republicanos, que eram inclusive acusa-

(3) Referência à expressão utilizada por Otávio Ianni em seu livro Escravidão e Racismo (1978).

dos de escravocratas".

"Os republicanos, outrora inimigos dos abolicionistas bárbaros com seus escravos, queriam que os escravos agora se revoltassem contra o imperador e sua Augusta Filha" (maio de 1889).

Assim A Redempção, outrora emissora dos discursos mais radicais da época, passava a apoiar abertamente não só os monarcas como a forma com que foi realizada a libertação. Nesse sentido, não é de se estranhar o fato de que em 13 de maio de 1889, na ocasião em que saía uma folha comemorativa, o número fosse em boa parte dedicado a Isabel: "a brasileira que assegurou o direito da abolição do captiveiro, illustre compatriota!"

Logo, o jornal de franco oposicionismo ao Partido Republicano e a situação em geral convertia-se em monarquistas, trasmutando-se também, de "abolicionista radical, em moderado, já que sustentava agora o "13 de maio" e a Lei Áurea, traçando inclusive apologias com relação à forma como aqui se deu a manumissão.

Também para A Redempção, portanto, a abolição significava um objeto em si, que teria sido alcançado por sua vez exclusivamente a partir da vitória de "brancos" (sendo que agora restava simplesmente optar a que grupo filiar-se).

Não é para menos que tendo sido realizada a abolição, o papel da Redempção tenha se limitado demais, pois a partir de então ritualmente a cada 13 de maio essa folha festejava a data da libertação e "à Isabel e Redemptora". A questão racial deixava de constituir portanto um problema, já que o mal que se resumia na escravidão parecia sanado e os negros (apesar de inferiores) encontravam-se devidamente assimilados.

Assim também através do episódio da Guarda Negra e de maneiras diversas várias imagens reafirmavam-se, sendo que o que

chama principalmente a atenção é que o negro aparece novamente representado como um elemento degenerado e pouco adaptado à civilização, já que logo após a abolição demonstra através de sua conduta a falta de integração e de assimilação da nova imagem dominante do cidadão republicano.

Quando chegamos então nos primórdios do século XX, em um momento em que os periódicos não se cansavam de exaltar as conquistas republicanas, novas e velhas imagens sobre negros delineiam-se, revelando sobretudo o abismo que existia entre estes elementos e os "brancos civilizados e cidadãos". Nesse período, no entanto, um discurso "científico", evolutivo e positivista parecia dar conta e explicar com seu falar radical desde a violência, até a brandura, a dependência ou degeneração negra.

Parece-nos também que neste terceiro momento, em que diferentes personagens representavam-se e tornavam-se inclusive dominantes, se por um lado a "sciência" de tudo tratava, por outro a imprensa possuía também um papel complementar e destacado. Enquanto a "sciência" a tudo explicava, a imprensa veiculava e normalizava representações, transformando-as cada vez mais rapidamente em consensos coletivamente aceitos e assumidos.

Trata-se mais uma vez de veicular imagens globalizantes e limitadores sobre o negro, mas agora tendo como apoio novos "avalistas": a prepotente "sciência" do século XIX, que em seus momentos iniciais de afirmação, sobre tudo lidava e a tudo definia e a "grande imprensa" que, tomando as palavras de Balzac, "em vez de ser um sacerdócio, tornou-se um meio para os partidos e de um meio passou a ser um negócio. Não tem fé nem lei. Todo jornal é uma loja onde se vendem ao público palavras da cor que deseja... Um jornal não é feito para esclarecer, mas para lisongear as opiniões..." (Balzac, *As Ilusões Perdidas*, 1978, p.175).

Assim, ao preto violento e bárbaro dos primeiros momentos, ao quilombola ou escravizado, vem agora sobressair-se nos jornais a figura do negro degenerado física e sobretudo moralmente. Nesse sentido, o discurso que definia e representava esses elementos era sempre um discurso absoluto e, digamos, radical, que se não se apoiava mais nos dogmas da Igreja, trazia agora os postulados de uma ciência positiva e determinista, cuja visão sobre a questão negra era acima de tudo pessimista.

Assim sobre o "negro" desse último período pareciam recair basicamente dois estigmas: o estigma do cativo e a marca de sua origem. Marcas pesadas, marcas totais que pareciam corresponder, por sua vez, à própria forma de inserção dessa população, agora formalmente livre, na sociedade branca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Não há nada a temer, exceto o medo"
 (frase do filme Alice nas Cidades)
 Wim Wenders

Frente aos hiatos e vazios que pairavam constantemente nos documentos referentes à escravidão ou à questão negra, poderiamos citar as palavras de Caio Prado Júnior, que afirmava que "a ausência de manifestações explícitas sobre a escravidão não significa despreocupação com o problema, mas antes o oposto" (1945, p.184); ou mesmo poderíamos acrescentar "sobrecarga de significação".⁽¹⁾ Assim, também nos jornais analisados, a maneira quase sempre tangencial com que a questão foi normalmente referida, a forma pouco direta (apesar de recorrente) de se afirmar o problema em nosso entender denota não o descaso, não uma postura exterior com relação à questão racial, mas antes "anterior e mesmo interior". Ou seja, parece revelar a existência de questões essenciais e por isso mesmo, nem sempre mencionadas explicitamente, ou na maioria das vezes, enunciadas de forma pouco diretas.

Foi no interior desses intervalos, desses inúmeros "não ditos" que pudemos depreender um leque de representações sobre negros que vai se configurando, desdobrando e constituindo, no interior desse movimento, postulados sociais assumidos coletivamente.

Nesse sentido, a trajetória seguida nessa dissertação não foi tanto a da busca de "uma história de fenômenos objetivos", mas antes a análise "da representação desses fenômenos" (Le Goff, 1976, p.78). Ou seja, nossa meta principal não foi caracterizar de forma precisa a abolição, ou mesmo a escravidão em seus últimos momentos. Buscamos primordialmente apreender como "se falou" a res-

(1) Referência à expressão utilizada por Merleau-Porty e já analisada anteriormente nesta tese.

peito da escravidão, ou melhor, como elites brancas da época lidaram com estas questões.

Podemos, então, lançando mão de outro paralelo, comparar a "eficácia" dos jornais com a "eficácia do feiticeiro" da maneira como esta foi estudada por C. Levi-Strauss em seus clássicos estudos: *O Feiticeiro e sua Magia* (1975, pp.193/214) e *A Eficácia Simbólica* (1975, pp.215/236). Para este, não é tão importante entender os mecanismos objetivos que tornam viável a cura operada pelo xamã. A explicação para a cura é dada muito mais pelo fato de o feiticeiro "ser um grande feiticeiro" do que por qualquer outro "ingrediente" ou "cantos" dos rituais do xamã. Ou seja, como nos diz C. Levi-Strauss "a eficácia da magia implica a crença da magia..." (1975, p.194) "... já que a situação mágica é um fenômeno de CONSENSUS..." (1975, p.195). Portanto, o que conta é justamente a eficácia anterior do xamã dada pelo seu reconhecimento social enquanto curandeiro. ⁽²⁾ No caso dos jornais, o que nossa pesquisa acabou por encontrar foi uma situação bastante semelhante, onde a "eficácia da prática do jornalismo" é dada muito mais pelo reconhecimento social do jornal enquanto espaço de criação de verdades, e de conceitos universais.

O jornal é eficaz então, porque trabalha com e cria consensos, opera com dados em um primeiro momento explícitos, e que na prática diária de repetições e reiteraões, tornam-se cada vez mais implícitos, reforçando-se enquanto verdades ou pressupostos intocáveis. Dessas verdades ninguém duvida assim como não se questiona ou se busca explicar a cura feita pelo xamã. Portanto o jornal cria e recria consensos que a cada repetição necessitam de menos explicações. São verdades, verdades de um espaço inquestionável, páginas e páginas escritas com um poder talvez igualável ao de um xamã.

(2) Como nos diz C. Levi Strauss: "... que a mitologia do xamã não corresponda a uma realidade objetiva, não tem importância: o doente acredita nela, e ela é um membro de uma sociedade que acredita..." (1975, p.228).

Procuramos, portanto, justamente discutir nesta dissertação, sobre os inúmeros personagens que de mera sugestão, ou imagens isoladas, vão se transformando aos poucos em pressupostos de uma época.

Esta questão poderia, por sua vez, ser abordada a partir de perspectivas diversas.

De um lado, poderíamos observar que as representações encontradas parecem vir de encontro às conclusões de estudos já tradicionais sobre identidade étnica, que delimitam que a identidade é construída antes de tudo de forma contrastiva (Oliveira, 1974, Cunha, 1985...). Isto é, nos diferentes jornais, as imagens retiradas parecem opor seguida e temporalmente, como vimos, sempre dois termos: "nós e eles"; "o branco e o negro"; "o nomeado e o desconhecido"; "a vítima e o vilão"; "a bela e a fera"; "o são e o degenerado"...; termos esses produzidos e veiculados por determinadas categorias e que indicam e delineam também uma diferenciação social mais abrangente. Nesse sentido, parece travar-se neste contexto um debate delimitado, já que o "nós" presente aberta ou alusivamente nos artigos parece remeter-se a um segmento limitado de brancos grandes proprietários, que se opõe a um "outro", "ao negro" absolutamente adjetivado, que constitui objeto de discurso dos brancos.

Estabelece-se, portanto, uma relação de alteridade que se constrói, ao menos neste momento, privilegiadamente em relação ao negro cativo ou liberto, que parece constituir um tipo particular de suporte de significações.

Além disso, no caso do nosso material o contraste ou a delimitação da diversidade se constitui não, como na maior parte dos estudos antropológicos clássicos, a partir da diferenciação entre dois grupos étnicos estáveis e que se auto-reconhecem enquanto tais, mas antes a partir dos olhos de um segmento de brancos que parecem refletir sobre o negro, ou sobre aquele que, segundo seu ideário, parece constituir um "corpo sem persona".

Por outro lado, as representações parecem constituir também o local da formação de polaridades anulando as possíveis diversidades internas aos brancos, frente à constituição de um "outro", "o negro", também absolutamente homogeneizado. Nesse sentido, e como dizia Evans Pritchard em seu estudo sobre os nuers, "uma pessoa vê a si mesma como membro de um grupo enquanto em oposição a outros grupos, e vê a um membro de outro grupo como membro de uma unidade social por mais que esteja fragmentada em segmentos" (1978, p.149). Assim (e guardadas as devidas proporções, já que em nosso caso lidamos basicamente com as representações de segmentos sociais brancos, do que com grupos em contraste), se por um lado a grande marca de nosso material parece ser a heterogeneidade de imagens, por outro os periódicos enquanto conjunto reconstituem muitas vezes representações homogêneas ou ao menos predominantes. Esse é o caso do negro "bárbaro e violento"; ou do "cativo fiel" dos anos 1880; ou do preto que vira negro; ou mesmo do elemento degenerado tão presente nos jornais nos inícios da República, e que basicamente faziam "par", respectivamente, com o branco vitimizado, "bom senhor", pacífico e civilizado de tantas e tantas notícias.

Assim, as representações não são um único conjunto que resiste às mudanças do tempo, ou, como nos diz P. Fry, "não como um retrato fixo; mas antes imagens em movimento que guardam continuidade, mas que também admitem transformação" (Fry, 1882, p.57). Não se constitui dessa forma um processo linear de substituição e introdução de novas idéias, sendo que as representações ganham sentido antes como "grupo de variantes" no interior de um contexto que lhes transcende e dá sentido, e não como "individualidades" (Aran tes, 1982) isoladas e entendidas em uma perspectiva atemporal. O resultado é portanto um conjunto finito e fechado de representações, que se assemelharia à imagem de um caleidoscópio (onde novas configurações e desenhos são o resultado sempre da rearticulação de um mesmo material básico), mas que em determinados momentos abre-se incorporando novos elementos. Esse é o caso do momento em que o negro caracterizado até então basicamente como um ser violento e degenerado fisicamente, passa a ser apresentado como um degenerado moral, o que era reforçado pelo pensamento científico da

época, que lidava largamente, no mesmo sentido, com esse tema e questão.

Além disso, é possível perceber como diferenças naturais apreendidas de forma objetiva (como a cor por exemplo) são investidas de sentido e "selecionadas" muitas vezes de formas diversas: nas mãos da Província, por exemplo, o negro era um objeto tratado e construído cada vez mais pela "sciência" que aos poucos o transformava e definia enquanto cidadão de "segunda categoria" (pois se o texto da lei trazia consigo a utópica igualdade, "a sciência" a desmentia). Por sua vez, para o Correio o elemento de cor era antes um problema que de toda forma causava ainda temor e apreensão (sendo que era esse sem dúvida o jornal que oferecia a visão mais pessimista quanto à nossa "situação racial"). Por fim, para a Redempção, a questão negra apesar de central era ainda tratada enquanto um problema entre "brancos" que se digladiavam. O negro não mais algoz, mas agora representado como "vítima infeliz", também nesta última folha não se autodefinia, mas era antes nomeado e exposto enquanto exemplo.

Porém, seja no caso do "preto tutelado" da Redempção, ou do "negro algoz" do Correio, ou mesmo do cidadão de "segunda categoria" da Província, em seu conjunto, e em todos os jornais, o negro, antes de figurar como sujeito, era antes no interior dos periódicos, um objeto: um objeto do discurso e das práticas, objeto de sua situação social e motivações.

Parece-nos, portanto, que se a questão negra era entendida na época, enquanto um problema econômico e político, era também um problema social, constituindo-se nesse sentido enquanto suporte para as representações que os brancos faziam sobre si mesmos, no interior de um contexto de embate entre brancos. Assim, o problema negro, antes de se afirmar enquanto uma situação exterior e neutramente analisada por segmentos brancos, era antes uma questão que dizia respeito e ocupava espaço de significação também para os brancos, que definiam-se a si próprios neste período no que se refere aos conceitos de nação e de cidadanias.

Poderíamos, portanto, verificar que o local da afirmação da identidade revelava também muitas vezes a construção de interesses formais (Cunha, 1975, pp.206,207), já que através das representações podemos encontrar, mesmo que implicitamente, todo um arsenal cultural comum, que determinados segmentos utilizavam para também justificarem-se em sua prática enquanto grupos em várias circunstâncias. Assim, o falar "cordato e tutelar" das notícias de libertação, ou mesmo a linguagem por vezes irada dos anúncios de fuga, mais do que só desvendar uma situação qualquer, pareciam revelar questões, indicar problemas: ... ou através da constatação do problema da mão-de-obra, ou mesmo pela explicitação do "desgosto" frente à propriedade que se evadiu; ou através de uma recorrente atitude de tutelar...

Todas essas inúmeras suspeitas, que o material como um todo deixava pareciam remeter-se por um lado a um debate entre brancos, em suas diferentes correntes de opinião a respeito da nova condição do negro. Por outro lado, porém, o negro, enquanto objeto dos discursos, parecia participar de um debate que o envolvia mas não se dirigia diretamente a ele, isto é, o grande problema central parecia ser antes a nossa definição enquanto povo, bem como a explicitação dos critérios de acesso à cidadania, sendo portanto a questão negra, uma questão imersa em um problema que de certa forma a transcendia.

Nesse sentido, então, os senhores brancos, os emissores dos discursos, deixam de ser entendidos como aqueles que se "debruçam externamente" sobre um objeto, manipulando consciente e mecanicamente a realidade, já que se encontram antes de tudo emaranhados no próprio discurso que constituem. Assim, por exemplo, caracterizar o negro degenerado como o "não cidadão" significava também delimitar, a si próprio, como o modelo e ideal último de cidadania.

Dessa forma é relevante verificarmos que, afirmar que o universo mental desses segmentos da elite era coerente e compatível com a dominação não é o mesmo que afirmar que brancos forjavam intencionalmente a realidade enquanto um expediente exterior de ex

ploração. Ou seja, por exemplo, afirmar e desvendar o objetivo de tutela que havia por detrás das cartas e festas de alforria e libertação não é o mesmo que imputar uma absoluta direção e controle dos senhores, frente à situação que também para eles causava apreensão.

Acreditamos, portanto, que esse "falar branco" não se impõe pura e simplesmente, já que tomamos como suposto que "o poder se exerce mais do que se possui..." (Foucault, 1977, p.29), pois se por um lado grupos brancos lidavam com a realidade que observavam, não a manipulavam de forma mecânica e isenta. Assim, o que acabamos por recuperar não foram tanto as "estratégias" de grupos dominantes, mas antes partes de um arsenal cultural que se produz nesse complexo processo de constituição de novos agentes sociais e da nação.

É necessário esclarecer, portanto, que no próprio conceito de representação utilizado neste trabalho não vem embutida uma noção de ideologia no sentido clássico que esse termo possui, qual seja, como um tipo de pensamento que encobre, inverte e manipula a realidade. Ao contrário, no nosso caso as imagens de brancos "vitimizadas", "sadias", "civilizadas", não são tanto o resultado de uma prática "forjada" por agentes que manipulam exteriormente com suas regras, mas são antes representações assumidas e interiorizadas pelos próprios segmentos que ajudaram a constituí-las.

Nesse sentido ainda, a própria noção de "representação social" deve ser vista com um caráter de maior abrangência. Ou seja, merece ser entendida não como um fenômeno estanque e cristalizado, e que se remete a uma realidade forjada e manipulada, mas antes enquanto um "movimento dinâmico" que é simultaneamente condição e produto da prática social" (Durhan, 1977, p.34). Como afirma Durkheim, se a "vida social é feita essencialmente de representações", estas no entanto "não se limitam apenas a enriquecer um certo número de idéias já previamente formadas, mas antes contribuem para formá-las" (Durkheim, 1978, p.211). Dessa forma, se por um lado as representações não assumem uma autonomia total que permita

percebê-las como absolutamente desvinculadas de um contexto, por outro também não são entendidas como "sistemas de significação" (totalmente vinculadas a um momento histórico imediato) ou mesmo como imagens cristalizadas que não admitam ambigüidades ou transformações.

Porém, e tomando essas últimas afirmações em consideração, podemos perceber que não só as representações são passíveis de transformação, como as próprias explicações ou justificativas que pareciam legitimar imagens já arraigadas podem também variar. Esse é o caso, por exemplo, da introdução do tema África nos diferentes jornais da época. Assim, se até meados do Século XIX a questão da condição negra e escrava era entendida como um problema que "não se colocava" (e nesse sentido considerado como uma "falsa questão"), a partir desse momento não só ela era explicada como também absolutamente justificada tendo em vista novos critérios e argumentos: a herança (o continente de origem), os caracteres hereditários. Ou seja, nesse período e com todo o aparato da ciência determinista e positiva do Século XIX, o negro passa a ser redefinido e delimitado não só como escravo, mas antes através de características ainda mais radicais, já que consideradas naturais.

O negro no interior desse momento, portanto, acaba recebendo ainda um estigma a mais. Além de "violento e degenerado" é também o "estranho", o "estrangeiro".

Essa condição de "estrangeiro" era inclusive uma marca já anteriormente associada ao escravo, que era então definido como "um ser sem raízes" (Cunha, 1985, p.11). No entanto neste período específico esta representação torna-se não só predominante como parece revestir-se de outros contornos e derivações. Qual seja, ao distinguir o escravo, que tinha agora direitos à cidadania como o estrangeiro, não só se retornava a sua distinção física, como jogava-se o negro para fora daquilo que tanto se prezava e denominava como cultura nacional.

Porém, o negro não era apenas um estrangeiro qualquer,

era acima de tudo um "estrangeiro não desejável", principalmente se lembrarmos que nessa época dá-se a introdução em larga escala do imigrante europeu e mesmo de toda uma política que visa impedir a entrada de mão-de-obra negra e asiática. Nesse sentido, enquanto a nível de academia e da "sciência" o negro, como vimos, era considerado como um estrangeiro que trazia danos maléficos à nação (Correa, 1983), nos jornais as notícias sobre África, muito mais do que informar ao público leitor acerca de um local distante e exótico, pareciam trazer "fantasmas" sobre a própria conjuntura local (já que revelavam novos dados sobre o continente de origem de uma boa parte da população aqui residente).

Parafraseando então M.C. da Cunha, parece-nos que é mesmo ao se "assumir as diferenças" e não pelas diferenças em si que se constrói a identidade (Cunha, 1985, p.206), mesmo porque é ao se pôr em relevo o lado do estrangeiro (que o negro já possuía), ou ao se eleger a "cor" ou os caracteres hereditários como critérios "dignos" e eficazes para a delimitação da degeneração e da desigualdade entre as raças, que se estabelecem com maior clareza o contraste e a distinção.

É justamente neste sentido que os jornais, que neste momento se constituem enquanto órgãos estáveis e fixos cumprirão um papel relevante. Ou seja, os grandes periódicos da época (e em especial a Província de São Paulo) vão passar não só a veicular as normas e valores considerados "civilizados", como buscarão constituir-se e representar-se a si próprios como os legítimos locais da criação e reprodução das novas idéias da época.

Veicula-se, portanto, nos discursos científicos e teóricos, através dos periódicos, uma imagem de ordem e controle social que parecia não se coadunar com a realidade percebida por esses segmentos, que por um lado partilhavam das idéias dos jornais, e por outro observavam o contexto da época com certa apreensão. Assim, o outro lado da moeda que refletia brancos "orgulhosos e cientistas" de seus avanços era aquela que demarcava a desigualdade e expunha, com grande temor, o nosso futuro racial e nacional.

No entanto, toda essa apreensão que, como vimos, parecia pairar sobre este período final do Século XIX, foi aos poucos amenizando. Assim, já em inícios do século a própria questão racial, ao menos no interior dos jornais, foi sendo transformada e como que diluída. A partir de então o problema racial deixa de se constituir em um tema, uma questão, no interior da jovem República tão atormentada em meio a crises intermitentes. As diferentes representações sobre negros são assumidas, assim como toda a questão racial, que se transformava de problema central, em um fato a ser assimilado inclusive com ganhos.

Assim, se em épocas anteriores reconhecia-se e inclusive afirmavam-se os conflitos raciais, em momentos seguintes se fará o oposto. O problema negro será então como que reavaliado sendo que as imagens pejorativas dos intelectuais, como Nina Rodrigues ou Euclides da Cunha, que traçavam péssimos prognósticos para essa nação "tão misturada" serão substituídas com o tempo por representações mais "positivas e acalentadoras", como as que G. Freyre parece representar ao nível da academia, que passarão a ver na mestiçagem e no elemento negro em nossos sangues um fator distintivo de nossa especificidade enquanto nação.

Nos jornais paulistanos de inícios do Século XX, e em especial na década de 20, começam então a tornar-se novamente presentes e inclusive dominantes antigas e já um tanto esquecidas representações que nos falavam dos até hoje tradicionais "negros de alma branca" (tão comum, como vimos, em meados do Século XIX). São os negros "amigos dos brancos", "pretos fiéis e servidores", "felizes enquanto tutelados", apesar de por vezes "videntes", instintivos" e guardando "resquícios degenerados".

No interior desse movimento todo, o problema racial deixa de se constituir uma questão pública e explicitamente veiculada, transformando-se ao invés disso em uma série de imagens dispersas, interiores e por isso mesmo ainda, e até hoje, muitas vezes consensualmente aceitas. Assim, se por um lado os grandes jornais passaram a cada vez mais divulgar a imagem da "harmonia racial", já A

Redempção por outro lado vai perdendo a sua principal função, que girava em torno da questão racial, sendo portanto dragada no interior da própria dinâmica e lógica de seu tempo.

Em meio a esse processo, os termos negro, preto, liberto, ex-escravo, pardo, mulatos..., que como vimos definiam e mesmo distinguem a população de cor, vão se tornando pouco frequentes nas páginas dos jornais assim como a questão racial. Esta, de problema, transsubstanciava-se com o tempo em esperanças e até fortuna.

Preconceitos implícitos e arraigados permanecem então intocados (senão na forma ao menos no conteúdo), mas agora não mais enquanto questões, mas antes como pressupostos inquestionáveis e por isso mesmo nem ao menos nomeados.

A "eficácia" da imagem da "degeneração" não mais na sua explicitação, mas sim no local do implícito, do consenso, do silêncio.

BIBLIOGRAFIA

1 - LIVROS E ARTIGOS

- ARANTES, Antonio A. O Trabalho e a Fala: Estudo Antropológico sobre Folhetos de Cordel. São Paulo, Kairós/FUNCAMP, 1982.
- AREIAS, Almir das. O que é Capoeira. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- BALZAC, Honoré de. As Ilusões Perdidas. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- BARRETO, Lima. Memórias do Escrivão Isaias Caminha. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- BARTHES, Roland. Mitologias. 5.ed. São Paulo, Difel, 1982.
- _____. Aula. São Paulo, Cultrix, 1978.
- BASTIDE, Roger. As Américas Negras: As Civilizações Africanas no Novo Mundo. São Paulo, Difel, EDUSP, 1974.
- _____. "Estereótipos de negros através da literatura brasileira". In: Boletim de Sociologia. São Paulo, FFLCH-USP, 1953.
- BAXANDALL, Michael. Painting and Experience in Fifteenth Century Italy. Nova Iorque, Oxford Unix Press, 1972.
- BEIGUELMAN, Paula. A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro... Aspectos políticos. São Paulo, Pioneira, 1977.
- BLOCH, Marc. Introdução à História. Lisboa, Gráfica Imperial Ltda, 1965.

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Peões, Pretos e Congos: Trabalho e Identidade Étnica em Goiás. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1977.
- BROOKSHAW, David. Raça & Cor na Literatura Brasileira. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
- BRUNO, Ernani Silva. História e Tradições da Cidade de São Paulo. 2ªed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954.
- CANETTI, Elias. Crowds and Power. New York, Scabury Press, 1978.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo, Difel, 1962.
- CARNEIRO, Edison. Religiões Negras: Notas de Etnografia Religiosa e de Folclore. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- _____. Antologia do Negro Brasileiro. Porto Alegre, Globo, 1950.
- CARR, E.H. ¿Que é la história? Barcelona, Seix Barral S.A., 1972.
- CHAUI, Marilena. A Não Violência do Brasileiro: um Mito Interessantíssimo. In: Almanaque 11: Cadernos de Literatura e Ensaio. São Paulo, Brasiliense, 1980. p.16-24.
- CLASTRES, Pierre. A Sociedade Contra o Estado. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.
- COHN, Robert. History and Antropology - The State of Play. Univ. of Chicago, vol. 22, 1980.

- COHEN, Abner. Custom and Politics in Urban Africa, a Study of Nausa Migrants in Yoruba Towns. London, Routledge & Kegan Paul, 1974.
- CONRAD, Robert. Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil 1850-1888. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- CORREA, Mariza. "Antropologia & Medicina Legal". In: Caminhos Cruzados. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- _____. As Ilusões da Liberdade. A Escola Nina Rodrigues & Antropologia no Brasil. Tese de Doutorado, USP, 1983.
- COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. São Paulo, Grijalbo, 1977.
- _____. Da Senzala à Colônia. 2ª ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1982.
- _____. A Abolição. São Paulo, Global, 1982.
- COSTA, João Cruz. Contribuição à História das Idéias no Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.
- COSTA, Jurandir Freire. Ordem Médica e Norma Familiar. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- COSTA, Paulo de Tarso. "Imprensa, Abolição e República", Suplemento Centenário de O Estado de São Paulo, nº 22, 31-05-1975.
- CUNHA, Euclides. Os Sertões. São Paulo, Cultrix, 1973.
- CUNHA, Manoela Carneiro da. Religião, Comércio e Etnicidade: Uma Interpretação Preliminar do Catolicismo Brasileiro em Lagos no Século XIX. In: Religião e Sociedade nº 1. São Paulo, maio, 1977.

- CUNHA, Manoela Carneiro da. Sobre os Silêncios da Lei. Lei Costumeira e Positiva nas Alforrias de Escravos no Brasil no Século XIX. Caderno IFCH, Campinas, UNICAMP, abr., 1983.
- _____. Negros Estrangeiros. Os Escravos Libertos e sua Volta à África. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- DAMATTA, Roberto. Estudos de Antropologia Estrutural. Petrópolis, Vozes, 1972.
- _____. Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social. Petrópolis, Vozes, 1981.
- _____. Carnavais, Malandros e Heróis. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- DA MATTA. "As raízes da violência no Brasil". In: A Violência Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- DAVATZ, Thomas. Memórias de Um Colono no Brasil: 1850. São Paulo, EDUSP, 1980.
- DEAN, Warren. Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- DEBERT, Guita Grin. Ideologia e Populismo. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.
- DEBRET, Jean Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica do Brasil. São Paulo, Martins, 1949, 2v.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DULLES, John W. F. A Faculdade de Direito de São Paulo e a Resistência Anti-Vargas (1938/45). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

- DURHAM, Eunice Ribeiro. "Cultura e Ideologia". In: Folhetim. São Paulo (224), 03/05/81, p.6-7.
- _____. "A dinâmica cultural na sociedade moderna". In: Ensaio de Opinião, Rio de Janeiro, (4), 1977, pp.32-35.
- DURKHEIM, Émile. "As Formas Elementares da Vida Religiosa". In: Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- EISENBERG, P. L. "O Homem Esquecido: O Trabalhador Livre Nacional no Século XIX (Sugestões para uma pesquisa)", Separata de Anais do Museu Paulista, São Paulo, 28:1-174, 1977/78.
- EVANS, Pritchard, E. E. Antropologia Social. São Paulo, Martins Fontes, 1972.
- _____. Os Nuers. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder. 4ª ed. Porto Alegre, Globo, 1977.
- FAUSTO, Boris. Controle Social e Criminalidade em São Paulo: Um Apanhado Geral (1890-1924). Campinas, UNICAMP, 1982. (Arquivo da História Social Edgard Leuenroth. Departamento de Ciências Sociais).
- FERNANDES, Florestan. O Negro no Mundo dos Brancos. São Paulo, Difel, 1972.
- FONTES, Alice Aguiar de Barros. A Prática Abolicionista em São Paulo. Os Caifazes (1862-1889). Tese de Mestrado, USP, 1976.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões. Petrópolis, Vozes, 1977.
- FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1976.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 9ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.

_____. O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX. São Paulo, Nacional, 1979.

_____. Sobrados e Mocambos - Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano. 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1951.

FREITAS, Affonso A. de. A Imprensa Periódica de São Paulo desde os seus Primórdios em 1823 até 1914. São Paulo, Typographia do Diário Oficial, 1915.

_____. Tradições e Reminiscências Paulistanas. 3ª ed. São Paulo, Gov. do Estado, 1978.

FREITAS, M. M. de. Reino Negro de Palmares. Rio de Janeiro, Americana, 1954.

FRY, Peter. "Febrônio Índio do Brasil". In: Caminhos Cruzados. São Paulo, Brasiliense, 1982.

_____. Para Inglês Ver. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

GALVÃO, Flávio. "A Liberdade de Informação". In: Suplemento Centenário nº 47 de O Estado de São Paulo, São Paulo, 22-11-1975.

GALVÃO, W. N. No Calor da Hora: A Guerra de Canudos nos Jornais. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1977.

GLUCKMAN, Max. "Rituais de Rebelião no Sudeste da África". In: Textos de Aula. Universidade de Brasília.

GOBINEAU, A. de. Essai sur L'ingalite des Races Humaines. Paris, Librairie de Firmin Didot Freres, 1853, 4v.

- GODINHO, Vitorino Magalhães (org.). A História Social: Problemas, Fontes e Métodos. Lisboa, Cosmos, 1967.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas Sobre a Manipulação de Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- GORENDER, Jacob. O Escravidão Colonial. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1978.
- GOULART, José Alípio. Da Fuga ao Suicídio: Aspectos da Rebelião de Escravos no Brasil. Rio de Janeiro, Conquista, 1972.
- _____. Da Palmatória ao Patíbulo: Castigos de Escravos no Brasil. Rio de Janeiro, Conquista, 1971.
- GRITTI, Jules. "Uma Narrativa da Imprensa". In: Análise Estrutural da Narrativa. Rio de Janeiro, Vozes, 1971.
- GUEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- HASENBALG, Carlos Alfred. Discriminação e Desigualdades Sociais no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.
- HUIZINGA, J. El Concepto de la História y Otros Ensayos. México, Fonte de Cultura Economica, 1942.
- IANNI, Octávio. Escravidão e Racismo. São Paulo, Hucitec, 1978.
- _____. Raças e Classes Sociais no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- JAKOBSON, Roman. "Linguística e Poética". In: Linguística e Comunicação. São Paulo, Cultrix, 1974.

- JORDAN, Winthrop D. White Over Black: American Attitudes Toward the Negro, 1550-1812. New York, The Norton Library, 1977.
- KUPER, Adam. Antropólogos e Antropologia. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.
- LACERDA, João Baptista de. Sur les races au Brésil. Imprimerie Deuouge, 1911.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. História - Novos Objetos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- LEACH, Edmund. Political Systems of Highland Burma: A Study of Kachin Social Structure. Londres, Fletcher and Son, 1964.
- LEITE, Dante Moreira. O Caráter Nacional Brasileiro. 4ª ed. São Paulo, Pioneira, 1983.
- LEVI, Daniel E. A Família Prado. São Paulo, Cultura 70, 1940.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. "História e Etnologia". In: Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.
- _____. Raça e História. São Paulo, Martins Fontes, 1975.
- _____. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.
- _____. "Introdução: A Obra de Marcel Mauss". In: Mauss, Marcel Sociologia e Antropologia. São Paulo, EDUSP, 1974.
- LIMA, Lanã Lage da Gama. Rebeldia Negra e Abolicionismo. Rio de Janeiro, Achiamé, 1981.
- LUNA, Luiz. O Negro na Luta Contra a Escravidão. Rio de Janeiro, Leitura, 1968.

- MACHADO, Roberto. Danação da Norma. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- MALHEIRO, Dr. Agostinho Marques Perdigão. A Escravidão no Brasil - Ensaio Histórico Jurídico e Social. São Paulo, Cultura, 1984.
- MARANHÃO, Ricardo e MENDES JR., Antonio. Brasil História, Texto e Consulta, v.3, República Velha. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- MARTINEZ-ALLIER, Verena. "Antropologia e História: Novas Notas a um Velho Debate". In: Boletim de Trabalhos em Andamento de Antropologia Social. UNICAMP
- MATTOSO, Kátia de Queirós. Ser Escravo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- _____. Testamentos de Escravos Libertos na Bahia no Século XIX: Uma Fonte para Estudos de Mentalidade. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1979.
- MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo, EDUSP, 1974.
- MELLO E SOUZA, Laura. Desclassificados do Ouro: a Pobreza Mineira no Século XVIII. Rio de Janeiro, Graal, 1982 (Biblioteca de História).
- MENDES, Miriam Garcia. A Personagem Negra no Teatro Brasileiro entre 1838 e 1888. São Paulo, Ática, 1982.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. "De Mauss a Claude Lévi-Strauss". In: Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- _____. "A Linguagem Indireta e as Vagas do Silêncio". In: Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- MORSE, Richard M. Formação Histórica de São Paulo (De Comunidade à Metrôpole). São Paulo, Difel, 1970.

- MOURA, Carlos E. Marcondes de (org.). Retratos Quase Inocentes. São Paulo, Nobel, 1983.
- MOURA, Clóvis. "Escravidão, Análise e Ação Social". In: Folhetim. São Paulo, (279):8-10, 10-05-1982.
- _____. Os Quilombos e a Rebelião Negra. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. Rebeliões da Senzala. 3ª ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- NOBRE, Freitas. História da Imprensa de São Paulo. São Paulo, Leia, 1950.
- NOGUEIRA, Almeida. A Academia de São Paulo - Tradições e Reminiscências. São Paulo, Saraiva, 1977.
- NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, S.P., Flucietec.
- OLIVEIRA, João Gualberto de. Nascimento da Imprensa Paulista. São Paulo, 1978.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo, Pioneira, 1974.
- ORTIZ, R. A Morte Branca do Feiticeiro Negro. Petrópolis, Vozes, 1978.
- _____. Cultura Brasileira & Identidade Nacional. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- OSAKABE, Haqira. Argumentação e Discurso Político. São Paulo, Kairós, 1979.
- PEREIRA, João Baptista Borges. Estudos Antropológicos e Sociológicos sobre o Negro no Brasil. Aspectos Históricos e Tendências Atuais. São Paulo, USP, 1981, (mimeo).

- PEREIRA, João Batista Borges. Cor, Profissão e Mobilidade: o Negro e o Rádio de São Paulo. São Paulo, Pioneira, 1967.
- PINHEIRO, Péricles da Silva. "Alberto Sales". In: Suplemento Centenário nº 16 de O Estado de São Paulo, 19-04-1975.
- PINTO, Alfredo Moreira. A Cidade de São Paulo em 1900. Ed. Fac-similada, São Paulo, Governo do Estado, 1949.
- PRADO, Maria Lígia e CAPELATO, Maria Helena. O Bravo Matutino - Imprensa e Ideologia: o jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.
- PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1945.
- QUEIRÓZ, S. Robles Reis de. A Abolição da Escravidão. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- QUEIRÓZ, Suely Robles de. Escravidão Negra em São Paulo: Um Estudo das Tensões Provocadas pelo Escravismo no Século XIX. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977.
- QUEIRÓZ JÚNIOR, Teófilo de. Preconceito de Cor e a Mulata na Literatura Brasileira. São Paulo, Ática, 1982.
- RAMOS, Artur. A Aculturação Negra no Brasil. São Paulo, Nacional, 1942.
- REZENDE, Carlos Penteado de. "Algumas Páginas sobre a Velha Academia de Direito de São Paulo". In: Separata da Rev. da Faculdade de Direito, vol. LXXII, USP, 1977.
- RODRIGUES, Nina. Os Africanos no Brasil. 3ª ed. São Paulo, Nacional, 1945.
- . As Raças Humanas. Salvador, Progresso, 1957.

- SAHULINS, Marshall. Historical Metaphors and Mythical Realities. The University of Michigan Press, 1983.
- SAINT-HILAIRE, Augusto de. Segunda Viagem a São Paulo e Quadro Histórico da Província de São Paulo. São Paulo, Martins, 1953.
- _____. Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo. São Paulo, EDUSP, 1974.
- SAMPAIO, Theodoro. "São Paulo no Século XIX". In: Suplemento Centenário nº 23 de O Estado de São Paulo, 07-06-1975.
- SANTOS, Paulo Ricardo da Silveira. "Contribuição para a História da Imprensa em São Paulo", Separata da Revista do Arquivo Municipal, nº 192, Publicação da Divisão do Arquivo Histórico do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura. Gráfica Municipal de São Paulo, 1980.
- SEVCENKO, Nicolau. A Revolta da Vacina. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- _____. Literatura como Missão: Tensões e Criação Cultural na Primeira República. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SEYFERTH, Giralda. "João Baptista de Lacerda: A Antropologia Física e a Tese de Branqueamento da Raça no Brasil". Rio de Janeiro, Departamento de Antropologia do Museu Nacional (apost.).
- SILVA, Janice Theodoro da. São Paulo 1554-1880. Discurso Ideológico e Organização Espacial. São Paulo, Moderna, 1984.
- SKIDMORE, T. E. Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- SLENES, Bob. Escravidão e Família: Padrões de Casamento e Estabilidade Familiar numa Comunidade Escrava (Campinas, Século XIX). Campinas, (apostila), 1984.

- SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- SOUSA, Alberto. Memória Histórica sobre o Correio Paulistano. São Paulo, Typographia a Vapor Rosenhain & Meyer, 1904.
- TAUNAY, Affonso de E. História do Café no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. do Departamento Nacional do Café, 1939.
- TOLEDO, Lafayette de. "Imprensa Paulista - Memória Histórica". In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo, Typografia de "El Diálogo Español", vol. III, 1898.
- VAMPRÉ, Spencer. Memórias para a História da Academia de São Paulo. São Paulo, Saraiva, 1924.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de Visconde de Porto Seguro. História Geral do Brasil. 8ª ed. São Paulo, Melhoramentos, 1975.
- VEYNE, Paul. Como se Escreve a História. Lisboa, Ed. 70, 1983.
- VIANNA, Hélio. Contribuição à História da Imprensa Brasileira. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.
- VIANNA, Oliveira. Populações Meridionais do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1952.
- VOGT, Carlos. Linguagem Pragmática e Ideologia. São Paulo, Ilucitec/Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1980.

2 - JORNAIS E REVISTAS

a) Periódicos:

- O Correio Paulistano: (1874 a 1890)
- A Província de São Paulo: (1875 a 1900)
- A Redenção: (1887 a 1889)
- A Platéia: (1888 a 1900)
- Diário Popular: (1884 a 1900)
- O Tabor: (1883/1887)
- O Constitucional (1871/1889)

b) Suplemento Centenário de "O Estado de São Paulo"

- nº 1 - (3 de janeiro de 1975)
- nº 2 - (10 de janeiro de 1975)
- nº 5 - (19 de fevereiro de 1975)
- nº 7 - (15 de fevereiro de 1975)
- nº 9 - (19 de março de 1975)
- nº 16 - (19 de abril de 1975)
- nº 21 - (24 de maio de 1975)
- nº 22 - (31 de maio de 1975)
- nº 23 - (7 de junho de 1975)
- nº 25 - (21 de junho de 1975)
- nº 28 - (12 de julho de 1975)
- nº 47 - (22 de novembro de 1975)
- nº 51 - (20 de dezembro de 1975)
- nº 61 - (21 de fevereiro de 1975)

c) Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

- São Paulo, Typografia de "El Diário Español - vols. I, II, III e IV.